

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Fabiana Luiza Negri

**O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI NA PRODUÇÃO
TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Florianópolis
2016

Fabiana Luiza Negri

**O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI NA PRODUÇÃO
TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivete Simionatto

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Negri, Fabiana Luiza
O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO / Fabiana Luiza Negri ;
orientadora, Ivete Simionatto - Florianópolis, SC, 2016.
245 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Antonio Gramsci. 3. Serviço Social.
4. Estado e Sociedade Civil. 5. Hegemonia. I. Simionatto,
Ivete . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Fabiana Luiza Negri

O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI NA PRODUÇÃO
TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis SC, 29 de julho de 2016.

Prof.^a Vania Maria Manfroi, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Ivete Simionatto, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^o Helder Boska de Moraes Sarmento, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a Mariana Pfeifer Machado, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a Liliane Moser, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a Maria Luiza Lajus, Dr.^a
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

Prof.^a Silvana Marta Tumelero, Dr.^a
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Este trabalho é dedicado à minha filha
Isadora e ao meu companheiro Edivan.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese só foi possível pelo apoio e incentivo de algumas pessoas, às quais serei eternamente grata.

Aos meus grandes amores, *Isadora Negri Cassaro e Edivan Carlos Cassaro*, pois sem vocês nada seria possível. Aguentaram firmes nos momentos mais difíceis, entenderam minhas ausências e me ampararam sempre que precisei. Nesses colos tenho acalento, amor e proteção, sou mais forte com vocês.

À minha querida orientadora *Ivete Simionatto*, minha fonte de inspiração, por acompanhar-me nessa trajetória com paciência, carinho e muito diálogo. Quero agradecer por ter mostrado a direção, sempre trazendo suas reflexões teórico-analíticas e assim colocando-me nos trilhos, inquietando-me e desafiando-me. Foi, sim, um tempo fecundo, de muito aprendizado.

Aos meus *familiares*, que me incentivaram a não desistir nunca, obrigado pelo carinho e atenção.

Aos *Conselheiros/as* do CRESS 12ª Região Gestão 2014/2017, que me estimularam e que, nos momentos de dificuldades, souberam compreender minhas necessidades, agradeço a parceria e o carinho.

Ao meu mais novo amigo, *Samuel Salezio dos Santos*, por seu grande coração, por sua generosidade, por ouvir-me e oferecer seus conselhos, todos ouvidos e fielmente acatados, pois de imensa sabedoria. Eternamente grata!

Aos meus colegas de Doutorado, em especial, a minha querida amiga *Kênia Cristina Abrão*, que me emprestou o ombro amigo, ouviu todos os desabafos, comemorou minhas vitórias. Descobri com você uma nova e linda amizade, você sempre estará em meu coração.

A todos/as os/as *professores/as e funcionários/as* do programa de Pós-graduação em Serviço Social, que contribuíram para a minha formação.

Aos membros da minha banca de qualificação: Prof. *Helder B. Sarmiento*, Prof.^a *Ana Maria Baima Cartaxo*, Prof.^a *Liliane Moser*, Prof.^a *Jane Cruz Prates* e Prof.^a *Maria Lucia Duriguetto* que, com suas valiosas contribuições, qualificaram meu projeto de pesquisa.

Aos membros da minha banca de defesa da tese: Prof. *Helder B. Sarmiento*, Prof.^a *Liliane Moser*, Prof.^a *Mariana Pfeifer*, Prof.^a *Maria Luíza Lajus* e Prof.^a *Silvana Marta Tumelero*. Meu eterno agradecimento!

[...]

Quem me dera ao menos uma vez
Provar que quem tem mais do que precisa ter
Quase sempre se convence que não tem o bastante
Fala demais por não ter nada a dizer

Quem me dera ao menos uma vez
Que o mais simples fosse visto
Como o mais importante
Mas nos deram espelhos e vimos um mundo
doente [...]
Renato Russo.

RESUMO

A tese tem como tema apresentar e analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro, fundamentada no pensamento de Antonio Gramsci no período de 2000 a 2012. O recorte do objeto abarca as publicações nos periódicos: Revista *Katálisis*, Serviço Social e Sociedade e *Temporalis* e os Anais dos ENPESS. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, realizada por meio da técnica de análise de conteúdo e pautada na análise crítico-dialética. Os objetivos da pesquisa são: identificar as principais categorias gramscianas presentes na produção do Serviço Social brasileiro; identificar como o pensamento de Gramsci tem contribuído, na atualidade, com novos elementos ao debate teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social; e analisar se e de que forma o adensamento das produções estabelece mediações com a ação profissional. As produções analisadas tiveram como centralidade as categorias do Estado, da sociedade civil e da hegemonia e suas formas de abordagem nas produções do Serviço Social brasileiro. Os principais resultados da investigação denotam que, no período pesquisado, a produção de conhecimentos pautada nas categorias gramscianas cresceu de forma significativa, relacionando-se aos temas: Estado, sociedade civil, hegemonia, mediações com os diferentes espaços organizativos, as políticas sociais, o controle social, a participação; a ação profissional e o projeto ético-político. Depreende-se que a elaboração teórica do Serviço Social brasileiro analisada apresenta uma busca recorrente ao pensamento gramsciano voltada à problematização dos fenômenos sociais e à leitura da realidade em suas expressões e determinações contemporâneas. A interlocução do Serviço Social com as categorias gramscianas tem contribuído tanto para o adensamento teórico quanto na construção de mediações com as ações profissionais, fornecendo elementos essenciais para a criação de uma cultura política crítica e a afirmação do projeto ético-político profissional e sua relação com os projetos societários.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Serviço Social. Estado. Sociedade civil. Hegemonia.

ABSTRACT

The present thesis aims at presenting and analyzing the theoretical production of the Brazilian Social Service, based on the thinking of Antonio Gramsci within the period of 2000 and 2012. The clipping of the object embraces the publications of the following periodicals: *Katálysis Magazine*, *Serviço Social e Sociedade* and *Temporalis* and *Os Anais dos ENPESS*. This research is a theoretical and bibliographical, carried through the content analysis technique and guided by the critical-dialectical analysis. The goals of this current research are to identify the main Gramsci's categories present in the production of the Brazilian Social Service and how Gramsci thinking has been currently contributing to adding new elements to the theoretical-methodological and political-ethical debates of the Social Service as well as analyzing whether and how the densification of production establishes mediations with professional action. The analyzed productions have had as core categories the State, the civil society and the hegemony and its forms of approach in the productions of the Brazilian Social Service. The main results of the investigation denote that in the period surveyed, the production of knowledge guided by the Gramscian categories grew significantly, relating to the following topics: State, civil society, hegemony, mediations with different organizational spaces, social policies, social control, participation; professional action and ethical-political project.

It has been understood that the theoretical elaboration of the Brazilian Social Service analyzed presents a recurring search to Gramsci's thought focused on the questioning of social phenomena and of reading the reality in their expressions and contemporary determinations. The Social Service dialogue with the Gramscian categories has contributed to both the theoretical depth as in the construction of mediations with professional actions, providing essential elements for the creation of a critical political culture and the affirmation of the professional ethical-political project and its relationship with the corporate projects.

Keywords: Antonio Gramsci. Social Service. State. Civil Society. Hegemony.

RIASSUNTO

La tesi si propone di presentare e analizzare la produzione teorica del Servizio Sociale brasiliano in base al pensiero di Antonio Gramsci dal 2000 al 2012. Lo scopo del ritaglio copre le pubblicazioni apparse sui periodici: Revista Katálysis, Serviço Social e Sociedade e Temporalis e gli Anais dos ENPESS. Questa è una ricerca teorica e bibliografica, eseguita con la tecnica dell'analisi del contenuto e guidata dall'analisi critico-dialettica. Gli obiettivi della ricerca sono: individuare le principali categorie gramsciane presenti nella produzione del Servizio Sociale brasiliano; identificare come il pensiero di Gramsci attualmente contribuisce apportando nuovi elementi al dibattito teorico-metodologico e etico-politico del Servizio Sociale e valutare se e in che modo l'addensamento delle produzioni stabilisce delle mediazioni con l'azione professionale. Le produzioni analizzate si sono centrate sulle categorie dello Stato, della società civile e dell'egemonia e le sue forme di approccio nelle produzioni del Servizio Sociale brasiliano. I principali risultati della ricerca indicano che nel periodo in esame la produzione di conoscenza in base alle categorie gramsciane è cresciuta in modo significativo, in relazione ai temi: lo Stato, la società civile, l'egemonia, le mediazioni con i diversi spazi organizzativi, le politiche sociali, il controllo sociale, la partecipazione; l'azione professionale e il progetto etico-politico. Risulta che l'elaborazione teorica del Servizio Sociale brasiliano in esame presenta una ricerca che ricorre al pensiero di Gramsci focalizzata sulla messa in discussione dei fenomeni sociali e lettura della realtà nelle loro espressioni e determinazioni contemporanee. L'interpellanza del lavoro sociale con le categorie gramsciane ha contribuito sia all'addensamento teorico come nella costruzione di mediazioni con le azioni professionali, fornendo elementi essenziali per la creazione di una cultura critico-politica e l'affermazione del progetto etico-politico professionale e il suo rapporto con i progetti della società.

Parole chiave: Antonio Gramsci. Servizio Sociale. Stato. Società civile. Egemonia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento geral dos artigos publicados referenciados em Gramsci	37
Tabela 2 - Levantamento final dos artigos publicados referenciados em Gramsci	38
Tabela 3 – Demonstrativo de categorias gramscianas nas fontes pesquisadas.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média de artigos referenciados em Gramsci publicados nas revistas pesquisadas no período de 2000 a 2012 95

Gráfico 2 - Média de artigos referenciados em Gramsci publicados nos ENPESS conforme pesquisa no período de 2000 a 2012..... 96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização da produção teórica do Serviço Social na discussão sobre o Estado..... 112

Quadro 2 - Caracterização da produção teórica do Serviço Social na discussão sobre a Sociedade Civil..... 139

Quadro 3 - Caracterização da produção teórica do Serviço Social na discussão sobre a Hegemonia..... 178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AI -5 – Ato Institucional 5
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS – Centro de Documentação e pesquisa em Política Social e Serviço Social
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
METODO BH – Método Belo Horizonte
MMM – Movimento de Mulheres Camponesas
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
ONG – Organizações não Governamentais
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	29
1.1. MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA TESE	29
1.2. PERCURSO METODOLÓGICO E ORGANIZAÇÃO DA TESE	36
2. O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI E OS DILEMAS DO MARXISMO.....	45
2.1. ANTONIO GRAMSCI E O MARXISMO NO SÉCULO XX ..	58
2.2. MARXISMO, PÓS-MODERNIDADE E A CRISE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	64
2.3. O MARXISMO E A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	72
2.4. GRAMSCI E A PRODUÇÃO TEORICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	90
3. O ESTADO EM GRAMSCI E A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	103
4. A SOCIEDADE CIVIL COMO TEMA NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	137
5. O SERVIÇO SOCIAL E A REFLEXÃO SOBRE A HEGEMONIA	175
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS	231

1. INTRODUÇÃO

1.1. MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA TESE

O estudo em tela insere-se no conjunto das produções voltadas à discussão e tematização da produção teórica do Serviço Social brasileiro pautada no pensamento de Antonio Gramsci no período de 2000 a 2012.

Antonio Gramsci é, sem dúvida, um dos pensadores mais discutidos e conhecidos no mundo. Seu pensamento ganhou destaque particularmente a partir dos anos 1990, não apenas na Itália, mas também no debate internacional, sendo traduzido em mais de 60 idiomas e 70 países. Seus conceitos e suas categorias, especialmente elaborados na produção dos *Cadernos do cárcere*, oferecem uma ampla análise histórico-crítica sobre os problemas e impasses do capitalismo monopolista do século XX, tendo como centralidade a discussão da esfera política e o papel dessa práxis humana como uma das dimensões constitutivas do ser social.

A profícua análise sobre a dimensão política ou a “práxis interativa”, as relações entre economia e política, estrutura e superestrutura, necessidade e liberdade, economia e cultura, objetividade e subjetividade constituem o eixo articulador do marxismo gramsciano. Em suas reflexões, Gramsci promove um processo de conservação/superação no campo do marxismo, renovando o legado de Marx e Lênin e, fiel ao método crítico-dialético, analisa as novas determinações sócio-históricas da realidade do século XX. Nesse processo, apresenta inovadoras possibilidades de construção do socialismo, desenvolvendo e ampliando os conceitos relativos ao Estado, à sociedade civil, à hegemonia e seus desdobramentos no âmbito da filosofia e da política.

Nos anos de 1980 e enraizando-se na década de 1990, a teoria social crítica toma espaço significativo na profissão e se torna referência constante nas produções teóricas do Serviço Social. Conforme assevera Yazbek (2009, p. 151), é no campo dessa tradição que o Serviço Social se apropria do pensamento gramsciano, “[...] particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas”.

O acervo do Serviço Social se adensa com a criação e ampliação dos cursos de pós-graduação e com a inserção dos assistentes sociais em Programas de outras áreas, o que resulta, a partir da produção teórica elaborada, na socialização do conhecimento em livros, periódicos e

anais de congressos, evidenciando uma significativa apropriação de teóricos e pensadores do campo marxista, como Lênin, Lukács, Rosa Luxemburgo, Gramsci e seus mais expressivos intérpretes contemporâneos. No final dos anos 1980 e início da década de 1990, encontram-se diversos autores e pesquisadores¹ do Serviço Social que se valem da obra de Antonio Gramsci em suas produções, o que prossegue na atualidade.

Não obstante, o pensamento gramsciano tornou-se um referencial que possibilitou a elaboração de discussões sobre as questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, na problematização das esferas econômica, política, ideológica e cultural. Emergem reflexões acerca das classes sociais, do Estado, da sociedade civil e dos intelectuais na análise da realidade social, ampliando a base dos fundamentos do Serviço Social. Assim, a obra gramsciana ofereceu ao Serviço Social um quadro teórico próximo à realidade em que se vivia e aos processos políticos da época. Diante desse contexto, as elaborações gramscianas contribuíram na qualificação do processo de renovação do Serviço Social, com incidências fundamentais no estatuto teórico-político e prático-operativo da profissão.

Além do mais, outras produções oferecem uma significativa contribuição através da abordagem das principais categorias gramscianas, extraídas das fontes originais, e seu significado na produção do pensamento social brasileiro e do Serviço Social (AMMANN, 1980, CARVALHO, 1983, SIMIONATTO, 1999). Em outra chave analítica, destacam-se produções relativas à unidade entre teoria e prática, as quais contribuíram de forma substantiva para se pensar a dimensão interventiva do Serviço Social e a superação do pragmatismo à luz das formulações gramscianas sobre a filosofia da práxis (MACIEL; CARDOSO, 1989). As reflexões sobre o Serviço Social e cultura, apoiadas na concepção gramsciana de que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, têm proporcionado fecundas discussões sobre a função pedagógica do assistente social em seus vínculos e em suas estratégias com os processos e as lutas das classes subalternas (ABREU, 2002).

Tal escopo requer situar as mudanças processadas no interior da profissão e sua aproximação à teoria social crítica, delineando o processo sócio-histórico que, progressivamente, demonstra o

¹ Sobre os autores que aprofundam seus estudos em Gramsci amparando-se na teoria social crítica, ver Simionatto (1999).

aprimoramento do Serviço Social no que concerne às suas elaborações teóricas e às mediações político-interventivas.

Pode-se afirmar que a aproximação e a assimilação do Serviço Social da teoria social crítica, ou da filosofia da práxis, termo utilizado por Gramsci, contribuíram para o processo de ruptura com as bases do Serviço Social tradicional, implicando um significativo avanço para a profissão. A postura de análise crítica, iniciada nas décadas de 1970 e 1980, ensejou um movimento de redirecionamento e ampliação da produção teórica e reflexões sobre o fazer profissional que incidiram na construção do projeto ético-político voltado aos interesses das classes subalternas, com vistas à sua emancipação. Essa nova configuração, que segue até os dias atuais, passando pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, consolida-se na produção do conhecimento no eixo da tradição marxista, adensada nas últimas décadas.

Vale destacar que o Serviço Social se alicerça num processo sócio-histórico em que se instituem articulações com diversos pensadores e correntes teórico-metodológicas que formam o arcabouço teórico da profissão, dentre os quais se destaca o pensamento de Antonio Gramsci. A pesquisa de Simionatto (1999, p. 205) indica que, entre o final dos anos 1970 e início da década de 1990, a obra gramsciana apresenta as temáticas do intelectual orgânico, intelectual tradicional, hegemonia, bloco histórico, ideologia, Estado, filosofia da práxis e americanismo e fordismo, as quais referenciam tanto a leitura da realidade social quanto a reflexão sobre a própria profissão.

As reflexões sobre a produção teórica do Serviço Social balizado pelo eixo da teoria social crítica fazem surgir ponderações acerca da assimilação do pensamento de Antonio Gramsci e de suas principais categorias presentes na produção do conhecimento dessa área e nas mediações evidenciadas com as expressões da questão social, objeto da profissão. Por certo, essa interlocução não vem ocorrendo apenas na particularidade do Serviço Social, mas também, de forma geral, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Além disso, Gramsci é reconhecido no mundo todo, ao lado de Lukács, como um dos maiores pensadores marxistas do século XX (NETTO, 2011), e sua obra é considerada imprescindível na discussão e no enfrentamento dos desafios colocados pelo século XXI.

Assim, o presente estudo tem por objetivo central compreender quais os aportes teóricos que o Serviço Social tem buscado na obra de Gramsci, nos anos 2000, ou seja, qual o arco categorial presente no

conhecimento produzido, sua incorporação na análise da realidade e, ao mesmo tempo, as mediações realizadas com a profissão.

Nesse viés, se apresenta como objetivo específico dar continuidade à pesquisa desenvolvida por Simionatto (1999), tendo como escopo averiguar a persistência das categorias gramscianas e de sua ampliação na trajetória da profissão no período proposto para estudo.

A presente tese também tem por objetivo identificar como se evidencia a interlocução da produção teórica do Serviço Social brasileiro com a obra gramsciana, apontando de que forma são tratadas as categorias de Gramsci e a relação com temas que abarcam os estudos e debates atuais da profissão.

Assim sendo, pretende-se, ao longo da tese, demonstrar como o pensamento gramsciano tem contribuído para o debate teórico-metodológico e ético-político na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro.

Para responder aos objetivos traçados apresentam-se três questões norteadoras da pesquisa em tela:

- Quais são as principais categorias gramscianas presentes na produção teórica do Serviço Social brasileiro a partir do pensamento gramsciano?

- Quais os principais temas abordados e de que modo indicam mediações com a prática profissional?

- Em que medida ocorreu um adensamento na produção teórica do Serviço Social brasileiro, referenciando-se no pensamento de Gramsci?

É fundamental afirmar que se compreendem as diferenças entre as dimensões referentes à produção do conhecimento e à ação profissional. Contudo, da mesma forma que se afirma a indissociabilidade entre “teoria e prática”, assinala-se que são dimensões que estão dialeticamente vinculadas e se direcionam à realidade. No entanto, são dimensões distintas, posto que: “[...] enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano [...]” (MOTA, 2013, p. 19).

Concorda-se com a afirmação de que a produção intelectual não tem, necessariamente, “[...] uma aplicação direta e imediata às ações profissionais”, o que indicaria “uma compreensão no mínimo enviesada da relação entre teoria e prática, sob o argumento da identidade ou da complementaridade, subtraindo desta a relação de unidade” (MOTA,

2013, p.19). Porém, considera-se importante investigar de que forma a produção pautada nas obras de um autor cuja centralidade é a “ação política” possibilita meios ou indicações para o campo do exercício profissional.

Conforme expressa Lara (2011, p. 201), “[...] quando nos referimos à prática, não queremos dizer uma prática pragmática, bem ao modo burguês, mas uma prática que tenha relação direta com a *práxis social* entendida como campo de possibilidades da transformação social”. É, portanto, indubitável que o Serviço Social brasileiro tem avançado no campo da pesquisa e na produção do conhecimento, inclusive por sua maturidade intelectual, pois, de acordo com Netto (2009b, p.685):

[...] o profissional precisa encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (públicas e privadas) que se propõem a enfrentá-las. [...] é indispensável para o profissional contextualizar a sua intervenção; e a determinação daquelas mediações possibilita apreender o alcance e os limites da sua própria atividade profissional.

Para o Serviço Social, é fundamental o conhecimento da realidade subsidiado pelo conhecimento teórico e no movimento de apreensão do concreto, porque, conforme afirma Netto (2009b, p. 685), tomando Marx por referência, “[...] é o conhecimento do concreto que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só ‘a viagem de modo inverso’ permite esta reprodução”.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida parte da hipótese de que a apropriação do pensamento de Gramsci pelo Serviço Social tem contribuído para o seu adensamento teórico-metodológico, bem como fornecido elementos essenciais para a criação de uma cultura política crítica no enfrentamento às expressões da questão social e a apreensão do alcance do projeto profissional e sua vinculação aos projetos societários.

O Serviço Social tem utilizado intensamente as categorias gramscianas; entretanto, desde a publicação da obra de Simionatto (1999) não houve qualquer outra produção que apontasse como se encontra, na atualidade, o “estado da arte” da inserção do pensamento do autor italiano no Serviço Social brasileiro.

A despeito da conjuntura vivida a partir dos anos de 1990, com a introdução do modelo neoliberal, especialmente iniciando nos governos de Fernando Henrique Cardoso, o Serviço Social brasileiro, mesmo “contra a corrente”, constrói seu projeto profissional com princípios assentados na liberdade, na justiça social, na democracia tomada como valor ético-político central, na equidade, na autonomia, com vistas à construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, desvelando, dessa forma, os grandes desafios postos à profissão.

No século XX, as grandes transformações societárias e as novas determinações econômicas e sociopolíticas incidem fortemente sobre os papéis e as funções do Estado, deflagrando uma ampla alteração nas relações entre Estado e classes sociais. O surgimento e a assunção da ideologia neoliberal reposicionam o mercado como instância central da regulação da vida social; por isso se recorre à defesa da maior presença do Estado no atendimento às demandas dos setores pobres e vulneráveis, consoante determinações dos organismos internacionais e, de outra parte, garantem-se índices de produtividade da indústria que servem de esteio à ciranda do capital financeiro.

Tal cenário revela “[...] um novo tipo de regulação social operado pelo aparato estatal, que passa a combinar um alto grau de intervenção no financiamento e na regulação do crescimento econômico, voltado para a garantia dos superlucros dos monopólios [...]” (DURIGUETTO, 2007, p. 79). O capital financeiro se constitui, portanto, como um campo prioritário no processo de mundialização da economia, o que institui uma ofensiva da articulação entre Estado e capital contra os direitos sociais, em especial, os trabalhistas e previdenciários.

Esse conjunto de mudanças eclodidas com a crise mundial do capital nos países de capitalismo central atinge o Brasil a partir dos anos 1990 e perpassa a conjuntura brasileira à medida que se inicia o período de ajustes macroeconômicos e a introdução da ideologia neoliberal, que alteram em grande medida as relações entre Estado e sociedade civil na esteira das novas requisições da sociabilidade do capital. O redirecionamento das funções do Estado, a despolitização do conceito e das práticas da sociedade civil, a (re) valorização do indivíduo e dos interesses econômico-corporativos, a apologia do consumo chancelada pelo mercado e as inúmeras implicações da atual dinâmica capitalista e de suas formas de exploração nas esferas objetiva e subjetiva têm se constituído em temas de debate nos âmbitos acadêmico e político, com evidência de uma grande recorrência ao pensamento marxista e às categorias gramscianas para compreender a atualidade.

É possível verificar, nesse contexto, a constância do debate e da produção teórica apoiada no aporte gramsciano, e sua importância na afirmação do projeto ético-político profissional, na análise e atuação na realidade e no enfrentamento às novas expressões da questão social. Além do espraiamento da ideologia neoliberal, é imperioso reconhecer a forte presença do pensamento pós-moderno² e a emergência dos chamados “novos paradigmas” como caminhos para pensar o social e que recolocam na ordem do dia a necessidade de elaboração de contraposições a partir do campo marxista.

Nesse campo contraditório, o Serviço Social insere-se no âmbito das relações de poder com uma intervenção pautada nos aspectos socioeducativo e político, tendo uma relativa autonomia no desenvolvimento de suas ações. Esse terreno contraditório, permeado por interesses sociais muitas vezes antagônicos, é o *lócus* onde “[...] se refratam no terreno institucional enquanto forças sociopolíticas em luta pela hegemonia”, podendo “ancorar politicamente o trabalho realizado”. Têm-se aqui “[...] as necessidades sociais e aspirações dos segmentos subalternos”, como “[...] o público alvo do trabalho profissional” e suas possibilidades na potenciação e legitimação de novos rumos das ações profissionais. Necessário se faz, no entanto, o desvendamento das correlações de forças e identificar quais estão “[...] comprometidas com a democratização da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 422).

Se a atividade profissional dos assistentes sociais se inscreve “[...] predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos” (IAMAMOTO, 2008, p.418), justifica-se ampliar a compreensão da importância do pensamento gramsciano para o Serviço Social brasileiro, tendo em vista a inovadora relação que o pensador italiano retoma em sua obra no que concerne às relações entre estrutura e superestrutura, entre “necessidade e liberdade”, entre “causalidade e teleologia”.

² Cabe destacar que o pensamento pós-moderno situa-se na contraposição à modernidade; seus postulados buscam desqualificar os princípios e fundamentos teóricos e políticos do pensamento moderno, questionando a racionalidade e o cientificismo. Conforme Yazbek (2009, p. 157): “A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com análise totalizadoras [...] reitera a importância do fragmento [...]”.

1.2. PERCURSO METODOLÓGICO E ORGANIZAÇÃO DA TESE

Em busca dessas respostas e a fim de consubstanciar o estudo ora apresentado, realizou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa pautada no método crítico dialético, que parte dos dados contidos no material pesquisado, por meio da técnica de análise de conteúdo e da análise de discurso. No primeiro momento, utilizaram-se os procedimentos sistemáticos sugeridos por Bardin (2011) tendo como finalidade a “descrição do conteúdo das mensagens”. No entanto, a técnica de análise de conteúdo não vai além dessa primeira aproximação. E para aprofundar a análise dos textos, buscando tratar do caráter histórico e ideológico, utilizou-se a técnica da análise de discurso, conforme as indicações de Orlandi (2002).

Para a elaboração da tese, foi necessário um estudo da obra gramsciana, especialmente dos *Cadernos do cárcere*, a fim de apropriar-se das principais categorias elaboradas pelo pensador italiano, assim como buscar as contribuições de seus intérpretes. O segundo momento abarcou a pesquisa bibliográfica na produção teórica do Serviço Social brasileiro, no intuito de identificar as categorias e o trato dado a elas, possibilitando o processo de sistematização e análise dos textos.

A seleção das fontes para a pesquisa foi organizada compreendendo-se que elas deveriam ter um alcance que fosse além do universo acadêmico. Assim, definiram-se os periódicos, por serem produções que circulam em todos os campos da profissão e na publicização da produção científica. Com o propósito de adensar o material a ser pesquisado, optou-se por inserir nas fontes o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. A escolha do ENPESS decorre do fato de se tratar de um encontro nacional, sendo um dos maiores eventos científicos da categoria, constituindo-se num espaço privilegiado para a comunicação de resultados de pesquisa e a socialização da produção de conhecimento no âmbito da profissão.

A definição dos periódicos que seriam pesquisados ocorreu pela relevância para a categoria profissional, observando-se, para isto, a circulação; quanto à acessibilidade, priorizando aqueles disponibilizados via *on-line*; e quanto à qualificação no Webqualis da CAPES (A1 e B2)³ no período pesquisado, sendo assim identificados: Serviço Social e Sociedade (estrato A1); Revista Katálisis (estrato A1); e Revista

³ Conforme Comunicado nº 001/2012 – CAPES Webqualis.

Temporalis (estrato B2)⁴. Decididas as fontes a serem pesquisadas, realizou-se um levantamento prévio e, inicialmente, se identificaram 933 artigos nos periódicos e 5.251 artigos no ENPESS, totalizando 6.184 artigos, sendo este o universo de textos a explorar, com o objetivo de selecionar os que indicam alguma interlocução com o pensamento gramsciano. O estudo exploratório dos artigos previamente delimitados proporcionou a identificação de 243 artigos que indicavam alguma aproximação com o pensamento de Antonio Gramsci e isso ocorreu por meio da leitura dos resumos, das palavras-chave e da identificação das referências utilizadas pelos autores.

Na fase de exploração do objeto da pesquisa, realizou-se a “leitura flutuante” (BARDIN, 2011) dos 243 artigos, a qual teve por finalidade estabelecer um primeiro contato com os textos. Tratou-se de uma leitura prévia para a constituição de uma visão integral do assunto pesquisado. Essa leitura prévia foi realizada entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, com complementações, após a banca de qualificação, no primeiro semestre de 2015. Para essa “leitura flutuante” foram definidos três critérios: 1º) identificar, nos resumos, o tema e o objetivo do texto; 2º) identificar, nas palavras-chave, categorias gramscianas; e 3º) buscar, nas referências, indicações da obra de Gramsci. Levando em conta esses critérios, chegou-se ao universo a ser explorado com uma leitura mais aprofundada. Com o término da “leitura flutuante”, identificou-se a presença de Gramsci nas fontes pesquisadas conforme indica a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1- Levantamento geral dos artigos publicados referenciados em Gramsci

Revistas e Anais	Trabalhos Selecionados
Revista Katálysis	22
Revista Serviço Social e Sociedade	43
Revista Temporalis	27
ENPESS	151
TOTAL	243

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa realizada para esta tese.

⁴ A indicação da Revista Temporalis ocorreu por ocasião da banca de qualificação, que a considerou uma fonte importante a ser analisada e prontamente aceita pelo que representam para a profissão as produções deste periódico.

Dos 243 artigos selecionados previamente, com alguma referência à Gramsci, realizou-se uma nova leitura, agora, a “leitura seletiva” (BARDIN, 2011), ou seja, mais aprofundada, em que se buscou selecionar as informações necessárias à elaboração da pesquisa, com a finalidade de delimitar os artigos que se fundamentavam no pensamento de Antonio Gramsci. Nesse sentido, definiram-se outros critérios para a seleção, os quais abrangeram:

- a) textos com citações diretas e/ou indiretas de A. Gramsci;
- b) textos que trabalham as categorias de A. Gramsci;
- c) textos produzidos por Assistentes Sociais.

Tendo por base esses critérios, no período de janeiro a abril de 2015, prosseguiu-se com a “leitura seletiva”, procurando, através da leitura do texto, identificar categorias e/ou citações do autor. O estudo ora apresentado propõe-se a sistematizar e analisar os artigos produzidos pelos autores evidenciando as mediações elaboradas com os temas identificados, sem a intenção de tecer críticas, mas identificando as contribuições para a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro. Por meio desse processo mapearam-se os textos que estavam estruturados no pensamento de Gramsci. É o que demonstra a Tabela 2 seguir.

Tabela 2 – Levantamento final dos artigos publicados referenciados em Gramsci.

Revistas e Anais	Trabalhos Pré-selecionados	Trabalhos Excluídos	Trabalhos Selecionados
Revista Katálysis	22	15	07
Revista Serviço Social e Sociedade	43	29	14
Revista Temporalis	27	17	10
ENPESS	151	69	82
TOTAL	243	130	113

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa realizada para esta tese.

Prosseguindo as análises dos dados coletados na pesquisa dos textos selecionados, vale destacar os critérios de exclusão dos artigos, sendo que os de maior incidência para exclusão foram os textos que, apesar de citarem Gramsci, não trabalharam suas categorias, o que significa que a reflexão elaborada não se pautou no pensamento gramsciano; o segundo fator de exclusão foi o de que os textos não

tinham, em seu conteúdo, citações à Gramsci, e sua obra aparecia apenas nas referências, sem que o texto demonstrasse a fundamentação no pensamento gramsciano. E por último, foram excluídos os textos que não foram escritos por assistente social, indicando que, de certa forma, a profissão vem buscando a construção teórico-metodológica respaldada na interlocução com outras áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, identificaram-se as seguintes áreas mais recorrentes: sociologia, direito, ciências sociais e história.

Após a leitura seletiva, restaram, para compor o material de pesquisa, 113 artigos. Tendo como ponto de partida essa seleção, elaboraram-se os quadros das “Unidades de Registro” (BARDIN, 2011) para cada fonte pesquisada, os quais serviram de referência para as análises a serem desenvolvidas, possibilitando a elaboração dos quadros de caracterização da produção teórica do Serviço Social.

A elaboração dos quadros das “Unidades de Registro”, realizada no segundo semestre de 2015, referenciou-se em três indicadores:

- a) incidência de categorias gramscianas;
- b) tema em que o Serviço Social pauta sua reflexão no pensamento de Gramsci;
- c) eixos de discussões utilizados pelos autores.

Em relação ao primeiro indicador, *incidência de categorias gramscianas*, após a leitura dos 113 artigos, identificaram-se 29 categorias utilizadas nos textos analisados, sendo elas: hegemonia, sociedade civil, Estado, classe subalterna, cultura, sociedade política, ético-político, vontade coletiva, transformismo, ideologia, revolução passiva, senso comum, política, pequena política, consenso ativo/coerção, rupturas moleculares, econômico-corporativo, espontaneidade, intelectual, correlação de forças, americanismo-fordismo, guerra de posição, estrutura/superestrutura, partido, catarse, Oriente/Ocidente, nacional-popular, aparelhos privados de hegemonia e crise orgânica. Ao se efetuar a análise de conteúdo, evidenciaram-se três (03) categorias com maior frequência: hegemonia, Estado e sociedade civil. Assim sendo, com a identificação das categorias mais utilizadas pelos autores do Serviço Social brasileiro, realizou-se uma nova seleção de textos que passaram a compor o que se denominou “Quadros de Caracterização da Produção Teórica do Serviço Social”, destacando as categorias que mais foram utilizadas.

Para a seleção dos artigos, na composição desses quadros, utilizaram-se os seguintes critérios: a) não repetir autores num mesmo periódico e no ENPESS; b) não incluir no ENPESS autores selecionados nas revistas; c) identificar a partir de qual categoria os textos elaboraram

suas reflexões, focando nas três elencadas (hegemonia, sociedade civil e Estado); e d) selecionar todos os textos que tivessem como eixo de discussão as categorias elencadas. Dessa forma, chegou-se a 56 textos que serão analisados detalhadamente, por meio da técnica da análise de discurso, totalizando 49,5% dos 113 textos previamente selecionados.

Numa primeira análise das produções teóricas do Serviço Social, no período de 2000 a 2012, levando em conta as fontes selecionadas para a pesquisa, ficam evidentes a reflexão e o debate da profissão, fundamentados nas categorias gramscianas tanto para compreender o movimento geral da sociedade quanto a particularidade da ação profissional. Isto porque tais categorias⁵: “hegemonia”, “sociedade civil” e “Estado”, são mediações fundamentais para desvelar as políticas sociais, a luta pela ampliação da cidadania via garantia de direitos, a defesa da democracia, questões que perpassam as práticas profissionais e presentes nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, haja vista que os mesmos atuam, em sua grande maioria⁶, nas esferas estatais, mas também nas empresas privadas e nas organizações da sociedade civil.

Pode-se igualmente considerar a apropriação da categoria “hegemonia” como um desdobramento do intenso debate sobre a direção social da profissão no âmbito da categoria profissional, especificamente na instituição do projeto ético-político do Serviço Social. Contudo, a pertinência desse conceito conforme expressam os textos analisados não se restringe à profissão, posto que no eixo de inspiração gramsciana vincula-se ao Estado em sentido amplo (sociedade política e sociedade civil) a concepção de democracia elaborada pelo marxista sardo. Nesse sentido, a apropriação do pensamento de Gramsci torna-se subsídio teórico e ético-político ao assistente social, para o desvelamento da totalidade da vida social, abarcando a economia, a política, a cultura e a ideologia.

⁵ Optou-se por focar a análise das categorias nas três primeiras, por demonstrarem um grande distanciamento das outras no que se refere à frequência de utilização nos textos, permitindo, assim, uma leitura que se aproxima da realidade de elaboração dos artigos.

⁶ “Pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social, com base em dados de 2004, constata que, no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal [...]. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% [...], seguido do “Terceiro Setor”, com 6,81%” (IAMAMOTO, 2009, p. 345).

Com a leitura e análise dos quadros das “Unidades de Registro”, portanto, partindo de uma análise mais geral dos textos, pode-se dizer que o ímpeto pelo estudo das categorias gramscianas nas produções teóricas do Serviço Social tem por objetivo identificar as concepções de “Estado” e “sociedade civil”, desvelando os papéis atribuídos a essas esferas, possibilitando uma reflexão acerca da configuração de ambos, bem como revelando a relação instituída entre “Estado” e “sociedade civil” e seus reflexos à ação profissional. Há também uma grande incidência de textos que visam recuperar a relação dialética do “Estado” e da “sociedade civil”, com a finalidade de demonstrar os desdobramentos e as implicações ideológicas que perpassam essa relação.

Por outra parte, os estudos das categorias: “Estado” e “sociedade civil” indicam o intuito de contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social, assim sendo, são textos que visam adensar a dimensão teórico-metodológica da profissão, transformando-se em importantes fundamentos que referenciam a ação profissional, especialmente, na leitura da realidade social.

Em relação à categoria “hegemonia”, os textos selecionados se referem à pertinência da reflexão crítica sobre o fortalecimento do projeto profissional vinculado a um projeto societário capaz de disputar a direção social da profissão. Outro aspecto identificado é o de que se evidencia a necessidade de pensar a categoria “hegemonia” como suporte às lutas sociais na realidade social, demanda esta posta aos assistentes sociais em seu cotidiano, especialmente na relação com os movimentos sociais e a esfera do controle social no âmbito das políticas sociais no contexto neoliberal.

Depreende-se, dessa primeira análise, que as categorias gramscianas: “hegemonia”, “Estado” e “sociedade civil” podem contribuir para a leitura da realidade, principalmente diante das profundas transformações societárias da atualidade, como também podem estabelecer nexos e contribuir para a análise dos determinantes sociais que perpassam a profissão.

No que se refere ao segundo indicador: *temas referenciados na obra de Antonio Gramsci* identificou-se uma riquíssima gama de temáticas, chegando a 30 diferentes temas, e desses destacam-se sete (07) temas recorrentes na produção teórica do Serviço Social, sendo eles: participação e controle social, políticas sociais, movimentos sociais, Estado e sociedade civil, política de educação e de assistência social.

Tal identificação demonstra que a produção teórica do Serviço Social, no período de 2000 a 2012, vem adensando sua interlocução com temas pertinentes ao cotidiano profissional, relacionando-se diretamente com a intervenção na realidade social, diante das demandas e dos desafios postos à profissão.

Dos sete temas identificados, destacaram-se, para as análises dos textos, o tema da “*participação e controle social*”; o tema das “*políticas sociais*”; e o tema dos “*movimentos sociais*”. Excluíram-se dessa avaliação os temas: “política de educação” e “política de assistência social”, por se compreender que essas discussões inserem-se na reflexão sobre as políticas sociais. Vale salientar que, abrangendo todos os temas identificados na pesquisa, e pela vinculação entre eles, também se abordam as discussões de temas, como: a *concepção teórica do Estado e da sociedade civil*, a *ação profissional e o projeto ético-político*, e por fim, *a sociedade civil e o terceiro setor*.

Quanto ao terceiro indicador apresentado nas Unidades de Registro, os *eixos de discussões* utilizados pelos autores, evidencia-se a direção teórica e política de cada texto, desvelando as categorias, os temas e as reflexões conclusivas dos autores. Através dos *eixos de discussões* foi possível identificar que os textos pesquisados trabalham prioritariamente em duas direções, a saber: as reflexões sobre as transformações da realidade social e as considerações sobre o exercício profissional e os desafios postos na implementação do projeto ético-político do Serviço Social. Os *eixos de discussões* abarcam reflexões críticas e analíticas sobre as relações entre sociedade e Estado, assim como a concepção de hegemonia e sua construção, enfatizando as correlações de forças presentes. Essas reflexões perpassam as análises de cada tema estudado pelos autores.

A presente tese está organizada em quatro capítulos, em que se apresentam a produção teórica do Serviço Social e o cotejamento com as categorias: Estado, sociedade civil e hegemonia, de forma separada. Convém esclarecer que isto ocorre somente por uma questão didática de exposição do objeto. Na realidade, as reflexões dos autores analisados trabalham essas categorias de forma relacional. Elas também não são trabalhadas separadamente por Gramsci, mesmo considerando o caráter multifacetário e fragmentado da sua obra, tendo em vista as condições a que foi submetido nas prisões do fascismo. Ao percorrer os *Cadernos do cárcere* é evidente o encadeamento dialético de seu pensamento e dos conceitos que lhe dão sustentação. Conforme analisa Coutinho (2012, p. 79): “[...] do ponto de vista do conteúdo, porém, a preocupação sistemática é evidente: [...] há alguns temas centrais, relacionados entre

si, em torno dos quais se articula estruturalmente o vasto material investigado”. Nesse veio argumentativo, esclarece Coutinho (2012, p. 80):

Aquele ‘primeiro elemento’ analisado, revela sua gênese histórica na distinção entre classes sociais antagônicas; e, desenvolvido e concretizado desdobra-se nas distinções necessárias a serem feitas no interior das superestruturas (na esfera política) entre as quais se destaca a elaboração das determinações dialéticas da sociedade civil/aparelhos privados de hegemonia e da sociedade política/aparelhos estatais de coerção.

No primeiro capítulo da tese, intitulado “O Socialismo no século XXI e os dilemas do Marxismo”, discute-se o contexto sócio-histórico do “socialismo real” e a incidência de seu refluxo na matriz da teoria social crítica. Apresentam-se as circunstâncias dos questionamentos do marxismo e sua inflexão no campo das ciências sociais permeadas pelos postulados pós-modernos⁷, e nessa trilha, as elaborações de Antonio Gramsci no campo marxista. Nesse capítulo recupera-se a trajetória do marxismo no Serviço Social brasileiro, apresentando os principais fatos que marcaram o processo de renovação profissional, buscando demonstrar a maturidade intelectual do Serviço Social. Por fim, demonstra-se a interlocução da profissão com o pensamento de Gramsci, destacando as categorias e os temas que se relacionam, os quais oferecem importantes aportes à produção do conhecimento no âmbito da profissão.

O segundo capítulo, cujo título é: “O Estado em Gramsci e a produção teórica do Serviço Social”, tem um percurso que salienta a concepção de Estado em Gramsci. Analisam-se os artigos produzidos em que o fio condutor de suas reflexões é o Estado, perpassando pelos temas: a concepção teórica de Estado, o Estado e as políticas sociais, e o Controle Social.

No terceiro capítulo, “A sociedade civil como tema na produção teórica do Serviço Social”, a pesquisa aponta a interlocução da profissão com a categoria sociedade civil. Procede-se à análise dos artigos produzidos, norteados por essa categoria, desvelando os seguintes temas: a concepção teórica de sociedade civil, o controle social, a sociedade civil e o terceiro setor e os movimentos sociais.

⁷ Aqui são referenciados os estudos dos seguintes autores: Hobsbawm (2011), Eagleton (1998), Harvey (1992), Jameson (1996), Japiassu (2012), Netto (1996) (1991b), Simionatto (2009b), Iasi (2013), Santos (2007) e Coutinho (2008).

No último capítulo, “O Serviço Social e a reflexão sobre a hegemonia”, a pesquisa aponta a particular apropriação da categoria hegemonia na produção teórica do Serviço Social brasileiro. A análise dos textos identificou que essa categoria vem sendo discutida nas seguintes temáticas: a ação profissional e o projeto ético-político, os movimentos sociais, o controle social e a disputa da hegemonia e as políticas sociais no contexto neoliberal.

Por fim, nas considerações finais, apresentam-se reflexões acerca do objeto pesquisado, buscando desvelar a profícua produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, resgatando seu processo sócio-histórico de amadurecimento intelectual e apontando a interlocução da profissão com o pensamento de Antonio Gramsci.

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”.

K. Marx e F. Engels (Manifesto Comunista).

2. O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI E OS DILEMAS DO MARXISMO

As leituras e discussões sobre o marxismo que se apresenta no tempo atual resultam do processo sócio-histórico iniciado com a Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos no que se refere à possibilidade de construção do socialismo. Destaca-se, nesse sentido, que o socialismo soviético foi um importante momento que incidiu profundamente no debate e na apreensão do marxismo de forma mais abrangente. As análises de Leandro Konder (2009) indicam que o primeiro enfrentamento do marxismo situou-se na experiência do socialismo soviético que terminou por levar o país a uma ditadura de Estado/partido sem condições de criar um socialismo pautado na livre associação de homens e mulheres. Destarte, a matriz política e econômica que fundamentou o socialismo soviético acabou por restituir o sistema capitalista, especialmente por pautar-se no autoritarismo, na falta de democracia e liberdade civil, afetando todo e qualquer aspecto da vida social (MILIBAND, 1993). Nas análises feitas por autores e pesquisadores contemporâneos⁸, o socialismo soviético não foi capaz de instituir uma socialização democrática e seu processo de construção se materializou na estatização dos meios de produção e na burocratização de um sistema de poder totalitário.

Deste quadro, infere-se que os elementos que levaram o socialismo soviético ao seu refluxo situam-se no atraso econômico, político e social dos países onde o regime se instituiu, visto que vivenciaram períodos de guerra e, portanto, encontravam-se devastados em suas organizações sociopolíticas e econômicas, resultando num processo de sujeição de todas as instituições e pessoas a um regime ditatorial, especialmente com a criação do “comunismo de guerra” (BLACKBURN, 1993, p. 111). Acrescente-se a este quadro a manutenção das relações produtivas e sociais que permaneceram capitalistas, na verdade, foram mantidas por meio do próprio Estado, que passou a controlar as indústrias e a garantir o lucro, estabelecendo-se assim, o “capitalismo de Estado” (BETTELHEIM, 1979). Nessa linha

⁸ Miliband (1993), Blackburn (1993), Bettelheim (1979), Hobsbawm (1998).

argumentativa, conforme estabelece NETTO (1991b), o refluxo do socialismo soviético, entre outros aspectos, ocorre tanto por uma crise política como pela ausência de uma base econômica, uma vez que ele não conseguiu estabelecer uma base material própria para o campo produtivo, como fez o capitalismo. Logo, “a experiência soviética confirma que o mais difícil não é derrubar as antigas classes dominantes: o mais difícil é, de início, destruir as antigas relações sociais [...]” (BETTELHEIM, 1979, p. 26).

A centralização e a funcionalidade instituídas no âmbito do Estado significaram, de certo modo, um afastamento do ideário socialista em relação à democracia. Assim, na União Soviética, conforme constatado ao longo das décadas, privilegiaram-se posicionamentos cada vez mais autoritários e afastados da classe operária. Ou seja, o modelo socialista não se consolidou por intermédio da classe operária, uma vez que o processo de revolução não se efetivou por meio da luta de classes contra a dominação burguesa. O sistema se tornou autonomizado e centralizador de poder, dado que a verdadeira revolução de transformação das relações de produção capitalista “se verifica fora do campo de intervenção do direito burguês [...]” (MOTTA, 2013, p. 424). O partido político tornou-se cada vez mais um aparelho de Estado, fundindo-se a ele ao invés de garantir sua autonomia e tornando-se o condutor das massas populares na construção de uma vontade coletiva. Nessa perspectiva, tomando por referência o pensamento gramsciano,

[...] o [*partido*] deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (GRAMSCI, 2011b, p. 18, *grifo nosso.*)

Dessa forma, o socialismo soviético não suscitou a organização e a luta de classes, uma vez que o partido não teve como função a condução orgânica da classe operária para fazer germinar a vontade coletiva. Assim sendo, as contradições que se desvelaram no modelo socialista implementado pela União Soviética acabaram por torná-lo inviável, pela pressão que sofria com o desenvolvimento das forças produtivas em contraste com a centralização do planejamento, tanto político como econômico. Constatou-se que, a partir dos planejamentos centralizados dos países socialistas, manteve-se um modelo de

crescimento extensivo, sem criar uma base econômica que pudesse dar conta do desenvolvimento das forças produtivas (HOBBSAWM, 1998, NETTO, 1991b).

Nessa perspectiva, devido a uma necessidade premente de investimentos no processo de industrialização dos países considerados atrasados na esfera produtiva, foi possível observar, ao longo da história, que o socialismo soviético não foi capaz de superar as antigas relações de poder, por fragilizar-se, no campo ideológico, na construção de uma nova hegemonia. Portanto, a priorização no processo de aligeiramento da industrialização propiciou o desenvolvimento das relações produtivas capitalistas, não sendo capaz de promover a sua superação e chegando ao seu esmorecimento⁹.

Cabe advertir que a história da queda do socialismo real de que se tem conhecimento é a história de um tipo específico de socialismo, pois, como assevera Hobsbawm (1998, p. 482): “o fracasso do socialismo soviético não se refere sobre a possibilidade de outros tipos de socialismo”.

Portanto, é contundente a conclusão de Netto (1991b, p.13) de que:

[...] a crise global do ‘campo socialista’ é a crise histórica terminal de um tipo de organização econômico-social e política pós-revolucionária – aquele em que coube ao novo Estado promover a instauração e a consolidação dos suportes urbano-

⁹ Sinaliza Hobsbawm (1998, p. 386-387): “o desmonte político do bloco soviético começou com a morte de Stalin, em 1953, mas, sobretudo com os ataques oficiais à era stalinista em geral e, mais cautelosamente, ao próprio Stalin [...]”. A política da *glasnost* (abertura) insidia sobre a população no sentido de construir uma nova concepção de mundo, e o fazia pela crítica à autocracia stalinista, pela característica assumida pelo Estado soviético, pautado num Estado policial sem a liberdade desejada.

Nessa esteira, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido de 14 a 26 de fevereiro de 1956, foi um marco decisivo pelas denúncias contra o stalinismo. Foi neste congresso que o secretário do partido, Nikita Krushev, em seu discurso, denunciou os abusos cometidos pelo regime de Stalin, enfatizando o culto à personalização, decorrendo dessa situação um processo de dissidência dos países do leste europeu que compunham o bloco socialista. A partir de então, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS passou a executar o processo que foi denominado de “desestalinização”, ou seja, passou por um processo de revisionismo que teve como finalidade promover a aproximação com os países capitalistas, demarcando a conhecida “política de degelo”.

industriais que, na projeção original de Marx, eram pressupostos da revolução proletária. O que entrou em crise é uma forma determinada de transição socialista – aquela em que o Estado engendrado na revolução aparece fundido com o aparelho partidário, no exercício de um monopólio político que substitui o protagonismo dos trabalhadores e da inteira sociedade, no marco do qual seu desempenho econômico-social centra-se na realização de tarefas que historicamente configuraram, uma vez cumpridas, as condições para a supressão da ordem burguesa.

Nas palavras do autor, trata-se da crise de um determinado tipo de socialismo, vinculada a uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento (NETTO, 1991b). O denominado “socialismo real”, pela sua concentração de poder no Estado e do planejamento econômico centralizador, destituiu o protagonismo da classe trabalhadora, contraditoriamente aos pressupostos da teoria marxiana de transformação da sociedade. Nessa esteira, o que se constituiu na União Soviética, com o “socialismo real”, foi o reforço à divisão capitalista do trabalho, prevalecendo relações pautadas no poder de uma classe sobre a outra, sem superar a intensificação dos processos da esfera produtiva e a divisão das classes. São claras as contradições do “socialismo real”, que abandonou os pressupostos da teoria social crítica marxiana, contradições essas que ocasionaram a crise estruturante que o fez sucumbir. Assim como o “socialismo real” apostou na centralização do poder, no planejamento rígido do campo econômico focado no crescimento e desenvolvimento industrial (a qualquer custo), na absorção do partido pelo Estado, enfeixando as relações de poder centralizadas e personificadas em uma figura (desvelando o autoritarismo), também desconsiderou o poder de organização da classe operária e manteve as relações sociais de produção capitalistas, afastando-se completamente da luta da classe proletária, quadro este que resultou em seu próprio desmantelamento¹⁰.

Por conseguinte, é amplamente conhecida a teoria marxista-leninista, que serviu de base teórica ao “socialismo real”, mas foi

¹⁰ Os países socialistas, conforme Hobsbawm (1998, p. 470), “[...] tem seu colapso econômico entre outubro de 1989 e maio de 1990”. Reflexo do colapso da política e da economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS e do bloco soviético, fato emblemático foi a queda do Muro de Berlim, que foi derrubado pela população em novembro de 1989.

cedendo espaço ao pensamento stalinista, que defendeu o partidarismo e a suplantação do Estado pelo poder do partido, o que acabou se transformando na chamada “ditadura do proletariado contra si mesmo”. Para Netto (1991b, p. 20): “[...] o marxismo-leninismo reclamou-se saber absoluto e como tal chancelou tanto uma paralisia teórico-ideal quanto as cambiantes linhas táticas do pragmatismo da autocracia stalinista”. Assim sendo, o que esteve em crise foi esta vertente oficial, que não promoveu o avanço da sociedade socialista, nem em seus aspectos teóricos e práticos ou sequer em sua concepção de mundo, o que acabou sendo identificada como a crise do marxismo.

Ainda que para muitos pensadores liberais e para um campo da esquerda o refluxo do “socialismo real” tenha significado uma crise do marxismo, constata-se, ao consultar os autores marxistas contemporâneos, que o ocorrido na União Soviética não se fundamentou no genuíno marxismo. Conforme Blackburn (1993, p. 116-117): “Marx frisava que o socialismo nasceria do movimento do real e não seria artificialmente preparado pelos pensadores em seus estudos [...]” e o movimento operário deve ter condições e força diretriz da sociedade (criando partidos, associações, sindicatos, jornais etc.) para a concretização da revolução socialista, o que de fato não ocorreu na União Soviética (BLACKBURN, 1993).

Nesse percurso reflexivo, destaca-se que a teoria social de Marx aponta que, para a revolução proletária, é necessária a construção de uma ampla organização coletiva da classe operária, e as condições para essa revolução emergem no seio da própria sociedade capitalista. Assim, o processo organizativo massivo do proletariado é condição necessária para a consolidação da construção da vontade política autônoma. Na visão de Marx, a transformação da sociedade exige as

[...] condições materiais para a emancipação e surgem como produto da época burguesa. [...] Necessita, portanto, de uma [...] atividade social, [...] de condições históricas da emancipação, [...] de organização gradual e espontânea do proletariado em classe. (MARX; ENGELS, 2010, p. 66.)

Tomando por referência o Manifesto Comunista, a instituição do socialismo se caracteriza pela formação de novas relações de produção de tipo comunista, em que se priorize a produção coletiva sob a gestão do proletariado, com um consumo coletivo, centralizado nas necessidades humanas sem a produção da mais-valia, pois já não haverá um proprietário individual interessado na produção de lucros.

Nesse aspecto, Marx e Engels (2010, p. 53) deixam claro seu pensamento:

Não pretendemos de modo algum abolir a propriedade pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e à reprodução da vida humana – uma apropriação que não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. [...] Na sociedade burguesa o trabalho vivo é sempre um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é um meio de ampliar, enriquecer e promover a existência dos trabalhadores.

Portanto, recorre-se ao pensamento de Gramsci, que aponta para esse mesmo entendimento, especialmente quando se refere à constituição do Estado, o qual deve ser

[...] concebido como capaz de ser superado pela ‘sociedade regulada’, nesta sociedade o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à ‘sociedade regulada’, na medida em que absorve ambas em si, para superá-las (e não para perpetuar sua contradição). (GRAMSCI, 2010, p. 230.)

Para Gramsci, o papel do partido na tomada do Estado, ou seja, na construção da contra-hegemonia dos grupos sociais subalternos, tem importância porque ele é um instrumento de condensação de forças e poder na perspectiva de superação do Estado burguês. E Gramsci contrapõe-se claramente à fusão entre partido e Estado, ao modo como se operacionalizou no “socialismo real”. Sua defesa foi a criação de uma “sociedade regulada” que nasce da absorção da sociedade política pela sociedade civil, ambas constituintes do Estado, o qual será superado. Dessa forma, as elaborações gramscianas insistem na condição democrática das relações para a construção do socialismo, dado que “[...] a luta pelo socialismo requer hoje, mais do que nunca, a expansão da democracia representativa, a sua articulação com múltiplos organismos de democracia de base, a defesa de uma vida política e cultural aberta e pluralista” (COUTINHO, 2008, p. 72).

Segundo Motta (2013, p. 420): “[...] o socialismo é definido, fundamentalmente, a partir de dois atos fundadores: por um lado a estatização dos meios de produção por um Estado operário, por outro lado, a adoção do planejamento econômico”. Assim, o marxismo surge

como uma concepção de mundo em que a ação se define racionalmente, a qual captura as determinações e contradições do real, sintetizando-as pelas mediações e instituindo uma teoria econômica, social e política (LEFEBVRE, 2009). Para o marxismo, o estudo da realidade não pode se reduzir à compreensão do indivíduo e suas relações, bem como, observada a constatação da existência de contradições tanto no homem como na sociedade, não coaduna com a ideia de uma sociedade imóvel e imutável.

O surgimento do marxismo ocorreu em um tempo histórico determinado pelo nascimento das grandes indústrias modernas, que conformaram novas relações sociais pautadas na alienação e exploração do trabalho humano, configurando-se na contradição e disputa entre as classes sociais – o proletariado e a burguesia -, fato esse que não se alterou e persiste até o tempo presente. Dessa forma, o marxismo caracteriza-se como uma teoria social que, pela crítica que tece sobre o mundo moderno e suas contradições, propõe soluções racionais levando em conta o movimento do real e sua historicidade. Foi através dos estudos marxianos que se desvelou a estrutura contraditória da economia capitalista, analisando os elementos essenciais que a constituem: o salário, a produção da mais-valia, etc. (LEFEBVRE, 2009).

Ademais, foi Marx que evidenciou o papel histórico do proletariado e a viabilidade de construção de uma nova ordem societária, com uma nova economia pautada nas transformações das relações sociais. Contudo, é preciso ter claro que o marxismo não é, nem pretendeu ser, uma resposta acabada aos problemas surgidos na modernidade, pelo contrário, implícito no método, suas análises sempre estarão abertas para novas determinações e, por consequência, a novas análises e sínteses.

O marxismo, nas palavras de Lefebvre (2009, p. 23), “apresenta-se como um conhecimento racional do mundo que, continuamente se aprofunda e ultrapassa a si mesmo”, portanto, trata-se de uma teoria vinculada a uma filosofia e a um método que se desenvolve por meio da crítica, sem destruir seus princípios. Fundamentado no materialismo histórico dialético, permite desvendar as expressões de uma época histórica, das relações sociais e produtivas e seus desdobramentos na vida social, e o faz através da análise do movimento do real em sua totalidade.

De outra parte, a não compreensão da importância da análise do real contida no materialismo histórico dialético e a desconsideração da essencialidade da totalidade direcionam o marxismo para um viés instrumentalizado, mecanicista, como de fato ocorreu ao longo da

história. É importante destacar que, como resultado dos enfrentamentos vivenciados pela teoria marxista, se instituiu “[...] um terrível empobrecimento do marxismo como teoria, a perda de seu vigor como fermento, e a amputação da sua riqueza dialética [...]” (KONDER, 2009, p. 22).

Ademais, os conflitos do marxismo apontados por Konder (2009), iniciados com o refluxo do “socialismo real”, revelam-se também no âmbito da socialdemocracia que, na clandestinidade, na Alemanha assolada por Hitler, perdeu um número significativo de marxistas, e assim, em seu retorno à ação política legalizada, não foi capaz de propor uma pauta fundamentada nos postulados marxianos, por não se caracterizar mais como um partido da classe operária (KONDER, 2009, p. 25). Para o autor, em nenhum lugar, seja em Portugal, na Espanha ou na França, a socialdemocracia conseguiu construir um novo caminho para o socialismo, focando-se muito mais em movimentos de reformas que provocaram o reforço do modo de produção capitalista. Outro enfrentamento do marxismo apontado por Konder (2009) situa-se na experiência da China com Mao-Tse-Tung, através de sua “revolução cultural” que, por fim, fez prevalecer a “razão do Estado tornando a realidade do país muito distante da proposta socialista [...]” (KONDER, 2009, p. 25).

Seguindo essa reflexão é importante destacar que, nas décadas de 1960-1970, foram consolidadas as economias capitalistas, que se desenvolveram aceleradamente e, por outro lado, as economias dos países socialistas iniciam um processo de refluxo, atingindo seu ápice a partir dos anos de crise pós 1973. Essa crise também refletiu nas economias capitalistas, diminuindo significativamente seu ritmo de desenvolvimento, mas mesmo assim, esses países se tornaram mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970 (HOBSBAWM, 1998).

Diante deste quadro, com o gradativo avanço da pós-modernidade e com o refluxo do “socialismo real”, o marxismo passou a ser questionado no campo da ação política, uma vez que

[...] a esquerda da atualidade sofre de um marxismo penitente – praticado por marxistas e ex-comunistas (ou seriam pós-comunistas) que, para purgar-se do desastre em que se saldou a experiência do chamado “socialismo real” pretendem superar a ortodoxia metodológica pela via do pluralismo, transitar da modernidade do socialismo científico para a criatividade pós-

moderna da reinvenção das utopias, substituir a exigência da supressão da propriedade privada dos meios fundamentais de produção pelo controle social do mercado, deslocar as ‘velhas’ concepções das lutas de classes pelas ‘novas’ lutas sociais moleculares [...]. (NETTO, 2004a, p.10.)

Vale destacar que o atual quadro conjuntural resulta das segundas derrotas que a classe trabalhadora vem sofrendo ao longo da história, em que o capital e a classe burguesa reinventam-se a cada crise cíclica. Portanto, o marxismo necessita da luta política que reconheça as diferenças, em relação tanto aos pensamentos quanto às formas de vida social, o que requer dos “[...] socialistas dedicação muito mais do que no passado à luta ideológica, àquilo que os italianos costumam chamar de ‘batalha das ideias’” (KONDER, 2009, p. 28). Isto porque a história de construção do socialismo de que se tem conhecimento desvirtuou os princípios marxianos, tornou-se funcional a uma minoria que prioriza a manutenção do poder, sem levar em conta a importância da criação de uma nova hegemonia, o que, por certo, passa por uma nova formação cultural, ideológica, sedimentada por novos valores.

No entanto, a vitalidade do pensamento marxiano encontra-se exatamente na sua direção teórica, metodológica e política, tratando-se de uma teoria ontologicamente fundamentada, com uma rica apreensão sócio-histórica da realidade. A teoria social crítica elaborou um método científico de desvelamento dessa realidade e suas determinações, partindo do movimento do real, da compreensão da dialética e propondo, através da ação política revolucionária, a construção de uma nova sociabilidade (NETTO, 1991b).

Nessa mesma direção, Montaño (2013, p. 389) argumenta que:

[...] a atualidade e vigência do marxismo no século XXI radica na vitalidade destas questões: dos fundamentos ontológicos, da sua concepção de história e do método de conhecimento – como o melhor caminho para desvendar, tanto os fundamentos estruturais e permanentes do modo de produção capitalista, como seus processos dinâmicos e as formas que assumem na atualidade –, das categorias de análise que, a partir da ‘Crítica da Economia Política’, extrai da própria realidade a teoria do valor-trabalho, a exploração da mais valia, as contradições e as lutas de classes, a alienação [...].

Nessa perspectiva, concorda-se com NETTO (1991b) quando o autor afirma que a superação da ordem burguesa carece de organização coletiva, mas também há a necessidade de apropriação teórico-crítica dos pressupostos marxianos, pois, “[...] para que a superação venha a concretizar-se, serão precisas uma vontade e iniciativa políticas que mediante novos padrões organizativos possam mobilizar e (auto) direcionar massas de milhões de homens [...]” (NETTO, 1991b, p. 44). Ou seja, no potencial organizativo é que se vislumbram as condições de uma transformação, primeiro, da própria coletividade, e em seguida, da realidade. Assim sendo, a perspectiva revolucionária da teoria social crítica é um elemento que expressa a vitalidade e a atualidade do marxismo, pois, ao se reconhecer a importância da crítica à economia política realizada por Marx, se faz necessário reconhecer o lugar que ele reserva à ideia de revolução.

Ainda com relação a esse aspecto, de acordo com Weffort (2006, p. 232):

[...] se é verdade que a teoria política de Marx não se entende sem sua ‘crítica da economia política’, também é verdade que não se entende a sua teoria sobre as contradições econômicas do sistema capitalista sem uma noção a respeito de revolução que estas contradições estariam preparando.

No marxismo, a transformação da realidade é parte constitutiva de sua proposta, pois sua preocupação se situa nas análises das relações sociais e de produção, imbricadas na economia, na política e nas classes sociais. Portanto, o processo revolucionário carece de transformações revolucionárias a partir do movimento dialético da realidade, observando-se o processo sócio-histórico. Não obstante, para Marx, a compreensão do processo revolucionário emerge da organização coletiva da classe proletária, visto que o pensamento marxista sempre destaca a importância da luta de classes e reconhece que será a classe proletária a impulsionadora da revolução. Na concepção dos fundadores do marxismo:

[...] o verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores [...], pois, toda luta de classes é uma luta política [...] de todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. (MARX; ENGELS, 2010, p. 48-49.)

Nesse aspecto, os desafios enfrentados por Marx continuam sendo os do tempo atual, dado que “[...] as condições que colocam a ‘emancipação humana’ como luta necessária [...]” (WEFFORT, 2006, p. 247) permanecem vigentes, ou seja, nestes termos, o marxismo tem muito a dizer e a teoria social crítica ainda é fonte inspiradora para pensar a realidade e a ação revolucionária.

No século XXI, as relações sociais e de produção configuram-se por meio do processo de reestruturação produtiva, da desregulamentação do Estado e da mundialização do capital e sua financeirização, assim como pela disseminação do modelo político e ideológico neoliberal. Embora o projeto revolucionário marxista tenha demonstrado significativos movimentos de resistência, a proposta que se alastra passa pela constituição de um novo “contrato social”, em que o capitalismo poderá ser humanizado, obscurecendo as relações sociais de produção através de um discurso que se pauta no “controle social do mercado” (NETTO, 2004a).

Do mesmo modo, a fragmentação e a individualização de todas as esferas da vida fragilizam as formas de trabalho, atingindo a luta de classes e a organização coletiva e sindical. Diante de todo o processo de reestruturação produtiva, da precarização do trabalho (desde a relação contratual até à proteção social), apresentam-se novas formas de exploração da classe trabalhadora. Na atualidade, o trabalhador passa a cooperar com o processo produtivo como “produtor independente”,¹¹ não mais como força de trabalho explorada diretamente nas linhas produtivas; ele produz para o capital em seu domicílio ou temporariamente, vendendo o resultado de seu trabalho, ou seja, não vende de forma direta sua força de trabalho, mas vende um produto resultado de seu trabalho informal.

Salientam-se e se enaltecem, dessa maneira, as concepções que tratam do “empoderamento”, das ações focalizadas em pequenos grupos, da fragmentação e da individualização, desconsiderando a perspectiva das transformações por meio das lutas de classes. Nessa lógica, ocorre uma verdadeira pulverização da classe trabalhadora e um ocultamento das relações de exploração do trabalho. Então, é possível dizer que:

[...] a previsão de Marx de que o modo de produção capitalista tenderia a dividir a sociedade em trabalhadores e capitalistas parece mais atual do que nunca. Com a diferença de que, agora, uma

¹¹ Ver TEIXEIRA, Francisco. Marx no Século XXI: uma leitura de O Capital à luz da realidade contemporânea. Revista Praia Vermelha, 2013.

enorme parcela da classe trabalhadora é explorada sem a mediação da compra e venda da sua força de trabalho. (TEIXEIRA, 2013, p. 545.)

A atualidade e a vigência do pensamento de Marx edificam-se exatamente no processo de mundialização, o qual, em vários aspectos, se assemelha ao mundo previsto por Marx e Engels no Manifesto Comunista, pois, como enfatizaram os fundadores do marxismo:

[...] impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. (MARX; ENGELS, 2010, p. 43.)

Nessa perspectiva, é importante lembrar que pelo menos dois elementos do pensamento de Marx apresentam relevância para o tempo presente: o primeiro configura-se na visão que o autor tinha do capitalismo como sistema econômico historicamente temporário; e o segundo é que, em suas análises, a forma como atua o capitalismo desvela um movimento permanente de expansão e concentração e, por consequência, gerador de crises. No entanto, com extrema capacidade de criar alternativas para seu próprio desenvolvimento. Dessa maneira, vários aspectos da análise de Marx continuam hodiernos, especialmente, [...] a análise da irresistível dinâmica global do desenvolvimento econômico capitalista e de sua capacidade de destruir tudo quanto se antepusesse a ele, até mesmo aqueles elementos do legado do passado humano do qual ele próprio se beneficiaria, como as estruturas familiares. O segundo é a análise do mecanismo de crescimento capitalista, pela geração de ‘contradições’ internas – surtos infundáveis de tensões e soluções temporárias, o crescimento levando a crises e mudanças tudo produzindo concentração econômica cada vez mais globalizada. (HOBSBAWM, 2011, p. 22-23.)

Portanto, o impacto político do pensamento de Marx é de extrema importância, uma vez que seus estudos têm como centralidade o modo de produção capitalista e seus desdobramentos na vida social. E por outro lado, o impacto intelectual apresenta a mesma relevância, pois ele elaborou uma teoria da economia política que é fundamental teórica e metodologicamente para a transformação da realidade social. Na

verdade, “[...] de todas as ideologias associadas a movimentos sociais modernos, o marxismo foi de longe a que provocou [...] ampla margem não só para comprometimento e atividade políticas como também para elaboração teórica” (HOBSBAWM, 2011, p. 315).

Os últimos acontecimentos econômicos, com a grande crise iniciada em 2008, desvelaram a necessidade da intervenção estatal, não apenas no socorro ao grande capital, mas principalmente na superação da crise do próprio neoliberalismo. No entanto, essa crise reabilitou o Estado como ator econômico, justamente pelo fato de que tanto os trabalhadores como os capitalistas reconheceram sua importância intervencionista no mercado para que salvasse as indústrias. Atrelado a isto, segundo Hobsbawm (2011, p. 372): “[...] já havia sinais claros de militância nas empresas e insatisfação pública, ainda que entre os trabalhadores a velha tradição de ‘ir para as ruas’ já enfraquecera – embora ainda estivesse viva e fosse politicamente importante”. Mas também é fato que “[...] redescobrimos que o capitalismo não é a solução, mas o problema” (HOBSBAWM, 2011, p. 374), posto que, durante o período de 1945 a 1990, acreditou-se no êxito do capitalismo, contudo, o liberalismo da economia demonstrou ser incapaz de oferecer uma solução para os problemas sociais, econômicos e políticos do século XXI.

Por isso, é fundamental compreender que a crise do capital é estrutural e, nesse sentido,

[...] o mercado não tem nenhuma resposta para o principal problema com que se defronta o século XXI: o fato de que o crescimento econômico ilimitado e cada vez mais tecnológico, em busca de lucros insustentáveis, produz riqueza global, mas à custa de um fator de produção cada vez mais dispensável, o trabalho humano, e, talvez convenha acrescentar dos recursos naturais do planeta. (HOBSBAWM, 2011, p. 375.)

O autor é muito claro ao tornar evidente que o processo de mundialização do capital, por meio do ritmo acelerado da produção, resultando na superexploração da força de trabalho e culminando com sua eliminação progressiva, bem como destruindo os recursos naturais, pela robótica e pelo uso extensivo da tecnologia da informação, provoca crises e contradições no próprio sistema produtivo capitalista. Ou seja, o modo de produção capitalista avança na especialização tecnológica da produção e ao mesmo tempo cria sua insustentabilidade, pelos colapsos

e pelas incoerências que são inerentes ao seu processo de desenvolvimento.

Dessa reflexão depreende-se que, mais do que nunca, recorrer ao pensamento de Marx para compreender o quadro socioeconômico, político e cultural do tempo presente é uma necessidade fundamental, pois foi ele quem apresentou ao mundo a teoria crítica do capitalismo - que o fez melhor do que qualquer outro pensador - não obstante, também foi Marx que, através de suas análises profundas do sistema capitalista, pôde sinalizar até aonde ele nos levaria. Com efeito, “[...] Marx ainda tem muito a dizer àqueles que desejam que o mundo seja uma sociedade diferente e melhor do que a que temos atualmente” (HOBSBAWM, 2011, p. 15). Ademais, a vigência e a atualidade de Marx radicam-se, especialmente, na crítica da sociedade burguesa e das formas de injustiça e desigualdades produzidas pelo atual modelo de produção, tornando sua teoria social crítica não apenas atual, mas igualmente necessária.

2.1. ANTONIO GRAMSCI E O MARXISMO NO SÉCULO XX

No presente estudo, interessa o pensamento gramsciano, o qual se centrou na elaboração de respostas à construção do socialismo – em especial, nos países ocidentais –, sob a luz das experiências desencadeadas na Revolução Bolchevique. A influência da Revolução sobre o pensamento gramsciano ocorreu na busca, segundo Buciglucksmann (1980, p. 158-159), “[...] de uma ‘tradição soviética’ na classe operária italiana [...]”, o que resultou na configuração dos Conselhos de Fábrica, dado que, para Gramsci, o “leninismo” apontava para uma tarefa prática, ou seja, construir as bases de um Estado novo, assim como se vislumbrava na Rússia, porém, partindo da realidade vivida na Itália. O pensador sardo mantinha em seu horizonte que a “[...] criação de um novo Estado enquanto processo histórico deve apoiar-se em um trabalho preparatório, aderir à realidade histórica, mergulhar suas raízes nas contradições imanentes à sociedade capitalista” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 158). Nessa busca, o pensador sardo se orientou fundamentalmente pelos pressupostos de Marx e também no legado de Lenin. Por assim dizer, Gramsci promoveu um desenvolvimento original dos conceitos de Marx, Engels e Lenin, e nesse sentido, sua obra perseguiu a elaboração de estratégias que oferecessem respostas à transição ao socialismo, diante das novas configurações do modo de produção capitalista do século XX. Gramsci foi um pensador atento ao movimento da realidade em seu tempo

histórico; pôde acompanhar os grandes sindicatos, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por voto universal e secreto, a produção de conhecimento, bem como os jornais proletários de grande circulação. Foi, portanto, um pensador que, a partir destas condições, teve a capacidade de captar a dimensão fundamental das relações de poder na sociedade capitalista já desenvolvida. Conforme os estudos de Martins (2008, p. 215):

O que Gramsci concebe com muita propriedade é a realidade como algo aberto, um campo de possibilidades, sem inevitabilidades, isto é, um *lôcus* que pode adquirir outra conformação histórica dependendo das ações dos sujeitos que atuam em um ambiente com determinadas condições estruturais e superestruturais.

As categorias centrais do método crítico-dialético - totalidade, contradição, mediação, historicidade -, presentes em Marx, mantêm-se como fios condutores da obra gramsciana, sendo nesta perspectiva que o pensador italiano analisa a política e todas as categorias a ela relacionadas: Estado, sociedade civil, hegemonia, intelectuais, senso comum, bom senso, subalterno, relações de força, ideologia, bloco histórico, revolução passiva, guerra de posições, vontade coletiva, espontaneidade, direção consciente, etc. Gramsci buscava desvelar que a força das classes dominantes não se apoiava somente no controle da economia, mas também no conjunto de sofisticadas e complexas iniciativas culturais e políticas, utilizadas pelo capitalismo monopolista, como meios de massificação e despolitização dos trabalhadores e das massas populares. A revalorização das superestruturas vincula-se à clara percepção de que é nessa esfera que se trava, em última instância, a batalha decisiva entre as classes sociais. A filosofia da práxis, termo utilizado por Gramsci, é, desse modo, "[...] a síntese dialética entre a realidade objetiva do meio e a atividade subjetiva dos homens organizados livremente, entre as condições materiais e a intervenção humana, entre estrutura econômica e iniciativa política" (SEMERARO, 2006, p.34). Melhor dizendo, o historicismo de Gramsci tem relação com o materialismo dialético aplicado à análise e à compreensão da realidade histórica, uma vez que busca entender o mundo na sua concretude, fundamentado na interpretação das condições econômicas, sociais, políticas e culturais, reconstruindo o processo de produção e reprodução da vida material e observando as mediações e contradições nela existentes. E o fez estabelecendo, segundo Coutinho (2012, p. 83), "[...] uma relação prioritária de continuidade/superação dialética com o

patrimônio categorial de Lenin [...]”¹². Depreende-se ainda das análises de Coutinho (2012) que, na elaboração dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci desenvolveu e ampliou um importante movimento de continuidade e superação dos conceitos criados por seus antecessores. Nesse percurso realizado pelo autor sardo, destacou-se o movimento de superação que seu pensamento estabeleceu, dado que ele “[...] não entende o leninismo e o marxismo em geral como um conjunto de definições acabadas, mas como um método para a descoberta de novas determinações” (COUTINHO, 2012, p. 84).

Além de Marx e Lenin, pensadores importantes marcaram a reflexão inovadora de Gramsci sobre o marxismo. No debate italiano, destaca-se o marxista Antonio Labriola, mas também o liberal Benedetto Croce, revisionista da obra de Marx. É justamente nos *Cadernos do cárcere* que Gramsci, ao elaborar seu pensamento, se confronta com as tendências de interpretação do pensamento de Marx, tanto no campo do idealismo como no campo do determinismo econômico. O forte positivismo que permeava o debate italiano e as posições mecanicistas e deterministas originadas da Segunda Internacional foram os motivos que levaram Gramsci a retomar a obra de Marx, especialmente o Prefácio de 1859 à Crítica da Economia Política, recuperando “[...] a centralidade da relação dialética entre economia e política, ou entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade” a partir de uma “visão totalizante da realidade social” (SIMIONATTO, 2011, p. 19). A esse respeito ele diz:

A questão da ‘objetividade’ do conhecimento segundo a filosofia da práxis pode ser elaborada a partir da proposição (contida no prefácio à *Crítica da economia política*) de que ‘os homens tornam-se conscientes (do conflito entre as forças materiais de produção) no terreno ideológico’ das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas. (GRAMSCI, 2011a, p. 208-209.)

¹² Para Coutinho (2012, p. 84): “Devem ser assim preliminarmente recusadas, ao que me parece, duas posições igualmente unilaterais: 1) a que vê em Gramsci uma alternativa ao leninismo, ou seja, uma trajetória teórica que partiria diretamente de Marx (ou de Sorel, ou de Croce) e seria diversa ou mesmo antagônica à trajetória paralela de Lenin; 2) e a que, reconhecendo corretamente o vínculo essencial entre Gramsci e Lenin, minimiza o momento da renovação, da superação dialética, do ‘ir além’”.

A relação entre “consciência” e ideologia, repetida várias vezes nos *Cadernos do cárcere*, possibilita a Gramsci “[...] compreender a superestrutura como uma realidade objetiva e operante que mantém um nexos indissolúvel com a estrutura” (BIANCHI, 2008, p.135). Seu combate às posições economicistas e positivistas incrustadas no pensamento de Marx o levam a dedicar-se ao estudo das superestruturas sem, contudo, jamais desvinculá-la das condições materiais e das condições econômicas de produção. Para Gramsci (2011a, p.158), as expressões utilizadas por Marx, “[...] que afirmam certamente ser o desenvolvimento econômico determinado por condições materiais”, “[...] jamais reduzem estas condições à mera 'metamorfose do instrumento técnico'”. Nesse sentido,

[...] a filosofia da práxis não estuda uma máquina para conhecer e estabelecer a estrutura atômica do material, as propriedades físico-mecânicas dos seus componentes naturais [...], mas enquanto é momento das forças materiais de produção, enquanto é objeto de propriedade de determinadas forças sociais, enquanto expressa uma relação social e esta corresponde a um determinado período histórico [...]. O conjunto das forças materiais de produção é, ao mesmo tempo, uma cristalização de toda a história passada e a base da história presente e futura. (GRAMSCI, 2011a, p.160-161.)

Conforme aponta Simionatto (2011, p. 24), não há, no pensamento de Gramsci, “[...] uma rejeição da economia ou da esfera estrutural, mas um diagnóstico das novas determinações do capitalismo, dos problemas em jogo e da busca de soluções para enfrentá-los”, o que se expressa ao longo de suas elaborações carcerárias. Nestas, o marxismo é definido por Gramsci como filosofia da práxis, termo utilizado, por um lado, devido à censura, e por outro, para indicar a sua maneira original de interpretar o pensamento de Marx. Fundamentada no método histórico-dialético, nos postulados marxianos da crítica à economia, a proposta gramsciana, de acordo com Coutinho (2008, p. 102), era a de

[...] prosseguir o trabalho crítico iniciado por Marx, de estendê-lo a novos âmbitos da totalidade social, uma operação que se tornava ainda mais necessária na medida em que, na época de Gramsci a economia política deixava de ser o centro de articulação do pensamento burguês,

como o fora em sua fase de ascensão revolucionária [...].

Pode-se afirmar que a contribuição essencial da obra gramsciana situa-se no estudo e desvelamento das novas determinações da realidade, especialmente no âmbito da ciência política, concebida por ele por meio de dois conceitos, um “amplo” e outro “restrito”¹³. Para Hobsbawm (2011, p. 289), “[...] a maior contribuição de Gramsci para o marxismo consistiu em criar uma teoria marxista da política”. E nesse amplo campo, especificamente no exame da sociologia, suas reflexões teciam críticas contundentes ao denominado “marxismo vulgar”, que sofria forte influência das inspirações positivistas colhidas do pensamento burguês. Fazia suas críticas acusando-os de não se fundamentarem na historicidade e de se distanciarem do método dialético.

Pensar o socialismo, para Gramsci, implica diretamente num processo de criação de uma nova hegemonia, por isso sua teoria destaca a relevância da tomada de consciência da classe subalterna por intermédio da formação da “vontade coletiva nacional popular”. E nessa perspectiva, indica que as classes subalternas são as únicas capazes de construir um processo revolucionário, advertindo, contudo, que a transição ao socialismo não ocorrerá sem antes prepará-las, sendo a filosofia da práxis um instrumento imprescindível à conquista da sua hegemonia.

As reflexões gramscianas sobre a “filosofia da práxis” consistem em dar trato “[...] a sua especificidade, a sua originalidade e maior consistência [...] em relação às outras filosofias” (SEMERARO, 2006, p. 68). O pensador sardo enfatiza a originalidade da “filosofia da práxis”, especialmente quando afirma que ela é “[...] uma filosofia independente e original que tem em si mesma os elementos de um novo desenvolvimento para passar de interpretação da história a filosofia geral” (GRAMSCI, 2001, p. 32).

Assim é que a inovação de Gramsci nas elaborações sobre a “filosofia da práxis” situa-se na “[...] concepção materialista, mas ao

¹³ O conceito “amplo” de política refere-se ao momento “catártico”, que para Gramsci é “[...] aquele em que o homem afirma sua liberdade em face das estruturas sociais, revelando que – embora condicionado pelas estruturas e, em particular pelas estruturas econômicas – é capaz, ao mesmo tempo, de utilizar o conhecimento dessas estruturas como fundamento para uma práxis autônoma [...]” (COUTINHO, 2008, p. 106). E o conceito restrito refere-se ao que Gramsci denomina de “primeiro elemento”, ou seja, “[...] a esfera social onde se manifesta a existência de governantes e governados [...] *oriundos de uma relação de poder*”. (COUTINHO, 2008, p. 109, *grifo nosso*.)

mesmo tempo histórica e dialética da relação homem/natureza, cujo baricentro é constituído pelo conceito de práxis” (SEMERARO, 2006, p. 68), por entender que a “filosofia da práxis”, muito mais do que ser uma teoria capaz de oferecer conhecimentos, é também um instrumento de ação. Retomando as Teses sobre Feuerbach - "os filósofos interpretaram o mundo, mas trata-se agora de transformá-lo"-, Gramsci torna o marxismo realidade objetiva, ou seja, a sua compreensão como ação revolucionária. A filosofia da práxis, portanto, "deve se tornar política para tornar-se verdadeira, para continuar a ser filosofia, que a 'tranquila teoria' deve ser 'realizada praticamente', deve fazer-se 'realidade efetiva'", capaz de assegurar a "unidade entre teoria e prática" (GRAMSCI, 2011a, p.189). As preocupações de Gramsci não levam em conta somente uma "[...] investigação cognoscitiva do real, mas também a tarefa de elaborar uma linha de ação política que modifique as relações de força reabra o confronto hegemônico" (LIGUORI, 2007, p.107), tendo em vista a construção da sociedade socialista.

Gramsci (2011b, p. 218) preocupa-se em apresentar a “filosofia da práxis” como uma atividade teórico-política que, baseada na ação concreta do homem, “opera e transforma a realidade”. Dessa forma, para Gramsci, a “filosofia da práxis” como instrumento de ação teórico-política e histórico-social subsidia as classes subalternas no desenvolvimento de uma nova concepção de mundo, necessária à superação das condições em que vivem com vistas à construção de um novo projeto hegemônico. Por isso, a filosofia da práxis “[...] é uma filosofia que é também uma política, é uma política que também é filosofia” (GRAMSCI, 2001, p. 37).

Aqui a transformação do “senso comum” em “uma concepção de vida superior” também está ligada à teoria marxista e à função dos intelectuais com “os simples”, não no sentido de

[...] limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2011a, p. 103.)

Nessa perspectiva, a “filosofia da práxis” é o suporte teórico-crítico necessário para organizar as classes subalternas, juntamente com seus intelectuais, para a superação das concepções de mundo das classes dominantes, dado que a “[...] filosofia da práxis mantém um contato dinâmico e tende a erguer continuamente novos estratos de massa a uma vida cultural superior” (GRAMSCI, 2001, p. 39). Destarte, as reflexões

gramscianas acerca da “filosofia da práxis”, portanto, seu “marxismo” está diretamente articulado com a formação de “[...] sujeitos críticos, com capacidade cognitiva e espírito de iniciativa [...]” (SEMERARO, 2006, p. 34), que possam implementar ações ético-políticas com a finalidade de superar a passividade e construir uma nova hegemonia. Logo, pode-se afirmar que:

[...] não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento da hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas. (GRAMSCI, 2011a, p. 295.)

Mas para Gramsci, “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2011b, p. 48), o que revela suas preocupações metodológicas do ponto de vista da totalidade e da historicidade, dos planos objetivo e subjetivo, da articulação entre “causalidade e teleologia”, entre “determinismo e liberdade”, entre “momentos de estrutura e momentos de ação” (COUTINHO, 2008, p. 92). Por isso, “a filosofia da práxis é o historicismo absoluto, a mundialização e a terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história” e, portanto, “o filão de uma nova concepção de mundo” (GRAMSCI, 2011a, p.155).

2.2. MARXISMO, PÓS-MODERNIDADE E A CRISE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

As análises do historiador marxista Hobsbawm (2011), que tratam do desenvolvimento e da vigência do marxismo nos períodos de 1945 a 2000, proporcionam a compreensão de um amplo processo sócio-histórico e seus desdobramentos, tanto no âmbito acadêmico como na ação política. Para o autor, a despeito dos fatos ocorridos no “socialismo real”, especialmente pós 1956¹⁴, os marxistas viram-se

¹⁴ Em 1956, ocorreu o Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PUC, “[...] dando início a era da ‘desestalinização’, em que Khrushchev pretendeu dar uma estranha explicação do estalinismo com base no chamado

compelidos a repensar as estratégias e teorias adotadas, e os antissocialistas, mantendo um discurso fatalista da crítica ao marxismo, insistiam que, “[...] a menos que eles [os marxistas] abandonassem Marx, levariam inevitavelmente ao stalinismo ou seu equivalente” (HOBSBAWM, 2011, p. 344). Nos anos 1960, com a insurgência de um maior radicalismo, emerge a denominada “nova esquerda”, não mais vinculada à concepção de “classe trabalhadora”. Nas palavras de Hobsbawm (2011, p. 330):

A “nova esquerda” intelectual tendia a descartar os trabalhadores, considerando-os uma classe que deixaria de ser revolucionária, por estar integrada ao capitalismo. [...] Tendia a rejeitar também, os partidos e movimentos operários existentes, desenvolvendo-se num certo isolamento e [...] esse ambiente tendia a produzir um pensamento marxista que era acadêmico, pois era dirigido basicamente a um público de estudantes e [...] mostrava acentuada preferência pela pura teoria [...].

De outra parte, foram contundentes as críticas que acusavam o marxismo de centrar suas análises somente na economia, o que o tornaria uma teoria antiquada para os novos tempos. No entendimento de Bettelheim (1979, p. 21), “[...] tal crítica acusava o marxismo de economicismo, transformado em uma simples teoria econômica, sendo ceifados todos os elementos conjunturais, culturais, sociais, políticos e ideológicos”. Nessa direção, o questionamento dos grandes paradigmas teóricos ou das “metanarrativas” coloca em causa a razão moderna, afirmada no século XX como projeto de elevação da humanidade “[...] a estágios superiores de vida, aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade” (SIMIONATTO, 2009b, p. 91).

As transformações societárias verificadas desde o final dos anos 1960, com a crise global do capitalismo e a queda do socialismo real, provocaram tensões no campo do conhecimento e na prática política afinados com a teoria social de Marx, “[...] entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais” (SIMIONATTO, 2009b, p. 91).

culto à personalidade de Stalin; era uma explicação que nada tinha a ver com o marxismo” (KONDER, 2009, p. 39).

Atrelado ao denominado “fracasso das grandes ideologias”, ou das “grandes narrativas”, entendendo a consideração do fim do marxismo, seja pelo retrocesso imposto com a experiência do “socialismo real”, seja pela sua fragilidade no âmbito acadêmico, confirma-se, do mesmo modo, o pensamento pós-moderno, colocando em questão o racionalismo e o cientificismo, levando “[...] as ciências sociais a perderem as grandes linhas de forças [...] na medida em que a nova visão do mundo passa a ser dominada pelas ideias de desordem, caos, desconstrução, incerteza, instabilidade e indeterminismo” (JAPIASSU, 2012, p. 94). A crise que se desencadeou no âmbito das ciências sociais tem relação direta com as grandes transformações societárias e, conseqüentemente, com a “[...] instauração de uma nova organização da subjetividade, reduzindo o ‘sujeito desencantado’ a um mero caso [...] especialmente porque abandonaram ou recalçaram o político” (JAPIASSU, 2012, p. 95).

Já na década de 1960, evidencia-se um ceticismo no âmbito das ciências sociais em relação à proposta de compreensão da realidade e à transformação da estrutura política, econômica e social promovida pelo movimento da coletividade humana. Seguindo essa lógica, nos anos 1980, uma expressiva quantidade de especialistas passa a adotar um posicionamento de renúncia à dimensão política das ciências sociais e, nos anos seguintes, configura-se uma invasão do relativismo, aprofunda-se o “[...] ceticismo assim como a crítica de toda pretensão à verdade e ao universalismo” (JAPIASSU, 2012, p. 182). As ciências sociais tendem a uma mera interpretação da realidade, conformando-se no âmbito das generalizações, disseminando apenas a narrativa dos acontecimentos e a ordem cronológica dos fatos, sem se preocupar com os aspectos ideológicos e críticos-políticos.

Vários intelectuais, especialmente a partir da França e da Alemanha, passaram a tecer severas críticas ao marxismo. Para Claus Offe (1984), “o marxismo não teria mais respeitabilidade científica-social”; André Gorz (1987) atestou que “a crise da sociedade do trabalho e o fim do proletariado são também a crise do marxismo e de sua alternativa de sociedade”; Francis Fukuyama (1992) anunciou o “fim da história”; e Alain Touraine (2004) afirmou que “vivemos em uma sociedade pós-socialista” (IASI, 2013, p. 336).

Os desdobramentos dessas elaborações associadas à crise estrutural do capital, às mudanças no mundo do trabalho, nas relações Estado, sociedade e sua incidência nos institutos coletivos de classe aprofundaram a crise do marxismo, afirmando-se a concepção de que instituir uma nova sociabilidade, pautada no socialismo, seria por

completo inviável. De fato, o resultado ideopolítico da experiência do “socialismo real” desvelou seu fracasso e na contrabalança reafirmou o capitalismo, que se superou, promovendo uma sociedade globalizada, pautada no capital financeiro-especulativo e na explosão, em nível acelerado, da tecnologia da informação. Diante desse quadro, asseverou-se um diagnóstico aos novos tempos, que se fundamenta em quatro pilares, quais sejam:

[...] o capitalismo mudou para uma sociedade pós-industrial; o trabalho e conseqüentemente as classes e a luta de classes perderam sua centralidade; a utopia socialista foi substituída pelo aperfeiçoamento da ordem liberal democrática; e finalmente, as certezas de uma racionalidade moderna e suas expressões filosóficas, científicas etc. foram substituídas por um complexo jogo de linguagem, conformando um quadro cultural fundado no acaso, na incerteza, no fragmentário, no fortuito: a modernidade foi superada pela pós-modernidade. (IASI, 2013, p. 337.)

O marxismo vem sofrendo, portanto, ataques sistemáticos nas últimas décadas, principalmente com a ampliação e o aprofundamento do pensamento “pós-moderno”. Esse é um movimento heterogêneo, em especial, no campo político, e do ponto de vista epistemológico e teórico, em linhas gerais, vincula-se à lógica cultural do capitalismo tardio (NETTO, 1996). Vale destacar que a pós-modernidade “[...] emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo [...]” (EAGLETON, 1998, p. 07), desvelando um mundo efêmero, desconcentrado, pautado na tecnologia, no consumismo e no individualismo. E nesse contexto, o principal alvo de análise não seria mais a economia, e sim “a sociedade e a cultura” (HOBSBAWM, 2011, p. 329). Esta situação fez com que o marxismo tomasse um rumo adverso dos seus princípios, especialmente quando se afastou da ação política, da análise do real como forma de intervir sobre a própria realidade. Nessa perspectiva, a teoria marxista desligou-se da organização política, e então,

[...] passou-se a configurar um marxismo teorístico, uma vez que a ‘pesquisa e a análise do mundo real esconderam-se atrás do exame generalizado de suas estruturas e seu mecanismo. [...] Era vasta a distância que separava essa teorização da análise concreta do mundo, e a

relação entre essa teorização e a maior parte do trabalho do próprio Marx. (HOBSBAWM, 2011, p. 330-331.)

Para os pós-modernos, segundo Netto (1996, p. 97), “a imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada ganha o estatuto da realidade [...] e a distinção entre aparência e essência é desqualificada [...]”, configurando uma leitura pautada na superficialidade, não permitindo o desvelamento de determinantes mais profundos e imprescindíveis à leitura crítica do real. O termo pós-moderno refere-se a um período histórico específico, trata-se de uma “[...] linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso e emancipação universal [...]” (EAGLETON, 1998, p. 07), contrapondo-se diretamente aos postulados teóricos e filosóficos propostos pelo pensamento da modernidade.

Como bem observa Netto (1996, p. 98) a lógica pós-moderna

[...] assevera que o programa da modernidade exauriu-se implicando na anacronização dos padrões de análise; teríamos assim uma crise de paradigmas, com a superação das abordagens pautadas na categoria de totalidade.

Os pós-modernos assinalam o fim da modernidade por questionarem a razão e as categorias que, aplicadas ao estudo e à análise do real, desvelam as determinações, contradições e mediações nela existentes. Netto (1996, p. 98) entende que, “[...] a partir da “cultura global” do pensamento pós-moderno, há uma nítida desqualificação da esfera pública universalizadora, [...] vigorando a máxima segundo a qual ‘não há sociedade, só indivíduos’”, ou seja, esvazia-se de conteúdo a compreensão da realidade, pois se retiram do processo de análise as categorias e a compreensão da existência das classes sociais, na qual tudo passa a ser parcializado e individualizado.

Para Jameson (1996, p. 32), no pensamento pós-moderno, verifica-se a “falta de profundidade”, que aparece,

[...] tanto na ‘teoria’ contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro em conseqüente enfraquecimento da historicidade tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas formas de temporalidade privada.

Manifestando-se sobre o assunto, Harvey (1992, p. 63) declara que a pós-modernidade “[...] seja qual for a forma que a sua

intelectualização possa tomar, foi fundamentalmente antecipada nas culturas metropolitanas dos últimos vinte anos”.

Os fatos vivenciados no cotidiano atestam que a pós-modernidade expande-se na realidade social à proporção que se privilegiam as lutas políticas pautadas na sexualidade, gênero, etnia, “[...] substituindo as formas clássicas de política radical, classe, Estado, ideologia, revolução, modos materiais de produção” (EAGLETON, 1998, p. 31). O estudo das lutas específicas e de suas pautas tem a máxima relevância, porém, a recusa em articulá-las às lutas mais amplas leva a uma visão que desloca o real da perspectiva de totalidade, levando à crescente fragmentação e à “[...] transfiguração do próprio conceito de política” (EAGLETON, 1998, p. 32). Assim, o processo que se opera é o esvaziamento do conceito de política voltada ao desenvolvimento de ações pragmáticas, mais imediatas, não se focando no debate sobre “[...] questões políticas clássicas, tais como por que a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para comer [...]” (EAGLETON, 1998, p. 32). Ou seja, para o pensamento pós-moderno, não há razão para discutir e enfrentar problemáticas estruturais do modo de produção capitalista, posto que “[...] presume que historicizar diz respeito, sobretudo à esquerda” (EAGLETON, 1998, p. 40), incorrendo num grave equívoco de análise e concepção política e filosófica.

Em vista disso, suas concepções estão pautadas numa contrafilosofia; trata-se da negação dos conceitos vinculados a uma determinada teoria, no caso, a teoria social crítica. Sobretudo porque a pretensão do pensamento pós-moderno é instituir um novo “[...] tipo de racionalidade dentro da qual todos se incluiriam” (EAGLETON, 1998, p. 47), não criando um processo revolucionário, mas estabelecendo novas formas de “coesão social”. Nesse sentido, “[...] a estratégia consiste mais precisamente na satanização da totalidade e das categorias universalizantes do projeto da modernidade em nome da completa ausência de perspectivas que proponham o enfrentamento da complexidade do real [...]” (SANTOS, 2007, p. 39-40), reiterando-se a compreensão da realidade como um campo de demandas pulverizadas. No campo das ciências sociais, essa perspectiva analítica de especialização e segmentação do real “[...] tendem ao positivismo, ao imediatismo, à aceitação da realidade social como um agregado de ‘dados insuperáveis’” (COUTINHO, 2008, p. 96), o que reforça o campo do conservadorismo.

No pensamento pós-moderno, o marxismo é reduzido a um mero discurso que tem apenas uma finalidade: contrapor-se ao discurso burguês liberal, tratando-se, pois, de uma “simples disputa ideológica”.

As categorias de análise da realidade tornam-se sem sentido, pois o que tem de fato valor são as relações pontuais entre indivíduos, destacando-se os diferentes grupos, cada qual com suas bandeiras, na defesa de interesses particulares, sem avançar para uma consciência coletiva. Alega-se que o marxismo estaria ultrapassado, pois não conseguiria explicar a realidade cada vez mais complexificada. E seus fundadores, por terem vivido em outro período histórico, estariam desatualizados para as análises do tempo presente. Nesse contexto, o marxismo, entendido nos limites das ciências sociais, assume ares de uma doutrina, tendo em vista que desconsidera o seu conhecimento crítico, o seu método científico e a sua ação revolucionária.

No entanto, no limiar do século XXI, pela oxigenação de seus teóricos, o marxismo vem mostrando o reverso, pois cada vez mais se encontram elementos capazes de desmistificar a relação estabelecida entre o “socialismo real” e a teoria social de Marx. Segundo Netto (1991b), torna-se imprescindível ao campo marxista a instituição de um “corpo teórico-crítico”, que possa superar as limitações do “socialismo real” e, de fato, materializar os pressupostos marxianos imprescindíveis à transformação da ordem burguesa.

Apesar do avanço do pensamento neoliberal e do pós-moderno, além do deslocamento das forças de esquerda do campo revolucionário para integrarem-se à ordem, verifica-se, principalmente no âmbito acadêmico, um movimento de luta e resistência pautado no pensamento marxista, motivado pela própria crise capitalista contemporânea, pelo crescimento da desigualdade frente às taxas absurdas de concentração de renda e riqueza e o conseqüente aumento da pobreza em diversas partes do globo. Não há de ser irrelevante o quadro vivenciado na atualidade, em que explodem a violência, a intolerância, a superexploração do homem, o que pode indicar profícuas condições para a retomada do pensamento marxista, que é passível de inspirar novos caminhos à humanidade e os elementos de superação da barbárie. Dizendo de outra forma:

Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência. (MARX; ENGELS, 2010, p. 57.)

Portanto, apesar da crise dos paradigmas e, por consequência, do próprio marxismo, não é possível sedimentar o entendimento de que a teoria social crítica esteja definitivamente condenada à pura e simples instrumentalização. Na busca do sentido do agir humano e na compreensão da realidade social em todas as suas dimensões, as “ciências sociais” e o marxismo ainda apresentam as condições necessárias para oferecer contundentes e acertadas respostas (JAPIASSU, 2012).

É fato que nos últimos anos se revelam condições para a retomada da importância da teoria social crítica, notadamente alicerçada pelo movimento questionador do individualismo metodológico, revelando novas possibilidades analíticas a partir do pensamento marxista. Diante das inquietudes dos novos tempos, são cada vez mais acionadas e vêm provocando interessantes e fecundos trabalhos à reflexão sobre as dimensões política, econômica, social e cultural, destacando-se uma retomada do referencial marxista e dos pressupostos marxianos.

Se a ortodoxia do marxismo se encontra em seu método, como afirmou Lukács, “[...] conceber a realidade como totalidade, isto é, como uma realidade complexa e articulada, formada por mediações, contradições e processos” (COUTINHO, 2008, p. 92), não somente foi importante para desvendar as contradições dos séculos passados, como também continua sendo de extrema atualidade para analisar os impasses do capitalismo contemporâneo.

Abordando o tema, Netto (1991b, p. 23) assim se manifesta:

[...] para a resolução dos desafios atuais parece-me que as respostas produtivas da tradição marxista implicam a recuperação do estilo de trabalho de Marx: de uma parte, uma constante e crítica interlocução com as tradições e vertentes não-marxistas (inclusive as antimarxistas); de outra, uma viva interação com os movimentos e forças sociais [...].

Fica claro que a produção do conhecimento e o estudo sistemático do próprio marxismo são estratégias necessárias para o enfrentamento dos desafios da realidade. Citando, aqui, as palavras de Atilio Bóron (2006, p.39, *grifos do autor*),

[...] *un marxismo racional e abierto puede contribuir decisivamente [...] para nos ajudar a alterar a situación en que nos encontramos [...] dotándonos de instrumentos idóneos para interpretar y cambiar el mundo. Sólo con el*

*marxismo no lo logramos, pero sin el marxismo tampoco*¹⁵.

E por esta razão, “[...] *el marxismo continúa siendo la filosofía insuperable de nuestro tempo porque las circunstancias que lo engendraron sin embargo no fueron superadas*”¹⁶ (BORÓN, 2006, p. 97, grifo do autor). Dessa maneira, a vigência do marxismo como teoria filosófica, política e prática, para a formulação de processos revolucionários, é fundamental quando se leva em conta que as condições que o tornaram possíveis permanecem inalteradas, assim como as profícuas reflexões produzidas pela teoria social crítica, na atualidade, são importantes chaves para a análise da realidade e para a construção de propostas superadoras da sociedade burguesa.

2.3. O MARXISMO E A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Os primeiros estudos da teoria marxista ocorreram em meados dos anos 1930, através dos militantes do Partido Comunista do Brasil – PCB, mas estas primeiras leituras não se relacionavam com as obras originais de Marx. O marxismo chegava a terras brasileiras por meio da Terceira Internacional, com a sua dogmatização, apresentando grandes “[...] debilidades na elaboração com que os comunistas deram início à construção de uma tradição marxista no Brasil [...]” (NETTO, 2009a, p. 107). É somente “[...] a partir da segunda metade dos anos 1950 que emerge uma tradição marxista que extravasa as fronteiras do PCB” (NETTO, 2009a, p. 107). A partir desse período, através da crítica ao dogmatismo do marxismo, ocorre a preocupação de buscar os textos marxianos que subsidiaram as elaborações de “[...] intelectuais, de pensadores e investigadores sem vinculação partidária, operando um fecundo elemento crítico [...]” (NETTO, 2009a, p. 108-109) na construção do pensamento marxista brasileiro.

¹⁵ “[...] um marxismo racional e aberto pode contribuir decisivamente para nos ajudar a alterar a situação que se encontramos, fornecendo-lhes ferramentas apropriadas para interpretar e mudar o mundo. Apenas com o marxismo não o fizemos, mas sem o marxismo tampouco (BORON, 2006, p. 39, tradução nossa).

¹⁶ “[...] o marxismo continua sendo a filosofia insuperável do nosso tempo porque as circunstâncias que o gerou ainda não foram superadas (BORON, 2006, p. 97, tradução nossa).

Na década de 1950 e no início dos anos 1960, florescem, no Brasil, alguns movimentos revolucionários, e se cria, na cena política, um processo de contestação e reivindicação capaz de instituir novas configurações para a radicalização da democracia. Emergem também, nesse mesmo período, atividades de pesquisa, “[...], portanto, amadureciam as condições para a constituição de uma tradição marxista no Brasil” (NETTO, 2009a, p. 109). No entanto, nos anos de 1960 e 1970, pelo retrocesso político instituído com o golpe militar de 1964, “[...] a autocracia burguesa promoveu a liquidação sociopolítica daquele processo” (NETTO, 2009a, p. 109) e, por consequência, o marxismo foi, em parte, interrompido.

Nos anos seguintes, entre 1970 e 1980, configurou-se o impacto do colapso do “socialismo real” e a “[...] influência do marxismo na vida cultural brasileira [...] sofreu, como em toda parte, um forte abalo” (COUTINHO, 2012, p. 279), contudo os rebatimentos não ocorreram, aqui, com a intensidade que se deu em outros países. No Brasil, ocorreu um significativo movimento de resistência a essa interpretação, visto que “[...] a presença na vida política brasileira de um forte partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores – PT [...] *o qual* jamais teve ligações teóricas ou orgânicas com a tradição marxista-leninista” (COUTINHO, 2012, p. 280 *grifo nosso*), acabou por dificultar esta identificação entre a queda do “socialismo real” e o suposto fracasso do marxismo. Coutinho (2012) destaca também que outro fator que dificultou essa identificação entre marxismo e “marxismo-leninismo” no Brasil foi especialmente a presença do pensador marxista Antonio Gramsci, já que

[...] as originais categorias de Gramsci foram acolhidas por muitos intelectuais brasileiros como o instrumento mais adequado para construir um marxismo aberto e criador capaz de retificar e/ou superar os pontos débeis que provêm das leituras dogmáticas de Marx e, em particular, da herança da Terceira Internacional e do marxismo-leninismo. (COUTINHO, 2012, p. 280.)

Desse modo, as elaborações sobre Gramsci, no país, iniciando-se nos partidos políticos e espraiando-se para o universo dos intelectuais e pesquisadores, materializou-se a partir de um profícuo debate crítico. As décadas de 1990 a 2000 configuraram-se pela retomada das elaborações do marxismo baseadas em autores de diversos campos do conhecimento que, privilegiando a revisão de seus aportes teóricos e o rompimento com as matrizes conservadoras que ganharam força nos tempos da

ditadura militar, instituíram uma nova relação com os postulados marxianos.

Em relação ao Serviço Social brasileiro, desenvolvendo uma averiguação sobre o processo sócio-histórico da profissão, evidencia-se que a aproximação à tradição marxista se constituiu em um novo referencial teórico-metodológico para a profissão, não sem confrontos e disputas na construção de sua direção social¹⁷. Cabe registrar que o Serviço Social brasileiro emerge no “[...] interior do movimento das classes sociais, das mudanças ocorridas no Estado e da estratégia concreta desenvolvida pela Igreja Católica” (CASTRO, 2011, p. 100), ou seja, o surgimento do Serviço Social brasileiro ocorre através do processo de mudanças operadas pelo modelo produtivo, pelos movimentos de luta dos anos 1917 a 1920, pela “revolução de 1930” e pelo crescimento do país. Estes foram fatores que demandaram a atuação dos profissionais nas expressões da “questão social” que afloraram com tais transformações, entretanto, sua matriz originária permanece no âmbito da ação da Igreja Católica, inspirada nas encíclicas papais, o que configura uma relação imbricada ao conservadorismo desde seu surgimento. Os profissionais são chamados a intervir, tanto na esfera estatal como no campo privado, pelo processo de industrialização e urbanização do país, nos marcos do capitalismo monopolista, em face da nova estruturação do Estado que se via obrigado a atender às demandas da classe operária, diante do surgimento de importantes movimentos da classe subalterna.

Contudo, as primeiras perspectivas questionadoras dos aportes teóricos presentes no debate profissional sob inspiração norte-americana, no final dos anos 1950, é que possibilitaram a emergência de um novo modo de pensar o Serviço Social e sua vinculação às demandas das classes subalternas, mesmo que ainda no âmbito dos projetos de Desenvolvimento de Comunidade¹⁸.

¹⁷ De acordo com Yazbek (2009), o Serviço Social brasileiro tem sua “fonte na Doutrina social da Igreja” (o tomismo e o neotomismo). Também se apresenta na profissão a inspiração na teoria social positivista, passando pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas. Igualmente se referencia em aportes fenomenológicos com a metodologia dialógica e, por fim, tem-se a vertente marxista que inspira o projeto ético-político profissional. Para Yazbek (2009, p. 152), “[...] o conjunto de tendências teórico-metodológicas e posições ideopolíticas se confrontam, sendo inegável a centralidade assumida pela tradição marxista nesse processo”.

¹⁸ “Os métodos anteriores do Serviço Social (caso e grupo) foram subalternizados em função das potencialidades atribuídas ao exercício do

No período aludido, diante do cenário sociopolítico brasileiro e da eloquência na superação do subdesenvolvimento, apontava-se para uma discussão intensa do denominado desenvolvimentismo e, assim, instituíam-se, no Serviço Social, as bases do Desenvolvimento de Comunidade, visto como a intervenção mais adequada às demandas da realidade brasileira. Os documentos produzidos nesse período apontam claramente para uma vinculação entre o Serviço Social e as políticas de desenvolvimento, dado que a “[...] problemática do desenvolvimento se colocava como um dilema central da vida brasileira [...] sancionadas pelos projetos experimentais promovidos pelas agências internacionais [...]” (NETTO, 2009a, p. 165). Todavia, foi considerando os questionamentos desta proposta e no enfrentamento de um Serviço Social voltado ao ajustamento das famílias à estrutura social que emergiram as condições para a crítica ao tradicionalismo da profissão, “[...] nem sempre elaborada teórica e estrategicamente, *mas é neste contexto* que se filtra a erosão das bases do Serviço Social ‘tradicional’ [...]” (NETTO, 2009a, p. 138, *grifo nosso*).

A partir da década de 1960, instigado pelo movimento sociopolítico do país, em especial, com as manifestações anticolonialistas, e pelo Movimento de Reconceituação¹⁹ da profissão que se instituiu na América Latina, o Serviço Social brasileiro estabeleceu um processo de revisão dos seus fundamentos teórico-metodológicos, ainda que nos limites do pragmatismo neopositivista. É exatamente nesse período que a caracterização da erosão do Serviço Social tradicional inicia, com a laicização do ensino, e culmina com a

desenvolvimento comunitário, no qual a grande realização consistia, além do enfoque de problemas individuais ou grupais, na vinculação com projetos gerais de desenvolvimento” (CASTRO, 2011, p. 144).

¹⁹ O Movimento de reconceituação representa “[...] um corte, uma ruptura com o Serviço Social paternalista ou meramente desenvolvimentista” (FALEIROS, 1989, p. 114). E o autor ainda esclarece: “[...] nos anos 60, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América latina, o surgimento da revolução cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que eram chamados a [...] atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo”. E diante deste quadro o Serviço Social “[...] foi se definindo então pela busca da contemporaneidade da profissão e da transformação social no interesse das classes subalternas, criando vínculos com os movimentos sociais e os interesses de uma clientela fundamentalmente proletária [...]” (FALEIROS, 1989, p. 118).

inserção profissional no campo de disputas por projetos societários distintos do regime militar.

Tal situação consolidou alguns movimentos no âmbito do Serviço Social brasileiro, os quais foram descritos por Netto (2009a), que melhor especificou as vertentes com que se defrontou a profissão. Estas vertentes possibilitam compreender o processo sócio-histórico da profissão porque apontam as reflexões construídas pela categoria profissional em face das transformações societárias com as quais se confrontava o Serviço Social brasileiro. Netto (2009a) definiu três vertentes, que denominou de: vertente da “Modernização Conservadora”²⁰, da “Reatualização do Conservadorismo”²¹ e da “Intenção de Ruptura”. O processo de renovação profissional contabilizou ganhos significativos no contexto do Movimento de Reconceituação vivido em outros países da América Latina cujas conjunturas de maior liberdade e ainda ausentes de ditaduras favoreceram as primeiras aproximações do Serviço Social com a teoria social crítica, mesmo que por caminhos tortuosos. Conforme explica Yazbek (2009, p. 148):

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido

²⁰ A vertente da Modernização Conservadora, (1965 a 1970), fundada no neopositivismo, propunha uma ação profissional voltada para a integração do indivíduo aos processos sociopolíticos emergidos na conjuntura pós Golpe de 1964. As preocupações profissionais centraram-se nos instrumentais, técnicas e estratégias de intervenção. Os documentos de Araxá e Teresópolis sintetizaram as orientações teóricas e ideológicas da profissão (NETTO, 2009a).

²¹ A segunda vertente, a Reatualização do Conservadorismo, recupera a herança histórica do conservadorismo da profissão, proclamando-se nova, rejeitando a teoria positivista e as referências ligadas à teoria social crítica. Essa vertente situa-se na década de 1970, tendo como núcleo central a subjetividade, o vivido humano, em que o entendimento do ser, de seus problemas e a perspectiva dialógica determinavam a atuação profissional, com embasamento na fenomenologia. O seu objetivo era compreender a realidade microssocial, deixando de lado a reflexão crítica e o macrosocietário. As reflexões contidas nos documentos do Sumaré e do Alto da Boa Vista expressam as formulações desta vertente. Os grupos de profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo, que integraram os encontros de Sumaré e do Alto da Boa Vista, preocupados com a discussão sobre a prática científica, buscaram uma proposta de ação pensada como alternativa, tanto ao positivismo quanto à teoria social crítica (NETTO, 2009a).

com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações.

No Brasil, ainda que a busca pela renovação tenha ocorrido no eixo da tradição neopositivista e fenomenológica, propostas estas mais condizentes com a conjuntura ditatorial, se expressa uma perspectiva de construção de um pluralismo profissional, em prol da legitimação de sua ação interventiva e validação teórica. O Movimento de Reconceituação, por seus objetivos, tornou-se o impulsionador da articulação entre o Serviço Social e as ciências sociais, posto que este movimento “[...] pode ser compreendido como o processo através do qual o Serviço Social fez sua a conceptualização das ciências sociais, embora de modo pouco sistemático (o que conduziu a não poucos equívocos)” (CASTRO, 2011, p. 170). Nesse cenário, “[...] a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga [...]” (NETTO, 2009a, p. 133). Desse modo, o Movimento de Reconceituação também propiciou a entrada do Serviço Social no âmbito das ciências sociais, e isto se deu notadamente pelo giro produzido no seio da profissão, que o aproximou à teoria social crítica.

Vale destacar que a interlocução com o marxismo ocorreu por meio de diferentes apropriações de correntes teórico-filosóficas, resultando numa revisão crítica dos valores tradicionais da profissão, mas também numa interlocução eclética e vulgar do marxismo. Nessa perspectiva, foi a partir da vertente de “Intenção de Ruptura”, iniciada no período de 1972 a 1975, que ocorreu a crítica ao tradicionalismo e a seus embasamentos teóricos, metodológicos e ideológicos, o que propiciou a aproximação com a teoria social crítica. O legado deixado pelo Movimento de Reconceituação vivido em boa parte do continente latino-americano, o debate que emergia no âmbito das ciências sociais, a ampliação do movimento estudantil, as iniciativas em torno do Método de B.H. e do grupo de profissionais atentos à conjuntura do momento tornaram-se fatores fundamentais para as novas bases da profissão a partir desse período.

A “Intenção de Ruptura” surgiu dos estudos de um grupo de professores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG, que criou o denominado Método BH. Foi por meio dessa proposta que o Serviço Social brasileiro fez as primeiras tentativas para implementar uma nova direção à profissão, em sua dimensão tanto política quanto teórica, pela apropriação da teoria social crítica. No entanto, nesse primeiro momento, a elaboração ficou restrita a

intérpretes marxistas, caracterizando uma aproximação secundária, sem contato ainda com a obra original de Karl Marx. A aproximação de forma indireta com a obra marxiana ocorreu pelo contexto e pelas condições existentes à época, como bem explica Netto (2009b, p. 692-693):

Considerando o peso da herança conservadora no Serviço Social em todo o mundo e particularmente no Brasil, além do desastre que significou para a massa da população a política cultural e educacional da ditadura, compreende-se a difícil inserção da tradição marxista [...] no campo do Serviço Social.

Apesar de muitas dificuldades, o Método de BH superou os debates sobre o método e as práticas instituídas a partir do tradicionalismo da profissão, ultrapassou a crítica epistemológica e da metodologia com que se debatia o Serviço Social brasileiro e pode, por fim, estabelecer novas bases para a construção de um novo projeto profissional. Entretanto, devido à fonte manualesca do marxismo que inspira o grupo de professores, ocorrem distorções significativas, especialmente quanto à compreensão do método marxiano e sua apropriação, porque cometem um equívoco quando da definição do “objetivo-meta”, em que indicam que a profissão tem por finalidade a transformação da sociedade. Com efeito, essas indicações surgem pela influência de um marxismo apoiado na “[...] teoria leniniana do reflexo [...] tão questionada na própria tradição marxista” (NETTO, 2009a, p. 282). Ademais, o grupo de professores que formulou o Método de BH, pelo simplismo e vulgarismo dos fundamentos propostos à profissão, demonstrou, “[...] uma vinculação com a tradição manualesca de Besse/Caveing e, não casualmente, das teses maoístas” (NETTO, 2009a, p. 282). Importa ressaltar que não se tratou da inserção das fontes originais, mas de um marxismo apropriado por uma leitura neopositivista e eclética, passando por uma proposta que se assemelha ao pensamento de Paulo Freire, ao marxismo dogmático, identificando-se, sobretudo, com as elaborações althusserianas. Essas influências se refletiram na produção teórica do Serviço Social, instaurando elaborações pautadas nas linhas estruturalistas, funcionalistas, existencialistas etc., desvelando uma apropriação do marxismo por parte dos assistentes sociais, como um método a ser seguido e aplicado para a construção do socialismo, eliminando categorias centrais e uma compreensão atravessada do próprio método marxiano.

Tal reflexão aponta que a aproximação do Serviço Social brasileiro ao marxismo, por intermédio da “Intenção de Ruptura”, a partir das elaborações do Método de BH, carregou consigo uma gama de desvios e até mesmo equívocos. Contudo, é inegável que a contribuição dos formuladores do método estabeleceu bases importantes ao novo projeto profissional, enfatizando “[...] a projeção de um quadro profissional cuja competência se expressaria *nas dimensões* política, teórica e interventiva [...] sintonizado com as vanguardas renovadoras mais críticas da América Latina” (NETTO, 2009a, p. 289, *grifo nosso*). Vale destacar que, nesse período sociopolítico, o Brasil vivia sob a ditadura militar e, diante de um quadro político e ideológico macrossocietário em que se instituíam as lutas e resistências, assim como inspirados pela revolução cubana, criavam-se expectativas de mudanças na sociedade brasileira. Diante dessa conjuntura, proporcionou-se o questionamento do Serviço Social tradicional em busca de renovação profissional nas diferentes dimensões: teórica, metodológica, técnica-operativa e política. Conforme indicado por Sousa (2010, p. 70), “é somente quando o conservadorismo é colocado em questão pela conjuntura histórico-social refletida no interior da profissão, que se criam as condições para que o Serviço Social brasileiro pudesse pensar-se histórico-criticamente”.

Partindo dessa premissa, na década de 1970, a teoria marxista ampliou-se nos debates da categoria, com o processo de implantação dos cursos de graduação que se iniciava no âmbito da profissão. Destaca-se também que, em 1979, foi criada a revista Serviço Social e Sociedade, a qual se tornou um instrumento para o adensamento da produção teórica associada aos novos veículos de socialização da produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social brasileiro. Ressalta-se ainda que, nesse mesmo ano, a luta pela volta da democracia foi se espalhando e se fortalecendo, sob a forma de movimentos sociais e de resistência das classes trabalhadoras. Guiados por estes movimentos, e ainda sob a ditadura militar, os profissionais de Serviço Social começaram a construir suas lutas. E foi assim que, em 1979, quando da realização, em São Paulo, do 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, conhecido como o Congresso da Virada, a mesa de abertura contava com nomes de políticos alinhados à ditadura militar e, num ato inédito de contestação, essa mesa foi destituída pelos profissionais presentes. Tratava-se de um momento histórico-político em que o Serviço Social se propunha ao rompimento com o tradicionalismo, buscando a construção de um processo de revisão da profissão que superasse a visão positivista, a-histórica e acrítica. No período de 1980 a 1990, destacam-

se os encontros e fóruns de formação profissional promovidos pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS e depois Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1998), intensificando a produção de trabalhos acadêmicos. Nesse período, a profissão passa a um novo marco no processo histórico de sua constituição, em que os assistentes sociais se aproximam dos movimentos sociais, do sindicalismo e buscam construir um novo perfil profissional, o que resulta na elaboração das primeiras bases teóricas do Currículo Mínimo do curso de Serviço Social, em 1982, voltando-se para uma formação mais alinhada aos novos tempos. Essa conjuntura também teve rebatimentos sobre a normatização da profissão e, em 1986, ocorreu uma nova revisão do Código de Ética profissional, que delineou, pela primeira vez, a relação do Serviço Social com a classe trabalhadora. Como se pôde observar, “[...] o Serviço Social aproximou-se de matrizes teóricas que colocavam os movimentos sociais, a luta de classes e a ‘questão social’ como categorias de análise essenciais para o entendimento da realidade” (LARA, 2011, p. 35). É diante deste quadro crítico-analítico que a profissão instituiu uma elaboração mais ampla e profunda sobre a teoria social crítica de Marx, o que fez emergir a dimensão da pesquisa no Serviço Social.

Nesse plano histórico, a pesquisa, particularmente aquela fundamentada na teoria social crítica, tornou-se uma dimensão fundamental ao Serviço Social, tendo em vista que foi a partir dela que se instituiu um conjunto teórico-metodológico capaz de promover a compreensão crítica da profissão. Esse processo desvelou a inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, assumindo diferentes funções e papéis no âmbito interventivo. Foi nos anos 1980 que a pesquisa emergiu no Serviço Social, “[...] pois era necessária a afirmação da profissão no espaço universitário e nas intervenções sistematizadas com instrumentais casados com fundamentos teórico-metodológicos [...]” (LARA, 2011, p. 37). Por certo que, nesse período, tanto era importante assegurar as diretrizes interventivas que superassem o Serviço Social tradicional, como era fundamental confirmar a sua presença nos espaços da universidade, dando visibilidade ao papel científico da profissão. Desse modo, no que se refere ao âmbito da pesquisa, Lara (2011) traz uma importante reflexão ao afirmar que: “[...] a pesquisa, em suas devidas proporções, é indispensável ao assistente social em toda ação, seja na produção de uma tese universitária, seja na análise socioeconômica na instituição social” (LARA, 2011, p. 38) em que atua. Em outras palavras, para o autor citado, a pesquisa é uma dimensão que subsidia a intervenção profissional por intermédio das

leituras da realidade, o que viabiliza e amplia a produção de conhecimento²², considerado elemento essencial para a interlocução do Serviço Social com as ciências sociais. Por isso é relevante a compreensão de Netto (2009b) sobre a importância da pesquisa para a profissão, pois se quiser “[...] se manter com um estatuto efetivamente universitário [...],[é] impossível imaginar o desenvolvimento profissional sem que, na categoria profissional, exista um segmento dedicado expressamente à pesquisa [...]” (NETTO, 2009b, p. 693). Este autor entende que a pesquisa não pode ser desenvolvida por toda categoria profissional, assim, cabe aos profissionais alocados no âmbito da pesquisa esta tarefa, sendo sua obrigação a socialização dos resultados, permitindo uma ampliação e qualificação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-política.

Nessa direção, o marco referencial que impulsionou a consolidação da “Intenção de Ruptura” no “plano teórico-crítico” e o adensamento dos estudos da vertente marxista no âmbito do Serviço Social foi a publicação da produção teórica de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, intitulada *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, publicada em 1982. As reflexões contidas na obra de Yamamoto e Carvalho buscam compreender o significado social da profissão inserido na produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, a especificidade histórica da ordem burguesa e sua processualidade, seus mecanismos de reificação e suas expressões na formação social brasileira (NETTO, 2009a).

A compreensão ontológica do trabalho no modo de produção capitalista permite desvelar que, “[...] para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio das quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991, p. 29). A produção é trabalho materializado no processo de produção e reprodução das relações, uma vez que o capital representa historicamente a forma determinada em que os homens produzem e reproduzem as condições materiais de existência, mas também suas condições subjetivas instituídas pelas e nas relações

²² Lara (2011, p. 39) também faz uma importante ressalva ao dizer que “é evidente que a pesquisa e a produção de conhecimentos científicos têm seus espaços privilegiados no âmbito acadêmico, pois existem diferenças significativas entre pesquisa *stricto sensu* e ‘sistematização da prática’”.

sociais estabelecidas no processo de produção. É sob esta perspectiva analítica que os autores elaboram a compreensão do Serviço Social como um trabalho especializado, inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Ainda de acordo com Iamamoto e Carvalho (1991, p. 77):

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses [...] apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial.

A produção teórica dos autores é de grande relevância na delimitação do campo de intervenção do Serviço Social, tendo como base as expressões da questão social na particularidade brasileira e no contexto do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana. As alterações na correlação de forças entre classes e grupos sociais - especialmente a burguesia industrial e o proletariado emergente - estão na base da constituição da questão social, sendo esta

[...] definida como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991, p. 77.)

Os autores compreendem a intervenção profissional no enfrentamento às expressões da questão social, no campo das mediações entre as classes sociais, situando a profissão no âmbito de disputa de interesses entre o capital e trabalho. Para os estudiosos, a profissão se constitui e intervém na mediação das demandas da classe trabalhadora e dos interesses do capital e do Estado por meio das políticas e serviços sociais.

As referências teórico-metodológicas oferecidas por Yamamoto e Carvalho são fecundas e como tal propiciam o aprofundamento da teoria social crítica no Serviço Social brasileiro; não somente o foram na década de 1980, como também continuam plenas de atualidade, conforme se verifica nos anos posteriores.

A produção teórica de Marilda Yamamoto²³ tem continuidade com diversos livros e artigos publicados em periódicos e anais de congressos e com a participação da autora em conferências e debates essenciais no processo de discussão, tanto dos aportes teóricos quanto das indicações prático-interventivas. A contribuição da autora, sob o fio da crítica marxiana da economia política, tem sido expressiva na discussão e no esclarecimento de questões teóricas e particularidades operativas do Serviço Social, na sua compreensão macroscópica, situada sempre no rigor da totalidade, da historicidade e das contradições.

Em sua obra *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* (IAMAMOTO, 2008), centrada na teoria social de Marx, a autora retoma e aprofunda as reflexões presentes no livro de 1982, seguindo na análise do Serviço Social situado no processo de produção e (re) produção das relações sociais. A obra oferece uma destacada contribuição, agora, sob a égide do capital fetichizado e das relações mercantis vigentes na sociedade contemporânea. Evidencia as consequências da mundialização financeira na radicalização da questão social e as novas demandas colocadas ao Serviço Social no contexto da crise estrutural do capital. Além disso, destaca-se o balanço crítico de produções teóricas desenvolvidas desde os anos 1980, especialmente sobre o tema da questão social e suas várias compreensões na literatura recente do Serviço Social brasileiro no âmbito da tradição marxista.

Vale salientar que, pelo adensamento teórico e pelas reflexões críticas sobre o Serviço Social e a sociedade capitalista, nos aspectos tanto teórico-metodológicos como ético-político e técnico-operativo, instituiu-se, em 1993, o processo de revisão da própria Lei de

²³ Apresentam-se aqui os principais livros de Marilda Yamamoto: *Relações Sociais e Serviço no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (1982); *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos* (1992); *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998); *Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista* (2001); *Servicio Social y Division Del Trabajo* (2001) e *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* (2007).

Regulamentação da profissão e do Código de Ética, que estão vigentes até o presente momento.

Nas produções teóricas, seja nas revistas e livros publicados, seja nos debates que se travam nos encontros, seminários e eventos da categoria, na década de 1990, afirma-se a análise da realidade social como um elemento importante para a implementação de uma nova direção à profissão. Esta reflexão foi enfaticamente introduzida nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS de 1996, tornando-se imprescindível a uma adequada compreensão do papel social da profissão. Nas décadas de 1990 e 2000, ampliam-se e ganham densidade os debates acerca da profissão e sua inserção na realidade, tendo como propulsores a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, estabelecendo uma intensificação do movimento político das instâncias organizativas da categoria profissional. No que se refere a este percurso histórico da profissão, ressalta-se que no período de 1990 a 2000, a partir da produção teórica do Serviço Social brasileiro e da intensa movimentação das entidades organizativas da categoria (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social - ENESSO, etc.), pautados na teoria social crítica, elaborou-se o processo de construção do projeto ético-político da profissão. Pela trajetória sócio-histórica do Serviço Social, seu projeto profissional emerge numa conjuntura de enfrentamento do conservadorismo da profissão, embora este ainda se configure um dos grandes desafios a ser superado no tempo presente. Necessário se faz destacar que os projetos profissionais não estão descolados da realidade, eles permeiam, em sua elaboração e implementação, os projetos societários mais amplos, e a eles estão vinculados, portanto, o projeto da profissão sempre esteve num campo de disputas. Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social, que se pretende hegemônico, mas não homogêneo, tem por pressuposto teórico a teoria social crítica, que define que "[...] a ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre em um projeto que [...] é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la" (NETTO, 1991a, p. 02). Assim é que os projetos profissionais são elaborados pelo corpo profissional, ou seja, a categoria os formula com base em suas

experiências, reflexões e análises, e o faz por meio de suas formas organizativas. No entanto, tais projetos são permeados por disputas que também incidem sobre eles, especificamente as transformações econômicas, históricas, ideológicas e culturais, que propiciam renovações e modificações na sua constituição (NETTO, 1991a)²⁴.

Também é importante resgatar o fato de que, nas décadas de 1980 e 1990, a produção teórica do Serviço Social torna-se mais ampla e intensa, criam-se novos cursos de pós-graduação e intensificam-se os eventos científicos por meio de encontros, congressos e seminários, adensando a cultura crítica da profissão que, hegemonicamente, consubstancia-se nos referenciais da teoria social crítica. Nesse período, a organização e a sistematização do conhecimento em Serviço Social tornaram-se consistentes com a criação de veículos de divulgação, como os Cadernos de pesquisa Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social – CEDEPSS, e os Cadernos da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, os quais circularam entre os anos de 1986 e 1998 (SIMIONATTO, 2004a). A pesquisa documental apresentada por Carvalho et al. (2005) informa, em um primeiro plano, o histórico da formação em Serviço Social e da Pós-graduação brasileira; em seguida, enfatiza o perfil dos quadros que compõem a Pós-graduação e as atividades desenvolvidas, mas é sobretudo na discussão sobre a produção de conhecimento que se desvelam os desafios postos ao âmbito da pesquisa. Uma das primeiras questões levantadas é o “[...] compromisso de pesquisadores com um projeto que reconhece o conhecimento como elemento fundamental na construção dos destinos da humanidade [...]” (CARVALHO et al., 2005, p. 70), ou seja, para as autoras, nessa perspectiva, a produção de conhecimento deve estar intimamente vinculada aos interesses da coletividade. Elas destacam ainda como desafios: a competência técnica, a criatividade e a crítica, que devem subsidiar a produção do conhecimento, entendendo que “[...] vai muito mais além da relação sujeito/objeto, que envolve a trama das relações socioeconômicas e

²⁴ Para Netto (1991a, p. 04), “[...] os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teórico, práticos e institucionais) para o seu exercício profissional, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas”.

culturais [...]” (CARVALHO et al., 2005, p. 71-72), superando visões dogmáticas e ceticistas. Junto com essas advertências, as autoras apontam que a produção de conhecimento do Serviço Social emerge como “[...] possível contribuição da profissão para a compreensão e solução de problemas sociais que afetam a grande maioria da população brasileira” (CARVALHO et al., 2005, p. 72). No entanto, enfatizam que a produção teórica do Serviço Social inserido no campo das ciências sociais aplicadas prima pelo “rigor teórico-metodológico” e institui uma interlocução fecunda com outras áreas de conhecimento (sociologia, antropologia, psicologia, história, economia e teoria política etc.), desenvolvendo diversificados temas que analisam a realidade social e o capitalismo contemporâneo (CARVALHO et al., 2005). Nesse sentido, as autoras destacam alguns temas pesquisados pelo Serviço Social, que adensam a produção de conhecimento e a esfera da intervenção, na análise e no desvelamento do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da democracia, da cidadania e das políticas sociais (CARVALHO et al., 2005), ressaltando que estas elaborações cada vez mais ampliam sua fundamentação na teoria social de Marx.

Assim sendo, vale destacar a relevância, nesse mesmo período, de duas produções teóricas de José Paulo Netto: *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (1991) e *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (1992), bem como o texto *O Serviço Social e a Tradição Marxista* (1989), da revista *Serviço Social e Sociedade*, que representam um significativo avanço na compreensão e apreensão do marxismo pelo Serviço Social.

Cumprе assinalar que, se Iamamoto e Netto situam-se na mesma trincheira da luta de classes e são inspirados na tradição marxiana e marxista, os interlocutores buscados neste campo nem sempre são coincidentes, haja vista a clara vinculação de Netto à Ontologia de Lukács. No entanto, na mesma trilha de Iamamoto, Netto (1989, p. 99) assevera que “[...] o recurso à tradição marxista pode nos clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do nosso exercício profissional” e, assim, demarcar importantes questões ainda a serem superadas. A tradição marxista pode elucidar a ação profissional e “[...] contribuir para iluminar as nossas mobilidades de intervenção socioprofissional, especialmente fazendo indicações sobre realidades emergentes” (NETTO, 1989, p. 99).

Ou seja, consubstanciado na teoria social crítica, o Serviço Social estabelece condições reais de construir leituras mais consistentes da realidade com a qual lida cotidianamente e de perspectivar parâmetros para o planejamento de ações. Além disso, a área conta com “[...] a

fundamentação e a articulação dos teóricos que, nomeadamente a partir da sistematização e da crítica das suas práticas, [...] podem fornecer conhecimento aos processos sociais” (NETTO 1989, p. 99).

Ademais, ao se analisar a vasta obra produzida por Netto em livros e artigos e que vai além das fronteiras do Serviço Social, é imperioso destacar sua inequívoca contribuição na discussão do método crítico-dialético, seus recursos para desenvolver e ampliar a atitude investigativa e qualificar o exercício profissional. Suas produções, de grande valia para os profissionais no curso de pós-graduação *lato sensu* oferecido pelo CFESS, prosseguem, na atualidade, como referências essenciais. Para Netto (2009b, p. 693),

[...] indiscutivelmente a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constitui-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx.

Essa geração de pesquisadores, no eixo da tradição marxista, aprofunda-se no estudo de pensadores de inequívoca relevância - como Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, dentre outros -, constrói novas interlocuções no campo das ciências humanas e sociais e amplia as análises acerca do projeto profissional e de sua relação com os projetos societários.

Salienta-se que esse processo, que teve suas bases nos anos 1980, amplia-se a partir da década de 1990, não somente por meio da produção teórica, mas também do Projeto Ético-político Profissional, com destaque para as Diretrizes Curriculares de 1982 e 1996 e para o Código de Ética Profissional de 1993. É certo que o processo de discussão instituído no seio da categoria permitiu o avanço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, além de consolidar seu amadurecimento com a contribuição de Marilda Yamamoto e com a apropriação dos diferentes pesquisadores e estudiosos que se seguiram nos anos posteriores. De acordo com Yazbek (2009, p. 151):

É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social no país, a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações.

Os autores e pesquisadores do Serviço Social brasileiro, fundamentados no marxismo, têm apresentado profícuos debates sobre a

realidade social no contexto do capitalismo contemporâneo e da mesma forma têm indicado os desafios para a construção de uma nova sociabilidade, apontando para uma visão fundamentalmente progressista da profissão. Entretanto, numa análise do processo sócio-histórico do Serviço Social, é possível observar que o conservadorismo é um elemento presente na raiz constitutiva da profissão. Conforme reflexões de Santos (2007, p. 53), “[...] o ‘nosso’ conservadorismo tem seu perfil marcado pela inserção periférica da economia brasileira no mercado mundial, determinando inclusive o sistema de saberes produzido”. Portanto, o conservadorismo é um elemento presente no processo de surgimento da profissão, persistindo em todos os campos na atualidade, mas também é o elemento que, pelo processo de amadurecimento da profissão, está sempre em questionamento.

A crítica ao conservadorismo estabelece novos patamares à profissão, pois desvela dois importantes aspectos a serem considerados: a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho e a intervenção profissional no âmbito das relações sociais no enfrentamento das expressões da questão social. Tais aspectos ampliam a produção teórica do Serviço Social e também redimensionam a ação do profissional. Como refere Lara (2011, p. 39): “[...] o Serviço Social, especialmente a partir dos anos 1980, começa a produzir conhecimentos científicos para além da sistematização da prática, o que eleva a condição teórico-metodológica da área e seu reconhecimento teórico-científico”. Dito isto, afirma-se que a aproximação do Serviço Social à teoria social crítica institui um amplo processo de reflexão que supera, em muito, sua perspectiva inicial, uma vez que parte para a formulação do conhecimento teórico-científico pautado no entendimento de que a profissão se realiza no contexto da relação capital/trabalho, no âmbito das relações sociais.

Portanto, é evidente o processo de amadurecimento da profissão, pelo adensamento de sua produção teórica, que se compreende imbricada ao campo interventivo, apesar das suas diferenças, não havendo “[...] hierarquia ou dicotomia, mas a existência de patamares diferenciados da intervenção social” (MOTA, 2013, p. 19). Nessa esteira, constata-se trabalhos científicos produzidos a partir de pesquisas, principalmente no âmbito dos cursos de pós-graduação e na rica interlocução entre os assistentes sociais e outras profissões e áreas do conhecimento. Nesse sentido, de acordo com Mota (2013, p.18):

[...] é notória a interlocução e a incorporação da bibliografia produzida pelos intelectuais da área do Serviço Social nas produções mais recentes das

ciências humanas e sociais no Brasil e nas produções vinculadas a instituições governamentais, resultando no crescimento do índice de citações de autores do Serviço Social.

Pode-se afirmar, assim, que a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social vem paulatinamente recebendo o reconhecimento de outras áreas, o que se comprova “[...] pela crescente abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais, *mas igualmente ampliado*, a incorporação de quadros intelectuais do Serviço Social, como formadores de massa crítica no âmbito dos movimentos sociais [...]” (MOTA, 2013, p. 18, *grifo nosso*), revelando a relação entre a produção do conhecimento e o campo da intervenção como partes indissociáveis na constituição do Serviço Social.

Como bem observa Mota (2013, p. 18), o Serviço Social brasileiro, “[...] ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social”. Isto, por certo, amplia a compreensão da unidade entre teoria e prática e as possibilidades de superação das práticas burocratizadas nos dias atuais.

Desse modo, é possível afirmar que a apropriação da teoria social crítica foi e permanece sendo o motor impulsionador do processo de amadurecimento da profissão, não se negando, com isso, o pluralismo presente no Serviço Social, o qual também tem propiciado embates necessários ao adensamento teórico da profissão. Assim sendo, o que se assinala é que o Serviço Social, pela sua produção de conhecimento, legitima a sua intervenção profissional e vice-versa. Nessa perspectiva, todo conhecimento crítico reflete sobre a ação do profissional, pois, atuar no âmbito das relações sociais demanda conhecimento teórico e postura crítica para apropriar-se da totalidade como um conjunto de múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas que perpassam a realidade social.

Nesse sentido, entende-se que a superação de ações imediatas e pragmáticas se dá quando a ação profissional pauta-se na apreensão das mediações a partir do referencial teórico-metodológico e na compreensão dos fundamentos da profissão, aliadas à capacidade de leitura crítica do real, bem como nos desdobramentos de uma atitude investigativa. E é exatamente esse aporte teórico produzido que permite ao indivíduo a construção de uma “concepção de mundo”, nos termos de GRAMSCI (2011a, p. 98), que diz tratar-se da própria ideologia, ou seja, da concepção de mundo que o ser humano desenvolve influenciado

pela cultura, pela educação, pela apropriação crítica da realidade construída com base em um dado conhecimento²⁵. Desse modo destaca-se a função crítica do Serviço Social que,

[...] também convivendo com uma produção voltada à inovação do conhecimento, exercita outros meios de socialização de valores e ideologias que não são adstritos (porém relacionados) às demandas imediatas da prática. (MOTA, 2013, p. 20.)

Assim é que se concorda que a apropriação da teoria social crítica como forma de conceber a indissociabilidade entre teoria e prática institui a práxis, que posiciona o Serviço Social numa vinculação orgânica com a realidade social e estabelece uma nova relação da profissão com o conjunto da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991).

Esse processo de construção de novos patamares, em que se destacam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e prático-operativa, está alicerçado na apropriação e no adensamento da teoria social crítica pelos estudos no eixo da tradição marxista, partindo de Marx, Lênin, Gramsci, Lukács e de marxistas contemporâneos. Ressalta-se que a obra de Iamamoto e Carvalho (1991) ampliou “[...] a relação Gramsci/Serviço Social à medida que aprofunda a dimensão política inerente à profissão” (SOUSA, 2010, p. 168). É ancorado nos desdobramentos da aproximação com esses pensadores, de modo especial com Antonio Gramsci, que o Serviço Social brasileiro redimensiona seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, o que reverbera no campo operativo e na produção de conhecimentos.

2.4. GRAMSCI E A PRODUÇÃO TEORICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Tomando por base os estudos de Dagnino (2000), destaca-se que o pensamento de Gramsci tem se instituído há mais de meio século, em diferentes países, referência inequívoca no debate sobre a política. Sua

²⁵ “[...] (uma ideologia, pode-se dizer, desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individual e coletivas) [...]. A adesão ou não-adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (GRAMSCI, 2011a, p. 98-111).

obra tematiza questões importantes sobre a revolução, o comunismo e a democracia.

O pensamento gramsciano foi introduzido no continente latino-americano desde a década de 1920, por intermédio de José Carlos Mariátegui. Nos anos seguintes, a obra de Gramsci foi suporte para refletir sobre os processos de ditaduras militares vivenciados naquele período, sendo nesse momento que partidos, intelectuais, a sociedade civil e todas as formas participativas democráticas foram eliminadas. Tanto no Brasil, como em muitos países latino-americanos, a recorrência ao pensamento gramsciano ocorreu por uma intensa necessidade de constituir movimentos de resistência frente ao Estado, especificamente à sociedade política, em termos gramscianos, dada a repressão daqueles tempos, o que implicava na organização autônoma da sociedade civil. Foi entre 1966 e 1968 que a obra de Gramsci chegou ao Brasil pela primeira vez, por ocasião da publicação, em português, da edição organizada por Palmiro Togliatti, traduzida por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Esse primeiro ciclo de introdução das ideias gramscianas se encerra com a decretação do Ato Institucional nº 5 - AI-5 e a radicalização da ditadura militar. A partir do processo de abertura política, instituído no Brasil, na segunda metade da década de 1970, a obra gramsciana passou a ser reeditada, tornando-se referência nos debates da esquerda e influenciando o campo acadêmico em diversas áreas do conhecimento²⁶. No âmbito das universidades o pensamento gramsciano passou a ser apropriado como referência em inúmeros trabalhos acadêmicos e alguns deles transformaram-se em livros publicados, o que ocorreu também no Serviço Social. Constatou-se que a obra de Gramsci possibilitou um amplo processo de renovação, de revisões teóricas e posições políticas no debate crítico ao “marxismo vulgar”, assim como em relação às estratégias stalinistas da linearidade do determinismo econômico, das estratégias revolucionárias pela via da

²⁶ A partir de 1999, passados quase quarenta anos da tradução da edição temática organizada por Togliatti, começa então a ser publicada a edição completa dos *Cadernos do cárcere*, novamente organizada por Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. O projeto editorial dessa nova edição, resultado de um rigoroso trabalho de pesquisa, representa um novo marco no pensamento social brasileiro e na divulgação do pensamento gramsciano. Em seu conjunto, o projeto brasileiro, apresenta a obra de Gramsci em dez volumes sendo seis dos *Os Cadernos do cárcere*, dois sobre os *Escritos políticos*, de 1910 a 1920 e de 1921 a 1926, e dois volumes das *Cartas do cárcere*.

luta armada, da concepção de classe operária como sujeito privilegiado e, especialmente, do estabelecimento de uma nova relação entre cultura e política (DAGNINO, 2000).

Segundo Simionatto (2011, p.06), “[...] as dificuldades de disseminação do pensamento de Gramsci verificadas nos anos de 1960 cedem lugar a uma ampla aceitação de suas categorias na reflexão da política [...]”, como questionamento do Estado ditatorial e da reinserção da sociedade civil associada aos processos de crise dos regimes ditatoriais e da democratização, em especial na América Latina. Entretanto, num momento em que as instâncias ideológicas ganhavam uma relativa autonomia em relação ao Estado, mediante o fortalecimento da sociedade civil, a contribuição de Gramsci foi decisiva para a renovação do marxismo, da esquerda e das ciências sociais. Sua incisiva crítica ao reducionismo econômico e o forte elo que estabelece entre cultura, política e economia permitiram repensar o papel dessas esferas no processo de transformação social (SIMIONATTO, 1999).

Em relação ao Serviço Social, a aproximação com o pensamento gramsciano, em boa parte dos países da América Latina, só é registrada com maior intensidade a partir dos anos 1980, não obstante o fato da interlocução com a tradição marxista ter se iniciado nos marcos do Movimento de Reconceituação, na década de 1960, pelos segmentos profissionais que buscavam formular críticas às matrizes conservadoras, principalmente as de origem norte-americana (SIMIONATTO, 1999). As condições sócio-políticas e conjunturais dos países latino-americanos, provocadas pelas ditaduras militares, ainda que tenham reprimido o movimento de revisão das bases teóricas da profissão, não impediram que a tradição marxista se tornasse um dado efetivo da modernidade profissional (NETTO, 1991b), retomada com intensidade nas décadas posteriores.

A ruptura com o Serviço Social tradicional e a aproximação ao pensamento marxista só ocorrerão a partir da metade dos anos 1970, no contexto das transformações conjunturais provocadas pela crise da ditadura militar²⁷, conforme já indicado. Pressionado pela nova conjuntura, o Serviço Social, através dos setores mais progressistas, discute o significado do projeto profissional, historicamente voltado aos interesses dominantes, e a necessidade de legitimar a prática profissional mediante sua vinculação aos interesses e às demandas das classes subalternas. As reflexões surgidas nesse período evidenciam a

²⁷ Conforme Netto (1991b), Iamamoto e Carvalho (1991).

emergência de uma “produção intelectual que enfrenta a realidade em que se movem as classes e camadas sociais” (NETTO, 1991b, p. 258), predominantemente pautadas no pensamento de Marx e de Antonio Gramsci. A aproximação do Serviço Social ao legado de Gramsci foi apresentada através da pesquisa desenvolvida por Simionatto (1999), que abordou as formas iniciais de contiguidade, entre os anos 1970 e 1980, destacando-se os estudos sobre Estado, sociedade civil, hegemonia, classes subalternas, intelectuais, filosofia da práxis, dentre outros. O profícuo debate desse período alavancou pesquisas posteriores publicadas em livros, artigos e anais de congressos científicos, marcando o interesse dessa área profissional em relação à obra do pensador italiano.

Pode-se afirmar que, no âmbito do marxismo, Gramsci apresentou-se como um dos referenciais que permitiram ao Serviço Social interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações a respeito não somente da esfera econômica, mas também da política, ideológica e cultural (SIMIONATTO, 1999). Entraram em cena considerações relativas às classes sociais, ao Estado, à sociedade civil, ao papel das ideologias e dos intelectuais na análise e compreensão da realidade social, possibilitando o desenvolvimento de uma atitude mais crítica e investigativa. Assim, Gramsci ofereceu ao Serviço Social e às diferentes ciências sociais particulares um quadro teórico mais próximo à realidade em que se vivia e aos processos políticos em curso, em que se ampliavam as relações entre Estado e sociedade e já não cabiam os referenciais althusserianos. A visão mecanicista e dicotômica das relações entre estrutura e superestrutura, Estado e sociedade, que havia impulsionado o Serviço Social ao rejeitar as práticas institucionais, direcionando a profissão à militância política em nome dos interesses das classes subalternizadas, é também questionada. Partindo do pressuposto de que as relações entre prática profissional e espaço institucional não podem ser entendidas de forma mecânica, mas a partir de seu movimento contraditório, tornou-se possível o encaminhamento de novas reflexões sobre o trabalho do assistente social na qualidade de intelectual vinculado aos interesses de uma das classes fundamentais, o que remete, necessariamente, à dimensão política da prática profissional. O conjunto da obra gramsciana contribuiu, assim, para qualificar o processo de renovação do Serviço Social, com alterações significativas no seu estatuto teórico-político e prático-operativo. Frente às novas situações históricas, a prática profissional, como parte da realidade, também foi se redefinindo, observando-se um desligamento da

perspectiva modernizadora que caracterizou a profissão nas décadas anteriores, delineando-se, em consequência, um projeto de ruptura do compromisso social com o poder burguês que historicamente marcou a profissão (SIMIONATTO, 1999).

Da mesma forma que as primeiras aproximações à produção do Serviço Social nos anos 1990, nos dias atuais, há uma ampliação gradativa dos estudos elaborados a partir das categorias de Gramsci, as quais têm indicado a atualidade das reflexões desse pensador no desvelamento da realidade social, bem como na elaboração de estratégias políticas voltadas à construção de uma nova ordem societária.

Analisando a produção teórica do Serviço Social brasileiro no período de 2000 a 2012, constata-se que a interlocução da profissão com o pensamento gramsciano se mantém à medida que os textos pesquisados se valem das categorias: Estado, sociedade civil e hegemonia, entre outras, na particularidade das políticas sociais e no âmbito do capitalismo contemporâneo, elaborando reflexões sobre a realidade social, na compreensão da participação e do controle social e na leitura dos movimentos sociais.

As categorias identificadas nos 113 artigos selecionados somam 29, como já referido anteriormente; destas, se sobressaem oito (08) categorias que ocorrem com maior incidência: hegemonia, sociedade civil, Estado, cultura, intelectuais, ideologia, transformismo e classes subalternas, com destaque para as três primeiras, que se apresentam na Tabela 3 a seguir, conforme a técnica de análise de conteúdo. Assim, selecionaram-se as categorias com maior frequência nos textos de todos os veículos pesquisados.

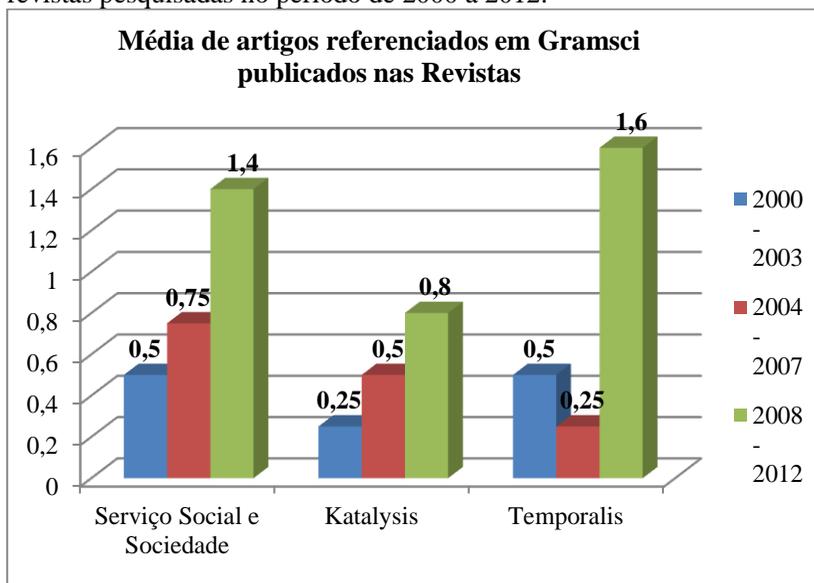
Tabela 3 – Demonstrativo de categorias gramscianas nas fontes pesquisadas

Revistas e Anais	Categorias	Frequência	% sobre a produção
- Serviço Social e Sociedade - Katálysis - Temporalis - ENPESS	Hegemonia	47	42%
	Sociedade civil	37	33%
	Estado	31	28%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados na pesquisa realizada para esta tese.

Note-se que essas categorias, ao serem trabalhadas nos textos pesquisados, nunca são tratadas de forma isolada, principalmente quando os autores se referem ao Estado, mas sempre se articulam à sociedade civil e vice-versa, sem deixar de realizar as mediações com outras categorias gramscianas. Para conhecer o processo de produção teórico do Serviço Social pautada na obra gramsciana, de modo especial, os avanços e as possibilidades que as publicações registraram no período pesquisado, observe-se o Gráfico 1 que segue.

Gráfico 1 – Média de artigos referenciados em Gramsci publicados nas revistas pesquisadas no período de 2000 a 2012.



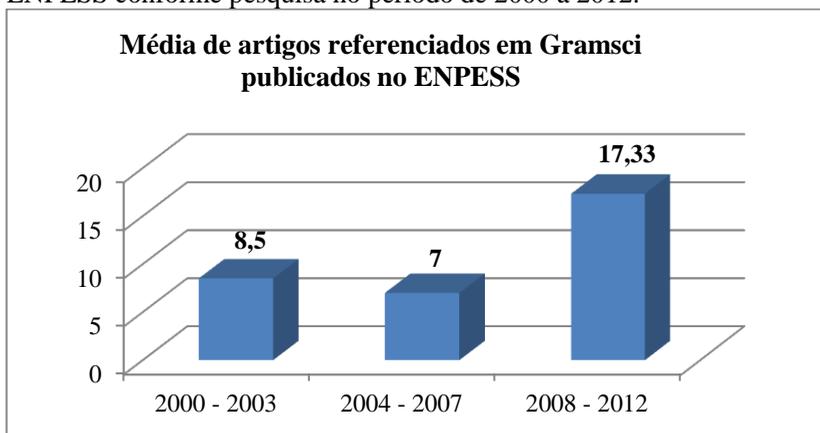
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados na pesquisa realizada.

Na pesquisa realizada para esta tese identificaram-se os textos que, fundamentados na obra gramsciana, elaboram reflexões sobre a profissão e a realidade social, os quais estão assim distribuídos: 14 artigos na revista Serviço Social e Sociedade, 07 artigos na revista Katálisis e 10 artigos na revista Temporalis. Observando o gráfico apresentado, depreende-se que nas revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis ocorrem publicações com maior incidência do que na revista Katálisis, embora todas elas registrem um significativo crescimento de artigos publicados entre os períodos, destacando-se enfaticamente a ampliação de publicações no último período, visto que ocorre uma

elevação significativa em relação ao penúltimo período. Outra observação é a de que a Revista *Temporalis* foi a que demonstrou uma maior ampliação no último período, contudo, entre elas, a Revista *Serviço Social e Sociedade* é a que mantém a maior média de publicações no período pesquisado.

No que se refere às publicações nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, apresenta-se, na sequência, o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Média de artigos referenciados em Gramsci publicados no ENPESS conforme pesquisa no período de 2000 a 2012.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados coletados na pesquisa realizada para esta tese.

A pesquisa identificou 82 artigos publicados nos anais dos ENPESS no período de 2000 a 2012. Analisando o gráfico acima, observa-se que vem aumentando a interlocução com a obra gramsciana na produção teórica do Serviço Social brasileiro e que, a exemplo das revistas, também ocorreu uma elevação no último período. Vale destacar que o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, nos anos iniciais, demonstrou certa regularidade na produção dos artigos, no entanto, nas duas últimas edições (2010 e 2012) apresentou uma característica distinta, tendo ocorrido um acentuado acréscimo de trabalhos referenciados no pensamento gramsciano. Esta elevação significou 42% em 2010 e 55% em 2012 em relação aos anos anteriores. Ao se levar em conta que um dos critérios de publicação no ENPESS, especialmente nas últimas edições, tem sido a apresentação de resultados de pesquisas, depreende-se que os cursos de pós-graduação e

as pesquisas da área têm ampliado de modo expressivo a relação com o pensamento de Gramsci. Isto significa que os pesquisadores, em grande parte impulsionados pelos programas de pós-graduação, uma vez que o público deste evento tem significativa participação de pós-graduandos, aumentaram de forma considerável a interlocução com o autor italiano e referenciaram suas produções nas categorias gramscianas.

Embora fique clara a ampliação, considera-se que este aumento apresenta potencial para ser ainda maior, haja vista que são inúmeros os intérpretes da obra gramsciana na profissão. Ademais, pode-se ainda citar a influência do pensamento gramsciano na estruturação e composição das diretrizes gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS de 1996, as quais delineiam a direção do processo de formação em Serviço Social no Brasil. Basta observar a fundamentação da proposta das diretrizes a partir da concepção histórico-crítica da profissão e a importância dada às relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado, bem como a perspectiva política da ação interventiva que pauta as análises da realidade social nas dimensões econômicas, políticas e culturais, para se identificar a presença dos elementos fundamentais do pensamento gramsciano. Assim sendo, em muitos campos do Serviço Social brasileiro, partindo do processo formativo, passando pelo amadurecimento da produção teórica e chegando ao processo crítico-interventivo, se pode observar a influência das elaborações de Gramsci.

No entanto, essa é uma pesquisa que realizou sua coleta de dados num determinado período, o que significa que os desdobramentos nos anos posteriores podem apontar para uma análise diversa, mas se realmente forem mantidos os números atuais, nota-se que há uma prospecção de maior ampliação de publicações referenciadas na obra do pensador sardo. Também foi possível observar quais os intérpretes mais utilizados pelos autores pesquisados, demonstrando referências internacionais e nacionais. Assim, tem-se, no âmbito internacional: Atílio Boron, Christine Buci-Glucksmann, Joseph Buttigieg, Daniel Campione, Luciano Gruppi, Eric Hobsbawm, Guido Liguori e Hughes Portelli; e na esfera nacional: Armando Boito, Marina M. Abreu, Edmundo F. Dias, Carlos N. Coutinho, Evelina Dagnino, Ana E. Mota, Marco A. Nogueira, Emir Sader, Giovanni Semeraro, Maria Lucia Duriguetto e Ivete Simionatto. É importante destacar que, realizando as análises das Unidades de Registro²⁸, tanto das Revistas, como dos

²⁸ Unidades de Registro são os quadros que se elaborou a partir dos dados coletados. Trata-se da “[...] unidade de significação codificada e corresponde ao

Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS constatou-se que na atualidade, a relação do Serviço Social brasileiro com a obra gramsciana tem como ponto fundamental de conexão a leitura da realidade social, dado que, dos 113 artigos selecionados, 79 tecem reflexões acerca da leitura da realidade e 34 artigos estão diretamente discutindo o exercício profissional. Cabe ainda salientar que a ação profissional dos assistentes sociais requer uma leitura crítica da realidade social, o que caracteriza uma relação profícua da produção teórica da profissão com a obra de Gramsci.

No intuito de se adensar a compreensão da relação instituída entre o Serviço Social brasileiro e a obra gramsciana, identificou-se, de maneira geral, através da “leitura seletiva”, que os textos pesquisados têm por objetivo tecer reflexões sobre a concepção da política, do controle social, dos movimentos sociais e das políticas sociais, e diante desses temas, destacam a relação entre Estado e sociedade civil, e o fazem a partir da concepção gramsciana de Estado como sociedade política + sociedade civil (coerção e consenso).

Os textos pesquisados, que têm por finalidade refletir sobre a dimensão política, buscam analisar os processos de construção de consenso no âmbito da sociedade civil, especialmente nas propostas que se vinculam a uma análise crítica da perspectiva de ajuda aos pobres. Nessa discussão, tratam dos impactos regressivos da ofensiva neoliberal aos processos organizativos das classes subalternas. Nas análises do campo político, os textos evidenciam a necessidade da organização coletiva como possibilidade de construção de uma cultura de direitos na elaboração de uma cidadania ativa, ou seja, pautados no entendimento de Gramsci sobre a importância da dimensão política e da organização coletiva para a construção da vontade nacional popular na instituição de uma nova hegemonia.

Nessa lógica, indicam a importância de avançar no entendimento da cultura popular como forma de resistência e construção de contra-hegemonia, e para tanto, propõem identificar as práticas educativas presentes na luta dos trabalhadores, que possam servir para este movimento de resistência, mas não apenas esse aspecto, afirmam também que a resignificação do conceito de participação torna-se um elemento importante na elaboração de uma concepção de política entendida como um movimento contra-hegemônico, fazendo-se presente a concepção de política de Gramsci.

Assim, os textos pesquisados procuram desvelar de que modo se faz necessário discutir as implicações políticas e ideológicas da participação da sociedade civil na execução das políticas sociais no contexto atual, reforçando que a permanência da desigualdade social, dos limites da cidadania e da democracia serve como elemento facilitador à agenda neoliberal. Os textos referem-se à ideologia, conforme a definição oferecida pelo pensador sardo, que a precisa como “[...] uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]” (GRAMSCI, 2011a, p. 98-99). Por conseguinte, identificam que o processo de contrarreforma do Estado instituído, e ainda vigente no Brasil, reforça a apropriação privada e a subalternização da classe trabalhadora.

Por outro lado, vários textos têm como finalidade compreender como a cultura e a dimensão prático-pedagógica na ação política podem servir à construção do poder popular. Para isto, buscam traçar um panorama das principais expressões de resistência na sociedade civil, resgatando os sujeitos políticos. E nesse sentido, os textos analisam a organização político-partidária como um instrumento de luta dos trabalhadores, focando seus limites e suas possibilidades no que concerne à construção de novos valores e ao processo de formação de uma nova hegemonia. Para esta discussão, os textos referenciam-se na importância que Gramsci atribui ao partido político, pois ele entende que os partidos, ou o “moderno príncipe”, têm a função principal de organizar e impulsionar a construção de novos valores e a formação de uma nova consciência (GRAMSCI, 2011c).

Nesse percurso, os textos também têm como objetivo refletir sobre o controle social a partir do estudo da relação Estado e sociedade civil, relação que conforme Gramsci é dialética em uma unidade de identidade/distinção. Assim sendo, buscam uma abordagem dos desafios atuais para a efetivação do controle social, passando pela análise das produções acerca do tema até o âmbito da ação dos conselheiros, destacando diferentes experiências. O foco central das análises dos textos apoia-se na avaliação do controle social, a fim de identificar de que forma a participação no campo dos conselhos institui reflexões críticas acerca das políticas residuais e compensatórias existentes na atualidade. Nesse sentido, os textos têm a intencionalidade de identificar e analisar as forças em disputa nos conselhos, as quais se encontram em embates pela direção da política, o que configuraria um campo de construção de novas hegemonias, referenciado pela correlação de forças que Gramsci aponta em seus estudos. E para isso destaca-se,

nos textos pesquisados, a proposta de análise das concepções de sociedade civil, com vistas a instituir um processo de sua ressignificação, mostrando que a participação da sociedade civil nos diferentes espaços públicos deve vislumbrar a democratização do Estado.

Com a finalidade de fortalecer os processos de organização coletiva, chega-se à reflexão sobre os movimentos sociais, tratando-se de outro tema abordado nos textos, o qual tem por finalidade problematizar os impasses entre os avanços da luta popular e a ascensão do conservadorismo, que imprime a autocracia burguesa e intensifica a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e militariza a questão social. Os textos pesquisados destacam a necessidade de investigar as contradições existentes nos movimentos sociais, especialmente aqueles que assumem o papel de gestor de políticas públicas, e identificar quais os reflexos desses processos na construção de uma nova hegemonia, cabendo, dessa forma, explicitar a trajetória dos movimentos sociais na realidade brasileira, destacando a sua relação com o Estado e as mudanças operadas nas formas de luta. Destarte, chega-se às análises das políticas sociais, em que os textos têm por objetivo abordar a relação instituída entre as políticas sociais analisando as estratégias acionadas pela burguesia para a recomposição da dominação de classe. Nessa perspectiva, os programas de transferência de renda apresentam uma forte incidência ideológica, instituindo um consenso social que se transfigura na “gradidão dos assistidos”.

Nos estudos sobre a profissão, os textos pesquisados assinalam três grandes objetivos de discussão na reflexão da ação profissional. O primeiro que se destaca é a discussão do projeto ético-político do Serviço Social e a hegemonia na materialização de um projeto profissional capaz de disputar a direção social da intervenção dos assistentes sociais. Esse objetivo pauta-se na compreensão da importância do processo de elaboração da hegemonia, conforme indica Gramsci, para a construção de novas relações e de valores que consubstanciem uma consciência crítica dos profissionais. O segundo refere-se ao âmbito político da intervenção profissional, no qual se tecem análises sobre a ação política nos processos de mediação para a construção de sujeitos coletivos revolucionários, observando-se a dimensão pedagógica do Serviço Social, defendendo concepções ideoculturais que viabilizem a luta pela democracia através da formação da consciência crítica vislumbrando processos emancipatórios. Como nas discussões sobre a realidade social, reafirma-se também, na reflexão da ação profissional, a relevância da política, vista, de acordo com o

pensamento gramsciano, como um instrumento de elaboração das mediações, voltada a alicerçar a consciência crítica e os valores ideoculturais na instituição de uma “[...] vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2011b, p. 16). E o terceiro objetivo a destacar é o da relação do Serviço Social com as organizações coletivas, visto que os textos buscam refletir sobre o significado da relação da profissão com as organizações das classes subalternas, estudando a ação profissional nos processos de mobilização e organização popular. Esses textos conferem ênfase à relação do Serviço Social com os movimentos sociais, principalmente os classistas, e nesse campo, problematizam o papel do assistente social na construção da contra-hegemonia.

Diante dos objetivos aqui expostos, identificados na análise dos conteúdos dos textos pesquisados, depreende-se que a produção teórica do Serviço Social brasileiro tem demonstrando um amadurecimento teórico-metodológico, filosófico e ético-político que resulta na elaboração de um conteúdo que fornece elementos essenciais à formação de uma cultura política para o enfrentamento das expressões da questão social e a apreensão do alcance do projeto profissional com vistas à formação de outra sociabilidade.

Seguindo essa direção, nos próximos capítulos serão apresentadas as produções e elaborações do Serviço Social brasileiro que, fundamentadas nas categorias gramscianas, com destaque para o Estado, a sociedade civil e a hegemonia, buscam tecer reflexões que respondam às demandas colocadas à profissão e à sociedade.

“Mas, ainda que o Estado proletário devesse durar apenas um dia, temos de trabalhar para que ele tenha condições de existência adequadas ao desenvolvimento de sua tarefa, ou seja, a supressão da propriedade privada e das classes”.

Gramsci (O Estado e o Socialismo – 1919)

3. O ESTADO EM GRAMSCI E A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Gramsci, tomando por base os estudos marxianos sobre o Estado, elaborou uma revisão e ampliação desta concepção, enfatizando a relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, desvelando a função de cada esfera e suas expressões nos marcos do capitalismo monopolista do século XX.

A concepção de Estado, em Marx, está fundada na dominação de uma classe (a burguesa) que impõe à classe trabalhadora seus interesses próprios. Nesse sentido, o Estado possui uma função definida, qual seja: assegurar a preservação da propriedade privada e instituir a divisão entre as classes sociais. É no Manifesto Comunista que Marx e Engels (2010, p. 42) escrevem que: “[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado [...]”. Aqui, os autores expõem claramente o processo de ascensão da burguesia e sua tomada do poder, configurando a divisão da sociedade em duas classes antagônicas.

Como esclarece Coutinho (2012, p. 123),

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe quando e enquanto existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais e de produção); e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham com o interesse geral da sociedade.

No processo de divisão das classes sociais, o Estado encarna a centralização do poder, oferecendo, a partir de sua estrutura interior, as condições para o desenvolvimento da reprodução do capital, assegurando a acumulação do capitalista. Nas palavras de Marx e Engels (2010, p. 42): “[...] o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

Na Introdução à *Crítica da Economia Política*, Marx esboçou “o plano a adotar”, abarcando seu terceiro ponto, o estudo da “síntese da sociedade burguesa na forma do Estado” (MARX, 1983, p. 22). No entanto, tais preocupações de Marx com a esfera da política mais ampla não puderam se concretizar, mesmo que ao longo de sua vasta obra as análises políticas conjugadas com os modos de produção estivessem presentes, a exemplo dos termos analisados em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Nessa conjuntura histórica, o Estado aparece como o “representante dos interesses gerais” e absorve determinados interesses particulares como se fossem interesses comuns, podendo-se citar: “[...] desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e a universidade da França” (MARX; ENGELS, 1982, p. 248). Nota-se, aqui, que o Estado pode representar, de forma simultânea e contraditória, não somente os interesses da burguesia, mas também alguns interesses de outras classes sociais. A obra marxiana foi instituindo novas concepções e compreensões e nesse processo a posição de Marx sobre a natureza de classe do Estado se mantém, no entanto, após sua morte e com as transformações societárias operadas pelo capitalismo, seu parceiro de trabalho, Engels, percebe “[...] que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como ‘poder opressivo’), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governos [...]” (COUTINHO, 2008, p. 27). Retomando essas reflexões no âmbito do marxismo, a elaboração teórica sobre o Estado será esboçada posteriormente por Lênin, em *O Estado e a Revolução*, seguindo as trilhas de Marx e Engels, para identificar o Estado como “[...] a máquina estatal – com o conjunto de seus aparelhos repressivos” (COUTINHO, 2012, p.124).

Vale destacar que a concepção de Marx e Engels sobre o Estado se constrói pela análise da realidade no tempo histórico vivenciado pelos autores, no qual ainda não se visualizavam as grandes organizações sindicais e de massa, nem mesmo os partidos políticos operários que emergem na realidade de fins do século XIX e início do século XX. Esse contexto sócio-histórico será o campo de reflexão de Antonio Gramsci e da sua inovadora teoria da ampliação do fenômeno estatal.

Diferentemente das condições vivenciadas por Marx e Engels, Gramsci viveu a militância no partido e conheceu a dinâmica social, econômica e política da sociedade capitalista desenvolvida, e a partir da percepção de novas determinações da realidade social, econômica, política e cultural realizou uma inovadora reflexão acerca da concepção de Estado. Ao analisar os desdobramentos do Pós-Primeira Guerra

Mundial, suas reflexões estão voltadas ao desvelamento das relações entre o Estado e a sociedade em seu conjunto, observando que, “[...] além de novas determinações no âmbito da produção”, visualizava-se “[...] a intensa complexificação das relações entre Estado e sociedade civil, mediante um crescente processo de socialização da política” (SIMIONATTO, 2008, p. 14).

As reflexões gramscianas “[...] não eliminam o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx, Engels e Lenin (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder de Estado), mas repõem e transfiguram ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações” (COUTINHO, 2008, p. 53).

O pensador italiano observou que, embora o Estado permanecesse com suas características classistas, as transformações societárias processadas até aquele momento já não poderiam mais identificá-lo apenas como um comitê gerenciador dos interesses da classe burguesa, visto que passou a assumir parte das demandas das classes subalternas. A manutenção da hegemonia da classe no poder já não ocorria somente por meio da coerção e da violência, tornara-se necessário buscar o consenso do conjunto da sociedade, de modo especial, através de uma gama intensa de instituições presentes na sociedade civil, que iria denominar de “aparelhos privados de hegemonia”. Estes são os meios utilizados pelo Estado para disseminar um conjunto de valores e ideologias, normas e concepções culturais.

Diante da análise de um determinado equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política, Gramsci elabora o conceito de Estado Integral, procurando dar conta, teoricamente e na prática política, de um quadro em que ocorriam grandes mobilizações, com um alargamento da participação política. Em uma carta de 07 de setembro de 1931, enviada para sua cunhada Tatiana, Gramsci expõe sua intenção de aprofundar o estudo do tema dos intelectuais associando-o à concepção de Estado. Escreve ele:

[...] este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a

igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) [...].
(GRAMSCI, 2005, p. 84.)

No entender de Gramsci, a sociedade política é aquela esfera em que o Estado exerce seu poder repressivo de violência e coerção; já a sociedade civil, que tem sua materialidade nos “aparelhos privados de hegemonia”, constitui-se no campo em que se disputa a hegemonia por meio da construção do consenso²⁹, afirmando o predomínio de uma classe sobre a outra.

Nas palavras de Coutinho (2011a, p. 109):

O conceito mais concreto da teoria política de Gramsci, o de “Estado ampliado” ou ‘integral’ (sociedade política + sociedade civil, coerção + consenso, ditadura + hegemonia, etc.) já contidos nesse ‘primeiro elemento’ abstrato, ou seja, na relação entre governantes e governados. E, do mesmo modo como Marx havia feito diante da forma-mercadoria, Gramsci mostra a historicidade desse “primeiro elemento”: também a relação entre governantes e governados tem uma gênese (na sociedade de classe) e, portanto uma possibilidade de superação (na “sociedade regulada”, sem classes, isto é no comunismo).

Vale esclarecer que o termo “Estado ampliado” foi cunhado por Christinne Buci-Glucksmann que, em seus estudos sobre os *Cadernos do cárcere*, analisou a categoria do Estado e identificou que, “[...] ao lado do Estado em sentido estrito, Gramsci coloca o Estado em um sentido amplo: o que ele chama de Estado integral” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.128). Manifestando-se sobre o tema, Coutinho (2012, p. 127) diz o seguinte:

[...] o Estado em sentido ampliado, com ‘novas determinações’, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido restrito’ ou de ‘Estado coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante

²⁹ Consenso, aqui, significa ativo, democrático e com a participação, realizado entre as camadas de classes que defendem o mesmo projeto de sociedade. Nas palavras de Gramsci (2010, p. 21): “[...] do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”.

detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

Fundamentadas na relação entre governantes e governados, as elaborações gramscianas destacam as relações de forças presentes e nessa reflexão apontam que o Estado, imbricado nessas relações, apresenta também uma função educativa. Reconhece-se, pois, que:

[...] o Estado tem uma tarefa educativa e formativa, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção [...]. (GRAMSCI, 2011b, p. 23.)

A concepção ampliada de Estado abarca o seu papel educativo, o qual se dispõe à construção do sistema hegemônico, posto que apresenta dois aspectos decisivos: o primeiro, de educar para atingir o consenso; e o segundo, de criar as condições necessárias para a expansão econômica. Portanto, o Estado, com seus múltiplos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil, tornou-se um “educador” que elabora e propala um determinado modo de vida, no caso, o estilo burguês³⁰.

Na mesma trilha de Marx, o pensador sardo compreende que o Estado tem uma forte vinculação com a classe dominante, uma vez que o “aparelho econômico de produção” contribui diretamente para o seu desenvolvimento. Contudo, Gramsci amplia a concepção do Estado, por entender não se tratar de um bloco homogêneo, mas atravessado por interesses tanto da classe burguesa como das classes subalternas, portanto, não como simples instrumento sob o domínio de uma única

³⁰ E para Gramsci (2011b, p. 119), “[...] o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente”.

classe. Vale ressaltar que nas sociedades capitalistas desenvolvidas o Estado torna-se uma condensação de forças, um espaço de disputa da hegemonia, fato que não passou despercebido para Gramsci.

Por isso, o Estado é também expressão da esfera econômica, pois, “[...] certamente, o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica; todavia, pode-se falar do Estado como agente econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação” (GRAMSCI, 2011a, p. 379). Na análise do Estado, depreende-se que a sua base material, isto é, a sua constituição, situa-se numa dada configuração política, social e econômica, no caso, a burguesa.

Longe da perspectiva liberal que separa estrutura e superestrutura, Estado e sociedade, essa concepção de Gramsci indica a “[...] sua contribuição para o enriquecimento teórico-analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e reprodução da estrutura no contexto histórico em que se operou uma maior complexificação do Estado” (DURIGUETTO, 2007, p.54), uma vez que:

[...] o Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia do grupo dirigente e dominante; portanto abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. (GRAMSCI, 2011c, p. 139.)

Concorda-se com as indicações de Liguori (2003, p. 174) de que Gramsci

[...] é o autor que melhor apreendeu, no campo marxista, a nova relação entre Estado e sociedade que se realiza na modernidade do século XX, seja sob a forma de Estado fascista ou do keynesiano, do Estado bolchevique ou do Estado socialdemocrata, o que em grande medida revigora a compreensão da ciência política e das demais ciências sociais particulares.

A produção teórica de Gramsci no campo marxista, ao estudar as relações entre economia e política, estrutura e superestrutura, lança luzes para as novas formas de manifestação do Estado, da sociedade civil e de participação das classes subalternas na constituição de um novo projeto societário. A inovação no estudo de Gramsci, ao conceber a ampliação do fenômeno estatal, situa-se na sua percepção das diferenças entre o Ocidente e o Oriente.

Partindo da análise da realidade social, Gramsci assinala que a construção da contra-hegemonia é necessariamente processual, ou seja, uma “guerra de posição”, visto que tem como pressuposto a compreensão das transformações ocorridas nas sociedades Ocidentais, determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Nas sociedades Orientais, foi possível a “guerra de movimento”, que seria uma tomada direta do poder, pois o processo de socialização da política era excessivamente débil, com uma sociedade civil pouco ativa e com uma organização social, econômica e cultural enfraquecida. Para compreender melhor o processo de ampliação do Estado e as diferenças de estratégia para a tomada de poder existentes nas formações Ocidentais e Orientais, destacam-se aqui, as reflexões de Coutinho (2012, p. 147):

A teoria ampliada do Estado é a base que permite Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução nos países ocidentais: esse fracasso ocorreu, supõe Gramsci, porque não se levou na devida conta a diferença estrutural que existe entre, por um lado, as formações sociais do Oriente [...] caracterizada pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e, por outro, as formações sociais do Ocidente, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou concretamente a ‘ampliação’ do Estado. [...] nas formações ‘Orientais’, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma ‘guerra de movimento’, [...] voltada para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ‘Ocidente’, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil visando a conquista de posições e de espaços ‘guerra de posição’, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação.

Por estar diante de uma realidade em que Ocidente e Oriente apresentam relações de produção e sociais distintas, Gramsci apresenta uma concepção ampliada de Estado, porém, vale salientar que esta divisão entre Oriente e Ocidente, no pensamento gramsciano, não representa somente uma divisão geográfica, visto que o pensador sardo

destacava, sobretudo, a diferença das formações socioeconômicas e culturais dos países que as constituem.

Nesse sentido, a referência dos estudos gramscianos situava-se na experiência da Rússia, no pós-1917, com a Revolução Bolchevique, sobretudo porque Gramsci, observando e analisando o desenvolvimento da Revolução Russa e os desdobramentos na construção do socialismo, entendeu que a tomada de assalto, do poder, não era mais possível com o desenvolvimento do modelo capitalista e com a hegemonia da burguesia. Mormente, porque essa é uma estratégia que “[...] se verifica através de golpes de Estado bem claros, de ações militares, etc., [...] e no mundo moderno, as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema [...]” (GRAMSCI, 2011b, p. 77).

A denominada “revolução permanente”, ou seja, a tomada do poder de forma violenta foi possível nas sociedades com formação socioeconômica atrasada, justamente pela enfraquecida sociedade civil. No entanto, a mesma estratégia, em sociedades Ocidentais, em que a sociedade civil apresenta-se mais complexa e fortalecida, se torna inviável. Por consequência, Gramsci elabora, em suas reflexões, uma nova estratégia revolucionária que estabelece o avanço num processo progressivo de transformação da sociedade, a qual está fundamentada na chamada “guerra de posição”.

Para compreender essa nova estratégia, transcreve-se o que Gramsci (2011b, p. 24) diz a respeito:

No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da ‘revolução permanente’, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de ‘hegemonia civil’.

O pensador sardo define de forma muito clara que, nas sociedades modernas, a construção de outra sociabilidade passa inevitavelmente pela instituição de uma contra-hegemonia e que, para isto,

[...] a guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais ‘intervencionista’, que mais abertamente

tome a ofensiva contra os opositores [...].
(GRAMSCI, 2011b, p. 255.)

Para Gramsci, será através da “guerra de posição”, com a instituição de estratégias e táticas, que a tomada do poder e sua conservação serão possíveis a fim de construir um processo gradativo de formulação da hegemonia da classe subalterna, entendendo que a “[...] ‘conquista do Estado’ deve acontecer [...] *a partir de um processo progressivo* [...] de criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária [...]” (GRAMSCI, 2004a, p. 262, *grifo nosso*).

Gramsci (2011b, p.72) explica que “[...] a guerra de posição não é constituída apenas pelas trincheiras propriamente ditas, mas por todo o sistema organizativo e industrial que está por trás do exército alinhado [...]”. O pensador sardo enfatiza estratégias no campo da “guerra de posições”, devendo estas organizar “[...] permanentemente a ‘impossibilidade’ de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc., reforço das ‘posições’ hegemônicas do grupo dominante [...]” (GRAMSCI, 2011b, p. 255). Situação que estabelece as condições para a organização do processo revolucionário, desde seus elementos mais básicos, abarcando todo o complexo estratégico que organiza o processo pensado e planejado de tomada do poder e de superação da sociedade capitalista até chegar à “sociedade regulada”, ou seja, ao comunismo.

Tais reflexões têm sido buscadas na produção de conhecimento de diversas áreas, dentre elas, o Serviço Social. As reflexões e concepções teóricas de Gramsci têm sido de extrema importância para o Serviço Social, dado que, inspirada em seu pensamento e no seu rico conjunto categorial, a profissão institui o fortalecimento da produção de conhecimentos, construindo uma cultura crítica pautada em princípios teórico-metodológicos e ético-políticos que se expressam nas ações prático-operativas e na leitura das novas determinações presentes na realidade social. Entende-se, assim, que analisar a incidência do pensamento de Gramsci no debate teórico do Serviço Social brasileiro é de extrema relevância e atualidade.

Nesse viés, apresenta-se a pesquisa bibliográfica realizada no período de 2000 a 2012, em que se identificou o Estado como uma das categorias mais utilizadas pelo Serviço Social brasileiro. Segue o Quadro 1 que caracteriza a produção teórica do Serviço Social em interlocução com a categoria Estado.

Quadro 1 – Caracterização da produção teórica do Serviço Social na discussão sobre o **Estado**

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Simionatto, Ivete (2009a)	Katálysis	Classes Subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana.	Estado Sociedade Civil Hegemonia Política Classes subalternas Intelectuais Vontade coletiva
Cunha, Claudia C.; Loureiro, Carlos F. (2012)	Katálysis	Estado Educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas.	Estado Consenso Correlações de forças Aparelhos privados de hegemonia
Correia, M ^a V. C. (2004)	Serviço Social e Sociedade	A relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate	Estado Sociedade civil Sociedade política Correlações de forças
Cristo, Solange C.A. (2012)	Serviço Social e Sociedade	Controle Social em Saúde: o caso do Pará	Estado Sociedade civil Sociedade política Consenso Classes subalternas Aparelhos privados de hegemonia
Pereira Sitcovsky, Marcelo; Maranhão, Cezar H.M. (2004)	ENPESS	Gramsci Antípoda de Marx ou não?	Estado Sociedade civil Sociedade política Aparelhos privados de hegemonia

Continuação do Quadro 1

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Silva, Gisélia C. (2008)	ENPESS	Poder político e cultura no Maranhão: a cultura popular como instrumento político nas relações de classes	Estado Sociedade civil Cultura Poder político Força e consenso Ideologia Hegemonia
Delgado, Laurinete R. S. (2008)	ENPESS	Sobre o controle social no capitalismo	Estado Sociedade política Sociedade civil Classes subalternas Consenso
Faleiros, Vicente; Freitas, Raquel L. (2008)	ENPESS	Significado da Assistência Social para a população usuária	Estado Sociedade civil Hegemonia Bloco histórico
Mendonça, Ana M. (2008)	ENPESS	Estado e Direitos Sociais no Brasil	Estado Sociedade civil Organização coletiva Coerção/consenso Grupos subalternos Vontade coletiva
Costa, Ronan (2010)	ENPESS	Conselho Municipal de Assistência Social de Cuparaque/MG: possibilidades para o controle social	Estado Sociedade política Sociedade civil Coerção/Consenso Classes subalternas Interesses corporativos

Continuação do Quadro 1

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Farage, Eblin. (2012)	ENPESS	O Desenvolvimento capitalista desigual e combinado na conformação do urbano: o Estado e os distintos territórios da cidade	Estado Sociedade política Classe subalterna Coerção e Consenso Aparelhos privados de hegemonia Organização coletiva
Vieira, Rafaela (2012)	ENPESS	Movimentos sociais e consciência de classe durante o governo do PT	Estado Consenso/ Coerção Política/Partido Sociedade civil Classes subalternas Transformismo
Oliveira, Ana Cristina (2012)	ENPESS	Neodesenvolvimento e Banco Mundial: novo consenso social da burguesia sobre a questão social	Estado Consenso Sociedade civil Hegemonia
Bordin, Erica M do B.; Anzonlin, Lais B. (2012)	ENPESS	O Retrato das organizações da sociedade civil da cidade de Porto Alegre	Estado Sociedade civil Classes subalternas Correlações de força Política Direção intelectual e moral

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa bibliográfica.

Neste quadro, encontram-se (02) dois artigos da revista *Katálysis*, representando 28% do total de artigos da revista; (02) dois da revista *Serviço Social e Sociedade*, expressando 14% do total de artigos do periódico; e (10) dez dos Anais dos ENPESS, indicando 12% dos artigos publicados neste veículo³¹.

³¹ Não foi localizado nenhum artigo na revista *Temporalis* que o fio condutor fosse a categoria Estado.

Apresentam-se, a seguir, as reflexões dos autores referenciados no quadro, para se compreender os fios condutores da discussão, a partir da categoria Estado, na produção teórica pesquisada. Para tanto, organizaram-se as análises dos diversos autores em blocos por temas. A sistematização dos artigos foi dividida em três blocos: concepção teórica, a relação com o controle social; mediações com as políticas e os direitos sociais.

O primeiro bloco congrega três (03) textos em que as produções se dedicam à concepção teórica da categoria *de Estado* a partir do pensamento de Gramsci e das interlocuções no campo marxista.

O artigo de Marcelo Pereira e Cesar Maranhão (2004) tem por finalidade estabelecer um diálogo entre Marx e Gramsci na concepção do Estado, demarcando os traços de continuidade e superação de Gramsci em relação a Marx. Os autores buscam elaborar uma análise das concepções de Estado confirmando que “[...] a concepção gramsciana de Estado não se contrapõe à concepção de Marx” (PEREIRA; MARANHÃO, 2004, p. 01).

No intuito de demonstrar a concepção de Gramsci sobre o Estado, os autores partem da compreensão de que nos *Cadernos do cárcere* fica explícita a inflexão no desenvolvimento da teoria marxista de Estado e revolução. Referenciados pelas obras de Carlos Nelson Coutinho, os mesmos autores afirmam que a percepção do Estado como um “[...] ‘comitê executivo da burguesia’ de Marx não é de natureza gnosiológica, mas sim histórico-ontológica” (PEREIRA; MARANHÃO, 2004, p. 03). No entanto, eles enfatizam a crítica à concepção de Coutinho no que se refere à teoria restrita de Estado, por defenderem que Marx, Engels e Lênin “[...] apreenderam e apresentaram à gênese e função do Estado revelando seus determinantes de classe” (PEREIRA; MARANHÃO, 2004, p. 03).

Suas reflexões também salientam que, de fato, as realidades vividas pelos pensadores em questão são diferentes, contudo, tais diferenças não negam as teses marxianas, porque, para os autores Marx, Engels e Lênin, o Estado tem uma característica que o delimita aos interesses da classe dominante não pela ausência de uma sociedade civil desenvolvida. Defendem enfaticamente que foi Gramsci quem alterou o conceito de sociedade civil, especialmente em relação às transformações societárias e, conseqüentemente, ampliou a concepção do Estado.

Destarte, os autores reafirmam que para Gramsci o Estado é formado pela sociedade política e pela sociedade civil, em que a primeira retrata o momento de coerção e violência e a segunda encarrega-se da criação de consensos para a construção da hegemonia.

Ademais, indicam os autores que na sociedade política revela-se o Estado-coerção, pois se utiliza da violência para manter sua dominação; e na sociedade civil, os “aparelhos privados de hegemonia”, aos quais se adere voluntariamente, não se caracterizam pelo uso da repressão.

Embora o Estado represente um conjunto de instituições servindo hegemonicamente ao projeto da classe dominante, ou seja, mantém o seu caráter classista fazendo com que seus interesses particulares sejam entendidos como necessidades do conjunto da sociedade, os autores citados concluem que a perspectiva gramsciana permite observar o momento de continuidade da teoria marxiana, o momento de conservação/superação do conceito de Estado, especialmente verificado na ampliação da esfera estatal mediante a incorporação da sociedade civil. E encerram seu texto explicitando que sua intenção não é tornar a percepção da realidade de forma imobilizada ou romântica, mas que têm a pretensão de contribuir para a superação do processo de “[...] mistificações e de fetichismo que encerra a problemática do Estado” (PEREIRA; MARANHÃO, 2004, p.08).

Seguindo essa percepção, a definição de Estado oferecida por Gisélia Silva (2008) evidencia que existe uma relação em que se articula coerção e consenso, os quais se equilibram, de modo que a coerção, ao apoiar-se no consenso, acaba por firmar as posturas que encobrem os reais interesses das classes. Trata-se de uma construção ideológica e cultural em que os interesses particulares - até mesmo pelo uso da força/coerção, mas especialmente pela cooptação -, e a consciência coletiva são moldados e adequados aos interesses da classe social dominante. Afirma ainda a autora que o Estado “estabelece uma combinação em que força e consenso, ou seja, sociedade política e sociedade civil, se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso” (SILVA, 2008, p. 03).

Prosseguindo em suas reflexões, Silva (2008) destaca a análise do poder da política no Estado capitalista, e retomando Gramsci, indica que o Estado é aparelho hegemônico, sendo a sociedade civil a esfera responsável pela difusão da ideologia e construção do consenso para formação da hegemonia. Em suas argumentações aponta que é exatamente por isso que o poder político institui mecanismos que reduzam o impacto das lutas de classes, direcionando suas ações no sentido de agregar os interesses dos grupos subalternos.

O artigo de Silva (2008) enfatiza o papel da cultura popular na contemporaneidade, partindo do pressuposto de que esta serve como instrumento de poder político legitimando o Estado entendido como o defensor dos interesses indistintos das classes e dos grupos sociais.

Analisando a relação do Estado com os grupos folclóricos que expressam a cultura popular, a autora conclui que as ações estatais têm se pautado no processo de institucionalização da cultura popular, estabelecendo relações de troca e políticas de clientelismo entre governantes e governados.

Nesse sentido, assinala Osório (2014, p. 18) que: “O Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade”. No discurso em defesa da democracia estão velados os interesses da burguesia, que propala a participação de todas as classes no âmbito estatal, porém, mantém sob seu controle essa participação, imprimindo sua vontade e construindo-a no imaginário social como se fosse algo necessário para todas as classes. Desse modo, “[...] o Estado sintetiza costumes e valores compartilhados e projeta rumos e metas comuns para os membros da sociedade” (OSÓRIO, 2014, p. 18). Assim sendo, é o Estado a figura central que equaliza as relações de poder, sintetizando-as como reflexos de necessidades iguais, ou seja, promove a harmonização do conjunto da sociedade pelo viés dos costumes e dos valores, instituindo uma relação de subordinação da classe subalterna.

Nas problematizações sobre o Estado, destaca-se a análise do texto de Ivete Simionatto (2009a), tendo como eixo a relação entre Estado e classes subalternas. Fundamentando-se nos estudos gramscianos, a autora apresenta uma reflexão sobre o conceito de “subalterno”, cuja ampliação, oferecida por Gramsci, permite compreendê-lo com base em seus nexos dialéticos com o Estado e a sociedade civil, hegemonia, ideologia, cultura e filosofia da práxis. Nessa discussão, a autora enfatiza as mediações da categoria “classe subalterna” com o “[...] desenvolvimento das transformações econômicas’, ‘adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes’ e as lutas travadas a fim de ‘influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações’” (SIMIONATTO, 2009a, p. 42). Nas elaborações de Gramsci, a categoria “subalterno” não se restringe à percepção de condições de vida dos sujeitos oprimidos e destituídos de meios de vida digna. Para o pensador sardo, o termo “subalterno” tem relação direta com a dominação presente na sociedade que, por meio de sua hegemonia, marginaliza a história da classe subalterna. Ou seja, por esta influência direta, as classes e os grupos subalternos “[...] não são unificados e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil” (GRAMSCI, 2011c, p. 139-140).

Assim sendo, Simionatto (2009a) aponta que o Estado, na análise de Gramsci, expressa a “unidade histórica das classes dirigentes, [...] o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e sociedade civil” (SIMIONATTO, 2009a, p. 42), consistindo em um todo complexo, esfera em que a classe dominante institui sua hegemonia através do domínio, seja pela coerção e violência expressa na sociedade política, seja pela formação de consensos por meio da sociedade civil. Sustentada no Caderno 25 de Gramsci, a autora indica claramente que “[...] os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação” (GRAMSCI, 2011c, p. 135), dado que se encontram numa situação de defesa de seus interesses. Dessa forma, pondera Simionatto (2009a) que, no âmbito estatal estão postas as condições de subalternidade da classe operária, tendo em vista que o Estado anula a autonomia das classes subalternas quando busca incorporar suas demandas, diluindo as possibilidades de lutas mais amplas. Simionatto (2009a) destaca que a sociedade civil é incorporada ao Estado e ao mesmo tempo viabiliza o processo de construção da hegemonia da classe dominante - especialmente na formação da opinião pública -, garantindo a realização de ações pouco populares da esfera estatal. Ou seja, “[...] o Estado ‘educa o consenso’, através dos aparelhos privados de hegemonia, especialmente através dos meios televisivos e dos grandes monopólios privados da mídia” (SIMIONATTO, 2009a, p. 43), conforme se pode observar na realidade contemporânea.

Adensando suas reflexões, Simionatto (2009a) adentra na discussão sobre o senso comum e o bom senso, enfatizando a filosofia da práxis como forma de superação da sociabilidade burguesa. Nesse percurso analítico, a autora apresenta a concepção de senso comum, tecida por Gramsci, cuja elaboração é representada por aglomerados de concepções fragmentárias e desagregadas, sendo resultado de elaborações filosóficas passadas e apresentando-se como um modo de pensar dinâmico. Levando em conta que, para Gramsci, o senso comum e o bom senso se constituem em graus da ideologia, em visões de mundo, logo, tomando por referência esta concepção, a autora aponta que Gramsci afirma que todos são filósofos, porque na ação político-política sempre está contida uma determinada concepção de mundo. Seguindo o pensamento gramsciano, tem-se que “[...] todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção de mundo [...]”

(GRAMSCI, 2011a, p. 93). Portanto, a formação de uma concepção de mundo não pertence única e exclusivamente a uma determinada classe, cada qual constrói sua história a partir de um conjunto de valores, crenças e ideologias, no entanto, por pertencerem ao campo do senso comum, não apresentam coerência. Em outras palavras: “Expressas através do senso comum, tais crenças podem ser transformadas em ‘bom senso’, na medida em que as classes subalternas afirmem-se enquanto coletividades e sejam capazes de reelaborar sua visão de mundo [...]” (SIMIONATTO, 2009a, p. 44). E diz ainda a autora, que “[...] a transformação do senso comum em ‘bom senso’ ocorre por meio da filosofia da práxis, que permite a ‘superção do modo de pensar precedente’, tornando ‘crítica uma atividade já existente’[...]” (SIMIONATTO, 2009a, p. 44).

Nas reflexões de Simionatto (2009a), a criação da vontade coletiva e a elevação cultural das massas assume importância decisiva para que a classe subalterna se liberte dos valores e das ideologias das classes dominantes, o que abarca a compreensão da importância do processo de construção da hegemonia por meio de uma “reforma intelectual e moral”. Para a autora, a hegemonia é resultado das ações conscientes das classes em disputa, visto que a classe subalterna dispõe de capacidade para elaborar suas demandas e promover lutas e resistências que se materializem na instituição de uma contra-hegemonia. Para o pensador italiano, a formação da vontade coletiva situa-se nas “[...] qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer [...]” (GRAMSCI, 2011b, p. 13).

Na compreensão do processo de elaboração de uma nova hegemonia, está contida, segundo a autora, a relação entre cultura e política, dado que Gramsci as compreende como necessárias à transformação social, e ainda abrangendo a relação entre a cultura e a linguagem, porque tem sido utilizada como mecanismo de divulgação da ideologia dominante, em especial quando se trata do Estado e sua relação com a sociedade em geral.

Por fim, as reflexões da autora remetem à realidade contemporânea em que se “[...] destaca a expansão das formas de dominação no contexto do capitalismo atual” (SIMIONATTO, 2009a, p. 47), configurando a subalternização das classes populares, imprimindo um extenso processo de apassivamento de suas lutas. As formas de dominação estatal aparecem de maneira cada vez mais refinadas na atualidade, seja na esfera econômica, política, seja na esfera cultural e ideológica.

Percorrendo as reflexões do pensamento clássico sobre o Estado, o artigo de Valéria Correia (2004) busca aporte na categoria gramsciana de Estado ampliado para fundamentar a discussão sobre o controle social e o faz apoiada na análise da relação entre Estado e sociedade civil, tratando-se este do segundo bloco de discussões, com quatro (04) artigos. As relações entre estrutura e superestrutura, enfaticamente discutidas por Gramsci na análise da realidade social, são retomadas pela autora, situando a sociedade civil no campo superestrutural, esfera em que se constrói a hegemonia e a disputa de projetos de classe. São as reflexões sobre a ampliação do fenômeno estatal e da inovadora concepção de sociedade civil gramsciana, expressa em seus aparelhos privados de hegemonia, que subsidiam a autora no desvendamento do controle social como estratégia participativa “[...] na disputa entre as classes para impor seus interesses na condução do Estado em busca da hegemonia” (CORREIA, 2004, p. 165).

Na percepção da autora, o controle social “[...] tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade, quanto para designar o controle da sociedade sobre as ações do Estado” (CORREIA, 2004, p. 149). Nessa direção, o artigo analisa as raízes teóricas que fundamentam a compreensão do controle social, tomando por referência as expressões do Estado e da sociedade civil na contemporaneidade.

No campo teórico, o artigo traz contribuições relevantes no âmbito da teoria política, haja vista que a autora revisita pensadores clássicos, reconstruindo as concepções de Estado em Hobbes, Locke e Rousseau para, em seguida, delinear as contribuições em Marx e Gramsci. Nessa trilha analítica, a autora afirma que Gramsci entende a sociedade civil “[...] não como estrutura, base material, mas como um momento da superestrutura, lugar em que se dá a formação do poder ideológico distinto do poder político, integrando uma noção ampliada de Estado” (CORREIA, 2004, p. 162). Destaca que o Estado “[...] difunde seu poder no conjunto da sociedade civil, utilizando-se de aparelhos de consenso” (CORREIA, 2004, p. 163), instituindo as bases de sua dominação pelo consentimento ativo ou passivo das classes subalternas, estratégia que utiliza em larga escala no âmbito do controle social.

No entanto, segundo Correia (2004), é na sociedade civil que se situam as condições necessárias para o enfrentamento da dominação, dado que “[...] a sociedade civil enquanto momento do Estado é um terreno de disputas de projetos de classes diferentes em busca da hegemonia” (CORREIA, 2004, p. 165). A autora defende o controle social como exercício das classes subalternas, “[...] no sentido dessas classes ocuparem, cada vez mais, espaço na sociedade civil na busca de

conquistar mais poder e formar consensos em torno de um projeto de classe contrahegemônico” (CORREIA, 2004, p. 165). Na esteira gramsciana, argumenta ser na sociedade civil que a classe subalterna construirá sua organização e sua resistência, pois “[...] as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras” (GRAMSCI, 2011b, p. 73), nas quais se constrói a luta e a defesa dos interesses dos grupos subalternos, compreendida como espaço “[...] de elaboração da hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade” (GRAMSCI, 2011b, p. 224).

Seguindo a reflexão teórica relativa às concepções de Estado, o texto de Correia (2004) detém-se nas diferenciações entre a concepção gramsciana de sociedade civil e a perspectiva (neo) liberal, concebida como esfera homogênea, separada do Estado, espaço do indivíduo e não mais de lutas de classes e funcional aos interesses do capital. Diante dessa compreensão, o Estado contemporâneo tem buscado imprimir o seu controle sobre o conjunto da sociedade para garantir a manutenção dos interesses da classe dominante. No entanto, é nesse terreno contraditório que destaca os movimentos da sociedade civil e de espaços participativos que permitem o exercício da participação democrática, a defesa de interesses das classes subalternas e o controle sobre o Estado.

Em Gramsci, uma tematização provocativa é o papel conferido ao Estado na qualidade de educador. Uma das funções vitais do Estado consiste “em elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral [...] que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (GRAMSCI, 1975 apud LIGUORI, 2007, p. 31). Discorrendo a esse respeito, escreve Gramsci (2011b, p. 28):

Na realidade o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmo, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é ‘possível’, a ação

ou a omissão criminosa' devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica.

Aqui se situa a face repressiva da educação 'cívica' do Estado, operacionalizada a partir do Direito e das leis, situação que, conforme os textos, ocorre nos conselhos de gestão de políticas sociais, por exemplo.

Prosseguindo com a sistematização dos artigos, o segundo bloco congrega os textos que debatem a relação entre Estado e controle social. Solange Cristo (2012), em seu texto, examina a relação entre Estado e sociedade civil no âmbito dos conselhos de gestão de políticas sociais, através de pesquisa junto aos conselhos de saúde, buscando desvelar os desafios que estes vêm enfrentando nos processos de participação e criação de estratégias na implementação e no controle da política de saúde.

A primeira preocupação da autora é formular as bases conceituais para a análise do controle social, subsidiando suas reflexões com diversos estudiosos do tema e com as deliberações da 8ª e 9ª Conferência Nacional de Saúde. A partir deste marco, a autora enfatiza que o controle social sobre as políticas públicas e sobre as ações estatais deve ser operacionalizado pela capacidade que a sociedade civil tem de intervir no e interagir com o Estado para a definição e elaboração das políticas sociais.

Notadamente, a autora destaca em seu texto que a compreensão sobre o controle social exige a delimitação de uma concepção de Estado e sociedade civil. Dessa maneira, apoiando-se nas elaborações gramscianas, define que o Estado reúne, além da sociedade política, a sociedade civil com seus aparelhos privados de hegemonia, a qual tem por função instituir o consenso e, nessa relação orgânica entre as duas esferas, o Estado exerce seu poder de dominação, seja pela coerção presente na sociedade política, seja pelo consenso construído na sociedade civil.

Por entender que os espaços de controle social são heterogêneos, tratando-se de um campo de disputas de interesses, a autora, respaldada em Gramsci, acredita que a participação da sociedade civil se vincula à construção de projetos políticos voltados às demandas das classes subalternas tendo como direção a organização coletiva.

Nas análises dos resultados da pesquisa realizada, Cristo (2012), identifica que os conselhos de políticas públicas, em grande parte, se orientam por práticas burocráticas e buscam estabelecer uma relação de parceria com o Estado, sendo que a gestão, de modo geral, exerce forte influência nas decisões dos conselhos. Por fim, a autora destaca que a

participação da sociedade civil apresenta limitações, dado às estruturas estatais, que são pouco comprometidas com os processos de democratização, pautando-se na relação que tem por fio condutor a burocratização das ações (CRISTO, 2012).

A concepção gramsciana de Estado, em sua clássica expressão sociedade política + sociedade civil, fundamenta a formulação de Laurinete Delgado (2008) na análise dos conselhos de gestão de políticas sociais. A autora analisa a complexificação desses espaços no âmbito da reconfiguração do sistema capitalista sob a perspectiva neoliberal. Nesse contexto, argumenta Delgado (2008) que, embora o Estado atue para a perpetuação do controle capitalista sobre a sociedade, ressaltam-se os elementos de combate da sociedade civil para fazer prevalecer o controle sobre o Estado.

Continuando suas reflexões, pondera Delgado (2008) que os tempos são de muita disputa, visto que o Estado constrói, por meio de sua reforma, conforme os preceitos neoliberais, uma relação com a sociedade civil através de formas cada vez mais sutis e sofisticadas, em sentido manipulador, que provocam a sua cooptação a fim de manter a direção política e ideológica da classe burguesa.

A direção oferecida pela classe dominante constituiu a base material do Estado, criando “[...] um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao Estado uma base permanente [...]” (GRAMSCI, 2011c, p.81). A configuração do Estado, na atual conjuntura, caracteriza-se por uma base material fundada na vinculação com o campo financeiro-especulativo do grande capital, posto que se consolidam suas prioridades: na garantia da produção de bens e serviços, na manutenção da propriedade privada e na garantia da permanência do modelo de especulação do capital financeiro, permeado pelos interesses da classe burguesa, transformando-o num espaço que viabiliza a hegemonia do grande capital. Assim é que a classe burguesa se configura como a base material do Estado no capitalismo avançado.

Nas palavras de Osório (2014, p. 26-27):

O Estado capitalista é resultado e ao mesmo tempo reproduzidor da ruptura-integração das esferas política e econômica. A dominação e a exploração não são idênticas, mas não estão desligadas. Ao contrário, estão estreitamente imbricadas, pois o capital é simultaneamente

exploração e dominação, e o Estado é o ponto central dessa imbricação.

Para melhor entender esta relação do Estado com o capital, observe-se as reflexões de Mandel (1982, p. 340, *grifo nosso*), estudioso que afirma que:

[...] no capitalismo tardio *se sobrepõe* uma suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista. Em consequência disso, a ‘administração das crises’ é uma função tão vital do Estado [...] quanto sua responsabilidade por um volume enorme de ‘condições gerais de produção’ ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente.

Conforme o autor, o Estado mantém uma relação íntima com o capital quando dentre suas funções estão presentes: a administração das crises, a responsabilidade de criar as condições objetivas para a manutenção e reprodução do modelo produtivo e a garantia da valorização do excedente produzido. Ou seja, o Estado cria as condições para a produção e reprodução do modelo capitalista e ainda garante sua sustentação.

De acordo com Gramsci (2011b, p. 41-42):

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida com uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.

Para Ronan Costa (2010), a incorporação do controle social no âmbito do Estado é, na prática, a compreensão da esfera estatal ampliada, de acordo com o pensamento gramsciano, dado que “[...] a

complexificação da sociedade nas suas formas de organização e manifestação, foram fixadas novas atribuições ao Estado, o qual passaria a ser constituído pelo conjunto formado por sociedade política e sociedade civil” (COSTA, 2010, p. 02). Isto porque o Estado exerce seu poder através do uso da força e da coerção, mas também elabora e constrói o consenso por meio do atendimento às reivindicações sociais, permitindo a legitimidade do modelo e a dominação por parte das classes dominantes. Destaca o autor que o Estado moderno tem como propósito a manutenção do poder pautado nos interesses do capital, contudo, também incorpora demandas das classes subalternas por força da pressão e organização dos trabalhadores. Nesse viés, os espaços de controle social igualmente se situam num campo contraditório e de disputas, podendo tanto reproduzir o controle do Estado sobre a sociedade civil como efetivar o controle social sobre as ações estatais, uma vez que “[...] publiciza as decisões no âmbito político, como também a fiscalização dos recursos públicos, a formatação dos mesmos, a sua destinação, avaliação e monitoramento” (COSTA, 2010, p. 03).

Ao analisar o processo histórico de constituição da política de assistência social, Costa (2010) adverte que a despeito da institucionalização desses espaços, o seu funcionamento não é garantido, de modo que podem voltar-se às ações meramente burocráticas ou podem instituir processos democráticos de participação. Por meio de pesquisa empírica, aponta que a participação nos espaços de controle no âmbito da política de assistência social está pautada “[...] pelo sentimento de ‘ajuda’ e ‘ato de cidadania’ por parte dos conselheiros representantes da sociedade civil, além de convivência político-partidária e interesses corporativos, *conforme definido por Gramsci*, sobretudo, dos conselheiros governamentais” (COSTA, 2010, p. 07 *grifo nosso*). Por isso, destaca como fundamental para a garantia de um processo democrático a capacitação dos sujeitos inseridos nesses espaços, o que remete à relação entre intelectuais e massa, entre filosofia superior e senso comum, entre teoria e prática nos termos gramscianos.

O terceiro bloco abarca as expressões do Estado na mediação com as políticas e os direitos sociais iluminam, a partir de Gramsci, diferentes períodos da história brasileira. Aqui se apresentam sete (07) textos que discutem essa temática.

O texto de Claudia Cunha e Carlos Loureiro (2012), através de pesquisa realizada na implementação de um projeto cooperativo, identifica as correlações de forças existentes e os arranjos instituídos entre os grupos envolvidos. A iniciativa de um grupo de seringueiros, pautada na perspectiva de criação de um modelo contra-hegemônico, ao

ser financiada pelas agências multilaterais, reverteu esse posicionamento colocando em contradição as ações estatais e os interesses dos trabalhadores.

Para Cunha e Loureiro (2012), o Estado, através da refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe subalterna e por meio de uma relação com os órgãos internacionais, especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, garantiu que a participação da classe trabalhadora fosse caracterizada por soluções individuais, desconfigurando a lógica cooperativa e coletivista.

Analisando documentos e relatórios do projeto da reserva extrativista, os autores identificaram a instituição do processo denominado de pedagogia da hegemonia, instituída nas ações das agências multilaterais que garantiram a criação de estruturas vinculadas aos interesses do Estado, relegando a um segundo plano os interesses dos seringueiros. O projeto foi financiado por entidades internacionais que estabeleceram uma série de condicionantes, inclusive retirando a autonomia de gestão dos trabalhadores. A autogestão proposta pelos seringueiros foi substituída pela cogestão, “[...] assumindo contornos de uma parceria público-privado, exaltada na reforma do Estado” (CUNHA; LOUREIRO, 2012, p.55).

Na pesquisa que desenvolveram, os autores constataram que todo o processo organizativo outrora pautado na organização dos “de baixo”, o qual tinha por princípio a perspectiva da transformação da sociedade, transmutou-se para processo de organização sem perspectivas classistas e limitando-se ao financiamento institucional. Afirmam os autores que “[...] as associações da Reserva, ao invés de enfrentamento e contestação, foram criadas com sentido de colaboração [...]” (CUNHA; LOUREIRO, 2012, p. 56), caracterizando uma adequação e adaptação das demandas da classe subalterna.

Orientados pelo pensamento de Gramsci sobre a espontaneidade, os autores indicam que a despeito dos interesses internacionais e do próprio Estado, as ideias, os valores e as opiniões foram formados a partir de elementos distantes da realidade dos trabalhadores, elaborando e difundindo a hegemonia do capital, sem que se manifestasse a espontaneidade dos sujeitos envolvidos. O Estado, portanto, “educa o consenso” de acordo com os interesses que lhe convêm.

A perspectiva analítica dos autores, pautados em Gramsci, evidencia como ocorre a difusão da ideologia das agências multilaterais, ou seja, dos interesses hegemônicos, às bases de ponta da sociedade civil, como as comunidades extrativistas, por meio dos agentes públicos,

especialmente extensionistas, que cumprem o papel de intelectuais no repasse do modo de pensar dominante junto às classes subalternas, conformando, sob outra lógica, seu modo de ver o mundo. Cunha e Loureiro (2012) concluíram que as estratégias são estabelecidas pelo Estado que discursivamente se coloca como “neutro”, mas que na prática contribuiu de forma direta para a disseminação da ideologia das agências instituindo um processo pautado na perspectiva de “educar para o consenso”.

Decorrente desse quadro, o projeto acabou por consolidar, na sociedade política e na sociedade civil, conforme a compreensão gramsciana de Estado, os princípios de “[...] uma nova sociabilidade, funcionais à reforma do Estado [...] ressignificando elementos fundamentais para a continuidade da luta dos seringueiros” (CUNHA; LOUREIRO, 2012, p.57).

O texto analisado evidencia a importância da categoria gramsciana de Estado ampliado para compreender as políticas sociais nos marcos da sociedade capitalista contemporânea. Tal argumentação reforça os eixos analíticos já presentes na produção teórica do Serviço Social, apontando para novas possibilidades de exploração teórica, como: a organização da classe trabalhadora; as transformações entre Estado, sociedade e mercado; e o papel liberal conferido ao Estado no contexto da crise capitalista. Tal como expressa Gramsci, apesar de incorporar algumas demandas da classe trabalhadora, o Estado “[...] está ligado, por uma parte, às correntes protecionistas ou de nacionalismo econômico e, por outra, ao pessoal [...] de origem fundiária e feudal, *os quais* assumem a ‘proteção’ das classes trabalhadoras contra os excessos do capitalismo” (GRAMSCI, 2001, p. 86 *grifo nosso*).

Nessa perspectiva, Ana M. Mendonça (2008) tece reflexões acerca do processo de modernização econômica, social e política do Brasil, colocando a “questão social” na pauta do Estado. O seu objetivo é “[...] entender como se estrutura o processo de constituição dos direitos sociais [...]” (MENDONÇA, 2008, p. 02) no país, no período de 1920 a 1943, e as formas de luta da classe trabalhadora.

Seu artigo inicia com o estudo da formação da classe trabalhadora e as lutas sociais, considerando o aspecto contraditório desse processo, dado que estabelece sua vinculação com “[...] a forma de transição ‘pelo alto’ do próprio desenvolvimento do capitalismo [...]” (MENDONÇA, 2008, p. 02). No percurso da formação sócio-histórica brasileira, a autora enfatiza que, em face do “liberalismo ortodoxo da lei de mercado” e mediante a frágil organização da classe trabalhadora, esta tenta “[...] arrancar do mercado o que entende como seu direito”

(MENDONÇA, 2008, p. 02). Enfatiza ainda que no período subsequente ao ciclo de greves operárias, entre 1917 e 1919, a sociedade transformase num campo de lutas entre os grupos subalternos e o Estado.

Fundamentando-se nos estudos gramscianos, Mendonça (2008) salienta que as lutas da sociedade tomam corpo diante da organização coletiva e da tomada de consciência de sua capacidade de organização, expressando a vontade coletiva dos sujeitos. A partir desse ponto analítico, sinaliza que na realidade brasileira a organização da classe trabalhadora instituiu as bases de um Estado que também se voltava ao campo social, absorvendo como sua tarefa o atendimento às expressões da questão social. Pautada no pensamento gramsciano, Mendonça (2008) assevera que a organização coletiva se configura em novas formas de poder político, e esta ocorre especificamente no âmbito da sociedade civil.

Nas relações entre Estado e sociedade civil, evidencia-se a “[...] possibilidade de ampliação do espaço público para a classe operária” (MENDONÇA, 2008, p. 03), considerando que os aparelhos privados de hegemonia fazem parte do Estado e incidem sobre ele, direcionando ações à classe subalterna. Portanto, diante da pressão que o Estado sofre por parte das classes operárias organizadas, apresentando “[...] um plano de ações coletivas que se expressam nas grandes manifestações das massas na busca de cidadania [...]” (MENDONÇA, 2008, p. 03), emerge a questão social, que se torna objeto de intervenção estatal. É nesse veio analítico, amparada pelos estudos gramscianos, que a autora enfatiza que a sociedade civil se transforma num campo de lutas e disputas, visto que as lutas sociais pelos direitos fundamentais representam um enfrentamento ao Estado liberal.

Prosseguindo com suas análises, Mendonça (2008) retoma a história da consolidação dos direitos sociais no Brasil examinando, num primeiro momento, a emenda Constitucional de 1926 e abarcando as transformações ocorridas na década de 1930, enfatizando que a expansão dos direitos sociais se vincula à modernização do país através do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial. Ela assinala que o Estado se articula aos interesses dos produtores agrários, exportadores, e aos interesses da grande indústria emergente, visando à modernização que garanta a acumulação do capital. Mediante a articulação entre o capital e o Estado, as organizações operárias sindicais sofrem um rígido controle estatal e para tanto não se pouparam métodos repressivos, destacando, em termos gramscianos, o papel coercitivo da sociedade política ou do Estado *stricto sensu*. Entretanto, o Estado, pelo atendimento das demandas e pelas “[...] reivindicações

imediatas sedimenta, por essa via, as bases sociais de sua legitimidade junto às classes trabalhadoras, imprimindo um vasto conteúdo de manipulação [...]” (MENDONÇA, 2008, p. 05) dos grupos subalternos, desmobilizando as massas e instituindo o consenso.

Conforme Mendonça (2008), as lutas da classe subalterna e as transformações operadas no âmbito da sociedade civil resultam num novo pacto brasileiro, promovendo os direitos sociais expressos na Carta Constitucional de 1937, ainda que outorgados como “[...] direitos para determinados setores da classe trabalhadora, com políticas sociais focalizadas [...]” (MENDONÇA, 2008, p.05), dado que a proteção social era concedida apenas aos trabalhadores vinculados ao mercado de trabalho. Por fim, Mendonça (2008, p. 06) conclui que, no período analisado, o Estado brasileiro “[...] transita do liberalismo oligárquico para o corporativismo [...]”, expressando uma relação de coerção e construção de consenso, visando à cooperação entre as classes antagônicas.

Outro texto analisado é o de Vicente de Paula Faleiros e Raquel Freitas (2008), o qual reflete sobre a política de assistência social e seu significado a partir das relações instituídas no processo da formação social brasileira. Os autores analisam o Estado brasileiro, fundamentados na concepção gramsciana de Estado ampliado, e enfatizam que, no país, o Estado se articula às “[...] relações sociais clientelistas e mercadológicas e ao mesmo tempo, no processo de legitimação do poder dominante” (FALEIROS; FREITAS, 2008, p. 02). Dessa forma, a política de assistência social, como política pública inscrita na estrutura do Estado, cumpre o papel de articulador da hegemonia do capital. Isto porque a cultura política brasileira, historicamente, se constituiu de noções de tutela e autoritarismo, desvelando uma relação “[...] clientelista da regulação dos conflitos entre os princípios do liberalismo econômico e os princípios da proteção social como direitos” (FALEIROS; FREITAS, 2008, p. 02).

Essas construções históricas se configuram na forma como é tratada a pobreza e a “questão social” no país, transitando entre a cidadania e a tutela. Após apresentar as informações coletadas com a pesquisa empírica realizada, os autores concluem que as usuárias identificam a “[...] política de assistência social com formas tutelares e clientelistas e de atendimento às carências familiares e pessoais” (FALEIROS; FREITAS, 2008, p. 06), refletindo o próprio processo sócio-histórico brasileiro, que articula autoritarismo e tutela, cultivando a subalternidade da população.

O caráter coercitivo do Estado, retomando as indicações gramscianas, retrata a face coercitiva própria da sociedade política, que tem sua materialidade nas instituições burocráticas e de controle, a exemplo do exército, das forças de segurança, estas, utilizadas para reprimir a sociedade ou formar o consenso por meio da coerção.

Nessa perspectiva situa-se o texto de Eblin Farage (2012), que tece reflexões sobre o desenvolvimento do capitalismo desigual, do Estado e dos distintos territórios da cidade, enfatizando que a hegemonia burguesa molda “o homem às necessidades do sistema”. O artigo produzido tem por objeto a apresentação de uma análise da favela, tratada como espaço constitutivo do capitalismo, evidenciando um duplo papel do Estado no trato às expressões da questão social através da construção do consenso e da coerção.

Analisando o capitalismo, a autora indica que não apenas é criado um modo de produção, como também um modo de pensar, permeando o tecido social pelas dimensões objetivas e subjetivas. Sendo assim, o espaço da favela visto como um espaço de segregação urbana é o resultado do desenvolvimento e da apropriação desigual do território, evidenciado pelas desigualdades econômicas e sociais. Na pesquisa de Farage (2012), o Estado exerce um controle indireto sobre o território da favela, controle este que tem sido interpretado como ausência, no entanto, é parte das relações instituídas com a classe subalterna na conformação do território, que permanece funcional ao modo de produção capitalista.

Para Farage (2012, p. 05), “[...] a cidade, como consequência do desenvolvimento capitalista e industrial brasileiro, tem como agente central de seu processo de conformação o poder público”. Para manter-se no poder, o Estado se utiliza dos meios de coerção, mas não o faz somente pela violência, também cria e dissemina o consenso através da sociedade civil que, na visão da autora, “[...] contribui para a criação de um estado de apassivamento” (FARAGE, 2012, p. 06), o que se reflete nas políticas de segurança, em que prevalece a disseminação da coerção como característica do Estado.

Contudo, destaca a autora que no cotidiano os interesses da classe dominante são atravessados pelas demandas das classes subalternas, e disto resulta que, “[...] apesar de hegemonizadas pelas classes economicamente dominantes, ambas as classes – burguesia e proletariado – exercem distintas influências sobre o aparelho do Estado” (FARAGE, 2012, p. 06). Nesse processo de embates pode ocorrer a incorporação das demandas das classes subalternas mediante o acesso aos direitos, materializados nas políticas sociais.

Reflexões relativas à influência das agências internacionais na realidade brasileira e no direcionamento das formas de atendimento à “questão social” e das políticas sociais constituem o tema do artigo de Rafaela Vieira (2012). Através de ampla análise dos governos do PT, indica seu caráter contraditório expresso, de um lado, pela manutenção da política econômica conforme os preceitos neoliberais, e de outro, pela instituição de políticas assistenciais voltadas à proteção social das classes subalternas. Apoiada no conceito de transformismo de Gramsci, a autora aponta que os governos Lula e Dilma, no âmbito da sociedade civil, estabeleceram uma relação de cooptação de lideranças e organizações, o que arrefeceu e desmobilizou as lutas e os movimentos sociais a ponto de desmobilizar (VIEIRA, 2012).

Na trilha da reflexão sobre o caráter contraditório dos governos petistas, Ana Cristina Oliveira (2012) posiciona-se em relação aos pressupostos do Banco Mundial, enfatizando que suas propostas encerram um conjunto de mecanismos criados para amenizar a chamada “nova” questão social, identificada por alguns autores com a pretensa intenção de realizar um “[...] ‘capitalismo com face mais humana’, uma vez que propõe a erradicação da miséria com vistas ao desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2012, p. 02). Para a autora, os postulados neoliberais permanecem nas diretrizes das agências multilaterais, especialmente tentando naturalizar o processo de privatização das políticas sociais. Analisa, sobretudo, a presença do Banco Mundial no redimensionamento das políticas sociais voltadas ao enfrentamento da pobreza e às desigualdades sociais, reforçando a concepção da solidariedade e a ajuda aos mais pobres.

Para o Estado brasileiro, assim como em alguns países latino-americanos, as políticas do Milênio têm sido as diretrizes orientadoras, preconizando “[...] políticas verticalizadas e que devem ser cumpridas obrigatoriamente pelos países em desenvolvimento e os com economia em transição” (OLIVEIRA, 2012, p. 04), tendo como premissa que a inclusão no mercado de consumo permitirá a aceleração do processo de desenvolvimento. Este foi o eixo das políticas neodesenvolvimentistas assumidas nos governos petistas, “como uma suposta alternativa ao neoliberalismo” (OLIVEIRA, 2012, p. 01).

Por intermédio de sua “pedagogia da hegemonia”, outras estratégias são utilizadas através das propostas do Banco Mundial, como a ampliação da participação da sociedade civil na execução das políticas sociais para amenizar os impactos do capitalismo e a integração dos países periféricos à economia global (OLIVEIRA, 2012).

A temática do Estado e das parcerias com a sociedade civil na construção das políticas sociais, bem como os desafios da ação profissional do assistente social nesse contexto são o foco do artigo de Erica Bordin e Lais Anzonlin (2012).

Na primeira parte do texto as autoras traçam um perfil das organizações da sociedade civil, demonstrando a sua ampliação na execução das políticas sociais, desvelando que o crescimento desse setor tem ampliado a ação de entidades configuradas pela lógica da relação direta entre o público e o privado. Em seguida, suas reflexões voltam-se à contribuição do Serviço Social junto ao tema das organizações da sociedade civil, demarcando, nessa relação, a importância do projeto ético-político profissional, dado que a “[...] democracia como valor central é capaz de assegurar a compreensão dos valores essenciais da liberdade e da igualdade” (BORDIN; ANZOLIN, 2012, p. 03).

Sustentadas na compreensão gramsciana, as autoras afirmam que “[...] nem tudo o que faz parte da sociedade civil é bom e nem tudo o que provém do Estado é mau a *priori*, fazendo-se necessário uma constante análise histórica da realidade, que contemple as categorias de contradição e totalidade” (BORDIN; ANZOLIN, 2012, p. 03). Nessa perspectiva, entendem que as organizações da sociedade civil podem servir aos interesses da classe dominante e reproduzir a concepção neoliberal, mas também construir projetos contra-hegemônicos fortalecendo as lutas dos movimentos sociais.

Apoiadas em categorias gramscianas, como Estado, sociedade civil, intelectuais e hegemonia, Bordin e Anzonlin (2012) referenciam a importância das ações profissionais do Serviço Social na construção de projetos contra-hegemônicos a partir da sua atuação junto às massas e no fortalecimento das lutas sociais. As autoras fazem esta defesa, pautadas no projeto ético-político do Serviço Social, o qual é contrário ao modelo ideopolítico neoliberal e se posiciona favorável à construção de uma nova ordem societária.

Entretanto, assinalam que na atual conjuntura, vem se ampliando o trabalho dos assistentes sociais no âmbito da sociedade civil, especialmente em Organizações Não Governamentais - ONGs e instituições do terceiro setor, com destaque para o campo da filantropia. Tais instituições, ao assumir a execução de programas, projetos e serviços sociais, por meio da parceria público/privado instituída com o Estado, absorvem a mão de obra dos assistentes sociais que, como agentes executores das políticas, se veem diante de embates e disputas que vão desde o acesso ao fundo público até a própria concepção da política social. Nesse contexto, as autoras advertem para a necessária

leitura da realidade social e para a percepção da política como um elemento partícipe da intervenção profissional, mormente na mediação com os interesses coletivos. Pautando-se na qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, assim como compreendendo as determinações estruturais das políticas sociais e sua localização, se institui uma intervenção profissional que, atenta ao projeto ético-político, se direcione às demandas da classe subalterna.

Por conseguinte, é preciso esclarecer que o Serviço Social tece suas ações no bojo das contradições de classe que atravessam e determinam a profissão e que a partir da relativa autonomia³² de que dispõe constrói intervenções na direção de um projeto de classe. De tal modo que o Serviço Social, balizado pela sua inserção na divisão sóciotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991), tem, em sua dimensão ideopolítica, a possibilidade de imprimir à ação profissional o fortalecimento da organização coletiva e a elaboração de estratégias, na perspectiva de estimular lutas sociais que estejam vinculadas aos interesses das classes subalternas.

Analisando o texto de Bordin e Anzonlin (2012), em que se destaca a necessária perspectiva política da ação profissional, argumenta-se que a articulação da profissão com as lutas sociais no âmbito da sociedade civil ganha um importante significado na possibilidade da criação de novas formas de intervenção, incorporando demandas potenciais concretizadas nas necessidades das classes

³² Conforme Iamamoto (1991, p. 80): “O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e no completo controle sobre o mesmo [...]”. E complementando seu pensamento, indica Iamamoto (2009, p. 347): “O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução das ações profissionais, socialmente legitimadas pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma ‘profissão liberal’ na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras.”

subalternas. O que, de certa forma, requer ter consciência das disputas e correlações de forças em presença, buscando construir processos coletivos que, conforme apontado por Gramsci (2011c, p. 62), se orientem por “[...] relações ético-políticas para elaborar uma direção intelectual e moral [...]” voltada à hegemonia da classe subalterna.

Vale destacar que por meio das políticas sociais o Estado procura absorver algumas demandas das classes subalternas e suas frações, com a finalidade de amortizar as disputas e instituir relações de harmonização no âmbito da sociedade civil e, de outra parte, imprime uma direção política que materializa os interesses do capital financeiro.

A afirmativa de Behring (2015, p. 186) de que “[...] a política social está no centro do embate econômico e político [...]” demonstra que, em virtude da pressão exercida pela classe subalterna, ocorrem avanços na sua implementação. No entanto, do ponto de vista do capital, tais políticas transformam-se em salários indiretos, também necessários para a manutenção e reprodução da força de trabalho, bem como fatores decisivos de controle de possíveis insurgências.

Entretanto, estão postas também na realidade, em especial no campo das disputas das classes sociais, as lutas e os movimentos de resistência da classe subalterna na busca de atendimento às suas demandas. Conforme afirma Sposati (2011, p. 105):

A complexidade histórica exige a incorporação das lutas travadas entre sujeitos sociais representantes de interesses de classes, mesmo que as forças contrahegemônicas possam oscilar, sob diferentes conjunturas, em seu protagonismo para configurar as políticas sociais públicas.

Na perspectiva de compreensão do Estado como um espaço contraditório de luta de classes, de sua ampliação em face do processo crescente de socialização da participação política, compreende-se que as políticas sociais não se resumem a um mero controle do Estado ou a uma estratégia do capital para manter e controlar a classe subalterna, mas igualmente constituem um meio para a materialização de direitos, para o fortalecimento da cidadania possível nos marcos do capitalismo. Nesse sentido, se as políticas sociais, por si só, não são suficientes para emancipar a humanidade, representam “conquistas civilizatórias” (BOSCHETTI, 2016) atingidas no campo de lutas e nos embates entre Estado e sociedade civil, entre capital e trabalho.

As produções teóricas sistematizadas nesse capítulo evidenciam uma ampla interlocução com as categorias gramscianas utilizadas como fundamentação para analisar a questão social, o Estado, a sociedade

civil, as mediações com as políticas sociais e com o trabalho profissional. Tematizam o contexto macrossocietário, as mudanças que vêm ocorrendo em diferentes esferas da vida social, o acirramento das disputas de classe, a reconfiguração econômica, social e política com a ofensiva neoliberal, bem como os desafios postos ao Serviço Social. Apontam eixos importantes de pesquisa e reflexões voltadas ao desvendamento do cotidiano profissional, posto que, a partir dos fundamentos teóricos e da elaboração de mediações com a realidade social e a profissão, se instituem elementos fundamentais à ação qualificada e superadora do imediatismo e pragmatismo cotidianos.

Em relação às elaborações teóricas os textos analisados apresentam uma linha de convergência, visto que resgatam a concepção de Estado elaborada por Gramsci, mantendo o seu caráter classista e marxiano. Evidencia-se nas produções a compreensão do pensamento de Gramsci fundamentada em um processo de conservação/superação no campo do marxismo, não desvinculando este processo do legado de Marx e de Lênin e das análises que elabora a partir das novas determinações sócio-históricas das primeiras décadas do século XX. Seguindo o pensamento gramsciano, os textos demonstram a relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, o que constitui o Estado em sentido amplo e a relação dialética pautada na unidade de identidade/distinção.

Nas reflexões sobre Estado, sociedade civil e controle social, os artigos enfatizam duas interpretações: a primeira diz respeito à adesão da sociedade civil às parcerias propostas pelo Estado, tornando o espaço de controle social institucionalizado e burocratizado e, a segunda, demonstra que a sociedade civil tem buscado manter seu controle sobre o Estado na lógica de ampliar a participação das classes subalternas com vistas à implementação de processos democráticos. Ainda que nas discussões sobre esse tema apareçam linhas analíticas diversas, as produções congregam uma postura crítica diante dessa realidade, provocando questionamentos sobre a institucionalidade democrática da sociedade civil no campo das políticas sociais, seus limites e possibilidades na preparação de resistências à ofensiva neoliberal, enfatizando também a necessidade de alianças com institutos coletivos mais universalizadores não somente no âmbito da garantia dos direitos, mas também na luta coletiva mais ampla voltada à construção de projetos societários.

No tocante à categoria do Estado e às mediações com as políticas e os direitos sociais as análises demarcam o seu caráter contraditório apontando que a despeito das relações mercadológicas e clientelistas que

têm predominado nesse campo as políticas sociais não representam tão somente um instrumento da burguesia para se legitimar no poder e se obter o consenso dos dominados, mas são também instrumentos que materializam direitos e demandas das classes subalternas. Embora a realidade presente seja permeada por avanços e recuos e a tendência predominante seja a de reduzir direitos e adequar as demandas das classes subalternas aos interesses da classe dominante, a luta pela emancipação política é fundamental para a conquista da emancipação humana. Importa destacar que é exatamente nesse campo das políticas sociais que se situa a ação profissional, por isso as análises elaboradas a partir do pensamento gramsciano são fundamentação essencial para compreender criticamente a relação entre Estado e sociedade civil, servindo de base teórica, mas também ético-política para o exercício profissional.

“Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico.”

Carlos N. Coutinho (2012)

4. A SOCIEDADE CIVIL COMO TEMA NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

A produção teórica do Serviço Social, no período pesquisado, demonstrou uma rica e significativa interlocução com a categoria gramsciana de “sociedade civil”, adensando a produção de conhecimento e compondo um quadro analítico de reflexões à profissão para subsidiar as ações política-interventivas. Tal categoria evidencia a sua fecundidade na distinção dos diversos sentidos atribuídos à sociedade civil na contemporaneidade, particularmente no âmbito das novas relações entre Estado e sociedade. Nesse contexto, as perspectivas interpretativas da sociedade civil gramsciana, entendida na lógica da transformação e da luta de classes, aparecem, nos textos, se contrapondo às perspectivas sob a ideologia neoliberal. Se em Marx a sociedade civil se coloca no plano da infraestrutura econômica da sociedade, para Gramsci ela se situa na esfera da superestrutura. As análises realizadas a partir da “crise orgânica” que ocorria em toda a Europa, bem como a emergência e o protagonismo de inúmeras organizações de massa que “[...] demandavam uma socialização da política e uma ampliação do conceito tradicional de Estado” (SEMERARO 1999, p.72) permitem a Gramsci a reelaboração da categoria sociedade civil.

Ao situá-la no plano das superestruturas, o autor da obra *Cadernos* não está separando economia e política ou mesmo deslocando a sociedade civil para o campo do idealismo, conforme sugeriu Norberto Bobbio em seu polêmico artigo publicado nos anos 1970. Ao situar a sociedade na esfera superestrutural, Gramsci, ao contrário, não deixa de considerar a base econômica como fator determinante da história e abarca a produção e a reprodução da vida social.

Para Gramsci, contudo, não há uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade civil, sendo esta apenas de caráter metodológico. Em seu Caderno 4 ele esclarece:

[...] especula-se [...] sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil e afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulamentação. Mas, na realidade, esta distinção é puramente metodológica, não orgânica, e na concreta vida histórica sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa. (GRAMSCI, 1975, apud LIGUORI, 2007, p.45.)

Assim, Gramsci, em sua obra, fornece elementos claros de que não separa economia e política, estrutura e superestrutura, política e cultura, como ocorre na ideologia liberal. Estas são esferas “[...] ao mesmo tempo unidas e autônomas da realidade social” (LIGUORI, 2007, p.46), o que permite a Gramsci, fundamentado no conceito de sociedade civil, enriquecer com “[...] novas determinações, a teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 2012, p.122).

A descoberta dos “aparelhos privados da hegemonia” que conferem materialidade à sociedade civil (Igreja, escolas, sindicatos, organização da cultura, em geral, meios de comunicação, partidos, etc.) permite a Gramsci desvendar como ocorre, por meio deles, a difusão das ideologias e, portanto, a reprodução do poder.

Por isso, para o pensador sardo, a organização coletiva e a disseminação de uma nova cultura no âmbito da sociedade civil constituem processos de elaboração de valores e ideologias, os quais podem contribuir para uma nova hegemonia. Para tal, será necessário um processo fundamentado na “[...] orientação e educação política [...] como condição primordial para a fundação do Estado operário [...]” (GRAMSCI, 2004b, p. 29-30 *grifo nosso*). E para construir uma nova hegemonia, é preciso não somente enfrentar a burguesia, mas também “[...] modificar a orientação política geral do próprio proletariado, enquanto elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa” (GRAMSCI, 2004b, p. 409).

Os textos referenciados no Quadro 2, um pouco adiante, enfatizam a leitura da realidade atual, desvelando as relações perpassadas pelo neoliberalismo e pelo pensamento pós-moderno, os quais contribuem para a autonomização da esfera da sociedade civil. Na atual conjuntura, o capital imprime a compreensão de sociedade civil como uma esfera em que sua pluralidade é vista de maneira incontestável e absoluta, dotada de uma suposta autonomia, desconsiderando os conflitos de classes, negando a dimensão política dessa esfera no

processo de conquista e manutenção da hegemonia. Predomina a dicotomia entre Estado e sociedade civil, reforçando o controle do capital sobre as classes subalternas pelo viés do estímulo à colaboração entre as classes, fortalecendo o projeto hegemônico da burguesia. Portanto, os textos assinalam que, para o enfrentamento desse quadro, é fundamental resgatar o processo de organização coletiva, de mobilização política, com vistas à construção de uma nova hegemonia, dado que a compreensão da sociedade civil, pautada na concepção gramsciana, deixa claro que se trata de um campo de disputa de interesses e projetos societários, sendo nela que as classes sociais constroem sua hegemonia através da difusão de sua ideologia e de seus valores.

Na pesquisa realizada no período de 2000 a 2012, identificou-se a categoria sociedade civil nas produções teóricas do Serviço Social brasileiro, demonstrando a sua grande incidência nas reflexões dos textos publicados na relação com outros conceitos e o encadeamento dialético conferido por Gramsci, conforme se apresenta no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Caracterização da produção teórica do Serviço Social na discussão sobre a **Sociedade Civil**

Autores/Ano	Revistas/ ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Simionatto, Ivete. (2004b)	Katálysis	Estado e Sociedade Civil em tempos de Globalização: reinvenção da política ou despolitização?	Sociedade civil/Estado Consenso Concepção de mundo Classes subalternas Reforma intelectual e moral Crise orgânica Bloco histórico Revolução passiva Hegemonia

Continuação do Quadro 2

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Duriguetto, Maria L.; Souza, Alessandra; Silva, Karina N. (2009)	Katálysis	Sociedade Civil e Movimentos Sociais: debate teórico e ação prático-política	Sociedade civil Estado Classes subalternas Política Hegemonia Revolução passiva Interesses corporativos
Ferraz, Ana T; Rabelo, Desirée; Herkenhoff, M ^a B. (2010)	Temporalis	O Debate sobre o Controle Social da Política de Assistência Social entre 1985 e 2008.	Sociedade civil Estado Hegemonia Classes subalternas Consenso
Cisne, Mirla. (2008)	Temporalis	Resistência de Classe no Brasil Contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do projeto ético-político do Serviço Social	Sociedade civil Estado Classes subalternas Transformismo Hegemonia Política Classes subalternas
Duriguetto, Maria L. (2005)	Serviço Social e Sociedade	Sociedade Civil, esfera Pública, Terceiro Setor: a dança dos conceitos	Sociedade civil Hegemonia Guerra de posição Vontade coletiva nacional popular Bloco histórico Classes subalternas
Almeida, Erica T.V. (2008)	Serviço Social e Sociedade	A Re-significação do Conceito de Sociedade Civil a partir dos Anos 70: uma análise crítica sobre a “nova” sociedade civil	Sociedade civil Hegemonia Vontade popular Correlações de força Política

Continuação Quadro 2

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Bravo, M ^a I.; Correia, M ^a V. (2012)	Serviço Social e Sociedade	Desafios do Controle Social na Atualidade	Sociedade civil Estado Classes subalternas Hegemonia Correlações de força
Simionatto, Ivete (2006)	Serviço Social e Sociedade	Estado, Sociedade Civil e Espaços Públicos: uma análise do plano Plurianual 2004/2007.	Estado Sociedade civil Sociedade política Cultura Hegemonia Aparelhos privados de hegemonia
Souza, Simone; Lucena, M ^a F. (2002)	ENPESS	MST Perspectivas de Consolidação de um Projeto Ético-político de Educação para Construção de uma Nova Hegemonia	Sociedade civil Hegemonia Guerra de posição Classe Subalterna Direção intelectual e moral Ideologia
Bidarra, Zelimar S. (2004)	ENPESS	A Confluência de Projetos Políticos na Construção de Políticas Municipais de Assistência Social	Sociedade civil Política Hegemonia Direção intelectual e moral
Binotto, Diselda Souza, Elisângela Beraldo, Lucélia (2004)	ENPESS	A Contribuição do profissional de Serviço Social para a execução do controle social	Sociedade civil Classes subalternas Estado Correlações e força

Continuação Quadro 2

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Martinelli, Tiago. (2006)	ENPESS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social?	Sociedade civil Classe subalterna Estado Correlações de força Interesse coletivo
Carvalho, Andréia de S. (2010)	ENPESS	Aportes sobre os Limites e Possibilidades do Controle Social nas Cidades Brasileiras	Sociedade civil Hegemonia Bloco histórico Correlações de força Classes subalternas Direção intelectual e moral
Silva, Neimy Freitas, Zenite (2010)	ENPESS	Participação Social e o Exercício de Democracia no SUS	Sociedade civil/Estado Hegemonia Catarse Correlação de força
Cabral, Edson M. (2012)	ENPESS	A participação da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: possibilidades e limites	Sociedade civil/Estado Consenso/ Coerção Sociedade política Hegemonia Correlações de força Direção intelectual e moral
Azevedo, Daviane A. de. (2012)	ENPESS	Sociedade Civil e Lutas Sociais: as tensões no governo Lula e o MST	Sociedade civil Transformismo Guerra de posição Hegemonia Classes subalternas Correlações de força

Continuação Quadro 2

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Paz, Rosângela (2012)	ENPESS	Participação social, democracia e cidadania: resgate do debate conceitual dos anos 1990 no Brasil.	Sociedade civil Estado Cultura Hegemonia Política Classes subalternas
Bertollo, Kathiúça. (2012)	ENPESS	Sociedade Civil: uma análise a partir da perspectiva gramsciana	Estado Sociedade política Sociedade civil Classes subalternas Coerção/ Consenso Sociedade regulada Cultura Intelectual Vontade coletiva

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa bibliográfica.

No quadro apresentado, há (02) dois artigos da revista *Katálysis*, representando 28% dos trabalhos pesquisados nesse periódico; (02) dois da revista *Temporalis*, o que significa 20% dos artigos dessa revista; (04) quatro artigos da revista *Serviço Social e Sociedade*, indicando 28% dos artigos pesquisados nesse periódico; e por fim, tem-se (10) dez artigos dos anais dos ENPESS, apontando 12% dos artigos pesquisados nos Anais.

Identificaram-se, nesse eixo de discussão, quatro temas, a saber: concepção teórica de sociedade civil; sociedade civil e o terceiro setor; controle social; e movimentos sociais, os quais serão apresentados por blocos de textos.

A concepção de sociedade civil, apresentada por Kathiúça Bertollo (2012), percorre um processo analítico entre a concepção marxiana e a gramsciana, indicando que Gramsci enriqueceu e ampliou a teoria marxista de Estado “[...] sem, contudo deixar de compreender e ressaltar que é a base econômica que determina as superestruturas” (BERTOLLO, 2012, p. 04). Diz a autora que Gramsci entende a sociedade civil como “um momento da superestrutura ideológico-política” e Marx a compreende como parte da base real. Fundamentando-se em Carlos Nelson Coutinho, a autora indica ainda que a sociedade civil é portadora material da hegemonia como esfera de

mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito.

O texto elaborado por Bertollo (2012) enfatiza que a concepção gramsciana de sociedade civil amplia a teoria de Estado de Marx, uma vez que, no campo da teoria política, Marx afirma o caráter de classe do âmbito estatal. Dessa forma, a autora afirma que as concepções marxianas destacam o caráter repressor e coercitivo do Estado e que Gramsci compreende o Estado como um “Estado-ampliado” porque agrega na sua constituição, além da sociedade política, a sociedade civil com seus “aparelhos privados de hegemonia”. Inspirada nas elaborações gramscianas, segundo Bertollo (2012), a sociedade civil é a esfera que tem por função a construção de consensos, ressaltando que esta é formada pelas organizações coletivas responsáveis por formar ideologias e cultura para a construção de uma nova hegemonia.

Bertollo (2012) refere que, através da democratização do Estado, elevando-se a um alto grau de socialização da política, assim como se instituindo a auto-organização das classes subalternas, viabiliza-se o recuo do Estado-restrito e criam-se as condições para o surgimento da “sociedade regulada”. Assim sendo, a autora enfatiza a discussão sobre o processo revolucionário contido no pensamento gramsciano.

Nessa construção de uma nova sociabilidade, Bertollo (2012) destaca a importância dos intelectuais, que exercem a função de difundir ideias e valores para uma nova hegemonia. Enfatiza também o papel da cultura, uma vez que entende serem estas as categorias que viabilizam a superação do senso comum e contribuem para a construção de uma visão crítica da realidade.

A autora compreende que para o pensamento gramsciano, a sociedade civil é uma esfera importante e repleta de possibilidades, considerando que em seu âmbito é que se viabilizam os movimentos sociais, as organizações coletivas, ou seja, é nesse campo que surgem os sujeitos coletivos. Vale destacar que o campo da sociedade civil

[...] é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço aberto às iniciativas dos sujeitos modernos que com seus interesses, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. (SEMERARO, 2006, p. 97.)

Nos *Cadernos do cárcere*, as referências à sociedade civil estão fundamentadas na definição do

[...] conjunto de organismos designados vulgarmente como privados [...] plano que corresponde à função de ‘hegemonia que o grupo exerce em toda a sociedade e àquele de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico. (GRAMSCI, 2010, p. 20-21.)

A sociedade civil concebida por Gramsci tem uma função de formação de consensos em torno dos interesses da classe dirigente, criando, assim, uma hegemonia no seio de toda a sociedade. Nesse sentido, a sociedade civil se constitui de três aspectos essenciais e complementares:

[...] a ideologia da classe dirigente que abrange todos os ramos; a concepção de mundo difundida em todas as camadas sociais para vinculá-los à classe dirigente e por fim, como direção ideológica da sociedade, isto é, criam e difundem os instrumentos técnicos de difusão da ideologia [...]. (PORTELLI, 2002, p. 21.)

Diante desses aspectos, que não se sobrepõem uns aos outros, mas que se relacionam e se complementam, os denominados “aparelhos privados de hegemonia” estabelecem as bases de difusão dos interesses da classe dirigente e constroem uma direção intelectual e moral.

Desse quadro argumentativo depreende-se que, no campo da sociedade civil, a ideologia apresenta um papel essencial à formação e disputa da hegemonia. Por assim dizer, a classe dirigente não pode prescindir da organização interna da sociedade civil, uma sociedade civil em que suas instituições estejam suficientemente organizadas a fim de prover a sustentação, no campo ideológico e cultural, da defesa de seus interesses. Entretanto, graças à difusão de novas ideologias, torna-se possível construir novos modos de pensar para se contrapor à hegemonia dos adversários, ou seja, a sociedade civil é permeada tanto pelos interesses da classe dominante como pelas demandas das classes subalternas.

Portelli (2002, p. 28) destaca que as organizações culturais, incluindo o sistema escolar e a imprensa, produzem “[...] o conteúdo político ou a ‘frente teórica’, formando a opinião pública, consolidando assim, a ideologia da classe dirigente”. Sobre a opinião pública, no *Caderno 7* (1930-1931) dos *Cadernos miscelâneos*, Gramsci (2011b, p. 265) assim se expressa: “[...] o que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e sociedade política, entre o consenso e a força

[...]”. Para Gramsci, o que liga a sociedade civil à sociedade política é a construção da hegemonia, que passa pela ideologia, uma vez que é a partir dela que o Estado, quando quer tomar medidas pouco populares, cria a opinião pública conveniente.

Tal compreensão indica que a classe dominante não mantém o poder apenas pela coerção e pela força da sociedade política, mas também por intermédio da criação do consenso, operado pelo consentimento no interior dos “aparelhos privados de hegemonia”. Responsável pela difusão da concepção de mundo dominante, para Gramsci, a sociedade civil é também um campo privilegiado da luta de classes e uma esfera do sujeito coletivo na qual se processa o intenso embate na disputa da hegemonia.

Nessa perspectiva, dado à importância do conceito de sociedade civil no pensamento de Gramsci, e principalmente por ser a sociedade civil o campo decisivo de disputas das classes sociais, ela não pode ser vista como parte fora do Estado ou para além dele, haja vista que é elemento constitutivo do Estado em vinculação orgânica com a sociedade política. E por ser parte constitutiva do Estado, a sociedade civil é o *locus* da materialização de projetos societários e da vontade coletiva.

Na mesma linha temática, o artigo de Erica Almeida (2008), agregando elementos contemporâneos da discussão sobre a concepção de sociedade civil, recupera conceitualmente o processo de ressignificação da sociedade civil no contexto das mudanças estruturais introduzidas com o padrão de acumulação capitalista na atualidade, tendo como referência o pensamento gramsciano. Almeida (2008) tece reflexões sobre os conceitos de sociedade civil partindo da concepção habermasiana vista como base da esfera pública composta por instituições, associações livres, não estatais e não econômicas, marcando as estruturas de comunicação. Ou seja, a teoria de Habermas está pautada na ideia “[...] contrária de sujeito revolucionário, a Teoria do Discurso enfatiza a primazia da institucionalidade democrática sobre a ação política dos sujeitos coletivos [...]” (ALMEIDA 2008, p. 33). A autora destaca também a concepção abordada pela “nova” sociedade civil cunhada por Cohen e Arato (2000), a qual tem relação com o processo de redemocratização do leste europeu e com o surgimento dos movimentos sociais pacifistas, feministas, ecológicos etc. Assim, “[...] para os autores, a sociedade civil tem relação com a interpretação das relações sociopolíticas, substituindo as análises de classe” (ALMEIDA, 2008, p. 35). Nessa lógica, a chamada “nova sociedade civil” emerge com a função de inovar e transformar a cultura política,

supervalorizando-a como espaço de democratização, identificando-a como “[...] uma esfera homogênea de virtudes cívicas e relações solidárias, o que tem contribuído para a sua indeterminação e despolitização [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 42).

Para a autora, o equívoco das interpretações sobre sociedade civil não se situa na operacionalização da pluralidade e de uma autonomia relativa, mas centraliza-se na abdicação do reconhecimento da luta de classes como um aspecto vigente no contexto atual. Sob a inspiração gramsciana, a autora tece críticas à concepção da nova sociedade civil, enfatizando que “[...] enquanto espaço contraditório, da construção e da desconstrução de opiniões, de valores, de crenças, de normas e de projetos políticos e societários, a sociedade civil não pode ser homogeneizada [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 42), conforme os pressupostos das tendências neoliberais e pós-modernas pautadas em uma compreensão restrita a uma gama de necessidades imediatas, fragmentadas e desarticuladas, sobrepondo-se a uma luta com maior amplitude. Em contraposição a esta leitura, a autora remete à Gramsci, destacando a sociedade civil “[...] enquanto mediação entre a estrutura econômica e a sociedade política”, resgatando o “[...] vínculo desta com os interesses e projetos de classe em disputa, completamente ausente nas demais concepções contemporâneas” (ALMEIDA, 2008, p. 46).

O texto de Almeida (2008) contribui com aportes teóricos fundamentais para a compreensão do debate acerca da sociedade civil na atualidade, sobre as diferenças entre os pontos em comum de diferentes autores e sobre o confronto com a perspectiva gramsciana, destacando os elementos fundamentais para se pensar o embate de hegemonias, compreender as posições ideopolíticas, desvendar os movimentos da conjuntura e apontar para a necessidade de construir alianças de forma a ampliar a ação e a luta política.

A centralidade da categoria sociedade civil no debate contemporâneo, sob as diferentes perspectivas, é o tema do artigo de Ivete Simionatto (2004b), indicando as formas de sua tematização, tanto no campo da esquerda quanto da direita neoliberal. Ao analisar as grandes transformações societárias ocorridas desde os anos 1970, a autora oferece elementos relevantes para compreender as tendências de despolitização da sociedade civil e a tendência de abandonar o debate da luta de classes, transfigurando-a em mero espaço de defesa da cidadania. Dessa forma, “[...] nesse cenário, aparecem como tema privilegiado no debate sobre Estado e sociedade civil as ideias do ‘cooperativismo civil’ [...]” (SIMIONATTO, 2004b, p. 25), materializados nas organizações de interesse social, nas parcerias público-privadas, nas fundações estatais

de direito privado etc., que passam a assumir as responsabilidades do Estado, fortalecendo a hegemonia do grande capital.

Fundada nos pressupostos da ideologia neoliberal, a sociedade civil assume cada vez mais a função de instituir ações de filantropia, particularizando o público e aprofundando a privatização. Nessa linha argumentativa, a autora destaca que a sociedade civil despolitizada, como campo de criação do conformismo, acaba por fortalecer as ações fragmentadas e burocratizadas pelo próprio Estado, permanecendo na esfera da “pequena política”, como definido por Gramsci, direcionando-se a questões parciais e cotidianas, desvinculada da “grande política” (SIMIONATTO, 2004b).

Simionatto (2004b, p. 27) ressalta “[...] que aqui a sociedade civil, é compreendida ao avesso do sentido que lhe foi conferido por Gramsci – Estado é ‘sociedade política + sociedade civil’ -, na medida em que aparece deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado [...]”, isto é, está envolvida diretamente na consolidação dos interesses privados em detrimento das demandas e dos projetos da classe subalterna. Diante de uma sociedade civil homogeneizada e despolitizada, sobrepõe-se o denominado terceiro setor, que é tratado como tema nesse eixo de discussão.

No segundo eixo reflexivo, sobre a sociedade civil e o terceiro setor, o texto de Maria Lucia Duriguetto (2005) traz reflexões acerca da esfera pública e da gestão das políticas sociais, as quais podem se orientar por propostas privatistas nos serviços públicos ou defender a expansão da responsabilização estatal no seu processo de implementação. Nesse sentido, a autora destaca que o “[...] entendimento defendido do que venha a ser a tão propalada sociedade civil está diretamente vinculado à defesa de determinados projetos societários” (DURIGUETTO, 2005, p. 83). E nessa lógica, para a autora, a sociedade civil é o espaço em que se manifestam a organização e a representação dos interesses da classe subalterna.

Pautada na concepção gramsciana, a autora citada afirma também que a sociedade civil é um campo onde as classes sociais organizam e defendem seus interesses, que é, assim, o *locus* em que ocorre a luta pela construção de projetos hegemônicos. Conforme a concepção de Gramsci, a sociedade civil é enriquecida pelo trato “[...] teórico-analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e reprodução da superestrutura no contexto histórico em que se operou uma maior complexificação do Estado” (DURIGUETTO, 2005, p. 84). Nessa perspectiva de análise, a autora aponta que Gramsci indica que a partir das constatações “teórico e prático-política” da sociedade civil, as

classes subalternas podem ascender ao poder, o que ocorre pela denominada guerra de posição, ou seja, através da construção de um processo revolucionário de forma processual e gradativa. Ela destaca ainda que, para Gramsci, a construção do processo da “guerra de posição” viabiliza uma nova “direção político-ideológica” cujo “[...] resultado é a formação de consenso, criando uma vontade coletiva nacional-popular que se expressará em uma nova conformação de poder político, isto é, por um novo bloco histórico” (DURIGUETTO, 2005, p. 84). Concluindo seu pensamento, a autora diz que a sociedade civil, sendo uma esfera de lutas, também é um espaço de construção de consenso com as forças que defendem o mesmo projeto de sociedade.

No entanto, tecendo uma crítica ao modo como se constroem as percepções da sociedade civil na contemporaneidade e as relações instituídas, enfatiza a autora que a sociedade civil vem sendo tratada como uma esfera da “ação comunicativa”, que surge mediante um quadro social, cultural, político e econômico em que se enfatiza uma sociedade civil autônoma, pautada em indivíduos em busca de direitos civis e políticos (DURIGUETTO, 2005).

Nessa direção também se situam as concepções de uma sociedade civil delimitada no denominado terceiro setor, tornando-a funcional aos interesses do capital, de modo especial para o projeto neoliberal, no trato das expressões da questão social, reforçando a solidariedade, a despolitização das lutas e afirmando direitos na qualidade de bens de consumo.

Na análise crítica de Duriguetto (2005), a sociedade civil, na perspectiva do terceiro setor, propicia uma compreensão da “esfera pública não estatal de cidadania” como espaço amorfo, em que predomina o convívio consensual, que tem sentido adverso ao consenso em Gramsci, sem uma ação política revolucionária, logo, não se constituem as condições para a criação do “sujeito coletivo revolucionário”. Mas a autora adverte que, neste espaço, estão postas as condições para movimentos de resistência, portanto, se faz necessário o enfrentamento crítico da contrarreforma neoliberal do Estado e da transformação ideológica da sociedade civil, requerendo que os movimentos e as organizações coletivas apostem na luta pela hegemonia, conforme a concepção gramsciana, mas também na luta para “fazer avançar as conquistas democrático-populares”, através da preservação e ampliação dos direitos sociais.

Nesse percurso analítico, a reflexão de Tiago Martinelli (2006) também busca desvelar as implicações da criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's. Para Martinelli (2006),

a composição sociopolítica das OSCIPs expressa um espaço que assume a responsabilidade na execução das políticas sociais. Recuperando o processo de constituição das Organizações não Governamentais - ONGs, o autor destaca que, “[...] na década de 1980, muitos movimentos se institucionalizaram em organizações, por meio das políticas sociais” (MARTINELLI, 2006, p. 03). No processo de contrarreforma do Estado e pela ofensiva neoliberal dos anos 1990, os movimentos sociais transitam do campo da luta para o da desmobilização e dependência da esfera estatal, emergindo o terceiro setor, que permanece sob a égide do mercado. Martinelli (2006) indica que a característica principal das organizações do terceiro setor é o fato de assumirem a responsabilidade social do Estado, individualizando as demandas da classe subalterna e soterrando as conquistas da sociedade civil.

Assim sendo, tanto para Martinelli (2006), como para Duriguetto (2005), o terceiro setor surge na perspectiva de complementação das ações do Estado e é chamado à parceria para o enfrentamento das expressões da questão social, reforçando a lógica do mercado e da compreensão do sujeito visto como um “cidadão consumidor” de bens e serviços sociais, fato este que acaba promovendo também a despolitização da sociedade civil.

No entendimento de Martinelli (2006) a concepção gramsciana de sociedade civil é posta como contraponto à concepção utilizada nas OSCIPs. Contudo, o autor identifica que as OSCIPs têm sido um espaço sócio-ocupacional onde trabalham os assistentes sociais, e diante dessa realidade, necessitam ter clareza dos pressupostos do projeto ético-político e das lógicas que presidem o denominado terceiro setor. O autor salienta que os profissionais precisam “[...] evidenciar a importância de ocupar os espaços de forma qualificada, reforçando a identidade profissional, desvendando as contradições na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social” (MARTINELLI, 2006, p. 02). Em seu texto, Martinelli (2006) busca refletir sobre a atuação profissional dos assistentes sociais no âmbito da sociedade civil, compreendendo-a como um campo de disputa de projetos societários, conforme aponta Gramsci. O autor sublinha que esta é uma esfera sócio-ocupacional contraditória para o exercício profissional, mas que, pautados em seus aportes teórico-metodológicos e ético-políticos, podem instituir projetos profissionais voltados ao enfrentamento da lógica neoliberal.

Com a finalidade de adensar as reflexões de Duriguetto (2005) e Martinelli (2006), apresentam-se indicações acerca da sociedade civil no atual contexto pautadas em Montaño (2002, p.52), que assinala que o

“[...] movimento e as tendências das transformações do capital como um todo, chegam ao ‘terceiro setor’ como um fenômeno partícipe dessas transformações gerais, como produto delas”. Portanto, percebe-se que o terceiro setor mantém uma relação imbricada com o capital, apresentando uma finalidade funcional aos interesses da classe burguesa.

Seguindo essa lógica de reflexão, a sociedade civil, composta por Organizações não Governamentais - ONGs, fundações, associações, entidades assistenciais, etc., por intermédio da concepção disseminada da “colaboração”, assume o papel de executora das políticas sociais. O resultado desse arranjo foi uma forte redução da participação democrática da sociedade civil, especialmente com o processo de despolitização, uma vez que se descaracterizou o papel da participação e a ação pautou-se na concepção da caridade, de auxílio aos indivíduos e às famílias mais empobrecidas.

Configura-se, na atualidade, a responsabilização da sociedade civil, que é chamada à execução das políticas sociais conformada na concepção do tripé: Estado, Mercado e Sociedade Civil, esta última vista como descolada do Estado e vinculada ao terceiro setor³³. Como expõe Montañó (2002, p. 87):

[...] acaba por ser funcional ao neoliberalismo [...], portanto, claramente com um viés conservador. O caminho de aparente ‘intenção progressista’, não conduz a outro sentido senão ao de reafirmar/legitimar o aspecto conservador/regressivo da (contra) reforma do Estado.

Destarte, na concepção neoliberal, o terceiro setor se apresenta como uma via possível na solução da dicotomia entre o público e o privado, uma vez que o âmbito público é identificado sumariamente com o Estado e o privado refere-se ao mercado. E como o Estado encontra-se em crise e o mercado tem a lógica do lucro, ambos não podem oferecer respostas às demandas sociais, as quais recaem sobre a sociedade civil, que atua no âmbito público, porém, pertence ao campo privado. Essa concepção de terceiro setor expande-se na década de 1990 “[...] a partir supostamente da necessidade de superação da dualidade

³³ Para Montañó (2002, p. 53), a concepção de terceiro setor está materializada “[...] a partir de um recorte do social em esferas: o Estado ‘primeiro setor’, o mercado ‘segundo setor’ e a sociedade civil ‘terceiro setor’. Recorte [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles [...]”.

público/privado e da equiparação público/estatal” (MONTAÑO, 2002, p. 54).

Ademais, prolifera a perspectiva de uma sociedade civil imbuída de uma responsabilidade de prover proteção social, o que, de certa forma, influencia as empresas na criação do *ethos* responsabilidade social, que lhes atribui um campo de atuação que permite atestar suas preocupações com o equacionamento das expressões da questão social. A sociedade civil, caracterizada pelos organismos internacionais e pelos novos intelectuais a serviço da sociabilidade capitalista, reitera a inquietação com o humano, com a pobreza e com as oportunidades, na retórica de um capitalismo ético.

Os desafios postos no âmbito da sociedade civil são inúmeros, de modo especial no marco das transformações societárias das últimas duas décadas, quando se materializou a contrarreforma do Estado que fragilizou tanto as políticas sociais como os seus espaços de controle. Essas transformações, assim como incidem na formação do denominado terceiro setor, também inflexionam o controle social. A pesquisa identificou o tema do controle social em todos os eixos de discussão e aqui ela é tratada por um leque de autores/as, como: Ferraz, Rabelo e Herkenhoff (2010); Bravo e Correia (2012); Binotto, Souza e Beraldo (2004); Bidarra (2004); Carvalho (2010); Silva e Freitas (2010); Cabral (2012); e por fim, Simionatto (2006).

As autoras Ana Ferraz, Desirée Rabelo e Maria Herkenhoff (2010) apresentam a sistematização de um levantamento acerca das produções em revistas, livros, dissertações e teses referentes ao controle social no Brasil, no período de 1985 a 2008, com o objetivo de analisar o processo histórico de discussão sobre o controle social. Elas identificaram que, na década de 1990, as reflexões partiram do entendimento de que os conselhos de gestão das políticas sociais eram espaços de participação da sociedade civil, principalmente caracterizado pelo subscrito na própria Constituição Federal, visto como mecanismo democrático. Entretanto, assinalam as autoras que o resultado da realidade social brasileira, marcada pelo colonialismo, escravismo, ditadura e populismo, dificultou a efetivação de processos participativos.

Ferraz, Rabelo e Herkenhoff (2010) mencionam que o controle social é um processo contraditório, tendo em vista que o Estado incorpora reivindicações das organizações da sociedade civil amenizando conflitos de classe e, por outro lado, a sociedade civil também exerce influência e controle sobre as ações do Estado. Nesse sentido, destacam que é essencial que a sociedade civil supere os

interesses privatistas em prol da coletividade, porque, para as autoras a sociedade civil, como definido por Gramsci, é um “[...] espaço da luta de classes, de disputa pela hegemonia e pela conquista do poder político por parte das classes subalternas, em contundente oposição ao pensamento liberal” (FERRAZ; RABELO; HERKENHOFF, 2010, p.96). Filiam-se à perspectiva de constituição e fortalecimento do espaço público para a construção de um projeto político democrático e participativo, enfatizando a importância do papel da sociedade civil no âmbito dos conselhos gestores de políticas públicas.

As autoras afirmam que a análise do levantamento inferiu que, a partir de meados de 2000, a valorização do potencial democratizante dos conselhos gestores cede lugar a um desencanto com os resultados das experiências, dado que se tornaram espaços que não oportunizam a participação dos usuários das políticas sociais e nos quais se efetivam práticas autoritárias e clientelistas fortemente institucionalizadas. Elas concluem suas reflexões afirmando que compreendem que se trata de espaços privilegiados de participação para a sociedade civil, tendo em vista a possibilidade de intervirem na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas.

Sobre a reflexão quanto ao controle social, destacam-se as relevantes contribuições de Bravo e Correia (2012), remetendo-o ao campo da sociedade civil nos marcos da redemocratização brasileira. As autoras observam que a sociedade civil surge, no cenário político do país, na perspectiva de controlar as ações estatais, especificamente no campo das políticas sociais frente ao Estado autoritário implantado com a ditadura militar. Com o processo de redemocratização do país e com as concepções neoliberais, a sociedade civil começou a ser esvaziada de seu conteúdo político, passando a ser convocada à parceria com o Estado com a finalidade de contribuir com a execução de serviços e políticas estatais, “[...] desresponsabilizando o Estado com a proteção social [...]” (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 131). Nesse sentido, conforme as autoras, as indicações do Banco Mundial enfatizam que a responsabilidade das ações e dos serviços sociais deve ser das instituições filantrópicas e das organizações não governamentais, reduzindo o papel do Estado, e a participação segue a perspectiva de se integrar à esfera pública, no sentido de colaborar sem questionar. Num sentido bem adverso, a

[...] participação no âmbito do SUS foi concebida na perspectiva do controle social, visando que os setores organizados na sociedade participassem das políticas de saúde, desde sua formulação [...]

até a alocação de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade. (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 131.)

As autoras sustentam que os mecanismos de controle social foram implementados num cenário de regressão de direitos, na década de 1990, e que após a sua institucionalização, especialmente dos conselhos gestores de políticas sociais, se configura o enfrentamento dos procedimentos e métodos para a mera formação de consentimento ativo das classes subalternas em torno dos interesses da classe dominante. Fundamentadas na concepção gramsciana da relação orgânica entre Estado e sociedade civil, as autoras destacam que “[...] o controle social deverá ser entendido dentro da articulação dialética entre o Estado que abrange a sociedade civil composta por interesses opostos, e deverá se dar na perspectiva da defesa dos interesses das classes subalternas [...]” (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 134).

O artigo em análise apresenta uma abordagem dos desafios do controle social na atualidade, destacando que os espaços dessa natureza, em sua maioria, têm sido capturados e direcionados pelo Estado. No entanto, fundamentando-se em Gramsci, as autoras afirmam que se trata de uma esfera em disputa perpassada por correlações de força, não sendo instâncias isoladas ou acima da sociedade. Remetem à importância de potencializar a luta social para o enfrentamento às formas de redução destes espaços, especialmente sob a concepção neoliberal. Para tanto, apostam na articulação dos diferentes espaços de luta, como os fóruns estaduais, municipais, as conferências, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, dentre outros, permitindo o protagonismo das classes subalternas na disputa do fundo público e na afirmação da participação democrática e controle sobre o Estado. Assim, as autoras reforçam a importância do controle social e de sua contribuição na construção de um projeto societário das classes subalternas, mediante uma cultura política de direção contra-hegemônica ao modelo capitalista imperante nas concepções de Estado e sociedade civil na atualidade e que caminha em direção oposta à perspectiva de participação democrática em sentido amplo.

Com o intuito de discutir a sociedade civil a partir das experiências do controle social via conselhos, resgataram-se os textos de Binotto, Souza e Beraldo (2004), Bidarra (2004), Carvalho (2010), Silva e Freitas (2010), Cabral (2012) e Simionatto (2006), os quais têm uma finalidade comum: refletir sobre a participação e a democratização dos espaços públicos partindo de diferentes experiências, seja da política de saúde, de assistência social, da criança e do adolescente, seja da

discussão sobre o poder local. Os autores elaboram um resgate do processo histórico de formação dos conselhos, iniciando com os anos 1980, resultado da forte mobilização da sociedade civil, chegando até a ofensiva neoliberal da década de noventa, que promoveu um desmonte das conquistas da Constituição Federal de 1988.

Os autores citados enfatizam que a proposta inicial dos conselhos gestores de políticas sociais compreendia uma ampliação da participação da sociedade civil e um controle desta sobre o Estado, sendo espaços de controle, fiscalização e deliberação das políticas públicas. Estes “[...] asseguravam as características de participação e controle por parte da sociedade, inovaram a relação do Estado com a sociedade, tendo por base a participação da população na formulação e cogestão das políticas sociais” (SILVA; FREITAS, 2010). No entanto, após os ajustes estruturais dos anos 1990, essa proposta foi substituída por uma relação entre Estado e sociedade civil em que impera a manipulação, ou seja,

[...] reproduz-se nos conselhos gestores de políticas sociais uma concepção *stricto sensu*, tanto impressa pelos representantes governamentais como por parte das entidades não governamentais [...], pois estabelecem alianças com o interesse na manutenção do poder que dispõe. (BIDARRA, 2004, p. 03.)

Sob este ponto de vista, a tendência é a de que os conselhos de políticas sociais se tornem espaços de reprodução do conservadorismo influenciados pela cultura política brasileira. Isto porque, na atualidade, os espaços de controle social transformaram-se em locais que exaltam a cooperação, entendidos como promovedores da filantropia e da bemestar, reproduzindo a hegemonia do bloco histórico dominante, bem ao contrário do proposto inicialmente, de que deveria ser um espaço de debate e construção coletiva (CARVALHO, 2010).

Não obstante, Bidarra (2004) elabora uma contundente crítica, realçando que os conselhos de gestão das políticas sociais, em grande parte, não são vinculados às lutas por direitos sociais e aliam-se ao poder governamental a fim de garantir os espaços que se habituaram a ocupar nos restritos círculos decisórios. Pontua a autora que a participação da sociedade civil no âmbito dos conselhos tem buscado o fortalecimento da descentralização e participação popular, afirmando a construção de políticas a partir de pressupostos democráticos em que estão presentes o Estado e a sociedade civil na formulação dessas políticas públicas. No entanto, persistem projetos conservadores que

defendem uma descentralização pautada na retirada do Estado e na responsabilização da sociedade civil.

Dessa forma, para Bidarra (2004), Carvalho (2010) e Cabral (2012), os espaços dos conselhos são permeados tanto pelas propostas democráticas de participação como por projetos conservadores que buscam a preservação do tipo de gestão que corresponde aos interesses das classes dominantes. Por outro lado, os autores não deixam de analisar que os conselhos gestores de políticas sociais, em seu caráter contraditório, são espaços de disputas de projetos pela direção política, conforme indicações gramscianas, em que a sociedade civil tem um enfrentamento a construir a fim de garantir os pressupostos democráticos e promover a participação popular.

Embora o cenário apresentado pelos autores, a partir dos pressupostos teóricos de Gramsci sobre a sociedade civil, apresente um quadro controverso para a participação efetiva da sociedade em que, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, se constroem consensos favoráveis à dominação das classes subalternas, também são identificados processos contra-hegemônicos. Nesse sentido, Bravo e Correia (2012), Binotto, Souza e Beraldo (2004), Carvalho (2010), Silva e Freitas (2010) e Cabral (2012) afirmam que as conquistas democráticas são resultado do movimento histórico dos sujeitos e grupos sociais na disputa, não se podendo desconsiderar a correlação de forças entre as classes sociais, sendo a participação da sociedade civil permeada por potencialidades e limites.

A atuação dos assistentes sociais no âmbito do controle social também pode contribuir com subsídios para o efetivo controle social à medida que os profissionais do Serviço Social “[...] se engajem nos processos de formulação e implementação das políticas sociais defendendo as demandas das classes subalternas conforme preconiza o projeto ético-político da profissão” (BINOTTO; SOUZA; BERALDO, 2004, p. 04).

As reflexões tecidas pela profissão no que concerne à participação e ao controle social têm como referência o próprio processo de constituição sócio-histórico brasileiro, posto que, a partir de 1988, com a Constituição Federal, os entes federativos passaram a instituir suas políticas com vistas a cumprir os preceitos dispostos no capítulo II da Seguridade Social. Este capítulo propõe a adequação da gestão pública às diretrizes de caráter democrático e descentralizado da administração, com participação da comunidade, entre outros.

Nesse viés analítico, torna-se necessário ressaltar que os entes federativos centraram suas ações na descentralização político-

administrativa, sem dar a devida valorização aos outros elementos apontados na Carta Magna, isto porque os interesses giravam em torno da possibilidade de partilharem os recursos financeiros. Desse modo, na década de 1990, ocorreu um movimento em que as administrações públicas em nível federal, estadual/distrital e municipal passaram a instituir os conselhos gestores das políticas sociais com a inserção de um significativo número de assistentes sociais neste campo de atuação. Tal situação resultou na expressiva produção teórica identificada no período pesquisado, constituída por relatos e reflexões críticas sobre a evolução do processo de implementação da esfera conselheira e, em parte, da inserção de assistentes sociais.

Os autores mencionados fazem reflexões diversas sobre a participação e o controle social no âmbito dos conselhos gestores de políticas sociais. Nos primeiros anos, esses espaços apresentaram-se como um importante avanço na garantia da participação e na construção de um processo que efetivasse o controle social sobre a gestão pública, visto que o “[...] controle social ganhou expressão no debate e na literatura, com o sentido da realização do controle da sociedade sobre as ações do Estado [...]” (KRÜGER, 2012, p. 37). No entanto, com o passar dos anos, ao final do ano 2000, as análises elaboradas pelos autores oferecem críticas contundentes sobre a ausência de democracia, a ampla e profunda institucionalização e a burocratização, o que resultou numa função meramente cartorial dos conselhos.

De modo específico os textos de Bravo e Correia (2012), Bidarra (2004), Silva e Freitas (2010), Carvalho (2010) e Cabral (2012) enfatizam que a proposta inicial dos conselhos gestores de políticas sociais teve um formato que permitiu a participação da sociedade civil na gestão e controle da coisa pública, tendo em vista que ocorreram significativos avanços, por exemplo, nos conselhos de Saúde e Assistência Social³⁴. Entretanto, este não é um campo neutro sem disputas, na verdade, trata-se de um espaço contraditório em que se objetiva a institucionalização da participação e ao mesmo tempo se permite que as classes subalternas projetem seus interesses no sentido de

³⁴ “Os espaços das Conferências e dos Conselhos, regulamentados na Lei 8.142/90, foram concebidos e reivindicados pelos Movimentos da redemocratização para serem em novo lócus no exercício do poder político, para interferirem na gestão das políticas públicas e por possuírem os componentes para a construção de uma cultura política democrática e participativa” (KRÜGER, 2012, p. 38).

influenciar e controlar, de alguma forma, os rumos das políticas sociais. Os conselhos, no entender de Krüger (2012, p. 38-39), “[...] ora são considerados momentos privilegiados de participação (através das avaliações, proposições, deliberações e fiscalização) em que os interesses se conflitam, ora são vistos como espaços para harmonizar e garantir o consenso [...]”. Embora se tratando de espaços com uma característica ambígua, pela sua formatação e principalmente pela maneira como são conduzidos, os textos analisados na pesquisa pontuam a importância desses espaços, devido à possibilidade de travar, em seu âmbito, disputas que resultarão em ganhos para a classe subalterna.

Como bem observa Raichelis (2008, p. 83), “[...] os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos e, principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública”. A interlocução proposta pela autora tem como pressuposto a criação de alternativas para as políticas sociais, a instituição de espaços de debates, propiciando estratégias de negociação e pactuação, no intuito de impregnar os mecanismos burocráticos existentes a fim de efetivar o controle social sobre as ações estatais. Esse movimento requer, da sociedade civil, uma ampliação de sua consciência e a defesa enfática dos interesses coletivos. Para Raichelis (2008, p. 83), “[...] trata-se, portanto, de um movimento que pretende modificar tanto o Estado quanto a sociedade em direção à construção de esferas públicas autônomas e democráticas no campo das decisões políticas”. Assim é que os autores pesquisados: Ferraz, Rabelo e Herkenhoff (2010), Bravo e Correia (2012), Bidarra (2004), Binotto, Souza e Beraldo (2004), Silva e Freitas (2010), Carvalho (2010) e Cabral (2012), inspirados pela concepção de sociedade civil adotada por Gramsci, que a concebe como um campo de disputa de projetos societários, argumentam que esses conselhos, como espaços em disputa e com o caráter deliberativo de que dispõem, oferecendo as condições necessárias para levar ao Estado a manifestação do poder e da vontade popular, podem instituir um processo de radicalização da participação norteado por uma concepção progressista de democracia.

Na mesma linha argumentativa dos textos anteriores, o artigo de Simionato (2006), analisando o Plano Plurianual do governo Lula, enfatiza a perspectiva de participação e controle social da sociedade civil sobre as ações estatais. Ancorada no pensamento de Gramsci, a autora analisa as relações entre Estado e sociedade civil e as perspectivas da participação presentes no Plano Plurianual 2004-2007.

Este apresentava como premissa “[...] o reconhecimento da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil, imprescindível e necessária para [...] o avanço da democracia” (SIMIONATTO, 2006, p. 18). Destaca Simionatto (2006, p. 26) que o PPA analisado apresenta dois projetos antagônicos:

[...] de um lado a defesa de relações democráticas e participativas com a inclusão social e distribuição de renda através de uma atuação conjunta entre Estado e sociedade civil, e de outro, a opção pela política macroeconômica que limita as ações demandadas pela sociedade.

Quanto ao processo de implementação do PPA 2004-2007, pautando-se nas concepções gramscianas, Simionatto (2006) observou que o mesmo vinha imbuído de uma perspectiva de ampliação da participação democrática da sociedade civil por meio de suas formas organizativas, manifestando uma postura mais ativa do Estado no fortalecimento dos espaços públicos. No entanto, percebeu que se instituíam concepções ambíguas, dado que o Estado “mínimo”, preconizado pelos postulados neoliberais, choca-se com a perspectiva da efetiva participação democrática da sociedade civil.

Na proposta do governo para discussão do PPA com a sociedade civil, grande parte das demandas apresentadas foi desconsiderada, permanecendo como eixo do Estado brasileiro as diretrizes macroeconômicas em detrimento dos direitos sociais. Assim, para autora, a sociedade civil foi enquadrada nos limites da governabilidade e submetida a cooptação. Simionatto (2006) destaca que o amplo processo de participação iniciado no governo Lula cedeu paulatinamente espaço para uma frustração da perspectiva do controle social sobre as políticas sociais, mantendo-se como objetivos a priorização dos ganhos do mercado financeiro e do grande capital.

Prosseguindo a análise dos textos, o quarto tema abordado sobre sociedade civil trata dos movimentos sociais. Nesse sentido, o artigo de Duriguetto, Souza e Silva (2009, p. 14) “[...] apresenta a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, mediada pelas relações entre Estado e sociedade civil”.

O foco do artigo é a análise dos movimentos sociais - em suas diversas expressões organizativas e variedade de demandas -, da reconfiguração do seu campo de luta a partir da segunda metade dos anos 1980 e das novas posturas “ideopolíticas e prático-organizativas” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009). Para as autoras, os movimentos sociais passam a centrar-se nas demandas institucionais

com enfoque nas políticas públicas e nos processos participativos dos sujeitos e das organizações populares. Esse redirecionamento denota uma forte tendência a substituir a temática dos movimentos sociais pela defesa das políticas públicas.

Pautadas no conceito de sociedade civil elaborado por Gramsci, as autoras entendem essa esfera como “[...] espaço em que se desenvolvem os processos políticos que objetivam organizar os interesses das classes subalternas e projetá-los em termos de ação hegemônica na direção da construção de um novo projeto societário [...]” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 13), o que torna, ou não, conscientes os conflitos e as contradições sociais, as mudanças e suas formas de luta em diferentes contextos sócio-históricos. Nas palavras das autoras, o “farol reflexivo” que baliza a análise dos movimentos sociais é a “[...] dimensão política do conceito gramsciano de sociedade civil e sua luta pela hegemonia e conquista do poder por parte das classes subalternas” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 14). As reflexões apresentadas destacam que foram os movimentos sociais os responsáveis por tornar a questão social, nas formações capitalistas, uma questão política e pública. Fundamentadas no conceito gramsciano de sociedade civil, as autoras enfatizam que se trata de um espaço “[...] em que as classes organizam seus interesses (através de associações, sindicatos, partidos etc.), é a esfera da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias [...]” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 14), portanto, espaço de construção da hegemonia.

As autoras, ao resgatarem o processo de constituição do capitalismo brasileiro, recorrem à categoria gramsciana de “revolução passiva”, indicando, em diferentes períodos da história brasileira, os processos de “revolução pelo alto”, sem a participação popular, que conformam a realidade do país.

Para Gramsci, a categoria de “revolução passiva” tem um grande caráter histórico interpretativo e sua ação repõe o “[...] conservadorismo reformista temperado [...]” (GRAMSCI, 2011a, p. 293), dado que não efetiva nenhuma transformação societária de fato, não permitindo a alteração do Estado e da sociedade civil, “[...] conseguindo-se assim salvar a posição política e econômica das velhas classes [...]” (GRAMSCI, 2011a, p. 299). Em suas palavras, ocorre

[...] uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para

acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. (GRAMSCI, 2011a, p. 299.)

Partindo do conceito gramsciano, as autoras apontam que a revolução passiva se desvela no país quando a classe burguesa reage a uma possível transformação operada pelas classes subalternas, o que viabiliza a restauração das forças políticas e econômicas, controlando “por cima” as possíveis lutas dos “de baixo”, o que aumenta seu poder de controle e cooptação. Traçando uma linha temporal, as autoras trazem uma rica análise das formas de expressão da sociedade civil, tanto no fortalecimento da democracia através da criação de canais político-institucionais, como são exemplares os Conselhos de gestão de políticas públicas e a presença dos movimentos sociais.

As autoras analisam as características de negociação e parceria presentes nos movimentos sociais contemporâneos, os quais deixam de lado as táticas de confronto e de reivindicação, vinculando-se mais à concepção “nova sociedade civil” e aos “novos movimentos sociais”, visto que, atrelados às agências estatais, reduzem a sua atuação ao campo das demandas pelo acesso às políticas públicas.

Nessa concepção, a aposta centraliza-se no poder de mobilização e ação da sociedade civil, excluindo o Estado e o mercado, tornando-se esta uma esfera alternativa em relação às demais. De acordo com Nogueira (2003, p. 225), nesse quadro, os “[...] novos movimentos sociais vinculam-se a projetos segmentados, excluindo os interesses e disputas das classes sociais, concentrando-se no diálogo, no universalismo, bem ao gosto dos pós-modernos”.

Contudo, a ressignificação da sociedade civil encontrará no ideário neoliberal uma impostação do “terceiro setor” como espaço homogêneo situado fora do Estado. O artigo evidencia que na lógica neoliberal materializa-se uma concepção de sociedade civil “como reino da apolítica e do aclassismo”, transferindo-se a ela parte da implementação de políticas públicas e também o papel de “agente do bem-estar social” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 16). Esse contexto atinge os movimentos sociais, “[...] submetendo-os à lógica do mercado, à despolitização e fragmentação de suas lutas e demandas” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 16), orientando-se, no dizer de Gramsci, pela defesa de interesses econômico-corporativos e

assumindo a condição de parceiros e colaboradores de uma sociedade harmônica, sem conflitos de classe.

Uma das grandes contribuições do texto é a pesquisa empírica realizada na realidade municipal de Juiz de Fora, indicando, através de ricas mediações, os impactos das determinações macroestruturais e do ideário neoliberal nas organizações e nos movimentos sociais das classes subalternas. A pesquisa foi desenvolvida junto às associações da sociedade civil, compreendendo: a) associações civis, que tratam da tematização e solução de questões comunitárias (ligadas à questão de moradia, saúde e educação); b) associações relacionadas ao mundo do trabalho; c) associações ligadas aos direitos de cidadania para segmentos sociais específicos; d) associações filantrópicas e de autoajuda, culturais e de grupos de jovens, e as religiosas.

Dentre as conclusões da pesquisa, o artigo indica que a atual configuração das organizações da sociedade civil e as formas de participação revelam grande despolitização, “[...] particularmente por preponderar uma cultura associativista religiosa cujos ganhos de pertencimento são o do crescimento e enriquecimento espiritual e o do desenvolvimento da solidariedade” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 19). Indica ainda “[...] a inexistência de movimentos sociais, capazes de colocar em pauta algo mais que reivindicações imediatas, pontuais e particularistas, centradas em demandas por serviços que compõem o campo das políticas sociais” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 19). Nesse processo, ocorre o fortalecimento da descrença no potencial político dos movimentos sociais, decorrente das mudanças estruturais introduzidas pelo novo padrão de acumulação, caracterizado por um profundo desprezo à política e pautado na desconstrução da democracia como soberania popular (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009). Assim, a realidade organizativa pesquisada “[...] apresenta uma forte sintonia tanto com os conteúdos definidos para a sociedade civil pelo neoliberalismo (que a concebe como um campo ético-moralizante), quanto pelos que a concebem como campo de direitos de cidadania” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 19).

Oferecendo outro viés de análise, Rosangela Paz (2012) apresenta, em suas reflexões, a participação e os movimentos sociais, enfatizando que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a participação passou a ser compreendida na perspectiva da defesa e ampliação dos direitos. Para a autora, nos anos 1990, a participação não tem centralidade no estímulo à organização e mobilização da sociedade civil, pois, com o “[...] neoliberalismo a participação é instrumentalizada, no sentido da substituição do Estado, da terceirização

e da desresponsabilização estatal” (PAZ, 2012, p. 06). Entretanto, a autora enfatiza a necessidade de resgatar as formas revolucionárias da participação que expressam a autonomia dos movimentos sociais para lutar contra a dominação burguesa. A esse respeito, Gramsci (2011b) defende a necessidade de uma articulação mais ampla das demandas e das lutas sociais das classes subalternas, em que o interesse coletivo deve sobrepor-se aos interesses econômico-corporativos.

Nessa mesma trilha, o texto de Mirla Cisne (2008) ressalta a importância e a necessidade de resgatar a esfera subjetiva vinculada à consciência de classe como meio de superar a compreensão aclassista, despolitizada, colaboradora e harmonizadora da sociedade civil moderna. O texto analisa uma possível crise instituída no âmbito do projeto da profissão devido à conjuntura atual e, da mesma forma, identifica o contexto adverso que incide sobre as classes subalternas, desvelando movimentos classistas de resistência. A autora destaca, nesse sentido, três movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD; o Movimento de Mulheres Camponesas - MMM e; o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, os quais possuem um caráter classista de resistência ao capital em luta por uma nova sociedade. Observa a autora que se trata de movimentos sociais que necessitam da política como elemento central para a organização coletiva e para a materialização das lutas a serem travadas contra o modo de produção capitalista. Pautada na concepção gramsciana de política, Cisne (2008, p. 70) aponta a centralidade dessa compreensão como um “[...] meio da luta por uma sociedade socialista”, que se torna orgânica quando os movimentos sociais assumem o “[...] compromisso com a construção da ‘grande política’, aquela que não se perde na busca por um poder controlado pelo capital, mas que objetiva romper com o atual sistema [...]” (CISNE, 2008, p. 70). Feitas essas reflexões, a autora oferece elementos para pensar o atual contexto brasileiro, em que os movimentos sociais, especialmente nas duas últimas décadas, têm se deixado cooptar através de ações características do transformismo, como ocorreu nos governos petistas. Fundamentando-se no pensamento gramsciano, Cisne (2008, p. 70) assinala que os governos de Lula imprimiram “[...] o envolvimento manipulatório junto a setores da esquerda [...]”, atingindo boa parte dos movimentos sociais.

No entanto, a autora evidencia igualmente que persistem sujeitos comprometidos com a luta de classes e dispostos a resistir, dado que a esfera da sociedade civil é um espaço contraditório, permeado por disputas de hegemonia, abarcando tanto a classe dominante como a classe subalterna. Contudo, enfatiza Cisne (2008) que, na relação

dialética entre sociedade política e sociedade civil, assim como definido por Gramsci, ocorre uma vinculação entre coerção e consenso, em que o Estado tem por finalidade manter os interesses das classes dominantes e, por conseguinte, a reprodução do capital. Mediante tais análises, Cisne (2008, p. 72) ressalta que, no caso do Brasil, o Estado “[...] vem exercendo fortemente ambas as funções: coerção e integração”, mas pondera que, em tempos adversos de luta, torna-se fundamental o papel político dos sujeitos coletivos no âmbito da sociedade civil, com consciência histórica, a fim de instituir uma contra-hegemonia das classes subalternas “[...] para a construção de um novo ‘bloco histórico’ a exemplo do que indicou Gramsci, pautando-se na emancipação da humanidade” (CISNE, 2008, p. 73).

Na sequência de suas reflexões, Cisne (2008) ressalta o debate no âmbito do Serviço Social brasileiro sobre o projeto ético-político, para o qual alguns autores indicam uma crise diante dos enfrentamentos a serem efetivados com a ofensiva neoliberal. A autora é enfática ao afirmar sua discordância sobre a ausência de mobilização e resistência ao neoliberalismo, asseverando que a crise não se localiza na implementação do projeto profissional, mas em âmbito macrossocietário. E mesmo diante do dissenso das lutas sociais, importantes movimentos de luta e resistência estão na arena da sociedade civil, o que remete à atuação dos profissionais na efetivação dos princípios e valores que compõem o seu ideário político e interventivo.

Assim como Duriguetto, Souza e Silva (2009), Cisne (2008) também defende que a política deve ser uma dimensão central na luta a ser empreendida no âmbito da sociedade civil. Destaca-se a tarefa dos movimentos sociais na construção de alianças políticas e de ampliação das pautas de luta, buscando romper com os interesses corporativos e ampliando a consciência na defesa dos interesses coletivos. Gramsci aponta, em sua obra, a importância das alianças, não como “[...] un simple artificio tendiente a assegurar la toma del poder ni un vicio del ‘reduccionismo’. Se trataba, em cambio, de enlazar em forma orgânica a las clases [...]”³⁵ (BORON, 2011, p. 29).

Ainda refletindo sobre os movimentos sociais, destacam-se os textos de Simone Souza e Maria Lucena (2002) e Daviane Azevedo (2012). Partindo da compreensão dos movimentos sociais como espaços

³⁵ “[...] un simple artificio que visa garantir a tomada do poder nem um vicio de reduccionismo. Se trata de mudança para vincular de forma orgânica as classes” (BORON, 2011, p. 29, tradução nossa).

de resistência e tomando por referência as experiências do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, Souza e Lucena (2002) e Azevedo (2012) buscam evidenciar como esse sujeito coletivo, através de suas estratégias e pautas de luta, repõe os antagonismos da luta de classes e tenciona a ordem burguesa. Souza e Lucena (2002) afirmam que os movimentos classistas, além de propor uma nova organização do trabalho, buscam difundir o projeto societário pautado na luta coletiva e no projeto político revolucionário.

Para Azevedo (2012), os movimentos sociais são consubstanciados pelo embate político, na luta social e na resistência ao modelo neoliberal, permanecendo na cena política com propostas direcionadas à emancipação política e humana, fundamentados na construção de um projeto contra-hegemônico. Assim, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST “[...] repõem os antagonismos que produzem a luta de classes que se tenciona entre um processo de expropriação permanente dos trabalhadores e uma luta mediada pela dialética da resistência, ao se colocar diante da tarefa histórica de superação da ordem burguesa” (AZEVEDO, 2012, p. 01).

Os autores Duriguetto, Souza e Silva (2009), Paz (2012), Cisne (2008), Souza e Lucena (2002) e Azevedo (2012) observam que, na construção de outra sociabilidade, os movimentos sociais têm um papel fundamental na elaboração de uma nova hegemonia que se torna possível pela mediação da política e da capacidade de organização e de mobilização das demais formas organizativas das classes subalternas, bases que fundamentam a perspectiva de alianças de classe e construção de consensos em torno da perspectiva gramsciana. E mais que isso, o compromisso com a construção da “grande política”, aquela que não se perde na busca por poder a partir de conchavos, mas que objetiva romper com o sistema capitalista e construir “novos Estados” como meta a ser alavancada na articulação de forças e na construção de alianças em torno de projetos classistas.

Embora o recuo dos movimentos sociais, nas últimas décadas, tenha sido recorrente, existem sujeitos coletivos que na atualidade vêm construindo pautas de resistências no campo e na cidade, conforme assinalam os textos de Souza e Lucena (2002), Cisne (2008) e Azevedo (2012), na perspectiva do fortalecimento das classes subalternas.

Nessa direção, destacam-se, além do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST: o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; o Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST; o Movimento Feminista – MF; o Fórum Popular de Saúde – FPS; a Central de Movimentos Populares – CMP, entre outros. Esses

movimentos sociais classistas orientam suas ações na direção do desenvolvimento de valores fundamentados no humanismo pelo viés revolucionário, propondo a transformação da sociedade, buscando vincular a organização coletiva a um projeto estratégico que vise à construção de outra sociedade, fundada nos princípios do socialismo.

Diante desse embate, o resgate da consciência de classe, da construção de novas subjetividades e modos de pensar voltados à reconstrução da política “[...] como atividade fundadora de uma nova ordem social para além do Capital” (DIAS, 2006, p.47) repõe, em sentido gramsciano, a centralidade da política para enfrentar o atual domínio ideológico neoliberal e as grandes questões postas no cenário contemporâneo.

Conforme o texto de Azevedo (2012), os movimentos sociais classistas, na lógica revolucionária, apresentam diversas estratégias de luta para a construção de uma nova hegemonia. No entanto, é fundamental destacar que existem limites e dificuldades desses movimentos, especialmente na elaboração de iniciativas unitárias e contra-hegemônicas no confronto da realidade social atual. A dificuldade de uma agenda unitária e a persistente fragmentação dos movimentos sociais, bem como a fraca organização na direção da construção de um projeto contra-hegemônico voltado à superação dos interesses econômico-corporativos, encontram-se ligadas ao próprio processo organizativo da sociedade na atualidade.

Simionatto (2009b, p. 43) afirma que a alteração dessa realidade requer “[...] a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantando o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contrahegemonia”. Esses movimentos sociais classistas têm como tarefa a construção de alianças entre as classes subalternas, afirmando o compromisso com suas demandas e concretizando a identidade de classe com vistas a assegurar, além dos direitos democráticos, a luta pela emancipação humana.

Sendo assim, a elaboração de uma contra-hegemonia passa, necessariamente, pela tomada de consciência crítica, o que requer uma ampla e extensa mobilização da sociedade civil na defesa da construção do poder popular. Conforme indica Semeraro (2011, p. 296-297):

[...] a formação de um ‘poder popular e sua identidade social’ torna-se possível, tomando por referência as reflexões gramscianas, quando ocorre uma organização progressiva da vontade coletiva e na mesma medida quando se

materializa a defesa externa e interna das localidades, e, se constitui a função do ‘capitão do povo’ [...] por intermédio do protagonismo das classes subalternas que tem a missão de se organizar coletivamente, para construir o seu ‘Estado ético-político, democrático e universalizador’, através de sua hegemonia.

Nessa lógica, destaca-se o papel atual dos movimentos sociais do campo classista, necessário para criar condições de emergência para uma organização e mobilização que, para além da perspectiva local, crie espaços de luta em defesa de outro projeto de sociedade, envolvendo diferentes segmentos e sujeitos sociais no nível nacional e também internacional, para os quais o foco central e a percepção da política sedimentam-se em uma perspectiva transformadora.

Portanto, salienta-se no estudo de Gramsci, a discussão crítico-analítico da esfera da política, porque ela é um elemento central na discussão revolucionária do pensador sardo e de extrema atualidade frente aos desafios postos entre os séculos XX e XXI. O estudo da política constitui-se eixo central da obra gramsciana e desdobra-se, a partir dele, em um vasto campo categorial que engloba reflexões sobre “a ação” (hegemonia, vontade coletiva) e as “instituições políticas (Estado, sociedade civil, partido)” (COUTINHO, 2003, p.68). É levando em conta o estudo da política que Gramsci propõe uma teoria revolucionária no sentido de construir novas relações sociais que fundamentem o autogoverno e a superação da hierarquia entre governantes e governados. Por isso, segundo Gramsci, não era mais possível construir o socialismo através de insurreições, ações apressadas e explosivas. No seu entendimento, a construção da hegemonia das classes subalternas exige um processo longo de aprendizado, de apreensão e assimilação de uma nova cultura capaz de transformá-las em dirigentes, mesmo antes da tomada do poder, pois, “[...] um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental” (GRAMSCI, 2011c, p.62).

Nos *Cadernos do cárcere*, o pensamento gramsciano deixa clara sua concepção da política, vista por ele como uma atividade autônoma, afirmando que a “[...] ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento [...] que tem princípios e leis diversos daqueles da moral e da religião [...]” (GRAMSCI, 2011b, p. 56).

E diante dessa percepção, o estudo gramsciano refere-se à ciência política a partir do concreto, da realidade em que se insere, ou seja, para

Gramsci (2011b, p. 324), o “primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irredutível [...]”. Consciente da necessidade do aprofundamento sobre esta ineliminável questão, prossegue dizendo que “dado este fato, deve-se ver como se pode dirigir do modo mais eficaz [...] e como pode, portanto, preparar da melhor maneira os dirigentes” (GRAMSCI 2011b, p. 325). No entanto, como o projeto gramsciano expressado no autogoverno é revolucionário, para ele, a questão vai mais além, haja vista que acredita que é necessário superar a relação de dirigentes e dirigidos, “[...] criando as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça [...]” (GRAMSCI, 2011b, p. 325). Para tanto, ressalta a importância da grande política, aquela que propõe mudanças estruturais e que planeja a criação de um novo Estado. Para Gramsci (2011b, p.21):

[...] a política é definida sob duas perspectivas: “A grande política” compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. E “a pequena política” está relacionada às questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.

Assim sendo, Gramsci é um pensador da política por demonstrar, em diferentes momentos de suas reflexões, a importância da organização coletiva, da luta de classes, da ação consciente e transformadora dos sujeitos históricos. De acordo com Coutinho (2003, p. 68): “[...] Gramsci examina todas as esferas do ser social partindo da relação entre elas e a política. São frequentes, ao longo de todos os *Cadernos*, as referências ao fato de que ‘tudo é política’, seja a filosofia, a história, a cultura ou mesmo a práxis em geral”.

Ressaltando a presença da discussão da política nos estudos gramscianos, Boron (2011, p. 13) afirma que “[...] los principales temas abordados em los Cuaderno pertenecen al corazón mismo de la teoría marxista de la política e la cultura”³⁶, especialmente porque as questões observadas e teorizadas por Gramsci são de extrema importância para compreender e empreender ações transformadoras da realidade, uma vez

³⁶ “[...] os principais temas abordados nos Cadernos pertencem ao coração da teoria marxista da política e da cultura” (BORON, 2011, p. 13, tradução nossa).

que os embates em torno da hegemonia e a construção de uma contra-hegemonia são aportes que têm seu fundamento nas lutas sociais das classes subalternas.

Referindo-se ainda a Gramsci, Boron (2011, p. 15) assim se manifesta: “[...] en sus escritos carcelarios, era imprescindible la construcción de una ‘contra-hegemonia’ que pudiera neutralizar los efectos paralizantes de la ideología burguesa y cimentar la construcción de un bloque histórico alternativo”³⁷. O pensador sardo depositou na organização coletiva, seja nos partidos políticos, nos sindicatos, nas associações de cultura, nos grupos organizados, nos movimentos sociais, a capacidade de instituir e coordenar um processo de construção de uma direção intelectual e moral através da cultura, da economia, da política e da tomada de consciência, criando uma vontade coletiva nacional popular capaz de elaborar uma contra-hegemonia ao domínio burguês.

Também Semeraro (2011, p. 287) assinala que “[...] Gramsci é um homem da política-ação, que parte da [...] óptica meridional, das rebeliões camponesas, da condição dos operários, dos conselhos de fábrica, da cultura, da educação, [...] e do partido comunista”, oferecendo elementos de análise do real, da história dos homens e de suas lutas, apostando na viabilidade científica de construção de uma nova sociedade baseada na organização coletiva. A centralidade da política, não como ação inócua, mas em suas várias determinações, indica que “[...] não há política, transformação social, democracia, revolução e unidade nacional sem o protagonismo do ‘espírito popular criativo’” (SEMERARO, 2011, p. 288).

Contudo, mesmo privilegiando o estudo do fenômeno político, Gramsci não desvincula a esfera da política das demais determinações da vida social. Sua compreensão das “relações de força” explicita a relação ineliminável entre estrutura e superestrutura na análise da realidade social:

[...] a análise de relações de força implica na relação entre estrutura e superestrutura [...] no âmbito de dois princípios: 1) nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se

³⁷ “[...] em seus escritos carcerários, era essencial a construção de uma contra-hegemonia que pudesse neutralizar os efeitos paralisantes da ideologia burguesa e cimentar a construção de um bloco histórico alternativo” (BORON, 2011, p. 15, tradução nossa).

desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenha desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações [...]. (GRAMSCI, 2011b, p. 36.)

Nessa esteira, conforme indicado no *Caderno 13*, as elaborações gramscianas tomam como ponto de partida os princípios da obra marxiana, pois,

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que estes objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização. (GRAMSCI, 2011b, p. 36.)

Com efeito, para a compreensão desse processo, o pensador sardo destaca, no *Caderno 13*, a “Análise das situações: relações de força”, em que indica vários momentos ou graus de tais relações, partindo exatamente do “[...] nível econômico, uma relação de forças sociais estreitamente ligadas à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas” (GRAMSCI, 2011b, p. 40). O segundo nível é o das “forças políticas” e o terceiro, das forças militares.

O segundo momento, “relação das forças políticas” expressa os graus de consciência política coletiva e ideológica das forças sociais, ou seja, nesse sentido, GRAMSCI (2011b, p. 40-41) aponta três graus de consciência política coletiva e ideológica:

[...] o primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo, [...] isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unicidade do grupo social mais amplo; o segundo [...] é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Nesse momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes; reivindica-se o direito de participar

da administração e da legislação e talvez de modificá-las; reformá-las, mas dentro dos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é a fase mais ‘estritamente política’, ou fase da hegemonia propriamente dita, [...] na qual se atinge a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.

Este último momento expressa o que Gramsci denomina de “catarse”, exatamente para indicar a passagem do momento meramente econômico “(ou egoístico-passional)” ao momento ético-político.

Segundo Coutinho (2011b, p. 22), “[...] a catarse é o processo pelo qual uma classe supera os seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal [...]”, ou seja, é o momento em que a classe deixa de ser puro fenômeno econômico para se converter em sujeito consciente da história. Nessa fase ocorre

[...] a clara passagem da estrutura para as superestruturas mais complexas; é a fase na qual as ideologias germinadas anteriormente se tornam “partido”, colocando-se em confronto e entrando em luta, até que somente uma delas ou uma combinação de ideologias tende a prevalecer e a difundir-se sobre toda a área social, determinando, além da unidade econômica e política, a unidade intelectual e moral, mediante um plano não corporativo, mas “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os grupos subordinados. (GRAMSCI, 2011b, p.41.)

Nessa perspectiva, a “catarse” está relacionada à consciência de classe, ou seja, ao equivalente marxiano da passagem da “classe em si” à “classe para si”. A catarse é definida como:

[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-

política, em origem de novas iniciativas.
(GRAMSCI, 2011a, p. 314-315.)

Com relação aos dezoito (18) artigos analisados, depreende-se que os mesmos buscam a concepção de sociedade civil gramsciana como aporte teórico para suas reflexões, tanto aquelas relativas às transformações societárias e às alterações provocadas nas relações entre Estado e sociedade, às concepções teóricas e às diferentes interpretações contemporâneas do conceito, quanto as que se referem à demarcação do campo de construção da hegemonia. No que concerne à discussão sobre o conceito de sociedade civil, os textos indicam concepções ambíguas, posto que a sociedade civil sofre influência do modelo neoliberal instituindo processos de despolitização e desmobilização, transformando-a num campo amorfo e de criação de harmonia, com vistas a instituir uma sociabilidade voltada à hegemonia do capital. No contraponto, os textos também indicam a possibilidade revolucionária imbricada na esfera da sociedade civil, apoiando-se no conceito gramsciano elaborado com base nas novas determinações presentes no século XX e que adentram o século XXI.

Abarcando uma gama significativa de movimentos sociais, os textos buscam estabelecer análises críticas sobre os denominados “novos movimentos sociais”, sobre o terceiro setor e a privatização das políticas sociais na esteira da ofensiva neoliberal, construindo reflexões que enfatizam a necessidade da aposta em sujeitos coletivos desencadeadores de processos revolucionários em sentido gramsciano. De outra parte, também utilizam a concepção de sociedade civil gramsciana para fortalecer o seu papel nos diferentes espaços participativos, a exemplo dos conselhos de políticas públicas na qualidade de fomentadores da participação democrática e popular e nos quais se localiza o trabalho dos assistentes sociais.

As produções que são o objeto da pesquisa em tela apontam para o adensamento teórico da concepção de sociedade civil, das diferenças do conceito em relação a Marx e Gramsci e de um aprofundamento analítico que este último desenvolve com base em novas determinações. Portadora material da hegemonia, a sociedade civil é tematizada pautando-se no pensador sardo, vista como espaço de disputas de classe, distinguindo-a do viés neoliberal, em que é transformada numa esfera homogênea, despolitizada, apolítica e aclassista. Destacam-se as análises que propiciam uma confrontação teórica e política das diferentes concepções que permeiam o debate contemporâneo contribuindo sobremaneira para situar as direções da ação e das alianças profissionais com os diferentes espaços organizativos.

Salientam-se nesse âmbito as reflexões acerca do terceiro setor, cuja ênfase recai sobre a relação entre público e privado em que as organizações sociais passam a assumir a execução das políticas sociais muitas vezes subsumidas à filantropia, à solidariedade e à caridade. Ao tempo que se elaboram análises críticas a esse entendimento de sociedade civil e sua vinculação ao projeto societário burguês, aponta-se igualmente, o seu caráter contraditório o que requer dos assistentes sociais leituras críticas e atentas dado que se constituem em espaços sócio-ocupacionais a serem preenchidos de forma qualificada sem perder de vista as premissas do projeto ético-político profissional.

Atentos às contribuições gramscianas é através delas que demonstram as tendências que se constituem na sociedade e incidem na profissão: a primeira identificada nas demandas neoliberais, que visam instituir relações harmônicas no campo da sociedade civil promovendo o apassivamento das classes subalternas, a segunda expressa o movimento de luta e resistência que se institui através dos movimentos sociais classistas, viabilizando as lutas sociais.

No período pesquisado a maior concentração de textos sobre o tema da sociedade civil está relacionada ao controle social, ao processo histórico de sua constituição, ao potencial democratizador desses espaços participativos, mas também da sua burocratização e institucionalização que os tornaram funcionais aos interesses estatais. Contudo, estes textos destacam os espaços participativos de controle social como campos contraditórios, de disputa de interesses, trazendo para o debate a necessidade de qualificar a participação voltada à disputa da hegemonia. As análises de experiências empíricas retratam a dinâmica, os arranjos participativos que combinam o “velho” e o “novo”, os deslocamentos dos sujeitos participantes vocalizando ora as demandas da sociedade política, ora as da sociedade civil e as relações que se estabelecem nesse campo.

Para além dos espaços participativos no âmbito do controle social, outro desdobramento das produções se refere às elaborações sobre sociedade civil e movimentos sociais. Os textos oferecem reflexões sobre os movimentos de caráter classista que se colocariam segundo Gramsci, no campo das lutas mais amplas, de tensionamento da ordem burguesa e tendentes à universalização de interesses particulares. Destacam-se os movimentos de resistência em confronto com os processos de despolitização e fragmentação e a necessidade de fortalecer esses espaços de luta coletiva mais ampla voltados à construção de novas hegemonias. É nessa reflexão que a produção teórica do Serviço Social brasileiro tem afirmado a importância da dimensão política e a

participação como estratégia de construção coletiva expressas na autonomia dos movimentos sociais em contraposição à ordem neoliberal.

As tendências sinalizadas nos textos aqui analisados indicam a apropriação desse tema pelo Serviço Social como essencial, dadas às condições de disputa que se instituem na esfera da sociedade civil e as possibilidades que emergem para a constituição de uma contra-hegemonia, tornando-se fundamental à profissão a compreensão das diferentes organizações coletivas na instituição das lutas de classes.

“Os comunistas devem considerar a obtenção da unidade da classe trabalhadora como um resultado concreto, real, no esforço para impedir que o capitalismo ponha em prática seu plano de desagregar permanentemente o proletariado [...].”

GRAMSCI (Teses de Lyon- 1926)

5. O SERVIÇO SOCIAL E A REFLEXÃO SOBRE A HEGEMONIA

A categoria “hegemonia” ocupa um lugar relevante nas elaborações de Gramsci, especialmente nos *Cadernos do cárcere*. Contudo, nos escritos pré-carcerários já se pode identificar a presença do conceito, especialmente em “As Teses de Lyon” (1926) e “Alguns Temas da Questão Meridional” (1926), e nesse último, Gramsci define a hegemonia não mais como ditadura do proletariado, mas como a construção de alianças entre operários e camponeses. As preocupações de Gramsci estão voltadas à construção de estratégias para a conquista do poder nas sociedades de capitalismo avançado, à diferença do que havia ocorrido na Rússia em 1917. É a partir dessa análise histórico-política e das diferenciações entre Oriente e Ocidente que emerge o conceito de “guerra de posição”, que “tem seu centro na questão da hegemonia, na questão das alianças de classe” (COUTINHO, 2012, p.64).

Conforme observa Buttigieg (2003, p. 39), “[...] tem-se escrito sobre o conceito gramsciano de hegemonia, suas nuances, sua permanente relevância, a possibilidade da sua aplicação à análise crítica da política e da cultura contemporânea”. É um conceito tratado na literatura brasileira e internacional através de várias concepções, tais como: direção política e cultural, reforma intelectual e moral, reforma econômica, teoria democrática, coerção e consenso, direção e consenso, alianças de classe, dentre outras que podem ser encontradas nos *Cadernos*. No *Caderno 13*, elaborado a partir da interlocução com Maquiavel, Gramsci (2011b, p. 95) escreve:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas

ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria.

As faces de coerção e consenso estão presentes no processo de hegemonia, sobressaindo-se conforme se podem interpretar as perspectivas consensuais. Em outra passagem, Gramsci (2011b, p.33) reafirma os dois elementos da hegemonia na metáfora do “Centouro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal”.

Antes de prosseguir, é importante indicar o sentido que o consenso adquire na obra gramsciana, expressando-se em formas ativas e passivas. Para Gramsci (2011b, p. 333), “é questão vital não o consenso passivo e indireto, mas o consenso ativo e direto, ou seja, a participação dos indivíduos, ainda que isto provoque uma aparência de desagregação e tumulto”.

Ao destacar a importância das superestruturas na análise do capitalismo monopolista, Gramsci confere centralidade à esfera cultural e à batalha das ideias como elementos na preparação das classes subalternas na disputa da hegemonia. É nessa esteira que ele pensa a hegemonia como “direção intelectual e moral” e, nessa direção, a cultura desempenha papel fundamental para a superação, pelas classes subalternas, do momento econômico-corporativo e dos interesses individuais, para chegar ao momento ético-político. Todavia, é importante ressaltar que, “[...] se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2011b, p. 48). No entendimento de Gramsci, sem a superação do modo de produção capitalista não é possível chegar à “sociedade regulada”, ou seja, ao comunismo. A “função hegemônica” contém, portanto, o aspecto “econômico e o ético-político”, o que remete às relações entre estrutura e superestrutura.

Nas produções do Serviço Social, a concepção de hegemonia também aparece em sentidos diversos, sobressaindo-se, contudo, sua vinculação ao processo de “direção político-ideológico fundada no consenso”, como “direção intelectual e moral”, tendo como *locus* a sociedade civil e sendo vinculada ao embate entre as classes sociais. Denotam-se as análises vinculadas ao projeto “ético-político” profissional e a direção hegemônica assumida em sua formulação. Vale ressaltar que, a exemplo das categorias Estado e sociedade civil, a hegemonia também não é tratada de forma isolada pelos autores pesquisados. Conforme se advertiu na introdução, esta é tão somente

uma forma didática de exposição, pois as elaborações fundamentam-se no amplo marco categorial gramsciano, construindo reflexões que articulam as categorias e os temas abordados.

A hegemonia, definida nos textos, se realiza à medida que se desvelam as mediações com outras forças sociais, a partir da dimensão cultural, política e econômica, construindo posicionamentos e evidenciando conflitos para a obtenção do poder. A hegemonia, para Gramsci, não se restringe a uma única classe, se expressa nas diferentes visões de mundo, nas ideologias, e por este viés, as reflexões gramscianas indicam a imperiosa necessidade de construção cultural, ideológica e política para elevação das massas, a fim de que possam superar sua ligação com o modo de vida burguês, com o qual consentem e ao qual aderem (SIMIONATTO, 2008). É nesse sentido que os textos pesquisados recorrem à categoria hegemonia em Gramsci, referindo-se a ela como a capacidade das classes de obterem e manterem o seu poder sobre a sociedade, por meio da produção e organização do consenso e da direção política, intelectual e moral. No entanto, é fundamental a advertência de Simionatto (2008, p. 23) de que “[...] a hegemonia não significa apenas a subordinação de uma classe em relação à outra, mas a capacidade das classes na construção de uma visão de mundo, ou seja, de efetivamente elaborar uma ‘reforma intelectual e moral’”. E para isto a sociedade civil abarca os elementos necessários para a elaboração de consensos, por meio de disputas de projetos societários que instituem as relações de poder da classe social que consegue aglutinar e sintetizar as diferentes dimensões da vida social.

A classe que conquista a sociedade política e a sociedade civil conquista também o Estado e termina por alcançar a hegemonia. Conforme Simionatto (1999, p. 49-50), “[...] a hegemonia deve ser não só a forma na qual se afirma a direção, o poder de uma classe, de um bloco social, mas deve ser também o terreno e o instrumento para realizar a superação da subalternidade [...]”, por isso, pensar na hegemonia é entendê-la como um processo de superação do próprio Estado e, especialmente, da tomada de consciência, além de uma ampla reforma cultural dos de “baixo”.

Nessa esteira, a extensão e importância de seu pensamento também podem ser identificadas na compreensão da categoria hegemonia, pois a concretização de uma nova sociabilidade, segundo o pensamento de Gramsci, viabiliza-se pela tomada de consciência da classe subalterna e implica o reconhecimento de que as ideologias se materializam na realidade social e se expressam historicamente nas práticas, influenciando o agir humano.

Diante dessas reflexões iniciais é que se pauta o levantamento da produção teórica relacionada à categoria hegemonia, conforme apresentada no Quadro 3 a seguir, a partir da metodologia proposta, perscrutando o roteiro teórico percorrido pelos autores pesquisados, os quais serão analisados.

Quadro 3 – Caracterização da produção teórica do Serviço Social na discussão sobre a **Hegemonia**

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Marro, Katia. (2006)	Katálysis	Reflexiones preliminares sobre el problema de la hegemonia en el proyecto ético-político del trabajo sociale ³⁸ .	Hegemonia Econômico-corporativo Concepção de mundo
Duriguetto, M ^a L. e Baldi, Luiz A. P. (2012)	Katálysis	Serviço Social, Mobilização e organização Popular: sistematização do debate contemporâneo	Hegemonia Cultura Ético-político
Duriguetto, M ^a L. (2008)	Temporalis	Ofensiva capitalista, Despolitização e Politização dos Conflitos de Classe	Hegemonia Sociedade civil Relações de força Consenso
Amaral, Ângela S. (2002)	Temporalis	Crise capitalista e o “Aggiornamento” das Práticas Sindicais.	Estado Sociedade civil Crise orgânica Política

³⁸ “Reflexões Preliminares sobre o Problema da Hegemonia no Projeto Ético-político do Serviço Social” (MARRO, 2006, tradução nossa).

Continuação Quadro 3

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Pereira, Evelyne. (2012)	Temporalis	Cooperação e hegemonia na Dinâmica do capitalismo Contemporâneo: a organização produtiva do MST no Ceará.	Hegemonia Política
Abreu, Marina M. (2004)	Serviço Social e Sociedade	A Dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.	Hegemonia Cultura Americanismo Classes subalternas Reforma intelectual e moral
Luiz, Danuta E.C. (2008)	Serviço Social e Sociedade	Emancipação Social: fundamentos à prática social e profissional	Hegemonia Rupturas moleculares Cultura Política Ético-político
Freire, Lucia M. (2010)	Serviço Social e Sociedade	Movimentos Sociais e Controle Social em Saúde do Trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social	Hegemonia Consenso Direção intelectual Política
Machado, Aline M ^a . (2012)	Serviço Social e Sociedade	Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica.	Hegemonia Organização coletiva Partidos

Continuação Quadro 3

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Ramos, Samya (2002)	ENPESS	A Mediação da Política na materialização do projeto Profissional do Serviço Social	Política Ético-político Hegemonia
Eleutério, Adriana P. e Silva, Zélia M ^a . (2002)	ENPESS	Aliança e Oposição: relações entre trabalhadores rurais e o MST	Hegemonia Classes subalternas Política
Silveira, Jucimeri I. (2002)	ENPESS	Conselho Estadual de Assistência Social: dimensão política na organização da hegemonia	Hegemonia Ético-político
Oliveira, Edelweiss. (2004)	ENPESS	Aparelho Privado de hegemonia e Ação do Intelectual Orgânico: uma abordagem analítica do Serviço Social	Hegemonia Correlação de forças Intelectual orgânico Aparelhos privados de hegemonia
Pezoti, Rosângela H. (2004)	ENPESS	Relação Estado e Sociedade: suas expressões no conselho municipal dos direitos da crianças e do adolescente na cidade de São Paulo.	Hegemonia Guerra de posição Estado Sociedade civil

Continuação Quadro 3

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Nascimento, Sueli. (2004)	ENPESS	Uma reflexão das categorias Gramscianas com relação à Gestão Participativa das Associações de Moradores de Niterói	Hegemonia Sociedade civil Estado Política
Motta, Vania C. (2008)	ENPESS	Ideologia do capital social e as novas funções de educação periférica: administrar a pobreza e educar para o conformismo	Ideologia Hegemonia Direção intelectual e moral Sociedade civil
Cavalcante, Margarete. (2008)	ENPESS	Conselho de Saúde e a Socialização da Política de Saúde	Hegemonia Vontade coletiva Correlações de força Interesses corporativos Direção intelectual e moral
Nobre, Maria Cristina Q. (2008)	ENPESS	As Bases sócio- políticas da contrarreforma do Estado na era Tarso	Estado Revolução passiva Sociedade civil Sociedade política Hegemonia Partido Econômico- corporativo

Continuação Quadro 3

Autores / Ano	Revistas / ANAIS	Título do Artigo	Categorias Gramscianas
Neves, Ângela Vieira. (2010)	ENPESS	A representação da Sociedade Civil no Conselho de Assistência Social: em xeque o controle democrático	Hegemonia Sociedade civil Interesses corporativos Estado
Oliveira, Rosana (2010)	ENPESS	Sindicalismo no Brasil pós 80 e a perspectiva educativa presente na luta dos trabalhadores de telecomunicações do Rio de Janeiro: existe horizonte neste cenário?	Hegemonia
Favaro, Tereza C. (2010)	ENPESS	As Conferências de Saúde no Município de Goiânia: encontros e desencontros	Hegemonia Teoria e prática Vontade coletiva Classes Subalternas Estado Sociedade civil Intelectual orgânico
Silveira, Adilson A Leite, Simone S. (2012)	ENPESS	Assistência Social e Hegemonia burguesa no Brasil	Hegemonia Crise orgânica Econômico-corporativas Apassivamento Transformismo
Freire, Silene. (2012)	ENPESS	Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil: aportes para o debate	Hegemonia Classe subalterna Estado

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa bibliográfica.

Observando o quadro apresentado, percebem-se, ao todo, vinte e três (23) artigos selecionados após sua identificação conforme os critérios. Destes, dois (02) artigos são da revista *Katálysis*, o que representa 28,5% dos textos válidos; três (03) artigos são da revista *Temporalis*, significando 30% dos artigos; e da revista *Serviço Social e Sociedade* foram selecionados quatro (04) artigos, indicando 28,5% dos artigos pesquisados. Da mesma forma, nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS foram identificados quatorze (14) artigos, representando 17% dos textos selecionados e válidos.

Os textos selecionados para esta pesquisa serão analisados em blocos, de acordo com os temas identificados, que perpassam a discussão sobre a categoria hegemonia. No estudo realizado, constata-se que, adensando a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro pautada no pensamento gramsciano, a categoria hegemonia ganha relevância nas discussões sobre: as políticas sociais no contexto neoliberal; a ação profissional e o projeto ético-político; a hegemonia e os movimentos sociais; e o controle social e a disputa da hegemonia.

O primeiro bloco de textos pesquisados aborda a hegemonia e as políticas sociais no contexto neoliberal e reúne quatro (04) artigos em chave analítica sobre a crise orgânica do capital, com as interpretações relativas às relações nacional-internacionais e diretrizes que emanam dos organismos internacionais sobre a esfera do Estado-nação. São elaborações que deslocam os estudos correntes que tratam da hegemonia das classes subalternas para os mecanismos e as estratégias elaborados pela classe burguesa.

Ao tratar da crise capitalista contemporânea, Ângela Amaral (2002, p. 58) discute as mudanças na relação Estado, sociedade e mercado, e suas consequências na organização dos trabalhadores. Ao reportar-se à “crise orgânica” do capital das últimas décadas, a autora analisa as reformas econômicas levadas a cabo, principalmente, pelos organismos internacionais, tendo como suporte um sistema ideológico de dominação, cuja presença objetiva fortalece a “hegemonia capitalista”, subsumindo o trabalho ao capital. Em termos gramscianos, na crise orgânica “[...] abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas, à *medida que* os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo *da classe dominante*” (GRAMSCI, 2011b, p. 60, *grifo nosso*). Isto porque as crises orgânicas são o reflexo da separação dos grupos sociais de sua forma organizativa originária, quando já não se sentem mais representados por seus dirigentes, ou seja,

quando “[...] deixam de ser reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe” (GRAMSCI, 2011b, p. 60). Não obstante, a capacidade de reorganização da classe dirigente é infinitamente maior do que a capacidade de organização das classes subalternas, assim, fica facilitada a condução das ações de toda a classe sob uma só direção (GRAMSCI, 2011b, p. 61).

Não escapam à análise da autora as relações entre economia e política, estrutura e superestrutura, todas de inspiração gramsciana, para desvendar a “cultura da crise” construída mediante os consensos por parte das agências multilaterais acerca da “[...] necessidade de manutenção de políticas macroeconômicas de ajuste estruturais, de redução do papel do Estado e nos moldes de conceber e operar as políticas públicas” (AMARAL, 2002, p. 58). A autora considera que as conquistas obtidas na realidade brasileira, ao longo dos anos 1980, com a inserção na esfera estatal dos direitos de cidadania fortalecidos pelo processo de ampliação da “socialização da política”, são afetadas com grande intensidade pelas orientações das agências internacionais, atingindo também as organizações da classe trabalhadora, como “sindicatos e partidos”. Tal processo se reflete de forma explícita a partir da segunda metade dos anos 1990, mediante o avanço do pensamento hegemônico, especialmente no Banco Mundial e em suas estratégias de legitimação, para obter dos cidadãos a materialização da reforma do Estado. Esse ideário, envolto em premissas, como a “melhoria da capacidade institucional”, acaba por fragilizar e fragmentar a luta coletiva, incentivando “[...] a formação de organizações não mais de natureza classista e pulverizando as demandas da classe trabalhadora” (AMARAL, 2002, p. 62).

Na mesma direção, o artigo de Vania Motta (2008) tem por finalidade identificar aspectos do modelo ideopolítico neoliberal na configuração das políticas sociais, especialmente nas políticas de desenvolvimento do milênio, indicando de que forma ocorre um processo de enfrentamento da “questão social” voltado à conformação da vontade coletiva.

A tese do artigo centra-se no entendimento de que as políticas de desenvolvimento do milênio são “[...] mecanismos de hegemonia que aprofundam o processo de despolitização da sociedade civil e de mercantilização e privatizações das esferas sociais [...]” (MOTTA, 2008, p. 02). Isto porque as políticas de desenvolvimento do milênio surgem do quadro de aprofundamento da pobreza, tratando-se de uma proposta do capital para tentar promover uma “[...] dimensão mais humanizada no processo econômico” (MOTTA, 2008, p. 03). A base ideológica

dessas políticas situa-se na compreensão do denominado “capital social”, que se relaciona à predisposição que as comunidades têm para desenvolver ações “cívicas”, pautadas na cooperação, na solidariedade e no espírito público. Tendo como foco esses pressupostos, se repassa à sociedade civil e ao mercado as atribuições próprias da esfera pública, no intuito de atender às sequelas da questão social. A ofensiva neoliberal, apoiada no consenso passivo, busca consolidar uma sociedade civil harmônica, apolítica e sem conflitos, o que fortalece a hegemonia burguesa.

Discorrendo a esse respeito, Motta (2008) enfatiza que as políticas educacionais cumprem o papel de colaborar com a hegemonia burguesa no sentido de criar o espírito cooperativo, solidário e empreendedor, estimulando “[...] o cidadão a participar da construção de uma sociedade mais solidária, harmoniosa, não conflitiva, sem violência, estabelecendo laços de confiança entre eles, rompendo as barreiras entre as classes [...]” (MOTTA, 2008, p. 05). Do ponto de vista ideológico, trata-se do âmbito da dominação, do apassivamento das classes sociais, ocultando as diferenças sociais, as desigualdades e todas as mazelas impressas pelo modelo capitalista de produção. A proposta desta configuração para as políticas sociais e econômicas abarca a compreensão de que a pobreza precisa ser gerenciada a fim de evitar os conflitos sociais, e a saída possível é a capacitação produtiva dos sujeitos, já que a pobreza é vista como efeito de uma conduta moral.

A autora aponta que as políticas de desenvolvimento do milênio configuram-se, conforme as elaborações gramscianas, num mecanismo de manutenção da hegemonia das classes dominantes, reforçando o ideário neoliberal conservador, voltadas ao que Gramsci denominou de “conformismo social”.

Na mesma linha de raciocínio, o artigo de Adilson Silveira e Simone Leite (2010) aborda a hegemonia burguesa na configuração da política de assistência social. Do ponto de vista dos autores, os programas de transferência de renda, suas características de focalização e seu caráter compensatório acabam se tornando instrumentos “funcionais à hegemonia burguesa”. Na interpretação de Silveira e Leite (2010), nesse processo, as classes dominantes operam uma “guerra de posição”, ou seja, elaboram estratégias para que, processualmente, construam e garantam a manutenção de sua hegemonia. Os autores do artigo consideram que a política de assistência social no Brasil, atualmente, encontra-se “[...] colonizada pelas estratégias de passivização [...] para restauração das bases de domínio tardo-burguês” (SILVEIRA; LEITE, 2010, p. 03). Segundo a percepção dos autores, a

política de assistência social é utilizada para arrefecer conflitos entre as classes de forma a inibir qualquer iniciativa hegemônica das classes subalternas. Denominam esse processo de restauração do capital por meio da reatualização de empreendimentos ideopolíticos que conduzem as massas ao campo das lutas econômico-corporativas (SILVEIRA; LEITE, 2010, p. 03). Além disso, os autores pensam que os processos participativos na assistência social são “[...] utilizados para obter o consenso ativo das classes subalternas, assim como se tornam um sistema de controle das classes dominantes sobre a sociedade em geral [...]” (SILVEIRA; LEITE, 2010, p. 07), o que resulta na despolitização e cooptação dos sujeitos que subsumem as demandas participativas e de controle democrático.

Adensando a produção teórica do Serviço Social, especificamente no âmbito da discussão da política, compreendendo as disputas de poder, Maria Cristina Nobre (2008) tece reflexões acerca do processo eleitoral no Estado do Ceará, trazendo à luz importantes determinações para compreender a construção da hegemonia burguesa em uma realidade particular, mas que reverbera as determinações da realidade macrossocietária.

Nesse sentido, o texto de Nobre (2008) busca compreender as novas relações instituídas por meio de alianças entre empresários e setores conservadores vinculados à oligarquia com forte tradição política no nordeste e os impulsos direcionados à implementação das políticas de contrarreforma neoliberal. De acordo com as análises da autora, o processo vivido no âmbito da política, nas últimas décadas, buscou a recomposição de forças das classes sociais dominantes a partir da construção de uma nova hegemonia burguesa. Inspirada no conceito gramsciano de “revolução passiva”, identificado por seu autor como um “[...] conservadorismo reformista temperado” (GRAMSCI, 2011a, p. 293), Nobre (2008) aponta que o processo político desencadeou a revitalização das classes dominantes na perspectiva de produzir mudanças nos limites dos interesses do capital.

Para Gramsci (2011a, p. 393), a categoria da “revolução passiva”, utilizada para analisar a formação do Estado burguês italiano, refere-se ao processo de “revolução pelo alto”, ou seja, às mudanças processadas pelo Estado sem a participação popular. Tal processo apresenta-se em dois momentos: “o da restauração”, que diz respeito a uma reação conservadora e às possibilidades de uma radical transformação proveniente dos de “baixo”; e o da “renovação”, que implica a incorporação “pelo alto”, mediante “concessões” das classes dominantes às classes subalternas. Para Gramsci, a revolução passiva se expressa,

assim, como “restaurações progressistas” ou como “modernização conservadora”, em que predominam os elementos do atraso, apesar da incorporação de certas demandas dos dominados.

Fundamentada no conceito gramsciano de Estado, Nobre (2008) aponta que em seu âmbito se estabeleceu a hegemonia burguesa, dado que o conservadorismo político prevaleceu. Os diferentes partidos representantes da classe dominante, fortalecidos na organização partidária, instituíram alianças com inúmeras lideranças tradicionais ligadas à elite empresarial, mas eles também conquistaram parte dos setores progressistas por meio do “transformismo”, o que desvelou um projeto político e econômico pautado no patrimonialismo e no clientelismo.

Em suas reflexões, Nobre (2008, p. 03) destaca que “[...] o controle da máquina burocrática estatal – de suas políticas, de seus recursos administrativos e financeiros, de sua dinâmica – é de suma importância para a continuidade no poder de um mesmo grupo político”. Entretanto, conforme a autora, a organização coletiva instituída na sociedade civil provocou um significativo movimento de luta social, o que determinou a redefinição de aliados no campo conservador, e assim, a classe dominante conseguiu assegurar, segundo Nobre (2008), uma “modernização conservadora”.

A conclusão do artigo de Nobre (2008) indica que a relação instituída no processo político do Estado do Ceará consolidou-se por alianças que mantiveram no poder as elites dominantes, que se utilizam do aparelho estatal para garantir seus interesses econômico-corporativos, tal como elaborado por Gramsci, o que se manifestou, no contexto analisado, por “[...] uma modernização político-gerencial da máquina burocrática do Estado voltada a ampliar as possibilidades do capital, limitando os direitos do trabalho, negando as necessidades históricas de mudanças” (NOBRE, 2008, p. 05).

Nas formulações analisadas, verificou-se a recorrência à categoria gramsciana da hegemonia das classes dominantes, vinculada à construção do consenso ativo ou passivo junto às classes subalternas. Evidencia-se a relação da hegemonia com o Estado, a sociedade civil e a ideologia como instrumentos de domínio cultural e político, utilizados em conjunturas de crise do capital, reorientando os papéis e as funções do Estado, bem como das políticas sociais.

Nesse segundo bloco, foram agrupados os artigos que se referem à abordagem da hegemonia relacionada ao exercício profissional e ao projeto ético-político, tendo-se identificado sete (07) produções. A discussão da hegemonia, aqui apresentada, ocorre no plano do

movimento da categoria profissional, buscando articular projeto profissional e projeto societário. Embora o embate hegemônico, para Gramsci, esteja no plano das classes sociais, entende-se que as profissões disputam internamente uma direção social que pode fortalecer projetos societários distintos.

O texto de Kátia Marro (2006) tem por finalidade abordar a hegemonia na consolidação do projeto da profissão e na disputa da direção social à ação profissional, articulando-a com as lutas sociais. A proposta central da autora é estabelecer reflexões acerca do projeto profissional, problematizando as concepções de hegemonia apoiada no pensamento de Gramsci. A autora adverte que, nos tempos atuais, a hegemonia é indistintamente utilizada “[...] como sinônimo de *dominación, supremacía, consenso, predominio, dirigencia, dirección, consentimiento, monopolio del poder*, e inclusive em algunos casos como ausencia de pluralismo”³⁹ (MARRO, 2006, p. 210, *grifo da autora*). Nessa direção, ela busca construir reflexões críticas acerca da hegemonia para subsidiar a efetivação do projeto profissional do Serviço Social.

Inicialmente, Marro (2006) aponta que o pensamento gramsciano define que “[...] los portadores materiales de la materialidad de la sociedad política son los *aparatos privados de hegemonia*, la materialidad de la sociedad política se identifica con los *aparatos represivos de Estado*”⁴⁰ (MARRO, 2006, p. 211, *grifo da autora*), esferas que se encontram em equilíbrio, com a tarefa de “[...] servir para la conservación de una determinada base económica de acuerdo con los intereses de una clase social fundamental”⁴¹ (MARRO, 2006, p. 211). Buscando elucidar a compreensão da hegemonia na concepção gramsciana, a autora elenca alguns significados, dentre os quais, destacam-se:

[...] es la *dirección intelectual y moral* de una clase fundamental sobre el conjunto de la sociedad; la *hegemonia es de clase*; supone una

³⁹ “[...] como sinônimo de dominação, supremacia, o consenso, a dominação, liderança, direção, consentimento, monopólio do poder, e até mesmo em alguns casos, como a falta de pluralismo” (MARRO, 2006, p. 210, tradução nossa).

⁴⁰ “[...] os portadores da materialidade da sociedade política são os aparelhos privados de hegemonia, a materialidade da sociedade política se identifica com os aparelhos repressivos do Estado” (MARRO, 2006, p. 211, tradução nossa).

⁴¹ “[...] servir para a conservação de uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (MARRO, 2006, p. 211, tradução nossa).

elavación de los intereses privados de esa clase a un *plano político universal*; supone *compromisos dinámicos con otros grupos sociales*; implica *consenso activo y organizado de otros grupos sociales*; expresa una *visión del mundo compartida*, un mismo ‘clima cultural’, valores comunes; supone una *relación democrática*; es una *relación pedagógica* educacional; implica *disputa, lucha y confrontación de ideas, una ‘batalla cultural’* o lucha de clases en el plano de las ideais [...]”⁴². (MARRO, 2006, p. 211, *grifos da autora*.)

Nessa perspectiva, o conceito gramsciano de hegemonia está voltado à construção da contra-hegemonia através da disputa de projetos societários, da direção social da sociedade, tendo por finalidade a conservação e elevação em nível superior “[...] de los intereses particulares que la integram, que se funden en una voluntad colectiva”⁴³ (MARRO, 2006, p. 212). Nesse sentido, as elaborações sinalizam para os elementos contidos no projeto ético-político profissional e para as possibilidades de a profissão contribuir para uma ação emancipatória.

Compreende a autora que a hegemonia engloba as dimensões culturais e políticas e, portanto, também a ideologia e os modos de pensar. Tais dimensões perpassam a realidade social e ainda o âmbito da intervenção profissional. De fato, são aspectos que interferem decisivamente nas relações constituídas, no agir humano, incidindo no tecido social e demandando da profissão ampla e profunda fundamentação ético-política e teórico-metodológica, a fim de desenvolver as múltiplas determinações do real e construir intervenções direcionadas à emancipação política e à emancipação humana. A autora adverte que as elaborações gramscianas têm a finalidade de pensar a transformação da sociedade, o que não pode ser atribuído somente a

⁴² “[...] é a direção intelectual e moral de uma classe fundamental sobre toda a sociedade; a hegemonia é de classe; supõe uma elevação dos interesses privados dessa classe há um nível político universal; supõe compromissos dinâmicos com outros grupos sociais; trata-se de consenso ativo e organizado de outros grupos sociais; expressa uma visão de mundo compartilhada, um ‘clima cultural’ mesmo, valores comuns; supõe uma relação democrática e uma relação pedagógica educativa; envolve disputa, luta e confronto de ideias, luta de classes em uma “batalha cultural” ou luta de classes no plano das Ideais” (MARRO, 2006, p. 211, tradução nossa).

⁴³ “[...] dos interesses particulares que a integram, que se fundem em uma vontade coletiva” (MARRO, 2006, p. 212, tradução nossa).

uma profissão. No entanto, enfatiza que as reflexiones gramscianas contribuí de forma que “[...] *la consolidación de determinado proyecto de profesión expresa una tentativa por imprimir una certa dirección social en la práctica profesional [...]*”⁴⁴ (MARRO, 2006, p. 212 *grifos da autora*).

Dado que para a autora os projetos profissionais são atravessados pelos projetos societários, ela assim se expressa: “[...] el concepto gramsciano de hegemonia nos ofrece contribuciones importantes para pensar en la consolidación de una dirección social crítica en el seno del TS, esto es, una práctica profesional que busque la ruptura con el lastre conservador [...]” (MARRO, 2006, p. 212)⁴⁵. A autora faz uma importante reflexão sobre o alcance da profissão e suas reais possibilidades dentro do contexto macrosocietário, desvelando que não se pode confundir a direção social crítica da profissão com o papel de militância sem deixar escapar a importância do papel político das ações profissionais, mesmo no âmbito interventivo, no processo de luta e resistência para a construção de uma contra-hegemonia.

Depreende-se que Marro (2006), ao tecer suas reflexões, indica a necessária materialização do projeto profissional do Serviço Social, e o faz referenciando-se na concepção de hegemonia. Primeiramente, a autora indica que a formação de uma determinada direção social deve ir além do enfrentamento do conservadorismo como mera denúncia, mais que isso, deve evidenciar os limites e as funcionalidades para a sociabilidade vigente. Em segundo, propõe que a construção de um processo hegemônico na profissão carece de organização coletiva, tanto dentro da própria profissão como em ações mais amplas na sociedade. Por último, afirma que a ação profissional requer “[...] *la superación de intereses corporativistas tanto al interior de la categoría como en relación con otros sectores [...]*” (MARRO, 2006, p. 213 *grifo da autora*)⁴⁶, garantindo que a profissão possa instituir sua direção crítica

⁴⁴ “[...] a consolidação de determinado projeto de profissão expressa uma tentativa de imprimir uma certa direção social à prática profissional” (MARRO, 2006, p. 212, tradução nossa).

⁴⁵ “[...] o conceito gramsciano de hegemonia oferece-nos importantes contribuições para pensar na consolidação de uma direção social crítica no seio do trabalho social, isto é, uma prática profissional que busca a ruptura com o lastro conservador” (MARRO, 2006, p. 212, tradução nossa).

⁴⁶ “[...] a superação de interesses corporativos, tanto no interior da categoria como em relação com os outros setores” (MARRO, 2006, p. 213, tradução nossa).

através do processo de formação, de organização normativa e política e também pela articulação junto aos movimentos sociais.

Nessa mesma linha argumentativa, o texto de Maria Lucia Duriguetto e Luiz Baldi (2012) tece reflexões acerca dos movimentos sociais e a relação com o Serviço Social, perpassando pela análise da importância histórica do projeto ético-político do Serviço Social e seu papel estratégico no enfrentamento à hegemonia burguesa. Os autores compreendem o Serviço Social como profissão “[...] essencialmente vinculada aos interesses classistas contraditórios que fundamentam a sociedade capitalista” (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 194), considerando que os assistentes sociais são chamados por seus empregadores (públicos ou privados) a intervir nas expressões da questão social no intuito de garantir às classes subalternas condições indispensáveis ao pleno funcionamento da força de trabalho. Dessa forma, o Serviço Social é recrutado pelos empregadores, com quem tem uma relação contratual, para atender às demandas das classes subalternas, mas com a finalidade de garantir os interesses da classe dominante, o que configura o caráter contraditório do trabalho profissional.

No entanto, os autores afirmam que não se trata de justificar ações messiânicas ou fatalistas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991), mas de superá-las do ponto de vista da compreensão do trabalho e da relativa autonomia do sujeito profissional inserido nas contradições de classe, as quais “atravessam e determinam a profissão”. A partir dessa relativa autonomia os profissionais podem construir ações “[...] a serviço de um projeto de classe substanciado pelos interesses dos trabalhadores” (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 195). Para a efetivação de uma intervenção junto aos movimentos sociais, destacam a dimensão ideopolítica da ação profissional, dado que a intervenção do Serviço Social se caracteriza tanto no âmbito material de atendimento às necessidades imediatas, através de programas, projetos e serviços sociais, como no campo imaterial, incidindo nas formas de pensar e agir dos sujeitos sociais.

Nesse campo, Duriguetto e Baldi (2012) destacam as ações do Serviço Social nos processos de mobilização e organização popular. Pautados no pensamento gramsciano, indicam que as “[...] práticas de mobilização e de organização são expressões das práticas educativas desenvolvidas pelas classes sociais na busca da ampliação de consensos em torno de seus projetos societários, na disputa da hegemonia” (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 197). Esse movimento no plano institucional e organizativo envolve as classes sociais e não se restringe

somente às iniciativas profissionais. Na mesma linha argumentativa de Marro (2006), os autores evidenciam que a profissão não pode se responsabilizar pela transformação societária, como se fosse capaz de condensar todas as forças, e propor uma nova hegemonia. Isto porque “[...] não são práticas exclusivas do assistente social, mas constitutivas da profissão e perpassam todo o corpo teórico-prático da mesma, corpo este tensionado pelos distintos projetos das classes” (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 197).

Os estudos de Durigetto e Baldi (2012) desvelam que a ação profissional junto aos movimentos sociais tanto pode imprimir uma direção política que vislumbre a emancipação humana como pode subalternizar as classes sociais aos interesses da classe dominante. Por isso, identificam que é no processo de organização e de formação de consciência de classe que se situa a possibilidade da intervenção profissional dos assistentes sociais. Na conclusão do seu texto, Durigetto e Baldi (2012) destacam que é “[...] na dimensão ideopolítica da intervenção que reside a possibilidade dos assistentes sociais influenciarem criticamente os valores, comportamentos e ações dos sujeitos [...]” (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p.198), sendo fundamentais as categorias gramscianas para estudos nesse âmbito. Contudo, advertem que o Serviço Social ainda necessita avançar nas leituras sobre a relação entre os movimentos sociais e a atuação profissional, o que demanda uma maior investigação nesse campo. Por fim, chamam a atenção quanto à educação popular, identificada como um mecanismo de ação profissional recorrentemente utilizado para processos de mobilização e organização popular, tratando-se de um conceito em que as referências teóricas encontram-se polissêmicas, carecendo de um estudo mais aprofundado por parte dos assistentes sociais.

Nessa mesma linha de reflexão, o artigo de Aline Machado (2012) traz o debate sobre a educação popular como estratégia de ação para o trabalho e também a formação profissional do assistente social. A autora parte da compreensão da educação popular como um paradigma capaz de “[...] contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas [...]” (MACHADO, 2012, p. 152), enfatizando uma necessária base ética e política voltada à transformação social. Pensar um processo de transformação da sociedade, de acordo com as elaborações gramscianas exige “[...] refletir sobre os subalternos, sobre senso comum, sobre sua espontaneidade, sobre seus movimentos” (LIGUORI, 2011, p. 259-260). Segundo este autor, Gramsci indicava que a partir da valorização dos movimentos construídos pela classe

subalterna, em face da hegemonia da classe dominante “que os coloniza cotidianamente”, seria necessário estudo e elaborações sobre os subalternos “para transformá-los, educá-los”, ou seja, Liguori (2011) enfatiza o processo de preparação das massas apontado por Gramsci no sentido de educá-las para transformá-las e irem, assim, adquirindo consciência (LIGUORI, 2011, p. 260).

Para tal, a autora destaca a importância dos intelectuais e sua relação nos processos de construção da hegemonia das classes subalternas. Apoiada em Gramsci, quando analisa a hegemonia, a autora se refere “[...] ora à capacidade dirigente, ora à simultaneidade entre direção e dominação [...] e unidade entre teoria e ação” (MACHADO, 2012, p. 169). No pensamento gramsciano, o processo de construção de hegemonia passa necessariamente pelos intelectuais e sua função é “[...] manter o vínculo entre estrutura e superestrutura, portanto fundamental para a manutenção de uma hegemonia” (MACHADO, 2012, p. 172). Assim sendo, a perspectiva da construção da hegemonia da classe subalterna requer estratégias e, de acordo com a autora, a educação popular é um mecanismo importante, porque amplia as possibilidades e incentiva a participação política (MACHADO, 2012). Nessa perspectiva, ela defende que a educação popular é um valioso recurso para o trabalho do assistente social, posto que tem os mesmos objetivos do projeto ético-político do Serviço Social.

Nas palavras de Semeraro (2006, p. 55):

Para Gramsci, de fato, no processo de construção da hegemonia popular trata-se de alcançar uma profunda transformação pessoal e social que revolucione as relações de dominação, gere a autodeterminação e a socialização da política, de modo a operar efetivamente a passagem para uma sociedade substancialmente democrática.

De acordo com as elaborações gramscianas, a construção de uma contra-hegemonia passa pelo

[...] contato entre os intelectuais e os simples, não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa [...]. (GRAMSCI, 2011a, p. 103.)

A filosofia da práxis é a impulsionadora das transformações, visto que “[...] não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do

senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (GRAMSCI, 2011a, p. 103).

Observa-se que os textos de Marro (2006), Duriguetto e Baldi (2012) e Machado (2012), ao relacionarem o conceito de hegemonia no âmbito da profissão, não se afastam da concepção gramsciana e das perspectivas de interlocução com o campo categorial do pensador italiano, com vistas à materialização do projeto ético-político profissional e na disputa de sua direção social no horizonte da emancipação humana.

A emancipação social como fundamento do exercício profissional também está presente nas formulações de Danuta Luiz (2008), que enfatiza a relevância do pensamento gramsciano na fundamentação da profissão, visto que “[...] instrumentaliza teórica e metodologicamente para compreender os processos histórico-social e culturais modernos e contemporâneos e nos subsidiam com valores e indicativos de intervenção [...] a partir de práticas emancipatórias” (LUIZ, 2008, p. 115). As reflexões de Luiz (2008) apontam que a cultura e o âmbito ético-político são dimensões necessárias e imprescindíveis para a efetivação de processos emancipatórios, conforme indicações presentes no pensamento gramsciano.

Partindo da concepção marxiana de emancipação humana, originada da superação da alienação do trabalho, a autora remete às contribuições de Gramsci relativas à hegemonia como “reforma intelectual e moral” e à necessária elevação cultural das massas na construção de processos emancipatórios. Nesse sentido, as iniciativas de “rupturas moleculares”, conforme indicadas por Gramsci, poderiam contribuir para o estabelecimento de novos patamares civilizatórios. Aqui a autora refere-se à esfera da cultura e ao processo educativo na elaboração do senso comum com vistas à superação da dominação imposta pela classe burguesa. A emancipação humana, como sugere a autora, além da superação dos modos de exploração no campo do trabalho, implica igualmente na edificação de uma sociedade radicalmente democrática.

Destaca-se a função pedagógica do Serviço Social, conforme analisa o texto de Marina Abreu (2004), enfatizando as contribuições profissionais no campo da formação cultural. A autora é objetiva ao afirmar que o projeto profissional vinculado às lutas sociais “[...] apresenta-se diversificado em relação ao horizonte societário, [...] refletindo tendências e estratégias de construção de alternativas à sociedade capitalista” (ABREU, 2004, p. 44). Partindo da premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma

relação pedagógica”, a autora inscreve a ação profissional na transformação cultural das classes subalternas quando vincula as ações pedagógicas à luta pela hegemonia.

Referenciando-se nos estudos gramscianos, Abreu (2004) assinala que a hegemonia de uma classe social se desenvolve no âmbito das resistências e lutas que são capazes de empreender, o que somente será possível por meio de uma ampla “reforma intelectual e moral” que “[...] só pode ser pensada como parte da totalidade dos processos revolucionários de transformação estrutural e superestrutural [...]” (ABREU, 2004, p. 46). Em outras palavras, para a transformação da sociedade é necessário considerar todas as dimensões: política, social, cultural, econômica, ideológica e de valores. É diante desse quadro que a função pedagógica do Serviço Social se instituiu no sentido de criar estratégias educativas que podem subalternizar as classes ou podem elaborar elementos emancipatórios, como “pedagogia da ajuda” ou como “pedagogia emancipatória”.

No atual contexto de transformações societárias, Abreu (2004) enfatiza os impactos da reestruturação capitalista nas relações sociais e de produção, destacando que a estratégia do capital é estabelecer um “novo conformismo” através de formas de passivização que tornem harmoniosas as relações entre as classes sociais. Para a autora, o consenso formado no âmbito das classes subalternas caracteriza-se pelo processo de cooperação do trabalhador que, em tempos de ofensiva neoliberal, tende a defender seus interesses econômico-corporativos, dado que ainda não se identifica como “classe para si”, o que estimula o processo de conformismo social. No entendimento da autora, o “[...] novo conformismo social imposto pelo interesse da acumulação do capital visa também a neutralização de suas lutas de caráter emancipatório, lutas essas centradas na formação de uma vontade coletiva nacional-popular” (ABREU, 2004, p. 61).

Portanto, cabe ao Serviço Social posicionar-se diante do quadro político, econômico e cultural, assumindo uma direção social que se vincule efetivamente aos preceitos emancipatórios do projeto profissional, mas a autora salienta que a profissão sofre inflexões provenientes do espaço sócio-ocupacional que ocupa, do perfil do profissional, das demandas que se complexificam, das mediações que é capaz de operar e ainda das condições objetivas e subjetivas de sua atuação, questões que interferem diretamente no perfil pedagógico da profissão. Nesse viés, Abreu (2004) indica que o perfil pedagógico da profissão tende a sofrer incidência do campo ao qual está vinculado (âmbito estatal, ou movimentos sociais), mas que, fundamentado no

projeto profissional, precisa instituir estratégias de superação dessas condições, propiciando iniciativas coletivas de mobilização, organização e participação social com vistas à construção da hegemonia da classe subalterna.

Seguindo com a reflexão sobre a hegemonia e o projeto profissional, outro texto identificado na pesquisa foi o de Edelweiss Oliveira (2004), que tem como fio condutor as categorias da hegemonia, intelectuais, relações de força e aparelhos privados de hegemonia. A partir da análise de uma realidade específica⁴⁷, a autora do artigo analisa, à luz do referencial gramsciano, os embates relativos à disputa da direção social do curso de Serviço Social. Por meio de sua pesquisa, identificou como os aparelhos privados de hegemonia, a exemplo do Serviço Social do Comércio - SESC e do Serviço Social da Indústria - SESI forneceram as bases ideológicas, em grande parte do país, na direção social da profissão voltada aos interesses burgueses.

Nesse processo, Oliveira (2004) enfatiza o papel dos intelectuais na construção da hegemonia, posto que, para Gramsci, estes exercem funções específicas na formação da cultura e na disseminação da ideologia. A concepção inovadora da categoria intelectuais, trazida por Gramsci, indica que, “[...] na exata medida em que todos os homens são filósofos, ou seja, possuem uma concepção do mundo que se expressa na linguagem, no senso comum etc., todos são também intelectuais” (COUTINHO, 2011b, p. 29). Gramsci entende por intelectual todo aquele que contribui para o processo educativo, na formação e na organização das condições necessárias para uma nova hegemonia. O intelectual está em todo lugar, é composto por toda a massa social que exerce uma função de organização em sentido amplo, não se restringindo aos intelectuais que são denominados tradicionalmente como aqueles associados ao “conhecimento científico”.

As indicações de Coutinho (2011b, p. 30) são fundamentais ao apontarem que Gramsci salvaguarda distinções nesse campo ao singularizar: “[...] o ‘grande intelectual’, [como] aquele que cria novas concepções do mundo, e a massa dos demais intelectuais, [como os] que difundem tais concepções [...]”, uma vez que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]” (GRAMSCI, 2010, p. 18). O pensador sardo define funções para os diferentes tipos de intelectuais ao indicar a distinção

⁴⁷ O estudo de Oliveira (2004) refere-se ao processo de formação do curso de Serviço Social no Pará e às disputas ocorridas para sua direção.

entre intelectuais orgânicos, nascidos no mundo da produção, “[...] gerados diretamente por uma classe e servem para lhe dar consciência e promover hegemonia”, e “intelectuais tradicionais”, herdados de formações sociais anteriores ao capitalismo (COUTINHO, 2011b, p. 30).

De acordo com Portelli (2002, p. 105), “[...] os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes: Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-las”. Nesse sentido, contribuem diretamente para a criação das condições subjetivas da revolução, dado que Gramsci não acredita no amadurecimento espontâneo das massas e das condições objetivas necessárias à transformação. E para tal, a criação de uma nova cultura, viabilizadora da superação do senso comum, torna-se indispensável na transformação da espontaneidade em direção consciente.

Para melhor entendimento, Gramsci (2011a, p. 114) indica o senso comum como uma “[...] concepção desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões, das quais ela é filosofia”. No senso comum destacam-se os elementos imediatos, os elementos que vêm da religião e do folclore, que podem ser transformados em bom senso pela filosofia e, portanto, pelo trabalho dos intelectuais.

A superação do senso comum ocorre, na visão de Gramsci (2011a, p.103), “[...] através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente uma elaboração superior da própria concepção do real”. É nesse processo que se constrói, segundo Gramsci (2011a), a vontade coletiva nacional-popular, sendo esta a síntese das vontades particulares em vontades universais. As condições para tal “[...] devem ser buscadas na existência de grupos sociais urbanos [...] que tenham alcançado determinado nível de cultura histórico-política e também nas massas camponesas” (GRAMSCI, 2011b, p. 18) e, contemporaneamente, em todos os sujeitos políticos do campo e da cidade que lutam e mantêm em seu horizonte valores e interesses comuns.

As discussões e produções do Serviço Social apontam ainda para o significado e a utilização do termo “ético-político” de inspiração gramsciana e sua abordagem no âmbito do projeto ético-político profissional. Corretamente, Samya Ramos (2002) esclarece que em Gramsci tal categoria está vinculada a um projeto de sociedade quando

se superam os interesses individuais e corporativos; trata-se da passagem da esfera da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, chegando-se ao momento ético-político. Nessa direção, destacam-se as importantes indicações acerca da compreensão do momento ético-político que “[...] não pode ser transposta mecanicamente para uma profissão [...]”, pois esta “[...] não pode ser responsável pela construção de uma hegemonia capaz de articular as forças de toda a sociedade” (RAMOS, 2002, p. 04), sendo as categorias profissionais apenas participantes desse processo.

A autora, refletindo sobre a dimensão ético-política, destaca que os projetos profissionais apresentam particularidades que os diferenciam dos projetos societários, mas não deixam de se articular a eles considerando que está implícita, nos projetos profissionais, a direção de uma determinada hegemonia. Nessa direção, Ramos (2002, p. 4) indica que “[...] o termo ético-político profissional expressa a necessidade dos assistentes sociais de construírem mediações éticas e políticas, [...] que possibilitem a materialização de uma direção social voltada para a emancipação humana”. A autora, inspirada no pensamento gramsciano, salienta que a dimensão política situa-se nas relações sociais, atravessada pelas opções políticas subjetivas, mas também pelas disputas, correlações de forças e alianças (RAMOS, 2002). Destaca ainda que a dimensão política “[...] atravessa todas as esferas do ser social, tonando-se sinônimo de ‘catarse’, processo pelo qual certa classe se eleva a uma dimensão universal ao superar seus interesses econômicos corporativos” (RAMOS, 2002, p. 87). A autora considera que a construção de projetos coletivos implica necessariamente na presença da política, através da qual se elaboram as estratégias e se estabelece a direção a ser seguida.

Em suas reflexões, enfatiza que todo projeto coletivo nasce de decisões que são feitas a partir de escolhas “axiológicas”, o que significa, para Ramos (2002), que na construção de um projeto coletivo está implícita a dimensão ética. O momento ético-político significa, em síntese, a construção de uma nova “*civiltà*”, uma verdadeira “reforma intelectual e moral” e superior de civilização moderna. Nos textos analisados, pode-se identificar a presença do pensamento e das categorias gramscianas e suas mediações com projetos societários, os quais incidem na construção dos projetos profissionais. A identidade do projeto profissional emerge no âmbito das disputas de interesses das classes sociais antagônicas existentes no modo de produção capitalista em que se situa o Serviço Social. Assim, por serem determinados por uma sociedade classista em que se expressam as contradições

econômicas, sociais, políticas e culturais os projetos profissionais apresentam uma dimensão política. Portanto, “[...] o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político-profissional” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 188). A mediação do projeto ético-político profissional com projetos societários determina as ações e o posicionamento dos profissionais elaborado por uma direção social que se imprime ao Serviço Social e não resta “[...] dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 189). E nessa perspectiva o exercício profissional situa-se na mediação das demandas e necessidades das classes subalternas com vistas a instituir ações que viabilizem proteção social, direitos e ampliem a cidadania, para tanto, orientados e subsidiados na compreensão teórica e prática da busca por uma nova hegemonia, dado que o “[...] projeto ético-político *profissional* se efetiva integralmente na realidade” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.192, *grifo nosso*).

Nesse viés, a discussão da hegemonia vincula-se aos processos instituídos pelas classes sociais na construção de seus valores, de sua ideologia e de sua cultura. Portanto, a esfera cultural, o processo de elevação cultural das massas (ABREU, 2004), ou seja, a batalha das ideias é constitutiva dos embates e das lutas em torno de projetos de transformação societária.

Outro bloco de produções analisadas na pesquisa aborda o tema da hegemonia e os movimentos sociais, destacando-se seis (06) textos que discorrem sobre os processos de organização coletiva e apontam os desafios postos na conjuntura atual para a construção de uma contra-hegemonia.

Vinculado à discussão dos movimentos sociais, o texto de Maria Lucia Duriguetto (2008) trata das lutas sociais diante das ofensivas do capital, “[...] expressas nos ataques ao mundo do trabalho e nas contrarreformas estatais [...]” (DURIGUETTO, 2008, p. 45). A reflexão sobre os movimentos sociais não se desvincula da concepção de Estado e sociedade civil e do papel que Gramsci conferiu a esta esfera como um campo que “[...] tem profunda relação com as condições históricas nas quais emergiram e se desenvolveram os processos de socialização da política [...]” (DURIGUETTO, 2008, p. 46). Afirma a autora que a sociedade civil, muito mais do que ser um campo de construção de vontades coletivas, consensos e dominação, é também um espaço de disputa e conflitos de interesses entre as classes sociais que buscam instituir sua hegemonia.

Duriguetto (2008), ao abordar a categoria hegemonia, refere-se “[...] tanto ao processo em que uma classe torna-se dirigente quanto à direção que uma classe no poder exerce sobre o conjunto da sociedade” (DURIGUETTO, 2008, p.47). Dessa forma, para a autora, a hegemonia indica a direção e o consenso ideopolítico que um grupo obtém de seus aliados, ou seja, a capacidade de “[...] constituir-se como classe hegemônica significa construir e organizar interesses comuns” (DURIGUETTO, 2008, p. 47), o que requer, conforme exposto por Gramsci, a superação dos interesses particulares e “egoístico-passionais”.

Ao analisar as transformações societárias vividas nas últimas décadas, Duriguetto (2008) detém-se na reestruturação produtiva e em sua incidência direta nas relações sociais e produtivas, criando mecanismos de hegemonia do capital a partir da precarização das formas de trabalho e da superexploração a que foi condicionado o trabalhador. Este quadro abarca também as relações de poder e de mundialização da economia, que passou a ser centralizada pelo bloco imperial mundial, formado por “[...] grupos transnacionais, articulados às instituições financeiras, que passam a exercer o comando da acumulação” (DURIGUETTO, 2008, p. 51), o que demarca uma nova fase do capital mundial.

Além das mudanças na esfera da economia, a autora adentra nas formas de criação de consensos através da chamada “cultura da crise”, que envolve a disseminação de modos de pensar e de consentimento das classes subalternas em relação aos ajustes neoliberais. Analisando a realidade brasileira, Duriguetto (2008) salienta as implicações desse ideário para as políticas e os direitos sociais. A “cultura da crise” atingiu diretamente as organizações sindicais, que passaram a ter um posicionamento voltado à negociação e não mais ao enfrentamento de projetos classistas. Nesse processo de transformações das lutas em consensos que visam à negociação para garantir os direitos conquistados, inspirada por Gramsci, a autora sinaliza que ocorreu, no Brasil, um verdadeiro processo de “transformismo” em que lideranças e movimentos sociais inteiros se coadunaram ao ideário ideopolítico de seus adversários.

Duriguetto (2008) enfatiza o transformismo como uma forma específica de cooptação e controle sobre os movimentos sociais, e nessa perspectiva, destaca que, nas últimas duas décadas, ocorreram fortes movimentos de desmobilização das lutas pelas novas configurações do capitalismo e do Estado, registrando uma forte tendência de cooptação dos movimentos sociais, o que tem fragilizado as lutas sociais.

A propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália, no âmbito do *Risorgimento*, Gramsci (2010, p. 95) explica que o “[...] transformismo traz à luz o contraste entre civilização, ideologia e a força de classe.” Para o pensador sardo,

[...] o transformismo é caracterizado pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, [...] com a absorção gradual, mas contínua, e obtida por métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários [...]. (GRAMSCI, 2011c, p. 63.)

Assim, para compreender o transformismo, Gramsci (2011c, p. 286) apresenta, a partir da história italiana, dois períodos de transformismo:

[...] o primeiro de 1860 a 1900, transformismo molecular, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à classe política conservadora e moderada. O segundo, a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.

E prossegue o pensador sardo: “[...] o chamado ‘transformismo’ é tão-somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (GRAMSCI, 2011c, p. 286).

É exatamente esse movimento de absorção, tanto de aliados quanto de opositores, que se dissemina no Brasil na década de 1990 e prossegue nas décadas posteriores. Nesse sentido, no entendimento de Coutinho (2012, p. 205), o transformismo no Brasil pautou-se no “[...] transformismo molecular, [...] através da assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas”. O “transformismo molecular” amplia-se com a incorporação, pelo bloco do poder, de alguns políticos da oposição e, em especial, com a cooptação de movimentos sociais inteiros, propiciando um Estado cada vez mais protagonista das mudanças levadas a cabo pela reestruturação produtiva, pela contrarreforma do Estado, as quais configuram o modelo neoliberal no capitalismo tardio.

Nesse contexto, os movimentos sociais são chamados a contribuir nas demandas imediatas das classes subalternas, despolitizando as políticas sociais e os próprios movimentos, fortalecendo a lógica

mercantilista e o espírito de colaboração e busca de consensos (DURIGUETTO, 2008). No entanto, a autora destaca que, mesmo vivenciando tempos de fortes retrocessos, existem experiências no campo sindical e dos movimentos sociais que permanecem no enfrentamento “[...] com programáticas ideopolíticas classistas” (DURIGUETTO, 2008, p. 62). Nessa perspectiva, ela indica que se faz necessário fortalecer a consciência de classe e a articulação das lutas sindicais com os movimentos sociais a fim de ampliar ações conjuntas em sentido classista. Assim, o grande desafio posto ao projeto socialista “[...] é estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as diversas lutas, [...] a projetos de contra-hegemonia” (DURIGUETTO, 2008, p. 63), com a finalidade de instituir propostas voltadas à transformação da sociedade, o que requer mobilização, organização e participação coletiva.

Tal situação imprime aos movimentos sociais a necessidade de reorganizar a luta social, passando primeiro pela reconstituição do sentimento de pertencimento social vinculado à classe trabalhadora, superando a situação histórica de opressão e exploração a que estão submetidos e a subalternidade à classe burguesa. Para a autora, é fundamental que os movimentos sociais reassumam o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, reafirmando seu caráter de luta e classista na busca da articulação de alianças que permitam a construção de um projeto contra-hegemônico da classe subalterna.

Na mesma linha reflexiva, o texto de Evelyne Pereira (2012) resgata o potencial organizativo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST em tempos de “[...] reconfiguração da relação entre Estado e sociedade civil pautada pela ‘parceria’ e pelo consenso” (PEREIRA, 2012, p. 52). Inspirada pelo pensamento de Gramsci, a autora enfatiza que, na esperança de alcançar a sua finalidade, o capital, a partir de amplas alianças, aposta nos mecanismos ideopolíticos que possam promover a adesão e o consentimento das classes ao seu projeto societário, escamoteando a realidade de pobreza e exploração à qual a classe subalterna é submetida. O discurso da burguesia na busca de sua hegemonia pauta-se na “cooperação”, no “associativismo” e na “solidariedade”, com vistas à “harmonização social” perpassando “[...] desde a cogestão empresarial a cooperativas profissionais” (PEREIRA, 2012, p. 56). Na opinião da autora, contrariamente ao proposto por Gramsci, a sociedade civil vem se tornando o lugar da cooperação, visto que se situa na visão neoliberal apartada do Estado, supostamente sendo uma esfera que tem autonomia e capacidade de criar consensos no

intuito de consolidar uma determinada direção social, política e econômica. A sociedade civil, impregnada de um “voluntarismo filantrópico” e no apelo à colaboração, tem o único “[...] propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem vigente [...]” (PEREIRA, 2012, p. 56), neutralizando os conflitos e dissimulando os antagonismos de classe. No contraponto, as classes subalternas também reivindicam ações de cooperativismo com o intuito de enfrentar as expressões da questão social, o que se configura na criação de iniciativas de cooperativas de produção, passando por comercialização e até fábricas recuperadas (PEREIRA, 2012). Para entender o mecanismo de cooperação no âmbito das propostas da esquerda, a autora enfatiza que se trata de uma estratégia para disputa e enfrentamento de correlações de força visando à superação da ordem vigente. Destaca que, mesmo que as cooperativas sejam um espaço contraditório ou “[...] híbrido, de pequenos ramos do tronco capitalista [...]” (PEREIRA, 2012, p. 59), tornam-se espaços capazes de criar posicionamentos políticos para a construção de uma nova hegemonia. No entanto, a esfera produtiva capitalista absorve as relações cooperativas, tornando-as um processo de reprodução do capital e consolidando a hegemonia burguesa. Sob a chave analítica gramsciana, Pereira (2012) salienta que o conceito de hegemonia, em Gramsci, destaca a capacidade da classe dominante de obter e manter o controle das classes sociais com a promoção do consenso, o que se materializa no plano econômico, político e cultural e, de certa forma, ocorre também no âmbito das cooperativas com a intensificação da alienação, mas de outra parte, tais ações podem igualmente desencadear possíveis transformações, derivadas do campo contraditório em que se constitui o trabalho coletivo.

Relata Pereira (2012) que nos anos 1990, com a implementação do neoliberalismo, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST passou a sofrer retrocessos e nem a eleição do governo popular do Partido dos Trabalhadores - PT garantiu as reformas de base necessárias, fazendo com que o movimento se voltasse à implementar um desenvolvimento humanista e socialista, organizando os trabalhadores para produzir, mas também para lutar e criar estratégias de resistência ao capital. Por fim, diante da ofensiva neoliberal, a autora salienta que atualmente, o agronegócio tenciona, sobretudo, o pequeno produtor, e alastra-se com um poder inigualável. De outra parte, ela destaca que as experiências de cooperativismo dentro do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST têm se transformado no esteio de suas lutas na conformação de uma nova hegemonia.

Ainda refletindo sobre o papel de resistência e da luta do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, destacam-se as elaborações de Adriana Eleutério e Zélia Silva (2002), que analisam a relação entre o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST e os trabalhadores na qualidade de aliados e opositores do movimento. As autoras, detendo-se na questão agrária brasileira, são contundentes em afirmar que o país nunca instituiu uma política agrária voltada aos interesses das classes subalternas. Ao contrário, todas as ações resultam no fortalecimento do grande capital rural. Assim, não resta outra via de luta e resistência para as classes subalternas, posto que “[...] a luta pela terra no Brasil revela o processo de exploração, opressão, violência de direitos que vem sofrendo os trabalhadores rurais” (ELEUTÉRIO; SILVA, 2002, p. 02). O processo de construção de hegemonia requer a instituição de alianças, fortalecendo a luta e as disputas no âmbito da sociedade civil. Fundamentadas no pensamento gramsciano, as autoras assinalam que somente pela organização coletiva das classes subalternas, com o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional, e por meio de uma “reforma intelectual e moral” é que se estabelecem as condições capazes de construir uma contra-hegemonia.

Nas elaborações de Duriguetto (2008), Pereira (2012) e Eleutério e Silva (2002), salienta-se a necessidade de organização coletiva no enfrentamento à hegemonia da classe dominante, que só emerge no âmbito da sociedade civil organizada quando se forma a consciência política voltada à formação de uma vontade coletiva, sendo fundamentais as alianças de classe. Dessa forma, “[...] realizar a aliança entre trabalhadores rurais e urbanos exige o despertar de um sentimento de pertencer a uma mesma classe social, explorada e oprimida pelo capital [...]” (ELEUTÉRIO; SILVA, 2002, p. 04). Todavia, os conflitos “intraclases” tornam-se grandes obstáculos às lutas, reforçando a hegemonia burguesa e desmobilizando as classes subalternas.

Nesse veio reflexivo, o texto de Silene Freire (2012) tem por finalidade apresentar aportes fundamentais para o debate sobre o processo de criminalização dos movimentos sociais que, associados aos “conflitos intraclases”, podem se tornar obstáculos contundentes à afirmação de projetos das classes subalternas. Assim como Duriguetto (2008), Pereira (2012) e Eleutério e Silva (2002), Freire (2012) destaca que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, na atualidade, é o mais importante movimento social, que mantém sua característica classista e de luta por uma nova sociabilidade. Dada a sua relevância em termos de organização das classes subalternas e das estratégias de enfrentamento, o capital fundiário, aliado aos poderes judiciário,

executivo e legislativo, tem promovido, por intermédio da mídia, um verdadeiro processo de criminalização. Freire (2012) assinala que, nos dias atuais, a criminalização dos movimentos sociais “[...] tem profunda conexão no Brasil, com a construção de noção de ‘classes perigosas’ associada à pobreza” (FREIRE, 2012, p. 03). É no âmbito da hegemonia burguesa que se evidencia a construção do “mito das classes perigosas”, o que tem por viés promover os processos de criminalização dos mais empobrecidos. Destaca a autora que o papel da mídia nesse processo de criminalização dos movimentos sociais tem sido essencial, por reproduzir “códigos ideológicos” da burguesia (FREIRE, 2012), visto que se trata de propriedades privadas exprimindo uma alienação social.

Não escapa à autora a percepção de que o grande capital vem instituindo um processo de adaptação do conjunto da sociedade. E a construção de um processo contra-hegemônico passa, necessariamente, pela relação entre a hegemonia e a sociedade civil que, por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”, conforme identificado por Gramsci, torna-se espaço de luta e resistência capaz de estabelecer novos parâmetros para a formulação de propostas relacionadas à “grande política” (FREIRE, 2012, p. 07).

Na articulação dos movimentos sociais com as formulações eticopolíticas que instituem novas relações, destaca-se a concepção das práticas educativas desenvolvidas pelos sindicatos como estratégia de enfrentamento à ofensiva neoliberal. Nessa perspectiva, o texto de Rosana Oliveira (2010) enfatiza a construção da hegemonia no âmbito sindical, salientando as práticas educativas como mecanismos de fortalecimento das lutas das classes subalternas. Nessa linha argumentativa, a autora, assim como Duriguetto (2008), pautada em Gramsci, aponta que a construção de uma nova hegemonia se caracteriza pelo consenso, pela direção política e pela direção cultural (OLIVEIRA, 2010). Portanto, as práticas educativas a que ela se refere tomam como ponto de partida a compreensão da necessidade do conhecimento da instituição de relações pedagógicas críticas, com vistas à superação da alienação, oportunizando que as classes subalternas se reconheçam nesse processo e assumam a direção política de suas lutas. Os textos de Oliveira (2010) e Sueli Nascimento (2004) apresentam um mesmo fio condutor: a análise das relações entre os movimentos sociais, seja o sindicato, seja a associação de moradores, e as ações que buscam fortalecer a construção de uma nova hegemonia. Nesse processo, todas as táticas de luta têm um peso significativo, dessa forma, tanto as práticas educativas quanto as gestões participativas que evoluem a

presença das classes subalternas podem significar uma nova direção política e cultural do movimento social.

Analisando o texto de Nascimento (2004), depreende-se que a ofensiva neoliberal tem fragilizado tanto as políticas sociais quanto as organizações coletivas e os movimentos sociais classistas, especialmente quando são chamados a compor, junto com a esfera estatal, o quadro executivo das políticas, dos programas e serviços sociais.

Nesse sentido, se faz necessário propor algumas reflexões sobre o processo sócio-histórico dos movimentos sociais e a relação com o Serviço Social, a fim de compreender as análises de Duriguetto (2008), Pereira (2012), Eleutério e Silva (2002), Freire (2012), Oliveira (2010) e Nascimento (2004).

A partir da década de 1980, surgem os movimentos sociais de caráter classista, impulsionadores do movimento de redemocratização do país, realçando demandas pelos direitos das mulheres, dos negros, e das minorias. Nesse período, as lutas sociais se adensaram e sua expressão pode ser constatada com o processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Com efeito, pensar a relação do Serviço Social com os movimentos sociais implica compreender sua inserção no movimento da realidade social. De acordo com Lopes (1999), a relação entre o Serviço Social brasileiro e os movimentos sociais tornou-se explícita na década de 1980, sob a influência do “Congresso da Virada”. A expansão dos movimentos sociais nessa década e a própria constituição sócio-histórica da profissão confluem para uma relação de proximidade.

No primeiro momento, a relação instituída entre o Serviço Social e os movimentos sociais apresentava uma perspectiva de trabalho para o assistente social no campo da mobilização e do estímulo à organização, de modo a contribuir para a viabilização de projetos fundamentados nos interesses das classes subalternas, situação que foi se transformando ao longo dos anos, resultado do movimento da profissão e da realidade social.

Na metade da década de 1990, com a implementação do modelo político-ideológico neoliberal, os movimentos sociais passam por um acentuado retrocesso, principalmente pelo desmonte da organização sindical, promovido pela reestruturação produtiva. No final dessa mesma década, a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais arrefeceu diante das políticas do capitalismo sob o preceito neoliberal e, ainda que contraditoriamente, nesse mesmo período consolidou-se a discussão em torno do projeto ético-político profissional. A ofensiva

neoliberal segue na direção de submeter a sociedade civil à lógica do capital, à despolitização e à fragmentação de suas demandas e suas lutas, para focar na defesa dos interesses meramente econômico-corporativos e setoriais, rebatendo significativamente nos movimentos sociais. Nesse sentido, os anos 1990 assinalaram uma correlação de forças desfavorável aos movimentos sociais e à classe subalterna, especialmente com o avanço dos programas neoliberais e as persistentes iniciativas de destruição dos direitos sociais. Foi nessa década que a “participação” ganhou dimensões de garantia de direitos sociais e de cidadania, pois se preconizava a participação na elaboração, definição e gestão das políticas sociais, contudo, na realidade, a participação passou por um processo de instrumentalização, quando o Estado repassou à sociedade civil a responsabilidade pela gestão das políticas sociais e promoveu uma harmonização das relações entre Estado e sociedade civil. É no contexto de recuo dos direitos e das conquistas sociais, diante do modelo ideopolítico neoliberal, que se reforça um movimento de criminalização da questão social, o que pode ser caracterizado pelo amplo processo de criminalização dos movimentos sociais. Esta criminalização não é um fenômeno novo, renova-se a cada fase do desenvolvimento sócio-histórico brasileiro, mantendo profunda conexão com a construção da noção de classes subversivas que em grande parte estão associadas à pobreza.

Por outro lado, a sociedade civil não é vista como esfera da elaboração de novas ideologias e criação de uma renovada cultura, pelo contrário, é a esfera de perpetuação dos valores, da ideologia e da moral burguesa, torna-se parceira, é homogeneizada, envolvida nas ações estatais, o que, de certa forma, confere legitimidade às reformas e aos ajustes requeridos pela ofensiva neoliberal. Assim é que se aprofunda o processo de esvaziamento do conteúdo classista da sociedade civil e como resultado, as diversas organizações coletivas e os movimentos sociais apresentam um debate genérico sobre a participação popular, a democracia e a cidadania.

Manifestando-se sobre o tema, Nogueira (2003, p. 218) assim se expressa:

Com a força adquirida pelo projeto neoliberal e com o aprisionamento dos Estados nacionais (e de seus governos) na jaula da globalização, o modo predominante de produção de consenso acabou por travar a formação e o desenvolvimento de formas mais politizadas de consciência, em benefício de formas econômico-corporativas ou

de atitudes mentais mais imediatamente consumistas, individualistas, medíocres, indiferentes à vida comum.

Destaca-se uma gama plural de movimentos e organizações sociais que também se vinculam às diferentes concepções de sociedade civil, são expressão de seu processo sócio-histórico de construção e de suas finalidades. Portanto, nesse contexto, o desafio é buscar a materialização da concepção de sociedade civil nos termos gramscianos, porque, preenhe da ideia de revolução, é uma via possível de transformação da sociabilidade em que se vive, levando em conta que, para Gramsci (2011b, p. 225), a sociedade civil é entendida “[...] no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. E justamente por isso, diz Nogueira (2003, p. 223), “[...] trata-se de um espaço dedicado a promover a articulação e a unificação dos interesses, a politizar ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrenciais”.

Como no âmbito das políticas sociais e nos movimentos sociais, a ofensiva neoliberal fragiliza as lutas sociais, e do mesmo modo o controle social também tem sofrido importantes inflexões, visto que esses espaços têm se transformado em arenas de passivação e harmonização dos conflitos entre as classes antagônicas.

Dessa forma, a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, atenta a essa situação, tem elaborado importantes reflexões acerca dos processos de construção de hegemonia em diferentes espaços da sociedade civil, incluindo os conselhos de gestão das políticas públicas. As análises sobre o controle social e a disputa da hegemonia abarcam seis (06) artigos que se relacionam aos conselhos de assistência social, de saúde e dos direitos da criança e do adolescente.

Os textos de Jucimeri Silveira (2002) e de Rosângela Pezoti (2004) enfatizam que os espaços de controle social criados a partir da Constituição Federal de 1988 e pautados nas diretrizes de descentralização político-administrativa, inicialmente, foram uma conquista para a ampliação da participação popular nas deliberações acerca das políticas públicas. No entanto, seu processo histórico desvelou a característica da formação política e cultural do Brasil, arraigada no “modelo tradicional de dominação patrimonialista” (FAVARO, 2010, p. 02), configurando práticas de autoritarismo, corporativismo, assistencialismo, clientelismo, populismo e concentração de poder (CAVALCANTE, 2008, NEVES, 2010, FAVARO, 2010, FREIRE, 2010), sobressaindo propostas de interesses particulares em detrimento do interesse coletivo. Nesse sentido, o texto

de Lucia Freire (2010) salienta que existe na esfera macrossocietária e no âmbito institucional “[...] um retrocesso que reforça a manutenção de relações sociais patrimonialistas e de gestão autoritária, com disputa de poder e bloqueios ao exercício democrático de controle social pela população trabalhadora [...]” (FREIRE, 2010, p. 305).

A concepção do controle social realçada nos textos evidencia um campo de disputas pelo poder sobre as políticas públicas (PEZOTI, 2004), assim como na construção da hegemonia da classe subalterna (CAVALCANTE, 2008). Dessa forma, a sociedade civil busca construir uma política que expresse a vontade coletiva (PEZOTI, 2004, FAVARO, 2010), influenciando nos processos de decisão, dado que os conselhos gestores são canais “[...] de participação na gestão pública e na divisão de poderes” (SILVEIRA, 2002, p. 08).

Portanto, as produções analisadas indicam que o campo do controle social é permeado pela disputa da hegemonia das classes antagônicas na direção política das ações dos conselhos gestores (CAVALCANTE, 2008). Destarte, no intuito de estabelecer a hegemonia da classe subalterna nesses espaços, de acordo com Silveira (2002), é necessário romper com a subalternidade teórica para defender posicionamentos políticos vinculados aos interesses coletivos. E para lograr êxito nesse processo, aposta-se na ampliação da dimensão educativa, em especial, no âmbito da sociedade civil, a fim de promover seu fortalecimento para a superação das condições de subalternidade, o que demanda um amplo trabalho de base, mobilização e organização coletiva (FAVARO, 2010). Desse modo, compreende-se que a hegemonia expressa a capacidade de “direção intelectual e moral” na relação com a cultura, permeada por correlações de força, pressupondo a superação da condição de subalternidade dos grupos sociais (CAVALCANTE, 2008).

Nessa direção, os textos tematizam a relevância do processo de construção da hegemonia voltada aos interesses das classes subalternas, o qual exige contínuos embates e encontros de acordo com as exigências históricas e políticas (PEZOTI, 2004). Os textos contribuem na problematização dos espaços de controle social e no reconhecimento das possibilidades de transformação das relações entre Estado e sociedade civil. Ou seja, aposta-se na construção de um processo planejado, contínuo, que dispute uma nova direção política no âmbito do controle social (PEZOTI, 2004, FAVARO, 2010).

Entretanto, como bem observa Silveira (2002), os conselhos tendem a reproduzir ações que garantam programas tradicionais sem propor projetos inovadores, o que, por certo, choca-se com os interesses

coletivos que deveriam perpassar a esfera da sociedade civil. Nos textos pesquisados ficam evidentes os desafios postos à democratização do controle social, haja vista que os conselhos de gestão de políticas públicas tornaram-se institucionalizados, e isto, de certa forma, significa a direção do Estado estrito senso sobre a sociedade civil.

Depreende-se, dos textos analisados, que os interesses corporativos se sobressaem na esfera conselhistas, afrontando os princípios democráticos que deveriam orientá-los (NEVES, 2010). Destaca-se que os representantes da sociedade civil pouco representam os interesses coletivos dos usuários das políticas, limitando-se aos interesses pontuais e restritos a pequenos grupos sociais. As práticas carecem de transparência e publicização, priorizando os processos burocráticos (FAVARO, 2010, NEVES, 2010). Configuram-se práticas em que a participação não ultrapassa a capacidade de legitimação das ações estatais, revelando uma relação entre sociedade civil e Estado, pautada no “direito à consulta” (PEZOTI, 2004). Por fim, desvelam-se dificuldades colocadas ao controle social na partilha do poder de decisão, na baixíssima transparência com os gastos públicos e, de outra parte, a sociedade civil conselhistas está mais interessada em garantir acesso aos recursos públicos, não priorizando o seu real papel propositivo e fiscalizador das políticas sociais (NEVES, 2010, PEZOTI, 2004).

Contudo, não escapa aos autores analisados o potencial que têm os espaços de controle social, especialmente para a ampliação dos processos democráticos e de fortalecimento da participação da sociedade civil. Nesse sentido, os conselhos são espaços que podem ultrapassar visões corporativistas para atuar com perspectivas coletivas vinculadas aos interesses coletivos, priorizando a interferência da sociedade civil nas ações estatais (CAVALCANTE, 2008). Também se enfatiza que a participação da sociedade civil nos espaços de controle social amplia as decisões sobre o Estado e possibilita a construção de uma nova “direção político-ideológica” (NEVES, 2010, p. 03). Assim é que, para Pezoti (2004), o fortalecimento da sociedade civil abre possibilidades na instituição de novas estratégias voltadas à democratização dos espaços de participação popular.

Vale ressaltar, contudo, que os espaços democráticos de participação, a exemplo da esfera conselhistas, representam uma “extensão da *democratização*”, envolvendo as camadas subalternas, podendo “[...] engendrar o exercício de um *aprendizado* e uma *prática política* absolutamente imprescindíveis para que seus sujeitos enfrentem a *grande política* [...]”, necessitando, para tal, de articulação com “[...]”

instâncias de universalização e totalização da vontade política” (NETTO, 2004b, p.78). E isso remete a um longo período de maturação, na qualificação da participação, da direção e na politização das ações políticas para além das suas aparências (FREIRE, 2010).

São relevantes as considerações acerca da funcionalidade das políticas sociais para a hegemonia do capital, uma vez que não se prendem a visões messiânicas ou mesmo fatalistas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991), mas desvelam estratégias e uma sustentação categorial capaz de expressar uma leitura crítica da realidade social. Os textos de Motta (2008) e Silveira e Leite (2010) denotam questões contemporâneas que incidem diretamente no Serviço Social, visto que a atuação profissional se desenvolve, por excelência, no âmbito das políticas sociais. O que se depreende é que as elaborações teóricas analisadas têm como base a leitura da realidade, suas expressões contemporâneas e sua relação com o fazer profissional. A interlocução com um vasto arsenal de categorias gramscianas enriquece e qualifica as análises, evidenciando posicionamentos ético-políticos fortalecedores dos interesses das classes subalternas.

Conforme indicado anteriormente, a construção da hegemonia, para Gramsci, está vinculada à formação da “vontade coletiva”. O seu caráter é sempre de classe, ou seja, compreende um processo de construção de uma nova racionalidade diversa da anterior. Nesse sentido, conforme aponta Duriguetto (2007), está implícita a concepção da “guerra de posição”, que envolve “[...] conquistas progressivas ou ‘processuais’ de espaços de direção político-ideológica e de formação de um consenso organizado e participativo no vasto campo da sociedade civil” (DURIGUETTO, 2007, p. 58-59), caminho para chegar à vontade coletiva nacional popular.

Diante disso, a autora afirma que a “[...] noção de hegemonia como ‘direção intelectual e moral’ assume relevância central na estratégia da ‘guerra de posição’ *dado que a* [...] hegemonia expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter dos grupos próximos aliados” (DURIGUETTO, 2007, p. 59. *grifo nosso*).

Assim, a construção de uma nova hegemonia tem por base a organização dos interesses comuns a partir da crise da hegemonia do grupo dirigente, portanto, tornar-se dirigente requer que o grupo social que se propõe a construir uma nova hegemonia seja capaz de unificar em torno de si as classes e os grupos sociais, formando uma nova direção ideopolítica através da construção de alianças e consensos, “[...]”

alargando e articulando seus interesses e necessidades na busca da superação dos seus limites corporativos” (DURIGUETTO, 2007, p. 60).

A esse respeito, Semeraro (2006, p. 55) assinala que é “[...] no conceito histórico-político de ‘hegemonia’, derivada de uma nova concepção de sociedade capaz de levar os trabalhadores a sair das posições reivindicatórias e defensivas e partir para estratégias propositivas e revolucionárias”. Para o autor, o conceito de hegemonia, nos termos gramscianos, coloca a possibilidade da luta, da superação do conformismo e do apassivamento, da passagem de “homens massa a homens coletivos” (GRAMSCI, 2011a).

A proposta de Gramsci na elaboração da hegemonia das classes subalternas é pensá-la pautada em uma prática democrática que tem por finalidade elevar as massas populares intelectual e moralmente, criando sujeitos capazes de se autogovernar.

Nessa lógica, afirma Semeraro (2006, p. 59):

A nova concepção de hegemonia se alimenta de uma contínua relação de conflito e de reciprocidade que os mais diversos grupos estabelecem democrática e pedagogicamente na sociedade civil visando o autogoverno e minando qualquer monopólio do poder, seja ele econômico, político ou militar, qualquer sistema heterônomo, coercitivo e autoritário.

Ao sinalizar a importância da organização coletiva e a necessidade do fortalecimento das alianças entre as classes subalternas para constituírem-se em protagonistas de sua hegemonia, Gramsci restaura a grandeza da força das lutas dos dominados e subalternizados, e o faz por meio da valorização e radicalização da democracia, contrário a qualquer modelo estamental, militar e autoritário de governo.

Gramsci assume, em seus estudos, a defesa da destruição da relação de poder fundada na superioridade da classe burguesa e repõe na cena política os interesses das classes subalternas que, pela mediação da ação política, da construção da vontade popular nacional, podem e devem instituir a contra-hegemonia superando a dualidade entre governantes e governados, consolidando a “sociedade regulada”, pautada no “autogoverno dos produtores”.

Entretanto, o pensador sardo tem consciência dos desafios postos às classes subalternas, principalmente porque observa claramente os elementos de espontaneidade e a complexidade de sua superação. Nisso consiste sua ideia da tomada de consciência e de construção de posicionamentos ético-políticos, que envolve “a compreensão crítica de

si mesmo”, obtida [...] “através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 2011a, p. 103). Portanto,

[...] o modo de ser dos subalternos, a sua psicologia, assim como sua concepção de mundo e o seu senso comum [...], *os quais para ele devem ser* estudados e elaborados ativamente, para transformá-los e educá-los [...] se querem tornar-se hegemônicos, devem, antes de mais nada, transformar a si mesmos [...] adquirindo consciência. (LIGUORI, 2011, p. 260, *grifo nosso.*)

Para Gramsci, a superação do senso comum é assegurada pela “política”, ou seja, pela superação dos elementos espontâneos que envolvem a relação “intelectuais-massa” tornando possível a elaboração da espontaneidade em “direção consciente”. Nas palavras de Gramsci (2011a, p.100):

[...] a organicidade do pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se os intelectuais tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social.

No campo dessa disputa por hegemonia, conforme aponta Gramsci, (2011b, p. 196) “[...] esta unidade de ‘espontaneidade’ e direção consciente’, ou seja, de ‘disciplina’, é exatamente a ação política real das classes subalternas como política de massas e não como simples aventura de grupos que invocam as massas”. É no movimento de coadunação entre os elementos espontâneos de organização e uma “direção consciente” que se consolidam as bases políticas para uma ação revolucionária de formação da contra-hegemonia da classe subalterna.

Daí referenciar-se nas ideias de Liguori (2011, p. 266), para quem,

[...] há um continuum entre ‘espontaneidade’ e ‘direção consciente’, entre movimento e partido. A única estrada é, portanto, aquela do partido ligado aos movimentos, não obstante os seus

limites, para fazê-lo crescer. Que o partido seja em particular empenhado em ser com todas as forças ‘parte’ do movimento da classe operária de fábrica e mais em geral dos movimentos subalternos.

Na construção da hegemonia, o partido político representa, para Gramsci, a ação do “intelectual coletivo” capaz de universalizar os interesses particulares, transformando-os em vontade coletiva. Segundo a percepção de Gramsci, na realidade moderna, o “moderno Príncipe” encontra sua expressão no partido político como um dos elementos mais característicos da sociedade civil. Representa o papel de “síntese, de mediação”,

[...] não apenas em função dos vários organismos particulares da classe operária (sindicatos, etc.), mas também em função dos vários institutos das demais classes subalternas: e esses organismos e institutos – graças a mediação do partido político – tornam-se as articulações do corpo unitário do novo ‘bloco histórico’. (COUTINHO, 2012, p.170-171.)

Dessa maneira, o autor dos Cadernos afirma ser o partido a organização coletiva que tem a função de mobilizar e organizar os sujeitos revolucionários na “[...] criação do *ex novo*, original [...] como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2011b, p. 17), com vistas à fundação de novos Estados. Desse modo, as organizações coletivas,

[...] ou o partido deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, [...] para criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (GRAMSCI, 2011b, p. 18.)

Assim, os espaços organizativos das classes subalternas e a inserção dos profissionais de Serviço Social, como trabalhadores ou como militantes, conforme analisado nos textos, em movimentos sociais do campo ou da cidade, nos espaços de participação democrática, a exemplo dos conselhos de direitos ou de políticas públicas ou em outras formas organizativas, como os grupos de educação popular, devem encontrar no partido, segundo Gramsci, o lugar de síntese, de direção político-ideológica, de agregação das vontades particulares em vontades coletivas. A formação da vontade coletiva está vinculada ao que

Gramsci denomina de “reforma intelectual e moral”. Nesse processo “[...] o partido não luta apenas por uma renovação política, econômica e social, mas também, por uma revolução cultural, pela criação e desenvolvimento de uma nova cultura” (COUTINHO, 2012, p.172).

Os artigos analisados nesta parte da pesquisa evidenciam contribuições da categoria hegemonia, relacionada tanto aos embates em torno do projeto ético-político profissional quanto ao trabalho profissional em diferentes espaços de organização das classes subalternas. Destacam-se, nos textos, as relações dialéticas e interligadas entre: hegemonia, Estado, sociedade civil, ideologia, cultura, classes subalternas, senso comum, espontaneidade, direção consciente e partido político, oferecendo elementos voltados à crítica da sociedade burguesa, à compreensão dos projetos de hegemonia que vêm sendo construídos e à capacidade das classes subalternas em estruturar seu campo de lutas, mesmo em momentos adversos e desfavoráveis como o que se vive na atualidade. Abarcam análises que recuperam o conceito elaborado por Gramsci em relação ao Estado, à sociedade civil, à correlação de forças, ao transformismo, ou seja, à esfera da política em sentido amplo.

A despeito da complexidade do tema e do estatuto teórico e político que a hegemonia ocupa na obra gramsciana, mediações importantes são realizadas para compreender as particularidades do projeto profissional, a direção social hegemônica assumida e sua vinculação a projetos societários. Entretanto, todos os textos, atentos ao compromisso da profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, advertem que não cabe ao Serviço Social o papel de promotor das transformações societárias, dado que não é possível transferir para uma profissão a tarefa de construção de uma nova hegemonia para toda a sociedade, mas de como as profissões participam desse processo de modo conservador ou revolucionário. E nesse sentido, enfatizam a importância do trabalho de base, de educação popular e de mobilização para a organização coletiva, além das possibilidades de o Serviço Social contribuir para esse processo educativo e organizativo, por exemplo, no âmbito dos conselhos de direitos e das políticas sociais, na direção do fortalecimento da participação popular e, consequentemente, da democracia.

Várias dimensões da hegemonia aparecem tematizadas nas produções analisadas, no terreno das lutas em esferas específicas, com grande concentração no eixo das relações Estado, sociedade civil, hegemonia e controle social, com menor ênfase na abordagem da hegemonia em relação aos movimentos sociais e ao partido político.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de elaboração de uma tese implica em alguns determinantes que incidem diretamente no escopo produzido e, por consequência, nos resultados obtidos. Não faltaram desafios durante todo esse tempo de pesquisa e produção teórica, devido às condições objetivas e subjetivas que circunscreveram o processo criativo. Foi diante dessas condições que se elaborou essa tese, tendo como uma das dificuldades a seleção do material, visto que as fontes pesquisadas, em que pese terem como critério de escolha a acessibilidade, não estão integralmente disponíveis. Ainda persiste na produção teórica do Serviço Social uma baixa publicação na rede mundial de computadores. Isto ocorreu com os números das revistas entre os anos 2000 e 2007 e com os primeiros anais dos ENPESS, principalmente os de 2000 e 2004, que sequer em meio digital são encontrados.

O procedimento de pesquisa desenvolvido, em especial as leituras dos textos dos veículos selecionados, mostrou-se um processo profícuo porque oportunizou a aproximação a um arcabouço teórico riquíssimo, de elevado conteúdo, com discussões de grande significado para a profissão e para outras áreas do conhecimento. Destaca-se a relevância do material pesquisado no eixo da tradição marxista com recorte para o pensamento gramsciano, enfatizando as inúmeras e diversificadas temáticas tratadas pelos autores na interlocução com a obra de Gramsci, pensadores clássicos e contemporâneos, assim como intérpretes nacionais e internacionais.

Ademais, a relevância das elaborações de Gramsci para o Serviço Social é notória, constatada através das inúmeras publicações em livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos do universo de periódicos que, por limites de tempo e capacidade de trabalho, não foram incluídos no escopo dessa pesquisa. Por certo, a produção teórica do Serviço Social pautada na obra gramsciana vai muito além do material aqui sistematizado. O que se apresentou nessa pesquisa é somente uma amostra selecionada de acordo com critérios estabelecidos e que permitiu evidenciar o “estado da arte” do conhecimento produzido com base em categorias do marxista Antonio Gramsci.

A aproximação com o material selecionado para a pesquisa indicou que a produção teórica da profissão sobre ou através do pensamento gramsciano apresenta um potencial para ampliação, dada a quantidade de autores que busca na obra gramsciana referência teórica para seus estudos. Por certo, outros critérios de pesquisa e de análise do material poderiam indicar a interlocução com Gramsci e se chegaria a

números mais expressivos, visto que na leitura dos textos, mesmo não ocorrendo citações diretas, foi possível constatar a presença de categorias gramscianas, sem referência direta ao autor ou aos seus intérpretes. No entanto, do material selecionado, cabe destacar que o rigoroso trato das categorias, a amplitude das elaborações e o aprofundamento das concepções gramscianas são elementos fundamentais para o adensamento da produção teórica do Serviço Social. Dessa forma, pode-se afirmar que a qualidade e consistência da produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, relativa à interlocução com a obra gramsciana, atesta uma apropriação que possibilita a construção de mediações para se pensar tanto as demandas e particularidades profissionais quanto a sua relação com os projetos societários em disputa. O alicerce teórico-metodológico e político, fruto das pesquisas, instituiu-se como “[...] resistência ideológica e teórica ao conservadorismo intelectual” (MOTA, 2013, p. 21), e aporte de enfrentamento à regressão da razão crítico-dialética e materialista que permeia as ciências sociais e humanas na atualidade.

Com base nas análises até aqui traçadas, evidenciou-se que as categorias elaboradas por Gramsci, especialmente no âmbito dos Cadernos do Cárcere, obra do pensador sardo, têm embasado a produção teórica do Serviço Social, com destaque para as concepções de Estado, sociedade civil, hegemonia, na relação com inúmeras outras que compõem o sofisticado quadro categorial gramsciano. No período e nos veículos analisados constata-se que tais categorias tem sido recorrentes para o desvendamento da realidade brasileira em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos.

Entre os anos 1970 e 1980, quando ocorre a aproximação do Serviço Social ao pensamento gramsciano, igualmente as categorias: Estado, sociedade civil e hegemonia foram buscadas como fundamento para se pensar o fim da ditadura militar e a reinserção da sociedade civil na cena política. Nessa conjuntura, ganhou destaque o fortalecimento das diferentes organizações – partidos, sindicatos, movimentos sociais – até então banidos da cena política – e dos mais diversos aparelhos privados de hegemonia na luta pelo restabelecimento da democracia e da participação popular (SIMIONATTO, 1999). A aproximação do Serviço Social brasileiro ao pensamento de Gramsci se instituiu no processo de contestação e crítica da profissão com suas bases tradicionais e conservadoras, tendo como fio condutor a compreensão de questões relativas às esferas estrutural e superestrutural, problematizando o campo econômico, político e cultural. Tal aproximação foi essencial na compreensão do Estado e da sociedade civil no pós-ditadura militar.

Tanto as demandas da realidade, a busca pela construção de bases teóricas capazes de compreender o momento vivido, quanto o enfrentamento ao conservadorismo tiveram como suporte as categorias gramscianas, como o Estado, a sociedade civil, o papel dos intelectuais, a construção de hegemonia, as classes subalternas, a ideologia. Produções de inequívoca contribuição emergiriam nesse período através da interlocução com Gramsci, como os trabalhos de Safira Bezerra Ammann, Alba Maria Pinho de Carvalho, Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel Abreu, Vicente de Paula Faleiros, lançando luzes à reflexão sobre os contornos do Estado, da sociedade civil, dos embates hegemônicos, do papel dos intelectuais, da cultura e da filosofia da práxis como eixo do marxismo gramsciano.

No período abrangido pela pesquisa desta tese, atesta-se a universalidade dos conceitos gramscianos que prosseguem lançando luzes no entendimento das expressões do Estado capitalista contemporâneo marcado pelas transformações societárias dos anos 1970, pelo redirecionamento de suas funções e questionamento de sua presença na regulação da economia. As consequências da crise capitalista e a assunção da ideologia neoliberal na realidade brasileira recolocam os debates sobre a esfera estatal, a sociedade civil e os embates hegemônicos. Colocam-se em cheque os papéis e as funções do Estado e as conquistas democráticas inscritas na Carta de 1988, conclamando-se a sociedade civil a atuar de forma acrítica e aclassista. Os anos 1990, marcados por mais uma crise orgânica do capital, pelo neoliberalismo, pelas determinações dos organismos e das agências internacionais, pelas contrarreformas do Estado e o consequente questionamento dos direitos sociais foram temas dos textos analisados e objeto de pesquisa dos assistentes sociais. Este eixo crítico manteve-se no debate do Serviço Social, a despeito de uma conjuntura marcada pelo fim das experiências socialistas e a proclamação da vitória do capitalismo como projeto societário hegemônico.

No primeiro capítulo, o estudo da trajetória histórica do processo que caracterizou uma denominada crise do marxismo possibilitou retomar as experiências vivenciadas nos últimos anos e que levaram a tal condição. Partindo da tese de que a queda do “socialismo real” também significou o declínio da teoria marxiana, as reflexões aqui tecidas procuraram demonstrar que o refluxo do socialismo vivido na era stalinista não pode ser diretamente vinculado a problemáticas identificadas no bojo da teoria social crítica. Isto porque a história do “socialismo real” é a história de uma determinada experiência, em muitos aspectos, se distanciou dos postulados marxianos, a começar

pelo total abandono da democracia, condição *sine qua non* para a existência do comunismo. Outro aspecto que pode ser apontado é o quanto permaneceu sob as bases capitalistas o processo produtivo na Rússia, que além de não superá-lo, relegou ao Estado o papel de gerenciador dos lucros. Seguindo mais além, demonstra-se que a ausência de uma forte e organizada sociedade civil, que pudesse formar novas relações do tipo comunista, sob a gestão do proletariado, com um consumo coletivo, nunca se efetivou nas experiências existentes. Assistiu-se à centralização do poder político e econômico no aparato estatal, o que se tornou uma ditadura do Estado/partido, afastando-se completamente da proposta marxiana da organização coletiva, pela gestão dos trabalhadores associados. Dadas essas considerações, não restam dúvidas de que não há como associar a queda do “socialismo real” a uma descredibilidade do marxismo.

O que se constatou nesse viés argumentativo é que os postulados das teorias pós-modernas constroem elaborações que tentam defender o esgotamento da teoria social crítica e o fazem por meio de análises dos fenômenos contemporâneos, buscando instituir novos paradigmas que expliquem ou equacionem as problemáticas vivenciadas diante de um capitalismo cada vez mais voraz e “impenitente”. Para tal, focam suas bases nas reflexões generalizadas, na negação da existência das classes e sobrepondo a elas os interesses particulares e corporativos de pequenos grupos, defendendo que o mundo é individualizado e menosprezando pautas essenciais à vida humana. Ou seja, “[...] a pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica [...] fundamentada nas teorias do fragmentário, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente [...]” (SIMIONATTO, 2009b, p. 94). É nessa conjuntura de fortalecimento do capitalismo como projeto hegemônico que se localiza a crise das ciências sociais e humanas que, diante das fragilidades situadas no campo acadêmico e nas disputas ideológicas, em grande parte foi direcionada por um utilitarismo, despolitizada, transformando-se em saberes instrumentais. No intuito de contrapor-se a tal situação, procurou-se desvelar as condições que tratam as ciências sociais no âmbito individual e mecanicista, enfatizando que na verdade as ciências sociais são um campo essencial, não somente para produção do conhecimento, mas também para a formação das sociedades contemporâneas.

Vale ressaltar que tanto em Marx quanto em Gramsci e também nos estudos de Lukács se desenvolve uma ampla crítica às chamadas ciências sociais particulares e seus limites metodológicos no entendimento da realidade sob o ponto de vista da totalidade e de suas

contradições. As ciências sociais, a exemplo da sociologia, teriam se constituído a partir de uma análise do social, desvinculadas da reflexão econômica e histórica, levando a um intenso formalismo e particularização do real (COUTINHO, 2008). As principais críticas de Gramsci desenvolvem-se em relação à polêmica com Bukharin e, por conseguinte, a toda a sociologia de inspiração positivista. Em Marx, a teoria social crítica, fundada na totalidade e na historicidade, distingue-se das chamadas ciências sociais, justamente pela perspectiva teórico-metodológica que desenvolveu e por constituir-se como crítica à sociedade burguesa. No entanto, a divisão científica do trabalho consagrou o atual tipo de organização acadêmica e universitária, situando nas ciências sociais as diferentes abordagens, incluindo-se o marxismo.

No debate contemporâneo, tornou-se comum tratar da crise das ciências sociais e, conseqüentemente, da crise do marxismo. Assim, esse percurso teórico teve por finalidade tecer reflexões que indicassem a vigência da obra marxiana, ou seja, da capacidade da teoria social crítica de instituir processos revolucionários. E esta também foi a perspectiva perseguida por Gramsci e revelada em toda a sua obra.

Conforme destaca Liguori (2003), os estudos de Gramsci, especialmente os *Cadernos do cárcere*, resultam de sua experiência como homem político e pensador que tem como principal característica problematizar a realidade. Entretanto, adverte Liguori (2003), muitos de seus escritos partem de críticas a uma gama de autores de seu tempo, e por vezes, no fervor dessas críticas, algumas passagens parecem notas que deverão ser retomadas com maior profundidade de investigação e reflexão. Destacam-se as considerações de Liguori (2003) quanto às características dos escritos de Gramsci, a fim de ponderar o próprio processo reflexivo do pensador sardo, sobretudo porque se entende que sua obra não foi concluída, ela é inacabada, mas rica em conceitos que permitem compreender o modo de produção capitalista e, nesse âmbito, a esfera da política. Para Gramsci, a preocupação maior é oferecer elementos sobre o modo de se chegar à “sociedade regulada” ou ao socialismo, e para isso, a luta também passa pelo problema do Estado, da sociedade civil, do partido, dos intelectuais, da hegemonia. Nesse viés argumentativo, afirma-se que Gramsci é um marxista que se referencia no método histórico-dialético, tendo como pressupostos teóricos os postulados marxianos, legando uma importante teoria sobre o Estado contemporâneo, determinado a expandir a teoria social crítica, chegando “[...] a novos âmbitos da totalidade social [...]” (COUTINHO, 2008, p. 102). Demonstra-se que o marxismo de Gramsci tem

vinculação direta com o processo formativo de sujeitos críticos e na materialização de organizações coletivas, capazes de formar uma nova vontade coletiva nacional popular, para a construção de uma nova hegemonia, superando interesses corporativos e instituindo ações ético-políticas para chegar à transformação da sociedade capitalista.

Ainda que as discussões nos tempos atuais indiquem uma dada “crise no marxismo”, como se viu no primeiro capítulo, essa é uma análise controversa, pois a teoria social crítica tem orientado as concepções de diversas áreas do conhecimento, visto que sua vigência permanece dadas as condições de existência das classes sociais e a persistência e o aprofundamento do modelo capitalista de produção. Sua incidência na profissão situa-se na vigência do marxismo como aporte teórico e ético-político capaz de oferecer respostas às demandas e aos desafios postos à sociedade, visto que “[...] as causas que o fizeram nascer [*o marxismo*] ainda se fazem presentes em toda a humanidade” (SIMIONATTO, 1999, p. 251, *grifo nosso*). Por conseguinte, o avanço de Gramsci no Serviço Social localiza-se em, pelo menos, três aspectos: o primeiro é a própria vigência do marxismo como uma teoria que viabiliza pensar a possibilidade de outra sociabilidade; o segundo situa-se na perspectiva de revolução construída processualmente, até se chegar à “sociedade regulada”, ou seja, ao comunismo; e o terceiro aspecto está na concepção de Estado ampliado forjado por Gramsci, que desvela novas determinações e relações entre a sociedade civil e o Estado em sentido restrito, enriquecendo as elaborações marxianas e contribuindo para a compreensão das correlações de força e da disputa da hegemonia. Sendo assim, no âmbito do Serviço Social brasileiro, a obra gramsciana proporciona a interpretação da realidade social e inspira a profissão, pois, ao “[...] elaborar uma nova ideia de revolução, reafirmando a necessidade de construção de uma ‘vontade coletiva’ que se forme de ‘baixo para cima’” (SIMIONATTO, 1999, p. 253), o pensamento gramsciano, contribui para o fortalecimento da base ético-política do projeto profissional.

Além do mais, nas fontes pesquisadas se identificaram cerca de vinte e nove (29) diferentes categorias gramscianas utilizadas pelos autores, sinalizando o quão profícua tem sido a interlocução entre a profissão e o pensamento de Gramsci, dado que são categorias que propiciam a leitura da realidade social em sua totalidade e consubstanciam ética e politicamente a ação profissional. Importante ressaltar que, embora as categorias tenham sido abordadas individualmente, observou-se que o trato dado a elas pelos autores não é de forma alguma mecanicista ou desvinculado da perspectiva dialética

conferida por Gramsci. As categorias são utilizadas para a reflexão de temas pertinentes à profissão, adensando tanto a produção do conhecimento quanto indicações subsidiadoras da ação profissional. Na pesquisa, destacam-se as três categorias que mais aparecem nos textos e as mediações estabelecidas com temas relativos à profissão, sendo elas: Estado, sociedade civil e hegemonia.

A análise das reflexões construídas a partir da categoria do Estado permitiu identificar as abordagens relativas ao resgate teórico do conceito no pensamento gramsciano, as relações entre Estado e controle social e Estado e as políticas sociais através de mediações que possibilitaram problematizar o tema em estudo. Fundamentando-se em Gramsci, as elaborações dos autores pesquisados afirmam que o Estado moderno mantém seu caráter classista e que o autor amplia o conceito ao enfatizar a relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil. Os textos evidenciam também o processo de construção que o Estado institui para construir sua legitimidade, pela coerção situada na sociedade política e pelo consenso disseminado pela sociedade civil. Tais reflexões encontradas nos textos pesquisados indicam uma apreensão do pensamento gramsciano para desvelar as correlações de força e as lutas sociais presentes na contemporaneidade, o desmonte do Estado, as retóricas sobre a sociedade civil na relação com a esfera estatal e o mercado sob as bases de inspiração liberal. Aqui, o pensamento de Gramsci ofereceu suporte para pensar a política em sentido amplo, a relação dialética entre Estado e sociedade civil, arena de luta de classes, as políticas sociais como conquistas das classes subalternas, os processos de participação e ampliação democrática, bem como os projetos ideopolíticos em disputa.

No terceiro capítulo, apresentam-se os autores e suas elaborações sobre a categoria sociedade civil, destacando-se temas relativos à concepção teórica da sociedade civil, enfatizando as análises sobre as políticas sociais, sobre a sociedade civil e o terceiro setor, o controle social e os movimentos sociais e outros temas pertinentes ao exercício profissional. Recorrem à Gramsci para debater as diferentes formas de utilização do conceito remetendo às elaborações de autores pós-modernos, bem como, às premissas dos organismos internacionais e ao terceiro setor. Evidencia-se o contraponto entre uma compreensão de sociedade civil como espaço de construção de hegemonia, própria do pensamento gramsciano e a concepção pautada na lógica neoliberal, como “um terceiro setor”, situada para além do Estado e do mercado e forjadora do apassivamento das classes subalternas.

Em relação ao conceito de hegemonia a produção teórica analisada evidencia os temas da ação profissional e o projeto ético-político, o controle social e a disputa da hegemonia, os movimentos sociais e as políticas sociais no contexto do neoliberal.

No que concerne à discussão sobre o *controle social e a sociedade civil*, destacam-se os desafios postos à efetivação do controle da sociedade sobre as ações estatais e o desvelamento da relação entre Estado e sociedade civil, apontando para uma reflexão que a entende como dialética em uma unidade de identidade/distinção, conforme o pensamento de Gramsci. A participação e o controle social são os temas de maior incidência na análise dos textos, sendo tratados a partir de quatro perspectivas. A primeira realiza uma análise macro do processo de controle social das políticas sociais, no intuito de identificar como se configuram esses espaços na elaboração das políticas públicas, com destaque para as experiências vivenciadas na realidade brasileira. A segunda perspectiva discute as possibilidades de construção de uma cultura política de direitos, na garantia da ampliação da cidadania no âmbito dos conselhos das políticas sociais, tendo como propósito avaliar de que modo os espaços de controle social contribuem para a criação de resistências às políticas focalizadas e residuais. A terceira propõe desmistificar a relação Estado e sociedade civil no campo do controle social, com vistas a demonstrar que a participação popular, nesses espaços, viabiliza a democratização do Estado. Nesse sentido, parte-se da reflexão sobre a importância do exercício do controle social desenvolvido pela sociedade civil sobre o Estado. A última perspectiva identificada busca compreender o papel do Serviço Social nas instâncias do controle social, tratando-se de um campo carregado de lutas e disputas e, por isso, contraditório, uma vez que facilmente tornam-se espaços de legitimação das políticas sociais, atendendo aos interesses institucionais e se afastando do ideário de política social em sentido universal.

As reflexões elaboradas sobre o tema do controle social aparecem nas três categorias e todos os autores seguem a recuperação do processo histórico de constituição de tais espaços, enfatizando que iniciaram como propostas de democratização da participação, mas em seu desenvolvimento, transformaram-se em espaços burocratizados, institucionalizados e, muitas vezes, despolitizados. Frente a esse contexto, as análises recaem sobre a necessidade de ampliação dos processos participativos da sociedade civil, sendo um deles o controle social. Nesse sentido, identifica-se ainda a necessidade de aprofundamento das indicações gramscianas, posto que tais espaços

congregam modificações moleculares de aprendizado político que podem potencializar a luta política mais ampla. Contudo, os mesmos não sintetizam a emergência de uma nova hegemonia, o que pode ocorrer nas alianças com outros sujeitos coletivos universalizadores, como Gramsci indica, a exemplo do partido político.

O tema dos *movimentos sociais* também apresentou acentuada incidência nos textos. Através do estudo das produções foi possível identificar quatro aspectos trabalhados relativos a essa temática. O primeiro relaciona-se à análise macrossocietária e aos desdobramentos das profundas transformações ocorridas na realidade social, em especial, a partir das últimas décadas, desvelando os impactos regressivos da ofensiva neoliberal à luta e à organização dos movimentos sociais. O segundo, no contraponto às transformações macrossocietárias, analisa o contexto adverso atual, as classes subalternas e suas formas de organização como focos de resistência no âmbito da luta de classes. Tais reflexões contribuem na análise dos processos organizativos das classes subalternas, explicitando a relação da organização popular com os movimentos sociais na consolidação de experiências voltadas a uma nova hegemonia. O terceiro aspecto levantado nos textos problematiza os impasses do avanço das forças conservadoras, o que resulta num processo de criminalização dos movimentos sociais. Num sentido de denúncia, os textos têm por finalidade explicitar a violência, a opressão e a repressão à classe subalterna mediante os aparatos coercitivos do Estado.

O quarto aspecto abordado nos textos indica que, apesar da inexistência de avanços significativos, a partir da década de 1990, do trabalho dos assistentes sociais junto aos movimentos sociais, em virtude da reestruturação produtiva e dos programas neoliberais, os textos pesquisados apontam uma tímida e persistente linha de atuação dos profissionais nesse âmbito. Destacam o desafio do Serviço Social em estabelecer um aprofundamento do vínculo político e profissional com as lutas das classes subalternas, sendo esta uma condição fundamental para enfrentar o conservadorismo da profissão e a defesa do projeto ético-político. Os movimentos sociais atuais requerem dos profissionais a leitura da realidade e a compreensão das demandas multifacetadas dos diferentes atores envolvidos. Nos textos analisados compreende-se que os assistentes sociais têm um papel preponderante na viabilização para a organização e formação da consciência política em vista de sua função educativa na relação com os processos de organização popular.

Os textos produzidos e analisados subsidiam criticamente o processo de cooptação dos movimentos sociais através do transformismo, o que tem provocado desmobilização, despolitização e fragmentação em tempos de ofensiva neoliberal. Verifica-se, contudo, ainda uma produção pouco expressiva sobre movimentos rurais e urbanos que ganharam ênfase nos anos 2000 na realidade brasileira com organizações e institutos próprios das classes subalternas. Mesmo enfatizando-se a importância dos sujeitos coletivos classistas para a universalização dos interesses, caminho para a construção de uma nova hegemonia, este vácuo já apontado por Yamamoto em 2004 na análise dos projetos de pesquisa dos programas de pós-graduação, persiste como tema a ser estudado, particularmente a partir das indicações gramscianas.

Na temática das *políticas sociais*, as análises dos textos permitiram observar que a discussão ocorre em três enfoques que evidenciam as mediações estabelecidas com as categorias gramscianas. O primeiro abarca uma avaliação mais ampliada de concepção das políticas sociais e a relação com o Estado e a hegemonia. As mensagens decodificadas enfatizam as estratégias utilizadas na formatação das políticas sociais que possibilitam a recomposição da dominação de classe, garantindo a persistência da ideologia burguesa. Nessa esteira, os textos apontam elementos conservadores e dominantes que servem de base ideológica à conformação das políticas sociais, desvelando-se, nessa perspectiva, sua vinculação a um quadro funcional ao capital. O segundo enfoque enfatiza a percepção das políticas sociais e o seu significado nas relações estruturantes da formação social brasileira, desobscurecendo o processo de contrarreforma do Estado diante das transformações macrossocietárias, demonstrando, assim, os rebatimentos regressivos à proteção social, especialmente a partir das indicações dos organismos internacionais.

Analisa-se a forma perversa de composição das políticas sociais, com centralidade nos programas focalizados, seletivos e compensatórios. Nesse quadro, discutem-se os novos modelos de gestão das políticas sociais, com elementos significativos no desvendamento da relação público/privado, e nesse contexto, o crescimento das propostas de privatização das políticas públicas. O terceiro enfoque contribui para o resgate das transformações postas à intervenção profissional no âmbito das políticas sociais, oferecendo elementos para compreender as conexões estabelecidas entre o Serviço Social e as classes subalternas, ressaltando-se os princípios do projeto ético-político na defesa dos direitos e na busca da garantia de acesso às políticas sociais. Nesse

aspecto, é importante destacar a grande incidência das produções no campo da emancipação política, porém, às vezes, cindida da emancipação humana, o que pode remeter às análises que descaracterizam a perspectiva revolucionária, fio condutor da obra gramsciana.

Na discussão sobre as políticas sociais, destacam-se as contribuições voltadas ao debate do contexto atual do neoliberalismo e a responsabilização da sociedade civil pela sua execução. Foi possível constatar as críticas realizadas à compreensão da sociedade civil na ótica do terceiro setor, pois, funcional ao projeto neoliberal, reforça a lógica da solidariedade e da concessão, promovendo a despolitização das lutas das classes subalternas. Todos os textos analisados elaboram sua contraposição a essa tendência de compreensão da sociedade civil e, referenciando-se na concepção gramsciana, defendem o seu fortalecimento como um espaço contraditório, de disputa de interesses e projetos de classe.

Nas elaborações acerca das políticas sociais, tanto os textos que discutem o Estado quanto a hegemonia concentram-se nas análises críticas enfatizando as políticas sociais como mecanismos ou estratégias que, ao absorverem as demandas das classes subalternas, também viabilizam relações mercantilizadas e assistencialistas, dado à ofensiva neoliberal que imprime a lógica da parceria público/privado, reforçando a hegemonia burguesa. No que se refere a essas categorias, as produções evidenciam a relação de subalternidade do país vinculado aos organismos internacionais, os quais exercem profunda influência na definição das políticas sociais, promovendo uma configuração voltada a amenizar os impactos produzidos pelo modo de produção capitalista. Sobre a categoria sociedade civil e as mediações com as políticas sociais destacam-se, nas produções, as análises críticas em relação ao terceiro setor como executor de serviços sociais, o que fortalece o processo de despolitização e privatização da esfera estatal.

Pode-se afirmar que a disputa das classes sociais se configura na sociedade civil, visto que é nesse campo que ocorre o movimento contraditório, onde as diversas organizações que a constituem podem se posicionar favorável ao amortecimento das contradições e operar a manutenção do *status quo*, ou então, podem instituir um processo voltado à construção de uma contra-hegemonia.

Respondendo às questões norteadoras da pesquisa e a partir das análises realizadas, foi possível identificar que a produção teórica do Serviço Social brasileiro, no período estudado, demarca importantes mediações do pensamento de Gramsci com a realidade social entendida

do ponto de vista da totalidade e, ao mesmo tempo, com as diversas manifestações da questão social e das problemáticas trabalhadas pela profissão. Conforme já explicitado, entende-se, nesse trabalho, que não há uma relação direta entre produção teórica e ação interventiva pragmática e mecanicista, próprias do positivismo ou do marxismo instrumental. Percebe-se que a incorporação dos conceitos à medida que ampliam as reflexões teóricas fortalece a perspectiva crítica da profissão, alargando seus aportes ao analisarem o contexto macrossocietário, as tendências liberais e conservadoras que atravessam as diversas esferas da vida social, quanto para contribuir na efetividade do projeto ético-político profissional.

A pesquisa, portanto, aponta para elaborações mais qualificadas, que oferecem elementos para novos eixos investigativos a serem construídos no diálogo com a obra gramsciana, estimulando confrontos e confluências no âmbito da práxis política e nas mediações com as particularidades do campo prático-interventivo. Especialmente, na relação dos assistentes sociais com as classes subalternas e na defesa de suas demandas, tornando-se estimuladores do processo organizativo das classes subalternas, mediante ações de cunho político-pedagógico. Os textos sinalizam a importância dos processos de organização das classes subalternas, desvelando as implicações políticas e ideológicas da participação e do protagonismo dos sujeitos, as disputas no âmbito de diferentes espaços participativos e sua necessária relação com sujeitos coletivos universalizadores e tendentes à “grande política”.

Assim sendo, conclui-se que a apropriação das categorias gramscianas na produção teórica do Serviço Social brasileiro tem contribuído, tanto no adensamento teórico quanto lançando luzes à qualificação das ações profissionais, uma vez que a produção do conhecimento tem fornecido elementos essenciais para a criação de uma cultura política, ampliando “[...] sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos, tributária da formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia dominante [...] e o faz sem perder a relação de unidade com o exercício profissional [...]” (MOTA, 2013, p. 24).

Por fim, pode-se afirmar que a obra gramsciana continua a oferecer um importante arcabouço teórico e político para desvelar as complexas questões da sociedade presente no contexto de crises cíclicas do capital, de redefinição das relações entre Estado e sociedade, de correlações de forças e disputa de hegemonias que atravessa a realidade contemporânea, a produção do conhecimento, as diversas profissões e, dentre elas, o Serviço Social. Mesmo considerando os desafios

existentes na apropriação de uma obra com as características dos *Cadernos do cárcere*, as diversas leituras e interpretações realizadas, identificadas pela pesquisa, permitiram reconhecer o lugar que Gramsci ocupa nas reflexões da profissão, mantendo vivo e atualíssimo o seu legado teórico e político.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____, Marina M. A Dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 79, p. 43-71, Set. 2004.

ALMEIDA, Erica. A Re-significação do Conceito de Sociedade Civil a partir dos Anos 70: uma análise crítica sobre a “nova” sociedade civil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 96, p.27-48, Nov. 2008.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.

AMARAL, Ângela S. Crise Capitalista e o “Atualização” das Práticas Sociais. *Revista Temporalis*, Brasília/DF: ABEPSS, n. 6, 2002.

AZEVEDO, Daviane. Sociedade Civil e Lutas Sociais: as tensões no governo Lula e o MST. In: *ENPESS*, XIII, 2012, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-10.

BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine R. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BERTOLLO, Kathiúça. Sociedade Civil: uma análise a partir da perspectiva gramsciana. In: *ENPESS*, XIII, 2012, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012,p.1-9.

BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. 2. ed. Tradução: Bolívar Costa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

BIANCHI, A. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BIDARRA, Zelimar. A Confluência de Projetos Políticos na Construção de Políticas Municipais de Assistência Social. In: *ENPESS*, IX, Porto Alegre. Anais. ABEPSS, 2004, p. 1-8.

BINOTO, Diselda; SOUZA, Elisângela; BERALDO, Lucélia. A Contribuição do profissional de Serviço Social para a Execução do Controle Social. In: *ENPESS*, IX, Porto Alegre. Anais. ABEPSS, 2004, p. 1-7.

BLACKBURN, Robin. O Socialismo após o colapso. Tradução: Maria Inês Rolim. In: _____, Robin. (Org.). *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993. p. 107-215.

BRAVO, Maria I. S; CORREIA, Valéria C. Desafios do Controle Social na Atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

BORDIN, Erica M. B; ANZOLIN, Lais B. O Retrato das Organizações da Sociedade Civil da Cidade de Porto Alegre. In: *ENPESS*, XIII, 2012, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-8.

BORON, Atílio. Classe inaugural: por il necessario (Y demorado) retorno al marxismo. _____, A. at all (Orgs.). *La Teoria Marxista Hoy*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____, Atílio. Movimientos Sociales, Democracia Y Construcción de Hegemonía em América Latina: reflexiones a propósito del legado gramsciano. In. SEMERARO, Giovanni et al (Orgs.), *Gramsci e os Movimentos Populares*. Niterói – RJ: Editora UFF, 2011. p.11-44.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2016.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e Hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.

CABRAL, Edson. A Participação da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: possibilidades e limites. In: *ENPESS*, XIII, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-9.

CAPES. Comunicado Nº 001/2012 – Área do Serviço Social Atualização do WEBQUALIS da Área, Brasília-DF: Fevereiro, 2012, Disponível em: www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliação/Qualis_-_Servico_Social.pdf
Acessado em 16/07/2012.

CARVALHO, A. M. P. *A questão da transformação e o trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1983.

CARVALHO, Andréia de S. Aportes sobre os Limites e Possibilidades do Controle Social nas Cidades Brasileiras. In: *ENPESS*, XII, Rio de Janeiro. Anais. ABEPSS, 2010, p. 1-9.

CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria O. da S. (Orgs.). *Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 2005.

CASTRO, Manuel M. *História do Serviço Social na América Latina*. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CAVALCANTE, Margarete. Conselho de Saúde e a Socialização da Política de Saúde. In: *ENPESS*. XI, 2008, São Luís/MA: ABEPSS, Anais, 2008, p. 1-7.

CISNE, Mirla. Resistência de Classe no Brasil Contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, n. 16, p. 67-98, jan./jun. 2008.

COUTINHO, Carlos N. O Conceito de Política nos Cadernos do cárcere. In: _____, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 67-82.

_____, Carlos N. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos N. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____, Carlos N. (Org.), *O leitor de Gramsci escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____, Carlos N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Edição atualizada e revisada, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CORREIA, Valéria. A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 77, p. 148-178, mar. 2004.

COSTA, Ronan C. G. Conselho Municipal de Assistência Social de Cuparaque/MG: possibilidades para o exercício do controle social. In: *ENPESS*, XII, 2010, Rio de Janeiro. Anais. ABEPSS, 2010, p. 1-9.

CRISTO, Solange C. A. Controle Social em Saúde: o caso do Pará. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 109, p. 93-111, jan./mar. 2012.

CUNHA Claudia C; LOUREIRO, Carlos F. Estado Educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas. *Revista Katálisis*, Florianópolis: UFSC, v. 15, n. 1, p. 52-61, jan./jun. 2012.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p.61-102.

DELGADO, Laurinete R. S. Sobre o Controle Social no Capitalismo. In: *ENPESS*, XI, 2008, São Luís. Anais. ABEPSS, 2008, p. 1-7.

DIAS, Edmundo F. *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Sundermann, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lucia. Sociedade Civil, esfera Pública, terceiro Setor: a dança dos conceitos. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 81, p. 82-101, Mar. 2005.

_____, Maria Lucia. *Sociedade Civil e Democracia*: um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____, Maria L. Ofensiva Capitalista, Despolitização e Politização dos Conflitos de Classe. *Revista Temporalis*, Brasília/DF: ABEPSS, n. 16, p. 45-66, 2008.

_____, Maria L; SOUZA, Alessandra; SILVA, Karina. Sociedade Civil e Movimentos Sociais: debate teórico e ação prático-política. *Katálisis*, Florianópolis: UFSC, v. 12, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2009.

_____, Maria L; BALDI, Luiz A. P. Serviço Social, Mobilização e organização Popular: uma sistematização do debate contemporâneo. *Katálisis*, Florianópolis: UFSC, v. 15, n. 2, p. 193-202, Jul./Dez., 2012.

EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-modernismo*. Tradução: Elisabeth Barbosa, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

ELEUTÉRIO, Adriana P; SILVA, Zélia M. Aliança e Oposição: relações entre trabalhadores rurais e o MST. In: *ENPESS*. VIII, 2002, Juiz de Fora/MG. Anais. ABEPSS, 2002, p. 1-8.

FALEIROS, Vicente de P. *Metodologia e Ideologia do trabalho Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

_____, Vicente de P; FREITAS, Raquel. Significado da Assistência Social para População Usuária. In: *ENPESS*, XI, São Luís. Anais. ABEPSS, 2008, p. 1-7.

FARAGE, Eblin. O Desenvolvimento capitalista Desigual e Combinado na Conformação do Urbano: o Estado e os distintos territórios da cidade. In: *ENPESS*, XIII, 2012, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-11.

FERRAZ, Ana T; RABELO, Desirée; HERKENHOFF, Maria B. O Debate sobre o Controle Social da Política de Assistência Social entre 1985 e 2008. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Ano X, p. 133-149, jan./jun. 2010.

FAVARO, Tereza C. As Conferências de Saúde no Município de Goiânia: Encontros e desencontros. In: *ENPESS*. XII, 2010, Rio de Janeiro/RJ. Anais. ABEPSS, 2010, p.1-9.

FREIRE, Lucia M. B. Movimentos Sociais e Controle Social em Saúde do Trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 102, p.289-313, abr./jun., 2010.

FREIRE, Silene. Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil: aportes para o debate. In: *ENPESS*. XIII, 2012, Juiz de Fora/MG. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-10.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho (Org.), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 04.

_____, Antonio. O Estado e o Socialismo – 1919. In: *Escritos Políticos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho (Org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v. 01.

_____, Antonio. Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas. *Escritos Políticos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho (Org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 02.

_____, Antonio. *Cartas do cárcere*. Tradução: Luiz Sérgio Henrique e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 02. p. 82-85.

_____, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. 5ª ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 02.

_____, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 5. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. v. 01.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel notas sobre o estado e a política. 4. ed. Tradução: Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. v. 03.

_____, Antonio. *Cadernos do cárcere*: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. 2. ed. Tradução: Luiz Sérgio Henrique. Carlos Nelson Coutinho (Org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. v. 05.

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, Eric. *Como Mudar o Mundo: Marx e o marxismo 1840 – 2011*. Tradução: Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 8. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1991.

_____, Marilda Villela. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-378.

IASI, Mauro Luís. O Marxismo diante de um novo século. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 23, n. 2, p. 331-356, jul./dez. 2013.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

JAPIASSU, Hilton. *A Crise das Ciências Humanas*. São Paulo: Cortez, 2012.

KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

KRÜGER, Tânia R. *As Conferências de saúde e os Planos Municipais de Saúde*. Florianópolis-SC: DIOESC, 2012.

LARA, Ricardo. *A Produção de Conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Tradução: William Lagos. Porto Alegre – RS: L&PM Pocket, 2009.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

_____, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____, Guido. Movimentos Sociais e Papel do Partido no Pensamento de Gramsci Hoje. In. SEMERARO, Giovanni et al (Orgs.), *Gramsci e os Movimentos Populares*. Niterói – RJ: Editora UFF, 2011. p. 257-270.

LOPES, Josefa Batista. A Relação Serviço Social - Movimento Social: indicações para um estudo, *Serviço Social e Movimento Social*, São Luís: EDUFMA, v.1, n. 01, jul./dez, 1999.

LUIZ, Danuta C. Emancipação Social: fundamentos à prática social e profissional. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 94, p. 114-131, Jun. 2008.

MACHADO, Aline M. B. Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 109, p. 151-178, Jan./Mar. 2012.

MACIEL, M. e CARDOSO, F. G. Metodologia do serviço social: a práxis como base conceitual. *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, n. 3, 1989.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARTINS, Marcos F. *Marx, Gramsci e o Conhecimento: ruptura ou continuidade?* Campinas – SP: Autores Associados; Americana – SP: UNISAL, 2008. (Coleção educação contemporânea).

MARRO, Katia I. Reflexiones preliminares sobre el problema de la hegemonía em el proyecto ético-político del Trabajo Social. *Revistas Katálisis*. Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, p. 209-216, Jul./Dez. 2006.

MARTINELLI, Tiago. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social? In: *ENPESS*, X, 2006, Recife. Anais. ABEPSS, 2006, p. 1-9.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. BARATA-MOURA, José; et. al. (Orgs.), Moscovo: Edições Progresso Lisboa, v. 1, 1982.

_____, Karl. Prefácio. In: _____, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo Editora, 2010.

MENDONÇA, Ana M. Estado e Direitos Sociais no Brasil. In: *ENPESS*, XI, 2008, São Luís. Anais. ABEPSS, 2008, p. 1-8.

MILIBAND, Ralph. Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas. Tradução: Susan Semler. In: BLACKBURN, Robin. (Org.), *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993. p. 21-35.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____, Carlos. Atualidade e vigência do marxismo no século XXI. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 23, n. 2, p. 377-418, jul./dez. 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Katálysis*. Florianópolis: Editora UFSC, v.16, nº especial, p. 17-27, Mar. 2013.

MOTTA, Luiz Eduardo. Sobre a transição socialista: avanços teóricos e os limites das experiências do chamado “socialismo real”. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 23, n. 2, p. 419-442, jul./dez. 2013.

MOTTA, Vânia C. Ideologia do Capital Social e as novas Funções da educação Periférica: administrar a pobreza e educar para o conformismo. In: *ENPESS*, XI, 2008, São Luís/MA. Anais. ABEPSS, 2008, p. 1-9.

NASCIMENTO, Sueli. Uma Reflexão das categorias Gramscianas com Relação à Gestão Participativa das Associações de Moradores de Niterói. In: *ENPESS*, IX, 2004, Porto Alegre. Anais. ABEPSS, 2004, p. 1-10.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a Tradição Marxista. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 30, p. 88-101, Abr. 1989.

_____, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*, p. 1-22, 1991a.

_____, José Paulo. “Crise do Socialismo”: teoria marxiana e alternativa comunista. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 37, p. 05-48, dezembro, 1991b.

_____, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, Abr. 1996.

_____, José Paulo. *Marxismo Impenitente*: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004a.

_____, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: Ivanete Boschetti et al. (Orgs.). *Política Social: alternativas ao neoliberalismo*. UnB: Brasília, 2004b.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009a.

_____, José Paulo. Introdução ao Método da Teoria Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, CEAD/Unb, 2009 b, p. 667-700.

_____, José Paulo. Lukács e Gramsci: apontamentos preliminares para uma análise comparativa, In. COUTINHO, Carlos N. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.148-168.

NEVES, Ângela. A Representação da Sociedade Civil no Conselho de Assistência Social: em xeque o controle democrático. In: *ENPESS*, XII, 2010, Rio de Janeiro. Anais. ABEPSS, 2010, p. 1-8.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três ideais de sociedade civil, o Estado e a politização. In. COUTINHO, Carlos N; TEIXEIRA, Andréa de P. (Orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-234.

OLIVEIRA, Ana C. O. Neodesenvolvimentismo e Banco Mundial: novo consenso social do mundo da burguesia sobre a “questão social”. In: *ENPESS*, XIII, 2012, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-10.

OLIVEIRA, Edelweiss. Aparelho Privado de hegemonia e Ação do Intelectual Orgânico: uma abordagem analítica do Serviço Social do Pará. In: *ENPESS*, IX, 2004, Porto Alegre. Anais. ABEPSS, 2004, p. 1-12.

OLIVEIRA, Rosana F. Sindicalismo no Brasil Pós 80 e a Perspectiva Educativa presente na Luta dos Trabalhadores de Telecomunicações do Rio de Janeiro: existe horizonte neste cenário? In: *ENPESS*, XII, 2010, Rio de Janeiro. Anais. ABEPSS, 2010, p. 1-9.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípio e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

OSÓRIO, Jaime. *O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. Tradução: Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAZ, Rosângela. Participação Social, Democracia e Cidadania: resgate do debate conceitual dos anos 1990 no Brasil. In: *ENPESS*, XIII, 2012, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-11.

PEREIRA, Evelyne M. Cooperação e Hegemonia na Dinâmica do Capitalismo Contemporâneo: a organização produtiva do MST no Ceará. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, n. 24, p. 51-81, Jul./Dez. 2012.

PEREIRA, Marcelo S; MARANHÃO, Cesar H.M.C. Gramsci Antípoda de Marx ou Não? In: *ENPESS*, IX, 2004, Porto Alegre. Anais. ABEPSS, 2004, p. 1-9.

PEZOTI, Rosângela H. Relação Estado e Sociedade: suas expressões no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente na cidade de São Paulo. In: *ENPESS*, IX, 2004, Porto Alegre. Anais. ABEPSS, 2004, p. 1-8.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. 6. ed. Tradução: Angelina Peralva. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana E. et al. (Orgs.), *Serviço Social e a Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 73-87.

RAMOS, Samya. A Mediação da Política na Materialização do projeto profissional do Serviço. In: *ENPESS*, VIII, 2002, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2002, p. 1-8.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v. 132).

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____, Giovanni. *Gramsci e os Novos Embates da Filosofia da Práxis*. 2. ed. Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2006.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e os Movimentos Populares: uma leitura a partir do Caderno 25. In: _____, Giovanni et al (Orgs.), *Gramsci e os Movimentos Populares*. Niterói – RJ: Editora UFF, 2011. p. 287-302.

SILVA, Gisélia C. Poder Política e Cultura no maranhão: a cultura popular como instrumento político nas relações de classes. In: *ENPESS*, XI, 2008, São Luís. Anais. ABEPSS, 2008, p. 1-7.

SILVA, Neimy; FREITAS, Zenite. Participação Social e o Exercício de Democracia no SUS. In: *ENPESS*, XII, Rio de Janeiro. Anais. ABEPSS, 2010, p. 1-9.

SILVEIRA, Adilson; LEITE, Simone. Assistência Social e Hegemonia Burguesa no Brasil. In: *ENPESS*, XIII, 2012, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-10.

SILVEIRA, Jucimeri I. Conselho Estadual de Assistência Social: dimensão política na organização da hegemonia. In: *ENPESS*, VIII, 2002, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2002, p. 1-9.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____, Ivete. Os desafios da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social. In: *ENPESS*, IX, 2004, Porto Alegre. Anais. ABEPSS, 2004a, p.1-12.

_____, Ivete. Estado e Sociedade Civil em Tempos de Globalização: reinvenção da política ou despolitização? *Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 7, n. 1, p. 19-30, Jan./Jun. 2004b.

_____, Ivete. Estado, Sociedade Civil e Espaços Públicos: uma análise do Plano Plurianual 2004/2007. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 88, p. 11-40, Nov. 2006.

_____, Ivete. Estado e Democracia. In: COSTA, Lucia C. (Org.). *Estado e Democracia: pluralidade de questões*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008. p. 13-34.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 12, n1, p. 41-49, Jan./jun. 2009a.

_____, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, CEAD/Unb, 2009b, p. 87-106.

_____, Ivete. Marxismo Gramsciano e Serviço Social: interlocuções mais que necessárias. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 9, n. 27, p. 17-33, Jul. 2011.

SOUSA, Adrianycy de. *Lukács no debate do Serviço Social Brasileiro*. 2010. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Simone; LUCENA, Maria F. MST Perspectivas de Consolidação de um projeto ético-político de educação para construção de uma nova hegemonia. In: *ENPESS*, VIII, 2002, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2002, p. 1-8.

SPOSATI, Aldaíza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 14, n1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

TEIXEIRA, Francisco José S. Marx no século XXI: uma leitura de O Capital à luz da realidade contemporânea. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 23, n. 2, p. 523-548, jul./dez. 2013.

TEIXEIRA, Joaquina B; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-político do Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD/Unb, 2009, p. 185-200.

VIEIRA, Rafaela. Movimentos Sociais e Consciência de Classe Durante o Governo do PT. In: *ENPESS*, XIII, Juiz de Fora. Anais. ABEPSS, 2012, p. 1-11.

WEFFORT, Francisco C. *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2006. v. 2. p. 225-276.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD/Unb, 2009, p. 143-164.